

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ADRIANA LÍGIA ALVARENGA OLIVEIRA FRÓES

A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO MARANHÃO:
análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para
Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop)

São Luís
2023

ADRIANA LÍGIA ALVARENGA OLIVEIRA FRÓES

A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO MARANHÃO:
análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para
Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Fróes, Adriana Lígia Alvarenga Oliveira.

A população adulta em situação de rua no Estado do Maranhão: análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua Centro Pop / Adriana Lígia Alvarenga Oliveira Fróes. – São Luís, 2023.
225 f.

Orientador(a): Maria Ozanira da Silva e Silva.
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop). 2. Política de Assistência Social. 3. População em Situação de Rua. 4. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). I. Silva, Maria Ozanira da Silva e. II. Título.

ADRIANA LÍGIA ALVARENGA OLIVEIRA FRÓES

A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO MARANHÃO:
análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para
Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva (Orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Cleonice Correia Araújo
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Carla Cecília Serrão Silva
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Selma Maria Silva de Oliveira Brandão
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

A toda a minha família.
Às Famílias Alvarenga, Oliveira e Fróes.

AGRADECIMENTOS

Eis que é chegado o momento mais emocionante de toda a elaboração desta Tese, o momento dos agradecimentos. Foram tantos anos para concluir esta Tese, os sentimentos de angústia, incapacidade, desespero, crise de ansiedade, fizeram-me pensar em minhas fragilidades, mas, ao mesmo tempo, paradoxalmente, também refletia: o quanto preciso buscar forças e uma potencialidade que nem eu sabia que possuía para dar conta deste trabalho. E, agora, posso dizer: eu consegui.

Agradeço, primeiramente, a Deus, autor da vida, dono de toda a ciência, sabedoria e poder, por ter me conduzido com sua destra protetora nesse desafiante percurso. A Ele toda honra, toda a glória e todo o louvor.

A minha Avó paterna, Adília Frazão (*in memorian*) que, no decorrer da elaboração desta Tese, no ano de 2020, partiu para a morada celeste. Ela que foi minha Mãe de criação, a quem devo os primeiros passos na alfabetização, no ensino da matemática, dos valores, ela que me dizia: você vai fazer Doutorado não é, minha filha? Pois bem, esse prêmio é nosso. Obrigada!

Aos meus Avós maternos, Petronília do Nascimento Alvarenga e Manoel da Costa Alvarenga (*in memorian*), com quem muito aprendi e de minha Avó (Mãezinha como era chamada), herdei a docência.

Ao meu Avô paterno, Otaviano Silva Oliveira (*in memorian*), com quem convivi pouquíssimo, mas de quem pude me aproximar em sua velhice, tendo sido muito acolhida por ele.

A minha Mãe, Rosa Alvarenga, por todo o amor, cuidado, empenho, para que eu me tornasse o que eu sou hoje. Como a senhora costuma dizer: correu muito chão e hoje pode dizer que sua filha é uma Doutora.

Ao meu Pai, José Ribamar Frazão Oliveira. Dele eu herdei a oratória, a forma de redigir, a expansividade. Obrigada por seu amor, pela sua torcida e cuidado, ao longo desses anos.

Ao meu Esposo, Lourival Fróes, por ser meu companheiro, grande incentivador de tudo o que me proponho a fazer. Obrigada por ter me dado uma força tão grande, que me proporcionou que, em momento algum, eu deixasse de desempenhar minhas funções à frente da Comunidade Católica (Efésios 6), por nós fundada.

A minha única filha, Ana Luiza Oliveira Fróes, que só vai dormir quando eu vou. Obrigada pela paciência em me esperar nestes últimos meses, até 1h da madrugada, para podermos dormir. Agradeço pela sua preocupação/pressão (rsrsrs) em me perguntar em quantos dias eu terminaria os capítulos 4, 5, essas perguntas foram decisivas para eu me apressar. Amo você.

As minhas tias paternas, que foram junto com minha Avó Adília Frazão, minhas Mães de criação. Obrigada por tudo, tia Rosário Frazão e minha Dindinha, Maria do Espírito Santo Frazão Oliveira.

Aos meus tios e tias maternas, a toda a Família Alvarenga, por todo o amor e cuidado que sempre tiveram comigo.

Aos meus primos paternos, Pedro Vinícius Frazão Amaro e José Paulo Oliveira Amaro, muito obrigada pela acolhida de sempre, pelo amor e respeito que nutrem por mim.

A minha prima/irmã de criação, Ornella Capuchinho Silva, pela alegria a mim proporcionada, neste percurso, de vê-la constituir sua família e ganhar mais um sobrinho, Davi Alexandre, que, em setembro, estará em nosso meio.

À minha afilhada, Maria Manuella Capuchinho de Souza. Você é uma linda flor do meu jardim, ser sua Madrinha é uma graça divina.

Aos meus enteados, Emanuel Fróes, Emanuella Fróes e esposo, Allysson Ramos, e Thiago Fróes, por sempre torcerem por mim, por me acolherem em suas vidas como *Boadrasta*, como eles mesmos dizem.

A minha Sogra, Maria do Socorro Fróes Diniz (*in memorian*), por todo o cuidado que sempre teve comigo, com minha filha, meu esposo, por sempre se alegrar com todas as minhas conquistas. Durante o tempo que convivemos, sempre me senti amada e acolhida pela senhora.

Aos meus tios(as), primos(as), da Família Alvarenga, em especial, Tias Lucimar Alvarenga, Juracy Nara Alvarenga, Laura Alvarenga, Lucélia Alvarenga, e às primas, Samara Alvarenga, Charline Alvarenga, Kleydvânia Alvarenga, vocês são muito especiais em minha vida.

À minha Cunhada, Neuza Fróes, obrigada pelo carinho, apoio, dispensados a mim.

À Tia Cleonice Serra Fróes, obrigada pela força, torcida para que eu concluísse este trabalho. Desejo que a senhora se recupere logo.

Ao meu Tio José Paulo Oliveira Amaro, por sua imensa participação em minha vida. Não poderia jamais deixar de externar meus agradecimentos, desejando, também, que tenha forças para mudar sua trajetória de vida.

Às minhas irmãs/filhas de Comunidade, Ana Raquel Martins, Leilane Santos e Mariana Santos, pelo cuidado de sempre, pelas orações, por todo o incentivo dado a mim, durante esta trajetória.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, pela imensa contribuição para a elaboração e conclusão deste trabalho. Sou sua orientanda desde a graduação, nunca quis trocar de Orientadora, porque sempre soube que, sendo conduzidos por ela, meus trabalhos teriam qualidade. Obrigada por tudo.

Às Queridas Professoras do Departamento de Serviço Social da UFMA, do qual hoje faço parte, pelo apoio à realização deste trabalho.

Às Amigas Professoras da Universidade Ceuma, Arlete Santos, Érica Costa, Graciane Santos, Marcella Miranda, Núbia da Luz, Teodora Torres, com quem compartilhei a alegria da aprovação neste Doutorado, pelos desafios coletivos e diários no exercício da docência, pelas alegrias, aprendizados, quando ao lado delas estive.

Ao meu eterno “grupinho” da Graduação em Serviço Social. Minhas amigas Suelma Kzam e Paula Carreiro, tê-las em minha vida e trajetória, significa muito para mim, nem mesmo a distância e o cotidiano me impedem de continuar amando vocês.

Às “meninas do Cefet”, Andreia Lawande, Angela Saldanha, Benylida Souza e Sílvia Pereira, uma amizade de mais de trinta anos, que se fortalece ainda mais na fase em que nos encontramos. Amo vocês!

Aos colegas de turma do Doutorado, em especial, Rosenverck Estrela, Elza Galvão, Mariana Almeida (de novo rrsrs), Michelle Sena, Roberta Vasconcelos, Talita Nascimento, Iggor Rocha, pelos profícuos debates, pelas partilhas e vivências acadêmicas nesta trajetória e, também, pelas risadas que demos.

À querida Professora Doutora, membro da Banca Examinadora, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, na pessoa de quem agradeço a todas as demais Profas. da Banca. A senhora é uma referência para mim, foi por sua causa que me tornei Professora, seus elogios me “iludiram” (rrsrs), me influenciaram na escolha do exercício da docência e, através deles, decidi seguir essa trajetória acadêmica.

À Assistente Social e amiga, Mariana Almeida, como sua contribuição foi importante. Sem você, teria sido bem mais difícil acessar os órgãos gestores da

Política de Assistência Social, em nosso Estado. Obrigada, amiga e colega de turma do Mestrado/ Doutorado em Políticas Públicas.

Ao meu ex-aluno e colega de profissão, Adriano César dos Santos Costa, por ter contribuído com este trabalho ao me apresentar o Cecad, tabulador do CadÚnico, muito útil a esta Tese, e, também, agradeço pelas partilhas que fazíamos em sala de aula sobre a População em Situação de Rua, que também foi seu objeto no TCC.

À minha amiga e irmã de Comunidade, Geane Rodrigues, pelo incentivo, pela torcida e carinho de sempre, durante estes anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, um Programa de excelência, que muito contribuiu com minha formação profissional e do qual sinto-me muito honrada em ter feito parte.

Aos funcionários deste Programa, mas, em especial, à Dona Isabel, que não está mais na função de Secretária do mesmo, mas que sempre me acolheu prontamente, sempre solícita em todas as solicitações que lhe fiz, muito carinhosa para com a minha pessoa. Sinto saudades dela. Misericórdia, D. Isabel rrsrs.

Às profissionais que realizaram a revisão desta Tese, agradeço pelo excelente trabalho, a Bibliotecária Kádila Moraes, e a Profa. Vilma Melo, ambas fazem esta revisão, desde minha Dissertação de Mestrado.

A toda a Comunidade Católica Efésios 6 – Filhos do Coração de Jesus, Comunidade fundada pelo meu Esposo, tendo a mim como Cofundadora e Formadora Geral, pelas orações e súplicas a Deus, para a conclusão deste trabalho. Agradeço pela vida fraterna e por partilharmos o propósito da eternidade. Juntos rumo ao céu.

O tempo agora, parece mesmo que quer chover, sem me permitir que a água pudesse assim descer, porque estou numa rua deserta, sem nenhuma marquise para me proteger. Corri para um lado e outro lado e outro lado e tudo ficou totalmente molhado, com tanta água, que me deixou assim, sem caminho certo para seguir, com esse frio tão encharcado do aguaceiro que caiu em mim [...] (Miserável Rua, Ednaldo Araújo).

RESUMO

Esta tese aborda resultados de pesquisa sobre a população adulta em situação de rua, mediante análise das ações do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), no Estado do Maranhão. Tem como espaços empíricos da pesquisa, as duas maiores cidades do Estado, a capital, São Luís e Imperatriz. Para se chegar aos resultados, utilizamos a perspectiva crítico-dialética, situando o fenômeno da população em situação de rua, como expressão radical da questão social, acentuada nas relações capitalistas, síntese de determinantes estruturais, históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos, constituindo uma realidade complexa, contraditória, que requer enfrentamentos por parte do Estado, no âmbito das políticas públicas. A Política abordada, bem como os serviços junto ao segmento da população em situação de rua, foi a Política de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Esta Política assegura cobertura à população em situação de rua, sendo esta população objeto desta Tese. Embora a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNIPSR), tenha sido promulgada em 2009, escolhemos a Política de Assistência Social e os espaços dos Centros Pops, por ofertarem serviços à referida população, acolhendo-os, realizando encaminhamentos às demais políticas e efetuando atendimentos psicossociais. Os procedimentos de pesquisa adotados foram: análise bibliográfica; análise de dados secundários; entrevista semiestruturada junto aos técnicos, gestores da Política de Assistência Social, Coordenadores de Centro Pop e grupos focais junto aos usuários dos Centros Pops, em São Luís e Imperatriz. Consideramos para esta análise o significado das ruas para os usuários dos Centros Pops; a contribuição das ações do Centro Pop para o processo de saída das ruas e a construção de novas trajetórias de vida dos usuários atendidos; a possibilidade de restabelecimento dos vínculos familiares e a construção de novos vínculos, dentre outros aspectos. Chegamos à conclusão que as ações dos Centros Pops são consideradas relevantes na vida dos usuários atendidos, por proporem garantir seus direitos, mas que há inúmeros limites e desafios na superação da situação de rua, o que implicaria numa articulação intersetorial junto às demais políticas, de modo que os sujeitos em situação de rua tenham condições concretas e

objetivas de reconstruir suas vidas, com propostas que afirmem sua cidadania e efetivem seus direitos.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Política de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social (Suas). Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop).

ABSTRACT

This thesis addresses research results on the adult population living on the street, through an analysis of the actions of the Specialized Reference Center for the Homeless Population (Centro Pop), in the State of Maranhão. Its empirical research spaces are the two largest cities in the state, the capital, São Luís and Imperatriz. In order to arrive at the results, we used a critical-dialectical perspective, placing the phenomenon of the homeless population as a radical expression of the social issue, accentuated in capitalist relations, a synthesis of structural, historical, political, social, cultural and economic determinants, constituting a complex, contradictory reality, which requires confrontations by the State, within the scope of public policies. The Policy addressed, as well as the services for the segment of the population living on the streets, was the Social Assistance Policy, within the scope of the Unified Social Assistance System (Suas). This Policy ensures coverage of the homeless population, which is the object of this Thesis. Although the National Policy for Social Inclusion of the Homeless Population (PNIPSR) was enacted in 2009, we chose the Social Assistance Policy and the spaces of the Pops Centers, as they offer services to that population, welcoming them, making referrals to other policies and carrying out psychosocial care. The adopted research procedures were: bibliographical analysis; secondary data analysis; semi-structured interview with technicians, managers of the Social Assistance Policy, Pop Center Coordinators and focus groups with users of Pop Centers, in São Luís and Imperatriz. For this analysis, we considered the meaning of the streets for users of Centros Pops; the contribution of Centro Pop's actions to the process of leaving the streets and building new life trajectories for the users served; the possibility of reestablishing family bonds and building new bonds, among other aspects. We reached the conclusion that the actions of the Pops Centers are considered relevant in the lives of users served, as they propose to guarantee their rights, but that there are numerous limits and challenges in overcoming the homelessness situation, which would imply an intersectoral articulation with other policies, so that homeless people have concrete and objective conditions to rebuild their lives, with proposals that affirm their citizenship and enforce their rights.

Keywords: Homeless Population. Social Assistance Policy. Unified Social Assistance System (Suas). Specialized Reference Center for Homeless People (Centro Pop).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Quadro-síntese dos Serviços de Proteção Social no Suas.....	61
Quadro 2 - Equipe Técnica - Centro Pop	65
Foto 1 - IV Festival Lixo e Cidadania.....	75
Gráfico 1 - Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico em situação de extrema pobreza e pobreza por Unidades da Federação, em dezembro de 2020	102
Gráfico 2 - Série Histórica da PSR, em Imperatriz	116
Foto 2 - Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020)	96
Tabela 2	- Distribuição dos Centros Pops no Maranhão	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
BF	Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAP	Centros de Apoio Psicossocial
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
Centro Pop	Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CIAMP-Rua	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDDH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPE	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
FIOCRUZ	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
GAEPP	Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza
HNR	Hospital Nina Rodrigues
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MCID	Ministério das Cidades
MCMV	Programa Minha Casa, minha Vida
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério dos Esportes
MinC	Ministério da Cultura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MNPSR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações não-governamentais
PAB	Programa Auxílio Brasil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família
PCD	Pessoas com deficiência
PEA	Parcela economicamente ativa
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PMP	Programa Moradia Primeiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNIPSR	Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua
PQA-VS	Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial

PSR	População em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
SAGICAD	Secretaria Nacional de Assistência Social e de Avaliação da Gestão da Informação
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SM	Salário-mínimo
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
STF	Supremo Tribunal Federal
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	DESVENDANDO AS DETERMINAÇÕES E A COMPLEXIDADE DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	30
2.1	Pauperismo, pobreza, questão social: implicações do modo de produção capitalista sobre a classe trabalhadora	31
2.2	A população em situação de rua como expressão da questão social	41
2.3	Ser da Rua x Estar na Rua: demarcando trajetórias, estigmas e configurações acerca da população em situação de rua	48
3	POLÍTICAS DIRECIONADAS AO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	57
3.1	A Política de Assistência Social a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as ações voltadas à população em situação de rua: particularidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Centro Pop) direcionado para a população em situação de rua	58
3.2	Lutas e mobilizações pela construção da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNIPSR) no Brasil	722
3.2.1	Mobilização política da população em situação de rua na luta pelos seus direitos	72
3.2.2	A Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNIPSR) no Brasil: caracterização e perspectivas de atendimento	80
4	PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL, EM SÃO LUÍS E IMPERATRIZ: espaços empíricos da pesquisa	93
4.1	Caracterização da População em Situação de Rua no Brasil	93
4.2	Caracterização da população em situação de rua no Estado do Maranhão	101
4.3	Caracterização da População em Situação de Rua em São Luís	107
4.4	Caracterização da População em Situação de Rua em Imperatriz	112
5	A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS CENTROS POPS: uma análise das ações do Centro Pop em São Luís e Imperatriz	122

5.1 Os Centros Pops no Contexto da Política de Assistência Social: caracterização e atribuições	122
5.2 A Realidade Empírica do Centro Pop em São Luís.....	125
5.3 A Realidade Empírica do Centro Pop em Imperatriz	155
5.4 Percepções e perspectivas dos sujeitos em situação de rua - a rua como espaço de significações e vivências: território de liberdade x território de medo	
173	
6 CONCLUSÃO.....	192
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA JUNTO AOS COORDENADORES DOS CENTROS POPS E SUPERINTENDENTES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE) DE MÉDIA COMPLEXIDADE	2222
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA JUNTO AOS TÉCNICOS DOS CENTROS POPS.....	2233
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA OS GRUPOS FOCAIS COM OS USUÁRIOS DOS CENTROS POPS.....	2244
APÊNDICE D - GRUPOS FOCAIS REALIZADOS NO DIA NACIONAL DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – SÃO LUÍS.....	225

1 INTRODUÇÃO

Os determinantes estruturais da população em situação de rua (PSR) são compreendidos no bojo do processo de acumulação capitalista, sendo considerada expressão radical da questão social, parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa. (SILVA, 2009).

Essa população é heterogênea, composta por homens, mulheres, às vezes, famílias inteiras, grupos, que possuem em comum a condição de pobreza, e que têm em suas trajetórias a referência de ter desenvolvido alguma atividade laboral, que formou suas identidades sociais e, em um dado momento de suas vidas, sofreram as mais diversas perdas: afetivas, familiares, de emprego, e passam, a partir dessa realidade, a utilizar as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

Existem concepções sobre a PSR que as colocam como o conjunto dos que vivem permanentemente nas ruas ou que dependem de uma atividade que ocasione um pernoite semanal na rua. Isso inclui os vigilantes, prostitutas, policiais, caracterizando uma heterogeneidade ainda maior desse segmento. (RODRIGUES; SILVA *apud* ESCOREL, 2000).

A partir de Mauss (2003) e de sua concepção antropológica de pessoa, além da denominação PSR, a qual é explicada no decorrer desta Tese, também utilizamos a expressão pessoas em situação de rua, corroborando com o citado autor, no entendimento de que estas são pessoas que vivem em uma situação peculiar de vida, buscando viver com dignidade.

Carvalho (2008) aponta que, no âmbito da sociedade capitalista, todos estão incluídos precariamente, através de formas degradantes que comprometem a humanidade das pessoas. Essas formas precárias se encontram nas atividades informais, na relação tênue entre o lícito e o ilícito, no processo de nomadismo urbano vivenciado por estes sujeitos.

As relações capitalistas maduras desenvolvidas a partir do capitalismo industrial, no bojo do processo de aumento da pauperização da classe trabalhadora, estão diretamente relacionadas ao fenômeno da PSR, na contraditória forma como este sistema regula as relações de produção e reprodução. Com esse entendimento, não reduzimos o fenômeno considerado à dimensão econômica dessas relações, mas o inserimos em todas as dimensões da vida social.

É mediante as políticas sociais que os direitos sociais se materializam, determinando, assim, um padrão de proteção social implantado pelo Estado, compreendendo todas as políticas que supõem a atuação do Estado na consecução das necessidades sociais.

Trabalhamos, nesta Tese, a partir da compreensão de que o Estado deve promover políticas de proteção social que contribuam para a redução das vulnerabilidades e riscos que a PSR enfrenta, e que articuladas a estas políticas, também sejam ofertadas outras políticas de desenvolvimento destes cidadãos, tais como, educação, cultura, saúde, trabalho e renda, de modo que a dignidade destas pessoas seja garantida.

Nesse sentido, demarcamos a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social (Suas) que implantou as capacidades necessárias para a provisão dos serviços no âmbito da Política de Assistência Social. Desde 2009, esta Política reconhece a vulnerabilidade da PSR e oferece atenção a esse público, por meio de um equipamento específico, o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop). No Brasil, temos cerca de 175 Centros Pops, distribuídos em 154 municípios, sendo que estes municípios precisam ter mais de 250 mil habitantes.

Vale ressaltar, ainda, a implantação e a criação da rede de serviços socioassistenciais, através do Suas, por meio da Proteção Social Básica (PSB), ofertada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que inclui os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. A Proteção Social Especial, de Média Complexidade, é ofertada nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e disponibiliza os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, este é ofertado nos Centros Pops.

Além destas proteções, temos a Proteção Social de Alta Complexidade, com Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço

de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Foi no contexto da Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade, que realizamos nos Centros Pops a pesquisa para elaboração da presente Tese. Assim, esta Tese teve como objeto de estudo a população adulta em situação de rua, tendo como foco da investigação as ações implementadas no contexto dos Centros Pops dos municípios de São Luís e Imperatriz, e como dimensões configurativas, a compreensão da relação estabelecida entre o processo de saída das ruas e as atividades desenvolvidas nos Centros pesquisados; a relação entre a restauração dos vínculos familiares e sociais com as atividades dos Centros, além da análise sobre os desafios postos à gestão dos serviços ofertados à população em situação de rua, no contexto dos Centros Pops.

Elencamos como objetivo geral analisar como os serviços, projetos e benefícios ofertados à população adulta em situação de rua no âmbito dos Centros Pops, nas cidades de São Luís e Imperatriz, têm contribuído para o processo de saída das ruas dos sujeitos em situação de rua neles atendidos e a possibilidade de construção de novas trajetórias de vida dessa população.

Dentre os objetivos específicos, destacamos: caracterizar o perfil da PSR no Maranhão, atendida nos Centros Pops de São Luís e Imperatriz; compreender como se dá o processo de saída das ruas, a partir da inserção no Centro Pop; apreender quais as percepções que os usuários dos Centros Pops têm sobre as ruas; analisar, se houve, após inserção nos Centros Pops, restauração dos vínculos familiares e comunitários dos usuários; desvelar os desafios postos aos gestores e técnicos para a efetivação dos direitos dos usuários dos Centros Pops.

Como questão central desta pesquisa, investigamos se o atendimento a esta população tem proporcionado possíveis mudanças em suas vidas, analisando as ações propostas no âmbito da Política de Assistência Social, no âmbito dos Centros Pops.

Considerando a complexidade do fenômeno da PSR e as políticas direcionadas, bem como a Política de Assistência Social e a PNIPSR, buscando a compreensão e análise dos serviços, projetos e benefícios ofertados a esta população, pela via dos Centros Pops, tivemos algumas questões norteadoras que contribuíram para a melhor apreensão da realidade acerca dos Centros Pops no Estado do Maranhão, tais como:

- Quais os programas, projetos e serviços socioassistenciais oferecidos à população adulta em situação de rua, no âmbito dos Centros Pops, em São Luís e Imperatriz?
- Qual o Perfil dos usuários atendidos nos Centros Pops?
- Quais os motivos que promoveram a ida para as ruas?
- Qual a percepção dos sujeitos em situação de rua atendidos nos Centros Pops sobre as ruas?
- Como os usuários dos Centros Pops, os gestores e técnicos compreendem que as ações implementadas contribuem para o processo de saída das ruas e para a construção de novas trajetórias de vida?
- Como os gestores e técnicos analisam a integralidade das ações com as demais políticas públicas locais?
- Quais os desafios para os gestores e as equipes técnicas dos Centros Pops para a oferta de atenção especializada aos usuários?

No que diz respeito às motivações acadêmicas deste estudo, cumpre-nos destacar que o mesmo é objeto de estudo das Ciências Sociais, que as políticas públicas são instrumentos de intervenção na realidade e devem ser analisadas quanto a seus efeitos na vida das pessoas por elas atendidas. Além disso, os sujeitos em situação de rua por, historicamente, possuírem as marcas da invisibilidade, ser atendida em um espaço especificamente voltado a ela constitui-se um avanço considerável, sendo pertinente analisar como as ações ofertadas neste espaço repercutem na vida dos sujeitos nele atendidos.

Outro aspecto que nos motivou a realizar esta pesquisa foi a nossa trajetória desde a graduação, como Bolsista de Iniciação Científica, vinculada ao Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao Departamento de Serviço Social.

Justificamos, ainda, esta pesquisa com base em nossa profissão, pois como Assistente Social atuamos na defesa dos direitos e por meio de ações interventivas e de enfrentamento à questão social. A população em situação de rua configura-se como um segmento intimamente afetado pela sociabilidade do capital, apresentando, pois, demandas de atendimento aos seus direitos, sendo necessário, portanto, desenvolver estudos sobre a temática em questão.

Enfatizamos, ainda, que esta Tese é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, que é interdepartamental, contribuindo com a formação de recursos humanos que intervenham de forma crítica na realidade social no bojo das políticas públicas, tanto em órgãos governamentais quanto da sociedade civil. Este trabalho está inserido na Área de Concentração Políticas e Programas Sociais, na linha de Pesquisa “Avaliação de Políticas e Programas Sociais,” do GAEPP/ UFMA.

Em 2008, no Brasil, o Governo Federal lançou a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNIPSR), visando à promoção de ações intersetoriais que buscassem respostas às demandas desta população. No entanto, essa Política só foi implementada com a assinatura pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, “[...] mediante o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento”¹. (SARMENTO, 2015, p. 83).

A Política de Assistência Social é a responsável pelo atendimento à população em situação de rua através da proteção social especial, conforme já fora dito. No entanto, em nível nacional, a responsável pela promoção da articulação com as demais políticas públicas, no que tange à efetivação dos direitos sociais desta população nos marcos da PNIPSR, é a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, que tem dialogado junto aos segmentos da sociedade civil, além de se articular a outras Secretarias.

Nesse sentido, inquietou-nos a realidade social da PSR, sendo necessário conhecer e compreender a trama das relações sociais que engendra as suas necessidades, o estabelecimento de vínculos e a forma como sua existência expressa as desigualdades inerentes ao sistema de produção capitalista.

Dentre as dificuldades para a realização desta pesquisa, ressaltamos a morosidade nas respostas para a realização das entrevistas e grupos focais, por parte dos órgãos gestores da Política de Assistência Social dos dois municípios. Num

¹ Esta política estrutura-se em dois eixos principais: o primeiro, relativo à verticalidade federativa, conjuga as ações municipais, estaduais e federais, que devem trabalhar em complementaridade para atender às demandas da população. O segundo eixo diz respeito à interdisciplinaridade e intersetorialidade na atuação para a população em situação de rua. São imprescindíveis os trabalhos conjuntos das diversas pastas governamentais, além de instituições e movimentos da sociedade civil organizada. (BRASIL, 2008). O trabalho em rede pressupõe uma atuação integrada que visa respostas mais efetivas no tocante às complexas situações vivenciadas por esta população.

primeiro momento, percebemos que nossa presença como pesquisadora nestes espaços, de certa forma, soara aos gestores como a presença de alguém que estaria nestes espaços para desvelar somente os problemas e entraves de realização das ações, mas, posteriormente, conseguimos realizar essa aproximação necessária, com o intuito de desenvolver a pesquisa.

O método da investigação adotado no desenvolvimento desta pesquisa e na exposição de seus resultados foi orientado pela perspectiva crítico-dialética, a partir de uma uma visão de totalidade, procurando romper com abordagens unilaterais.

A explicação, através da dialética materialista, permite que se pesquise a história da realidade social, seus processos de formação e transformação em relação aos homens e aos outros fenômenos. Trata-se de um importante método para análise dos fenômenos da vida social.

Entendemos a dialética materialista enquanto método de abordagem do real que permite a compreensão do processo histórico em seu dinamismo e transformação. Ademais, prática social empírica dos indivíduos em sociedade é apreendida, na interação entre sujeito e objeto, no bojo das lutas sociais de cada momento histórico.

A abordagem materialista dialética no âmbito da economia política, foi evidenciada por Marx (1982), quando percebeu que a produção se relaciona com todos os outros processos, a saber, o consumo, a distribuição e a troca, configurando uma totalidade histórico-dialética.

Marx (1982, p. 4) afirmou que “[...] quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo e, portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence”. Dessa forma, há um rompimento a partir dessa visão de que o indivíduo é um ser isolado e que produz fora da sociedade.

Assim sendo, buscamos compreender o fenômeno da população em situação de rua como uma realidade multifacetada, permeada por um contexto de relações sociais desiguais, contraditórias, imersas na sociabilidade do capital, procurando captar, dessa forma, as múltiplas mediações existentes para a análise da temática em questão.

Buscar reconstituir a totalidade significa estreitar laços com a riqueza de determinações e relações diversas, não isolando o processo da investigação, tanto sob o ponto de vista do indivíduo, como de outras mediações, devendo superar, de

forma dialética, a visão fragmentada e etapista da realidade, situando os fenômenos sociais na sua historicidade.

O tipo de pesquisa que realizamos foi a pesquisa qualitativa. Segundo Chizzotti (2003), o termo qualitativo significa partilha com pessoas, fatos, locais, que se mostram como objetos de pesquisa para que os significados sejam apreendidos a uma percepção sensível, que são traduzidos em textos com embasamento científico. Assim,

[...] Muitos são os autores que se autodenominam qualitativos, diferenciando-se por pressupostos teóricos ou metodológicos, técnicas de investigação ou objetos de pesquisa. Opõem-se, de modo geral, à quantitativa enquanto essa recorre à quantificação como única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais, que parta de uma hipótese-guia, só admita observações externas, siga um caminho indutivo para estabelecer leis, mediante verificações objetivas, amparadas em frequências estatísticas. (CHIZZOTTI, 2003, p. 222).

A evolução da pesquisa qualitativa abriga tensões teóricas que a distanciam de teorias, estratégias e abordagens únicas de pesquisa.

Minayo (2004, p. 27) afirma que:

[...] a Pesquisa Social só pode ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho. Além disso, ela é mais abrangente do que o âmbito específico de uma disciplina. Pois a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência.

Vale ressaltar que a pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum, através do método científico. A pesquisa qualitativa permite que o conjunto de fenômenos humanos seja entendido como parte da realidade social, constitui o universo da produção humana que se resume no mundo das relações, da intencionalidade, das representações, sendo dificilmente, traduzido em números. (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012).

Compreendemos, todavia, que a utilização da pesquisa qualitativa não exclui o uso da abordagem quantitativa, por entender que dados quantitativos podem ser utilizados numa perspectiva de complementação e ilustração da pesquisa do tipo qualitativo, desde que a abordagem qualitativa, que procura elucidar e explicar fenômenos sociais, tenha primazia.

Faz-se necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é, essencialmente, qualitativo, posto que a realidade social é muito mais rica que qualquer teoria, possuindo uma gama de significados. A pesquisa qualitativa se preocupa com questões acerca da realidade que não podem ser meramente quantificáveis, são

universos de significados, motivações, crenças, valores, etc., as relações humanas são não perceptíveis a cálculos, médias, estatísticas. (MINAYO, 2001).

Esta Tese teve como sujeitos da pesquisa os usuários dos Centros Pops de São Luís e Imperatriz, constituídos como segmentos da população adulta em situação de rua.

Além desses sujeitos, foram sujeitos informantes da pesquisa os gestores da Política de Assistência Social, em São Luís e Imperatriz, e os técnicos (APÊNDICE B) dos Centros Pops dos dois municípios, espaços geográficos da pesquisa.

Os espaços empíricos da pesquisa foram as cidades de São Luís e Imperatriz, tendo como critério para a escolha o fato de serem as duas maiores cidades do Estado, São Luís, a capital e Imperatriz, a segunda maior cidade, sendo, também, cidades que possuem pessoas em situação de rua e que, portanto, possuem Centros Pops.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizamos diversos procedimentos técnicos. Dentre estes, o levantamento bibliográfico para fundamentação teórica do tema em estudo.

Segundo Minayo (2004), tal levantamento se baseia na exploração do material, consistindo em uma análise temática com um recorte do texto em unidades de registro como uma palavra, um tema, um acontecimento. Através da fundamentação teórica, podemos apreender as categorias teóricas ou empíricas acerca do tema abordado.

Também foi realizado o levantamento documental e do aparato jurídico-legal sobre o objeto da investigação. Esse levantamento nos permitiu uma apreciação das fontes documentais e das fontes legais, especialmente as que se referem à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ao Suas, à PNIPSR, às Instruções Normativas do Centro Pop. Entende-se que:

O cruzamento e confronto das fontes é uma operação indispensável, para o que a leitura hermenêutica da documentação se constitui em operação importante do processo de investigação, já que nos possibilita uma leitura não apenas literal das informações contidas nos documentos, mas uma compreensão real, contextualizada pelo cruzamento entre fontes que se complementam, em termos explicativos. (CORSETTI, 2006, p. 36).

Outro procedimento relevante que realizamos foram as entrevistas semiestruturadas com os Coordenadores dos Centros Pops (APÊNDICE A), em São Luís e Imperatriz e com os gestores das Secretarias Municipal de Desenvolvimento

Social de Imperatriz e superintendentes de Proteção Social de Média Complexidade, de São Luís e Imperatriz.

A entrevista semiestruturada permite, além de expandir a compreensão da realidade, levantar informações mais subjetivas dos entrevistados, pois o entrevistador possui um roteiro de tópicos que se relacionam ao problema que este vai estudar, para obter esclarecimentos acerca do seu objeto de estudo. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.180).

Durante a realização da entrevista junto aos gestores da assistência social, nos dois municípios e junto aos Coordenadores dos Centros Pops, foram abordados os seguintes aspectos: percepção acerca dos desafios postos à implementação das ações do Centro Pop; reflexões acerca da estrutura de funcionamento do serviço oferecido à população em situação de rua; análise do processo de saída das ruas e sua relação com o trabalho do Centro Pop; percepção sobre a restauração dos vínculos familiares e sociais.

Outra técnica de coleta de dados e informações fundamental para o alcance dos resultados de nossa pesquisa foi a realização de Grupos Focais com os usuários dos Centros Pops, em São Luís, e do Centro Pop, em Imperatriz (APÊNDICE C).

Com os usuários dos Centros Pops, foram realizados três grupos focais, um grupo em cada Centro Pop de São Luís, totalizando dois grupos por serem dois Centros Pops (APÊNDICE D), e em Imperatriz, um grupo focal. Considerando a média de atendimento mensal dos dois Centros, e o quantitativo de pessoas para que possamos apreender suas vivências e percepções sobre o trabalho do Centro Pop, sobre o significado das ruas em suas vidas. Cada grupo teve até 15 participantes, a fim de que pudéssemos obter o entendimento dos mesmos acerca das ações realizadas nos referidos espaços, sobre o processo de saída das ruas a partir dessas ações, o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, reflexões sobre a estrutura dos Centros, sobre o trabalho, a equipe técnica.

Morgan (1997 *apud* GONDIM, 2003) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações no grupo, compreendendo o processo de construção de representações, percepções dos grupos humanos. Assim:

Os entrevistadores de grupo pretendem ouvir a opinião de cada um e comparar suas respostas; sendo assim, o seu nível de análise é o indivíduo no grupo. A unidade de análise do grupo focal, no entanto, é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo. (GONDIM, 2003, p. 151).

A técnica de grupos focais permite ao entrevistador uma função mais diretiva, assumindo o papel de facilitador no processo de discussão, sendo que a unidade de análise no grupo focal é o próprio grupo. (GONDIM, 2003).

A organização, interpretação de dados e informações devem superar a dicotomia, objetividade x subjetividade, exterioridade x interioridade, o que revela que o produto da pesquisa é a práxis do pesquisador. (MINAYO, 2001).

Para a sistematização das informações levantadas na pesquisa, utilizamos matrizes ou fichas, pois facilitam a compreensão da realidade e permitem uma análise mais detalhada do objeto em estudo. As informações verbais de natureza qualitativa e que não se pretende quantificar, sendo mantidas em forma puramente conceitual, podem ser ordenadas e classificadas mediante a elaboração de matrizes ou fichas. (SILVA, 2001).

Com o intuito de expor os resultados do estudo realizado, esta Tese se encontra dividida em quatro capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. No segundo capítulo, abordamos as determinações e a complexidade do fenômeno da população em situação de rua, onde analisamos a pauperização da classe trabalhadora, a emergência da questão social e constituição da superpopulação relativa. As representações existentes acerca da população em situação de rua e que forjam suas identidades, bem como a compreensão sobre o desemprego, a ruptura de vínculos relacionais, como possíveis determinantes da condição em que vivem essas pessoas também foram analisadas neste capítulo.

O terceiro capítulo apresenta e discute a Política de Assistência Social no âmbito das ações voltadas à população em situação de rua, e as particularidades do Centro Pop para a população em situação de rua. Enfatizamos, também, o processo de mobilização política dos sujeitos em situação de rua na luta por seus direitos e na construção de uma Política Pública específica para o segmento, que foi a PNIPSR.

No quarto capítulo, apresentamos a caracterização da PSR no Brasil e no Maranhão, com enfoque em São Luís e Imperatriz, espaços desta pesquisa, onde foi possível percebermos o crescimento desta população. Por meio desse perfil traçado, pudemos identificar quem são, de fato, as pessoas que estão nas ruas, no que diz respeito à cor/raça; sexo; grau de instrução, dentre outras variáveis.

O quinto capítulo trouxe a PSR como sujeito do processo de constituição dos Centros Pops, onde analisamos, a partir da perspectiva destes sujeitos, como usuários dos serviços ofertados, as ações do Centro Pop em São Luís e em Imperatriz,

destacando estes espaços como realidades empíricas da pesquisa, bem como analisamos as percepções dos sujeitos em situação de rua, em suas vivências nas ruas, como um território de medo e liberdade.

Na Conclusão, apontamos limites, desafios, no que diz respeito à efetivação dos direitos da PSR, bem como apresentamos sugestões para a melhoria do atendimento às demandas desse segmento, demarcado por situações de pobreza, desigualdades e riscos.

2 DESVENDANDO AS DETERMINAÇÕES E A COMPLEXIDADE DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O adensamento das populações nas cidades, além da acumulação capitalista, contribui para a ampliação do fenômeno social da população em situação de rua, que enfrenta processos de ruptura, nos mais variados aspectos, repercutindo na falta de perspectivas, na perda de referências, nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, no acesso aos direitos.

O mundo social das pessoas em situação de rua, conforme Snow e Anderson (1998), constitui-se como uma subcultura, um mundo social que não foi essas pessoas que criaram, mas que nele foram inseridas por questões, muitas vezes, alheias e, também, relacionadas à dinâmica do capital.

Desde a Antiguidade, já havia registros de pessoas nas ruas, vivendo na mendicância, na Grécia e na civilização romana existiam pessoas habitando nas ruas; na Idade Média havia, inclusive, uma certa profissionalização da situação de rua e com a industrialização, essa situação se acentua vinculando-se ao desemprego, à não inserção das pessoas no trabalho fabril, gerando, também, as discussões em torno da situação de rua num contexto de mendicância e vagabundagem. (STOFFELS, 1977).

A rua se configura como um espaço de instabilidade, onde aquele que nela se encontra tem no desemprego uma das principais causas que levam a um processo de *rualização*.

A PSR se constitui como um grupo de pessoas que passaram por circunstâncias difíceis, em suas trajetórias de vida, também marcadas pela desigual estrutura do capital, necessitando de acesso aos direitos, aos serviços públicos básicos, por meio de políticas públicas que garantam sua sobrevivência com dignidade.

Neste capítulo, pretende-se desvelar o fenômeno da PSR no contexto do acirramento das tensões sociais, em que esta população sofre com a consolidação do capitalismo e das consequências em suas vidas.

2.1 Pauperismo, pobreza, questão social: implicações do modo de produção capitalista sobre a classe trabalhadora

O estudo acerca da relação entre o pauperismo, a pobreza, a questão social e a configuração da população em situação de rua sob a égide do capitalismo se torna relevante, posto que, com o advento do capitalismo, a pobreza não mais será associada à carência ou ao parco desenvolvimento das forças produtivas, mas à própria lógica do sistema capitalista. E, com isso, a questão social emerge, tendo a pobreza como uma de suas manifestações, expressando as relações de exploração do homem pelo homem, resvaladas no conflito entre as classes sociais.

Nesse ínterim, Marx (2014) aponta que a expansão capitalista produz, em contrapartida, uma população supérflua que ultrapassa as suas necessidades, constituindo um conjunto de trabalhadores que ora é absorvido pela indústria e ora não é, tendo, também, aqueles que estão mais pauperizados e os que possuem uma ocupação de trabalho irregular.

No cerne desse debate, encontra-se a PSR, com precariedades em seus contextos familiares, mas também, com um sistema social vigente que a insere em situação de risco social, empurrando essa população para as ruas.

Torna-se, assim, relevante abordar os aspectos históricos que demarcam a gênese e ampliação da PSR, na relação com a pauperização da classe trabalhadora e a emergência da questão social que impactou, diretamente, na configuração de uma superpopulação relativa, que é parte constitutiva da pobreza, sendo pertinente a discussão sobre as trajetórias e estigmas que essa população traz consigo. Nomações como *morador de rua*, vagabundo, mendigo, pedinte, expressam a deterioração da imagem dessas pessoas.

A pauperização da classe trabalhadora expõe as bases materiais do que, posteriormente, passou a ser denominado questão social². É na análise da produção capitalista que nos deparamos com a gênese do pauperismo na formação de uma superpopulação relativa, que quanto mais se materializa, mais acentua a miséria e a pobreza.

Na obra *O Capital*, em especial nos capítulos XXIII e XXIV, quando Marx (1985) trata da *Acumulação Primitiva do Capital*, verifica-se a intrínseca relação entre

² A questão social e suas expressões serão discutidas na seção 2.3 deste trabalho.

a pobreza e a questão social, em um processo marcado pela expropriação violenta, que separou os produtores de seus meios de produção, constituindo grandes contingentes de pessoas desocupadas, e, assim, a pobreza assume novos contornos, nas sociedades precedentes ao capitalismo.

Lessa (2012) nos ensina que nossos antepassados sobreviveram por terem levado uma vida gregária, vivendo em bandos. A sociedade primitiva ou comunal era baseada no trabalho de coleta, a produção ia se tornando maior, e, com isso, dava-se início a uma incipiente divisão de tarefas, as quais eram distribuídas, de acordo com a autonomia das pessoas, sem controle do tempo de trabalho e sem recebimento de salários. Assim, tudo o que se produzia era suficiente para atender às necessidades coletivas e os indivíduos tinham o mesmo interesse nas sociedades primitivas, que era garantir a sua sobrevivência e a do bando ao qual pertenciam. (LESSA; TONET, 2011).

Os homens viviam em pequenas sociedades e o que predominava era a carência e não a pobreza, pois os alimentos já não eram suficientes para todos, havia escassez de recursos e isso impossibilitava o desenvolvimento de sociedades mais complexas.

Segundo Engels (2012), os homens, naquelas sociedades, eram produtores e, também, consumidores dos produtos por eles criados, o que constituiu grandes coletividades comunistas, a divisão do trabalho era quanto ao sexo (homem e mulher), o que denota relações coletivas e não de exploração de uma classe sobre a outra. O homem cuidava das coisas voltadas à guerra, da procura de alimentos, da produção de instrumentos, enquanto a mulher cuidava da casa, da comida, da confecção das roupas.

Nas sociedades primitivas, quando se esgotavam as possibilidades de alimentos, os grupos partiam em busca da sobrevivência em outros lugares. Nas relações comunais, nesse contexto, não havia propriedade privada, classes sociais, nem dominação política e econômica. (BIZERRA, 2016).

Como as forças produtivas tinham um baixo desenvolvimento, aliado a isso, a escassez de alimentos ocasionava a extrema pobreza e para evitar essa situação, nas comunidades todos trabalhavam e todos usufruíam do produto do trabalho. As funções administrativas também eram exercidas pelos cidadãos, em coletividade, não havia o Estado enquanto instância política.

A situação de escassez passa a ser modificada quando os instrumentos e técnicas de produção avançam, em relação ao cultivo do solo e a criação dos animais, com isso, alteram-se as relações sociais estabelecidas, por meio da produção de um excedente que potencializa uma nova riqueza social. (MANDEL, 1982).

A produção do excedente mudou as formas de organização social, enquanto a produção era relativamente pequena, não gerava desigualdades nas comunidades aldeãs, mas quando a produção aumentou, devido aos métodos de cultura, as condições para a desigualdade emergem, promovendo uma divisão social e econômica do trabalho. É o acúmulo do excedente que ocasiona a exploração dos homens entre si.

Na sociedade feudal, o modo de produção era baseado na servidão, os camponeses tinham a posse dos meios de produção, porém entregavam uma parte da produção aos senhores, além de trabalharem alguns dias, nas terras senhoriais, de forma gratuita. (SINGER, 1994).

Na Idade Média, o indivíduo pobre tinha sua proteção garantida pela comunidade à qual pertencia e pelos vínculos construídos, assim, a segurança lhes era garantida em troca da dependência em relação ao grupo. (CASTEL, 2005).

Essa prática ficou conhecida como proteção próxima, o rico no ato de proteger o pobre também se protegia das ameaças externas, havia, inclusive, contratos que eram formalizados e que ocasionavam vínculos perpétuos de servidão voluntária. Mollat (*apud* LEITE, 2002, p. 9) apresenta um exemplo desse contrato:

Como todos sabem muito bem que não tenho com que me alimentar e me vestir, solicitei a vossa piedade, e vossa vontade me concedeu, poder entregar-me a vós ou confira-me à vossa proteção [...], deveis ajudar-me, no que diz respeito a alimento e vestuários, para que eu possa servir-vos e ser merecedor do que me dais.

Segundo Leite (2002), o processo de naturalização da pobreza ignora a causalidade que a pobreza tem com a história, concebendo-a como algo de fora do mundo social. Havia uma crença de que a pobreza existia porque Deus a criara, a concepção de que há pobres para que os ricos possam se redimir dos seus pecados.

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, o entendimento sobre a pobreza sofre alterações, passando o pobre a não ser mais visto como um próximo, mas sendo identificado com a figura do vagabundo, elemento que passa a representar a pobreza na perspectiva das classes dominantes. Nesse sentido, houve discursos moralizantes e voltados aos ociosos, vagabundos, o que refratou a mudança por conta

do aumento das camadas urbanas pobres e da concepção de utilidade dessa mão de obra, que até então, não era aproveitada.

Castel (1998) denomina de pobreza móvel ou indigência móvel a mudança de perspectiva sobre os pobres, que eram identificados como forasteiros, o que ocasionou o ressurgimento das migrações, devido a expulsão dos camponeses do meio rural, no processo conhecido como cercamento ou fechamento dos campos. Com o surgimento da pobreza móvel, por conta das migrações, o sistema baseado nas proteções próximas é rompido.

No século XIV, a peste negra se constituiu como um problema para os pobres, que foram responsabilizados pela mesma, reforçando a concepção de que estes ameaçavam a ordem estabelecida e eram moralmente corruptos.

A população foi dizimada pela peste negra, que se abateu sobre a Inglaterra, em 1348. No ano seguinte, foi aprovada a primeira *Lei de Vadiagem*, com o objetivo de forçar o contingente cada vez mais reduzido de trabalhadores a aceitar empregos de baixa remuneração, na tentativa de impedi-los de migrar. (SNOW; ANDERSON, 1998).

Durante os anos Tudor, a pobreza considerada como vadiagem era duramente reprimida, “[...] caças humanas militares eram organizadas periodicamente para recolher os moradores de rua e, uma vez presos, eram com frequência submetidos ao tronco, ao açoite e, às vezes, à força”. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 32).

As Leis do Cercamento e da industrialização precoce foram reconhecidas como razões fundamentais para o crescimento do desabrigo, conforme apontam Snow e Anderson (1998, p. 32):

Entre a metade do século XVI e a metade do século XVII, a população da Inglaterra quase dobrou, e a proporção de adolescentes, o grupo demográfico mais exposto ao risco do desabrigo, também aumentou. Além da maior competição por recursos, os membros das classes mais baixas experimentaram aumentos constantes de aluguéis e preços de alimentos durante esse período de cem anos, aumentos que foram exacerbados por uma queda nos salários reais.

As leis serviam para substituir a servidão. Os sujeitos em situação de rua, no século XIX, já não recebiam tantas críticas quanto no período Tudor, que começou por volta de 1485. Houve um deslocamento da preocupação com a ociosidade para uma preocupação com o que era compreendido como criminalidade perigosa.

O agravamento da pobreza, na Idade Média, trouxe à tona a estratégia da reclusão em hospitais, a assistência prestada a estes seria no sentido de reabilitá-los.

Nesse período, havia o mendigo válido, que era aquele que podia receber a caridade, e tinha que cumprir algumas regras, como não pedir esmolas, sendo assim, útil para o Estado. Já o mendigo incorrigível era aquele que praticava resistência a qualquer possibilidade de trabalho, opondo-se a todas as soluções propostas pelos reis, legislações e governos locais. (CASTEL, 1998). O Decreto de João II, em 1351, na cidade de Paris, impunha aos que estavam ociosos, mas eram sadios de corpo, homens e mulheres, que cumprissem alguma tarefa para ganhar a vida ou que, então, deixassem a cidade de Paris.

Segundo Geremek (1994), o pobre que renunciasse à pobreza secular poderia ser considerado moralmente superior aos ricos. No século XIII, St. Louis, rei francês, cortou pão e vinho e serviu, ele mesmo, aos pobres, o que não significava que os pobres não fossem tratados com desprezo e indiferença pela sociedade. Os ricos, no ato de proteger os pobres, também se protegiam das ameaças externas, vindas de outras coletividades.

A ameaça constante de guerras e a fome contribuíram para que a pobreza se expandisse, ocasionando mortes coletivas e até mesmo venda de carne humana. (GEREMEK, 1987).

Pereira (2006) afirma que a pobreza é tão antiga quanto os primeiros tipos históricos de sociedades, visto que o precário desenvolvimento das forças produtivas promoveu a escassez e adensou a pobreza. Essa escassez possibilitou a servidão, que se deu através da troca da força de trabalho, pela garantia das condições de sobrevivência. Com isso, os senhores de escravos e feudais tinham direitos sobre seus escravos.

A pobreza resultava, nas sociedades pré-capitalistas, da insuficiente produção de bens de consumo, no entanto, nas sociedades capitalistas, a pobreza vai resultar da acumulação privada da riqueza e exploração do trabalhador. (PAULO NETTO, 2001). Esta riqueza produzida não gera sua distribuição. Conforme Paulo Netto (2006), o crescimento econômico não seria a única forma de combater e enfrentar o pauperismo que decorre da acumulação capitalista. Ademais, a pobreza é um elemento fundante da acumulação capitalista.

Após o exaurimento das relações feudais, o trabalhador se encontrava *livre*, por não pertencer a ninguém mais como servo, ou escravo, e *livre* dos seus meios de produção, portanto, livre para a venda de sua força de trabalho. O processo que cria o trabalhador assalariado, cria a *relação-capital* e a acumulação primitiva, “[...] o

grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária” e por meio da “usurpação de sua terra comunal”. (MARX, 1985, p. 264).

Partindo do entendimento de Marx (1985), acerca dos determinantes da acumulação capitalista e dos impactos da pauperização da classe trabalhadora, analisamos a acumulação primitiva e os dois sujeitos da gênese histórica do capitalismo: o capitalista e o trabalhador. Com o declínio da sociedade feudal, o trabalhador se encontrava *livre*, ficando, assim, sujeito ao modo de exploração capitalista, sendo transformado em trabalhador assalariado, a partir da violenta expulsão do campesinato, por meio da usurpação da terra comunal. As leis que eram criadas, nesse período, legitimavam a crueldade praticada contra os camponeses, posto que a terra supria as necessidades dos camponeses e era preciso separá-los desses meios de produção, para que pudessem se dispor a vender sua força de trabalho, em troca de um salário.

Segundo Huberman (1985), as terras utilizadas para as pastagens do gado e para a produção agrícola, com o processo dos cercamentos foram roubadas, o que contribuiu para que os camponeses tivessem suas terras expropriadas.

A transição do feudalismo para o capitalismo, como todo processo revolucionário, não foi pacífica. Na acumulação originária, a imposição política e a violência foram mecanismos fundamentais. A burguesia solapou todas as formas feudais de organização da sociedade que ainda resistiam na Europa. Essa burguesia revolucionária possuía interesses particulares, diferentes dos interesses das massas populares; lutava contra o feudalismo, mas pretendia instaurar uma nova dominação de classe, o que ocasionou a “[...] ocultação ideológica (consciente ou não) de seus verdadeiros objetivos e do verdadeiro sentido do processo histórico”. (LÖWY, 1988, p. 190).

A industrialização e o cercamento das terras comunais foram primordiais para o crescimento das pessoas em situação de rua. Mesmo com a indústria nascente, as vagas para o trabalho, não eram geradas na mesma proporção e, assim, algumas pessoas foram para as ruas e eram divididas entre aptas e inaptas ao trabalho; os aptos ao trabalho que mendigavam pelas ruas recebiam um tratamento disciplinar, pois eram considerados como vagabundos e não mereciam a caridade, já os inaptos ao trabalho recebiam uma assistência paliativa e possuíam licença para mendigar.

Havia leis sanguinárias que puniam os *vagabundos*, impedindo a mendicância e fazendo com que muitos trabalhadores se sujeitassem a qualquer salário e, além disso, o povo era impedido de ajudar qualquer mendigo que estivesse com condições físicas de trabalhar. (PEREIRA, 2007).

Assim, o capitalismo se desenvolveu sob duas formas históricas: a cooperação, por meio da atuação de grande contingente de trabalhadores, produzindo a mesma espécie de mercadoria e sob o comando do mesmo capitalista e a segunda forma foi a manufatura, entre meados do século XVI e o último terço do século XVIII, a qual decompõe as formas de produção artesanal. (MARX, 1994).

A pauperização do trabalhador se deu no início da industrialização, no século XIX, na Inglaterra. A *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, capítulo XXIII de *O Capital*, expressa que é no processo de acumulação, na relação entre o capital constante e variável, que se estabelece a superpopulação relativa e é no contexto dessa superpopulação que habita o pauperismo.

Nesse capítulo, Marx (1996) demonstra a influência do crescimento do capital sobre a vida da classe trabalhadora. Amplas camadas populacionais foram relegadas à pobreza, em meio ao processo de industrialização e, com isso, surgiram muitos questionamentos sobre como enfrentar a situação e algumas medidas foram sendo tomadas, desde a *Nova Lei dos Pobres*³ até ações de cunho filantrópico, realizadas por representantes da Igreja, do Estado e da sociedade. (PIMENTEL, 2012).

Para Marx (1996, p. 246), “[...] o crescimento do capital implica no crescimento da parcela variável ou convertida em força de trabalho”, o que significa que há uma parte do capital que adquire valor no processo produtivo e é utilizada para a compra da força de trabalho por meio do pagamento dos salários, garantindo a sua reprodução.

A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado e, dessa forma, “[...] multiplica a massa dos pobres laboriosos” (MARX, 1996, p. 246). É nesse

³ No decorrer do século XVI ampliou-se o número de trabalhadores que não conseguiam assegurar sua subsistência de forma autônoma, e a partir de então, as paróquias foram designadas por meio de Estatutos para a prestação de socorro aos pobres. Segundo Martinelli (1993), esta Lei tornava sem cidadania econômica, as pessoas atendidas pela assistência pública. Em 1601, a Lei dos Pobres estabeleceu um sistema de gestão pública dos pobres. Instituída no século XVII. Passa a sofrer ataques, no século XVIII, posto que havia uma disputa entre o capitalismo industrial emergente e a gestão do pauperismo, o que culminou em 1834, com um Ato de Emenda, que teve muito mais o intuito de vigiar e moralizar os pobres do que, de fato, prestar assistência aos mesmos. Esse ato constituiu a nova Lei dos Pobres. Através da influência de Malthus, a beneficência seria considerada um estímulo à miséria, havendo a separação entre os pobres, objetos de ações assistenciais e os disfuncionais, comparados a uma ameaça à ordem.

contexto, marcado pela industrialização, no final da primeira metade do século XIX, que Marx postula sua crítica à ordem burguesa e ao trabalho. Nas palavras de Marx (1983, p. 153):

[...] o processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais [...].

Sob os auspícios do capitalismo, há uma massa permanente de desempregados e interpretações distintas a respeito disso. Umas naturalizam o fenômeno, tornando-o comum a toda ordem econômico-social e outras que o relacionam a uma a-histórica lei da população. De qualquer forma, o amplo contingente de desempregados pressiona os salários a um patamar inferior, função desempenhada pelo exército industrial de reserva⁴ no âmbito do capitalismo.

Nesse sentido, os sujeitos não absorvidos pelas indústrias têm suas vidas diretamente afetadas, muitos passam a viver nas ruas, e suas rotinas, bem como opções de sobrevivência, são perpassadas pelas tensões políticas, e estes ora são objeto de compaixão, ora de desprezo e de medo, por parte da população, porque acreditava-se que haviam escolhido esse modo de vida e, dessa forma, deveriam ser expulsos da cidade ou terem seus acessos restringidos, para não contaminarem os cidadãos de respeito. (SNOW; ANDERSON, 1998).

A formação da superpopulação relativa passa a ser um processo contínuo, mantendo a oferta e a procura de trabalho, atendendo às necessidades do capital, o que fortalece o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (SILVA, 2009).

Os imigrantes rurais que conseguiam um emprego nas cidades tinham que se adaptar ao ritmo da produção na manufatura, que era diverso do trabalho na agricultura. Os trabalhadores que não se adaptaram às manufaturas formaram uma legião de mendigos, ladrões, o lumpemproletariado, tratado como pária da sociedade, como se os mesmos tivessem escolhido ficar desempregados ou esmolando nas ruas.

A ideologia conservadora os tratava como indivíduos inadaptados, disfuncionais, considerados como moralmente fracos, o Estado, então, lhes daria um

⁴ “[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista”. (MARX, 2012, p. 107).

tratamento mais *firme*. Apoiada nessa ideologia, a nova forma de pobreza não foi enfrentada pelo Estado em suas causas estruturais, com a expropriação dos meios de produção e da propriedade privada e a *questão social* foi tratada com a compaixão religiosa ou, nos casos extremos, como caso de polícia. Assim sendo:

As legislações sociais propostas pela burguesia na primeira metade do século XIX – combate a vadiagem, mendicância – não enfrentaram o núcleo central da nova pobreza, limitando-se a atuar nos seus sintomas, efeitos e expressões. A atuação do Estado visava mediar, de forma institucional, os conflitos antagônicos de classe e apaziguar as tensões sociais derivadas do modo de produção capitalista, sem tocar no seu cerne, a relação de exploração que envolve capital e trabalho assalariado. (BRANCO, 2006, p. 45).

Marx (1996, p. 273) afirma que o lumpemproletariado propriamente dito, abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, consiste em três categorias: os aptos para o trabalho, “[...] uma massa que se expande a cada crise e decresce a toda retomada de negócios”. Em seguida, têm-se os órfãos e crianças indigentes, candidatos ao exército industrial de reserva e em momentos de prosperidade são incorporados ao exército ativo de trabalhadores; em terceiro lugar, têm-se os degredados e maltrapilhos, são indivíduos que sucumbem à sua imobilidade, pois não se inserem na divisão do trabalho. Têm-se, ainda, aqueles que são vítimas da indústria e de sua maquinaria perigosa, os aleijados, doentes, viúvas, etc.

A pobreza constitui-se como decorrente das relações sociais de produção, manifestando-se no capitalismo, assumindo, assim, novos contornos que a diferenciam das sociedades precedentes, posto que conceber-se-á como um fenômeno decorrente da exploração do homem pelo homem, no bojo do capitalismo, tendo a pobreza gerada de um lado, e a riqueza, do outro, como Marx preconiza na *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, o que denota a contraditoriedade própria da natureza do capitalismo.

A população trabalhadora, apta ou inapta para o trabalho, se torna alvo da preocupação dos filantropos na assistência social, constituindo ações de reformismo social sobre o pauperismo, com o intuito de evitar a revolta dos trabalhadores perante o pauperismo e as condições aviltantes de trabalho. (PIMENTEL, 2012).

O pauperismo constitui, para Marx (1996), o peso morto do exército industrial de reserva, sua produção e necessidades estão incluídas na superpopulação relativa⁵. Quanto maior o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, mais consolidada está a superpopulação. “Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial.” (MARX, 1996, p. 274).

A pauperização acentuada, a qual dá o tom das lutas sociais, se estabelece na relação capital x trabalho, regida pela *Lei Geral da Acumulação*, onde o capital tem sempre uma necessidade de expansão que não abarca a população de trabalhadores *livres*.

O trabalhador livre, para Iamamoto (2004), é separado das condições de seu trabalho, que são monopolizadas pelo capital. Dessa forma, este se torna um pobre, posto que é excluído de toda riqueza objetiva, sendo alijado das condições necessárias para seus meios de sobrevivência. O inexistente acesso à riqueza socialmente produzida é uma das condições que caracteriza a população em situação de rua.

Depreende-se que a formação de uma superpopulação relativa e de um exército de reserva, promovidos pela acumulação capitalista, não são os únicos determinantes para o fenômeno da população em situação de rua, no entanto, estão entre os principais. (SCOREL, 1999)

Compreender este fenômeno implica um debate teórico, contemporâneo, porém, também histórico, a fim de que não sejam feitas análises lineares acerca dessa realidade, daí a importância de refletirmos acerca da pauperização da classe trabalhadora, das condições a que são submetidas esta classe, haja vista os determinantes histórico-estruturais que deram origem e reproduzem o fenômeno e o movimento de expansão do capital, o qual traz desdobramentos para esta população.

⁵ Há variadas matizes dessa superpopulação relativa, assumindo, assim, três formas: a *flutuante* aparece nos grandes centros industriais, ora repele, ora retrai os trabalhadores; a *latente*, que é a redução da demanda da força de trabalho na agricultura, que não é absorvida nos polos urbano-industriais; e a *estagnada* população que faz parte do exército ativo, com uma ocupação irregular. Os segmentos da classe trabalhadora participam dessa superpopulação, sob formas distintas. A superpopulação está continuamente adaptada às necessidades do capital e da acumulação. (MARX, 1994).

2.2 A população em situação de rua como expressão da questão social

A gênese da questão social possui como fenômenos constitutivos, o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia, por volta de 1830, período histórico marcado pela industrialização, urbanização, pelas migrações humanas, e pelo aparecimento da classe operária. Contudo, é necessário situar essa questão mais especificamente com a emergência e desenvolvimento do modo de produção capitalista, com o processo denominado de pauperismo, no século XIX, bem como com as lutas deste século, que têm início na *pré-história do capitalismo*, na Inglaterra, entre o último terço do século XV e o início do século XVI, processo histórico de dissociação do trabalhador de seus meios de produção.

As condições histórico-estruturais nos mostram que o fenômeno da PSR se expandiu no bojo do modo de produção capitalista. Com a generalização do pauperismo na Europa, conforme nos aponta Silva (2009), muitos dos camponeses não foram incorporados à indústria nascente, além de não conseguirem se adaptar ao ritmo de trabalho, sendo, assim, relegados à mendicância e outras situações degradantes, fazendo eclodir em toda a Europa, do seio do pauperismo, a população em situação de rua.

Os que foram absorvidos pela indústria se transformaram em assalariados sem direitos, e os que não o foram tornaram-se mendigos, vagabundos, ladrões (MARX, 1988), muitos transformaram-se em pessoas em situação de rua, criando e reproduzindo uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, já explicitados anteriormente.

Costa (2011) configura a questão social em três dimensões articuladas: 1) Os determinantes da acumulação capitalista e da pobreza; 2) a luta de classes como reação da classe trabalhadora à exploração; 3) O Estado atuando na garantia de direitos e políticas sociais, no intuito de atenuar os conflitos de classes e manter a coesão social, dimensões que são econômica, política e de intervenção estatal, revelando como funciona a produção capitalista e seus impactos na pauperização da classe trabalhadora.

As expressões da questão social, na atualidade, possuem um cunho socioeconômico, encontram-se atreladas à precariedade das relações familiares, ao empobrecimento, ao desemprego, constituindo-se, também, como um fenômeno urbano, exprimindo os aspectos sociais que se encontram nessas relações. Segundo

Silva (2009), são vários os fatores que fazem com que este fenômeno se constitua como urbano, como a circulação do capital, a infraestrutura, a geopolítica dos centros, além do fato de os municípios menores também não possuírem as condições para que muitos dos seus habitantes lá permaneçam e, assim, estes migram para as cidades, para manter o seu sustento e, muitas vezes, o de sua família.

Expressa no empobrecimento do trabalhador, a *questão social*⁶ tem seu fundamento na economia capitalista. Quando os trabalhadores começaram a perceber que quanto mais trabalhavam, mais produziam riqueza para outros e que, cada vez mais, sua função de valorização do capital mostrava-se para eles bastante precária, procuraram por meio das *Trade's Unions* “[...] planejar e organizar uma ação conjunta dos empregados com os desempregados na tentativa de eliminar ou enfraquecer as terríveis consequências daquela lei natural da produção capitalista que incide sobre sua classe”. (PIMENTEL, 2012, p. 156). O aspecto político da *questão social* aparece na resistência,⁷ que tanto ameaça à ordem burguesa.

Expressão ampliada das desigualdades sociais, a questão social para ser enfrentada deve atender às necessidades da coletividade dos trabalhadores, por meio das responsabilidades que o Estado deve assumir com a formulação e implementação de políticas sociais, universais. Em cada momento histórico, a questão social apresenta novas feições e seu enfrentamento resulta dos processos de lutas sociais em torno dos direitos dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2004).

Para Paulo Netto (2001), o uso indiscriminado da expressão questão social fez com que a mesma adquirisse várias atribuições e significados, mas a certeza em relação a este conceito é que se refere ao pauperismo absoluto dos trabalhadores.

As reflexões de Castel (1998) e Rosanvallon (1998) acerca da questão social recuperam seu percurso histórico, partilhando com a concepção de que o aparecimento da questão social está vinculado ao fenômeno do pauperismo, decorrente da industrialização na Inglaterra, no século XVIII. Os autores entendem que a questão social será resolvida por técnicas securitárias atuando sobre a miséria e a desigualdade, frutos da industrialização, no intuito de manter a coesão social.

⁶ Em alguns momentos, questão social aparece com aspas em conformidade com o entendimento de estudiosos do conceito que nos apreendem como um conceito com origem de base conservadora.

⁷ Como afirma Iamamoto (2014), a questão social, em sendo desigualdade é também rebeldia, posto que produz interesses distintos.

Os autores que defendem a concepção de uma nova questão social compreendem que os métodos utilizados para a gestão do social, com a crise do Estado Providência, no fim dos anos 1970, foram inadequados, o que configura, para Rosanvallon (1998), uma crise filosófica, que requer uma problematização acerca da questão social.

Concorda-se com Pimentel (2012) que Castel e Rosanvallon interpretam a questão social nos limites da aparência, no seu aspecto fenomênico, pois não pretendem desvelar as determinações e raízes do problema.

Para Rosanvallon (1998), a questão social foi uma expressão criada devido às disfunções causadas pela sociedade industrial. Segundo o autor, uma nova *questão social* emergiu com o desemprego estrutural e as novas manifestações da pobreza e da miséria. Finca suas análises na esfera do Estado, na crise do Estado-Providência, enfatizando a distribuição equitativa da renda, sem se ater às desigualdades da produção, não adentra nas causalidades do conflito capital-trabalho. O paradigma da exclusão absorve o paradigma da luta de classes.

Em sua obra *Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*, Castel (1998) analisa as metamorfoses sofridas pela questão social ao longo das transformações sociais, econômicas, políticas desencadeadas na sociedade. Para o autor, a questão social se constitui a partir da tomada de consciência das condições de vida das populações vítimas da Revolução Industrial. O enfraquecimento da situação salarial, o desemprego em massa, a instabilidade no trabalho são efeitos de uma nova questão social, sendo que o autor utiliza o termo *desfiliação*⁸.

A partir destas reflexões, discordamos da perspectiva de que há uma nova questão social, posto que o que há são novas manifestações da questão social, instituída no século XIX, a qual nunca foi superada.

Destarte, cumpre-nos ressaltar que as pessoas em situação de rua ocupam os centros urbanos não constituindo mais somente a figura clássica do mendigo ou do pedinte, são homens e mulheres trabalhadores, no mais das vezes, informais, alijados das condições dignas de sobrevivência, afetados pelo desemprego, pobreza e outras manifestações da questão social.

⁸ Castel (1998) recusa o termo exclusão, por entender que a simples constatação de estados de privação não permite analisar os processos em que ocorrem as carências, por isso, utiliza o termo desfiliação. Para ele, as sociedades modernas são construídas tendo por base a insegurança, a incapacidade de proteção aos indivíduos, decorrendo disso, a vulnerabilidade social, a segregação e a desfiliação, o crescimento da *vulnerabilidade das massas* ameaçam a coesão social.

O fenômeno da PSR decorre de múltiplas determinações. Têm-se os fatores estruturais (ausência de moradia, trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais); os fatores biográficos, que incluem a história de vida de cada pessoa, suas rupturas de vínculos familiares, doenças mentais, infortúnios pessoais, como morte de parentes, roubos de bens, etc. e, ainda, os fatores naturais, como enchentes, inundações, etc., sendo os fatores mais frequentemente apontados nos estudos e pesquisas sobre a população em situação de rua a ruptura de vínculos; inexistência ou ausência de trabalho regular; uso de álcool e drogas, situações de desabrigo, cabendo aqui enfatizar que a história mostra que o fenômeno está nitidamente vinculado à sociabilidade do capital, como dito anteriormente. (SILVA, 2009).

No que concerne aos fatores estruturais, com ênfase na venda da força de trabalho, é necessário que o trabalhador obtenha condições que garantam a sua sobrevivência. Além disso, vale destacar que o incremento tecnológico reduz os postos de trabalho e a crise econômica amplia o desemprego, o que dificulta cada vez mais a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, acarretando uma pressão sobre o provedor familiar, não só por parte da família, mas também do mercado de trabalho. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004).

Este é um dos caminhos possíveis de chegada até à rua, momento em que o trabalhador, sob essa pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho, atravessando o limiar tênue que no imaginário social estabelece os parâmetros de uma ordem legítima de vida. Considerando-se a questão do ponto de vista estrutural, tem-se que o mercado de trabalho na sociedade capitalista se organiza levando em conta uma mão-de-obra de reserva que tem como função a regulação do sistema produtivo [...]. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 19).

Na contemporaneidade, há diversas situações que conformam a questão social, afetando as pessoas no que diz respeito ao acesso a direitos sociais, ou violando-os, fragilizando as composições familiares, pois o risco social ao qual as pessoas são levadas promove as rupturas de vínculos, seja devido à inserção destas na criminalidade, ao envolvimento com drogas, à situação de rua.

Para enfrentar a questão social, as desigualdades sociais e de classes precisam ser decifradas e analisadas nos recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, além de decifrar, também, as expressões de resistência que os sujeitos sociais constroem.

Há uma pluralidade de sujeitos sociais e políticos, a sociedade tem se tornado cada vez mais complexa, as manifestações da questão social devem ser explicadas

a partir dos interesses contraditórios que geram as desigualdades no sistema capitalista. (PASTORINI, 2004).

Grandes contingentes da população superexplorada têm vivido na miséria. Numa era de barbárie social como a que estamos, a questão social vem sendo reposta, expondo os próprios limites do capital, o qual perde sua força civilizatória. (ALVES, 2013).

A partir da teoria crítica, a questão social é indissociável da acumulação do capital e das consequências desta sobre a classe trabalhadora, sendo fundamental desocultar os fetichismos que acompanham os componentes da riqueza. (IAMAMOTO, 2004).

A problemática do acesso ao trabalho e ao território são elementos que demarcam as necessidades das pessoas em situação de rua e das precariedades manifestas em sua luta por sobrevivência.

Dessa forma, essa população enfrenta inúmeros problemas:

Percebemos que há uma superposição das precariedades no espaço e que todo o conjunto das condições de vida, tanto os aspectos diretamente ligados à esfera da produção (condições e relações de trabalho), como os ligados à esfera da reprodução da vida (condições de moradia e urbanidade) são engendrados e afetados pelo metabolismo social do capital e sua lógica fragmentadora. (PEREIRA, 2009, p. 4).

A sociabilidade do capital afeta as condições de vida e de existência do ser social, fora e dentro do trabalho. Fora do trabalho, o indivíduo não consegue acessar condições dignas de moradia, saúde, educação, alimentação, lazer, e *dentro* do trabalho, cada vez mais o capitalismo em sua face contemporânea tem limitado os trabalhadores estáveis e com garantias formais, intensificando, assim, os trabalhadores instáveis e aqueles que já se encontram há bastante tempo fora do mercado. (PEREIRA, 2007).

O aumento das pessoas em situação de rua é uma consequência das transformações no mundo do trabalho, em meio ao capitalismo contemporâneo, um conjunto de pessoas sem renda, sem trabalho, sem habitação, que possuem em suas vidas as implicações diretas da questão social.

Nesse sentido, a sociedade do capital descarta os que não a interessam, porém, não há um lugar na sociedade reservado ao refugio humano, numa comparação do ser humano aos restos, dejetos, segundo Bauman (2005, p. 12):

A produção de “refugio humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os excessivos e redundantes, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto

inevitável da modernidade, é um acompanhante inseparável da modernidade [...].

Bauman (2005) menciona as consequências da globalização com o cenário onde a vida humana está imersa e dividida entre aqueles que conseguiram avançar com a modernidade e os que não conseguiram, sendo denominados de refugo humano. Uma globalização excludente e que acentua as manifestações da questão social, causando fome, desemprego, mortes, insegurança.

Pode-se depreender dessa concepção de Bauman (2005) que as pessoas em situação de rua se encaixam na perspectiva do refugo humano. Para o autor, o Estado lava as mãos perante a vulnerabilidade e a incerteza que provêm da lógica ou da falta de lógica do mercado.

Escorel (1999) e Rosa (2005) compreendem que a saída das pessoas de sua casa tem relação com a procura de condições que satisfaçam as necessidades de seu grupo familiar e, muitas vezes, não encontrando essas condições dormem nas ruas, por não terem outra opção, procuram trabalho, não encontram, mas continuam na rua, devido à vergonha por terem *fracassado*, enquanto provedores de seus lares.

Convém frisar que a PSR se constitui como expressão radical da questão social, é uma expressão inconteste das desigualdades sociais que resultam das relações sociais capitalistas, na articulação capital/trabalho. (SILVA, 2009).

No cerne desse debate, enfatizamos a particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, onde compreendemos a questão social com suas raízes coloniais escravistas, expressando as contradições, as lutas, conflitos inerentes ao capitalismo brasileiro, por meio do enfrentamento à servidão indígena, à expropriação do negro. Em muitas dessas lutas, prevalecera um caráter elitista, mas, também, houve a presença das massas, no que diz respeito às lutas pela terra, contra a exploração e extermínio indígena e pelo fim do trabalho escravo. (SILVA, 2008).

Prado Júnior (1970) nos aponta a necessidade de retomarmos o passado colonial brasileiro para compreendermos sua dependência econômica, política, social, haja vista sermos uma totalidade complexa em meio à dinâmica capitalista.

No Brasil Colônia, houve, de início, uma sujeição do colono ao trabalho, sendo substituído pelas mãos de obra indígena e a africana, o que constituiu:

[...] uma sociedade colonizada nos marcos do capitalismo mercantil europeu e estruturada na grande propriedade rural, em que o setor predominante foi a lavoura inicialmente de açúcar e depois de café, justificando-se a exploração do trabalho escravo pelo baixo custo de sua mão de obra, porque o colono não veio para trabalhar, mas somente para conduzir. Essa exigência

explica o ressurgimento da escravidão já extinta no Ocidente. (SILVA, 2008, p. 6).

A economia escravista adotada pelos colonizadores estabeleceu vários problemas, dentre estes, a questão da discriminação étnico-racial. A história do mundo moderno, para Ianni (2004), é a história da questão social, tendo como dilemas as desigualdades masculino-feminino, os antagonismos entre as classes sociais, a questão étnico-racial, com suas implicações políticas, culturais, sociais, econômicas, ideológicas, revelando a latência da escravidão como raiz da questão social na formação social brasileira.

A escravidão colonial foi fundamental para dinamizar o capitalismo europeu, o qual almejava expandir-se. Assim sendo, o racismo se encontra no bojo da violência dos processos de acumulação primitiva do capital.

A realidade da PSR revela os resquícios de um passado conservador escravocrata, que se atualiza nas múltiplas dimensões do capitalismo periférico brasileiro. Ademais:

Discutir o fenômeno população em situação de rua é desvelar o(s) lugar (es) e as continuidades das relações de colonialidade legadas a homens e mulheres africanas, negras e empobrecidas desse país com o comércio de corpos escravizados (proibido em 1850), pós-abolição da escravatura (66 anos após a proclamação da independência) e pelo modelo racista como foi introduzido o trabalho livre (assalariado) no Brasil (MEDEIROS, 2019, p. 23).

Essa população é, majoritariamente, composta por pessoas negras e pardas, o que configura que há determinações econômicas, estruturais, para esse fato, resultando, também, de um processo histórico racista, que se constitui de variados componentes, como machismo, lesbotransfobia, violências por ciclos de vida, por condição de deficiência, pobreza (MEDEIROS, 2019).

Compreendemos que este fenômeno é não só expressão radical da questão social, mas, também, manifestação da questão racial, posto que, no século XVIII, a população livre e liberta do Brasil representava quase metade da população de 3 milhões de habitantes. A origem da PSR, no Brasil, não se vincula a uma população sobrando, que não foi absorvida pelo trabalho assalariado, tal como acontecera na Europa Ocidental, passando a se constituir um grupo de:

[...] mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia, que, como os anteriores, não encontravam forma de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata. Como os demais, eram indivíduos de vários matizes e origens sociais, que se enquadravam na ampla gama dos desclassificados: majoritários segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de 'vadios' (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 279).

A luta contra a opressão racial é intimamente ligada à luta de classes. O racismo é estruturante das relações sociais e das desigualdades no Brasil. Assim, podemos afirmar que a gênese da PSR no Brasil (denominada na historiografia brasileira como vadios, capoeiras, mendigos, malandros) é “[...] marcada pelo escravismo e pelo processo de transição da sociedade escravocrata para a sociedade de classes” (MEDEIROS, 2019, p. 16).

Para enfrentar as vicissitudes provocadas pelas manifestações da questão social junto ao segmento da população em situação de rua, é *mister* que o Estado implemente políticas sociais, “[...] apesar dos limites que esse tipo de enfrentamento possui no que se refere à alteração das causas estruturais do fenômeno, os direitos humanos devem ser respeitados, assim como os direitos sociais.” (SILVA, 2009, p. 193).

A partir destas reflexões, compreende-se a relação intrínseca que há entre a população em situação de rua e a questão social e que seu enfrentamento requer ações organizadas coletivamente pelos sujeitos em situação de rua, na perspectiva de pressionar o Estado com respostas na forma de direitos garantidos e materializados em políticas públicas, além, é claro, de se pensar e discutir acerca das implicações da sociabilidade do capital no contexto da situação de rua e do acirramento das desigualdades sociais existentes.

2.3 Ser da Rua x Estar na Rua: demarcando trajetórias, estigmas e configurações acerca da população em situação de rua

O fenômeno da PSR, como mencionado anteriormente, decorre de múltiplas determinações. Têm-se os fatores estruturais (ausência de moradia, trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais); os fatores biográficos, que incluem a história de vida de cada pessoa, suas rupturas de vínculos familiares, doenças mentais, infortúnios pessoais, como morte de parentes, roubos de bens, etc. e, ainda, os fatores naturais, como enchentes, inundações, etc. Dentre estes fatores, os mais frequentemente apontados nos estudos e pesquisas sobre a população em situação de rua são a ruptura de vínculos; inexistência ou ausência de trabalho regular; uso de álcool e drogas, situações de desabrigo, cabendo aqui enfatizar que a história mostra que o fenômeno está nitidamente vinculado à sociabilidade do capital. (SILVA, 2009).

Na análise sobre esse grupo populacional, encontram-se representações pejorativas acerca da PSR que se materializam nas relações sociais, como mendigo, vagabundo, preguiçoso, sujo, interferindo na identidade dessas pessoas, com muitas tipificações que os constituem, desde sua origem, como um agregado bastante heterogêneo. Os moradores da Rua de Austin⁹ eram retratados como *desafortunados*. Nessa situação, quem se encontra na rua faz parte de uma subcultura, partilhando de singularidades, tais como ter que sobreviver nas ruas e becos, configurando uma vida envolta em incertezas¹⁰. (SNOW; ANDERSON, 1998).

O empobrecimento se constitui, nesse processo, como determinação estrutural da questão da PSR. No período de expansão do capitalismo nas cidades, a limitada absorção das pessoas no mercado de trabalho gerou uma massa de miseráveis que, segundo Geremek (1995), enchia as praças e ruas, e contavam com a comida ou a esmola de um passante.

Telles (1990) discute a pobreza como condição de vida da classe trabalhadora. O empobrecimento desta classe implica em um imaginário onde as figuras da pobreza extrema acarretam desagregação moral, desordem e desrazão. Assim,

A pobreza não se reduz, portanto, a uma questão meramente econômica, se constituindo, também, em parâmetro de avaliação social. Nesse contexto, a população de rua que, indiscutivelmente, se encontra em situação de extrema pobreza, tem seu lugar social demarcado, estigmatizada pela sociedade como um todo e pela classe trabalhadora, em particular (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 18).

Temos como determinações conjunturais da PSR o não acesso ao trabalho, a ausência de moradia e as questões familiares. Face aos contextos de recessão e desemprego, a classe trabalhadora fica mais exposta aos empregos precários, informais, ou mesmo, à falta de emprego. Existem três condições que precisam ser consideradas e articuladas entre si, acerca da PSR, que são: a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, que faz com que a rua seja utilizada como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (SILVA, 2009).

⁹ No livro *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*, de Anderson e Snow, há um estudo de caso realizado em Austin, no Texas, em meados dos anos 1980, cujo foco foi a *subcultura da vida de rua*, no universo urbano de Austin.

¹⁰ O contingente populacional que tem se encontrado na rua, segundo Faria e Machado (2004) tem se configurado como um conjunto expressivo de indivíduos que vivem da indústria da reciclagem ou que, não se adaptando à ordem social, familiar e econômica passam a habitar nas ruas, inserindo-se, nesse contexto, os alcoolistas, drogadictos e trabalhadores urbanos desempregados. A nomenclatura correta para esta deficiência é deficiência intelectual, mas utilizou-se a mesma expressão do autor.

Há um entrelaçamento dessas dimensões, que se reforçam mutuamente, haja vista a fragilização e as diversas rupturas da vida social, que os indivíduos em situação de rua enfrentam. (SCOREL, 1999).

O não acesso ao mercado de trabalho é um dos motivos que levam as pessoas a romperem seus vínculos com a família, “[...] momento em que o trabalhador, sob essa pressão, rompe os vínculos com a família e o trabalho, atravessando o limiar tênue que, no imaginário social, estabelece os parâmetros de uma ordem legítima de vida” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 19).

A presença de pessoas morando nas ruas e perambulantes é explicada por Bursztyn (2000) em razão do estrangulamento do mercado de trabalho que vem ocorrendo em várias metrópoles brasileiras. Dessa forma, compreende que há um crescimento mundial da população em situação de rua, posto que não se constitui mais somente dos mendigos tradicionais, dos hippies, das pessoas com deficiência física ou mental, ou dos vagabundos, como outrora eram denominados, posto que a esta população juntam-se os desvinculados do mercado de trabalho.

Haja vista a situação de desemprego, ruptura de vínculos relacionais, apontados nos estudos sobre a população em situação de rua, para Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 93):

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardins ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações.

Dentre as determinações conjunturais da constituição da PSR, podemos mencionar que os rompimentos familiares lançam as pessoas em situação de rua a um conjunto de perdas afetivas, de vínculos de pertencimento. Isto posto:

“Cair na rua” é a expressão usada por esses sujeitos para simbolizar a ruptura que os leva às ruas. A ruptura de vínculos é gradual e pode-se dizer que este processo chega à última etapa quando há ruptura com a família, a vizinhança e o trabalho. A rua se apresenta sob diversas dimensões e significados para esta população. Enquanto local de moradia designa aspectos do campo material e objetivo relacionado à sobrevivência e ao trabalho e dimensões subjetivas relacionadas à fuga, solidão e liberdade (NOGUEIRA, 2009, p. 29).

Além disso, ainda nos aspectos conjunturais da questão da PSR, o problema da falta de moradia leva as pessoas a usarem o espaço das ruas como espaço de habitação, como já foi dito. “As causas desse fenômeno multifacetado são muitas e incluem não apenas a pobreza extrema ou incapacitação, mas também a falta de

moradias de interesse social, a especulação de habitações e de terras, a migração urbana forçada ou não planejada [...]” (ROLNIK *apud* LAVORATTI, 2009, p. 10).

A cidade reconfigura os espaços urbanos, com o agravamento da questão social e suas manifestações, dentre estas, a situação de rua, devido não só às dimensões estruturais dessa situação, como também, às conjunturais. As diferentes formas de precarização do trabalho, a deterioração dos espaços coletivos, o acirramento da segregação e violência urbana, são constitutivos não só dos conflitos urbanos, mas das condições aviltantes em que se encontram os sujeitos em situação de rua.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) identificaram três situações em relação à permanência na rua: As pessoas que ficam na rua, devido a condições circunstanciais, por conta do desemprego ou da migração pela busca de um emprego, passam a noite em Albergues ou locais públicos, por medo da violência; Existem as pessoas que estão na rua e já se acostumaram com a mesma, não têm mais medo da violência, realizam pequenas tarefas, às vezes, até de forma coletiva, para sobreviverem, como guardadores de carros, catadores de materiais recicláveis, etc.; E existem aquelas que são da rua, passando por um profundo processo de debilidade física e mental, promovido pelo uso do álcool, de drogas, má alimentação, que sofrem ameaças constantes, perseguições. A rua passa a ser seu espaço de moradia, praticamente, definitivo.

Ademais, as pessoas em situação de rua e suas categorias, como: trecheiros, moradores de viadutos e espaços ociosos, catadores de materiais recicláveis e pessoas como sofrimento mental, fazem parte dessa população que ocupa uma posição específica na estrutura social, com estratégias próprias de sobrevivência.

Nessas diversas categorias, seus membros possuem as características das ruas, que são a desproteção e o abandono. Para Silva (2009), isso lhes impede de exercerem o direito à cultura de habitar, algo mais complexo que a falta material de um teto.

Assim, a autora aponta diversas tipologias que abrangem a população em situação de rua. Têm-se os trecheiros, que se configuram como pessoas desempregadas, desvinculados da família, que passam de cidade em cidade, saem de sua terra de origem por situações, na maioria das vezes, de foro íntimo. Carregam poucos pertences e o fato de mudarem constantemente de cidade lhes designa o

trecho, daí a palavra *trecheiro*. Buscam, em geral, albergues para sobreviverem, são, também, chamados de andarilhos.

Há uma segunda classificação: os moradores de viadutos, espaços ociosos e logradouros públicos. O primeiro subgrupo constrói suas moradias debaixo de pontes e viadutos, com papel e madeira, distanciando-se de outros grupos excluídos, ficando próximos a postos de saúde, lojas, restaurantes, moradias convencionais. A violência entre este grupo é grande devido, muitas vezes, a não obedecerem às próprias regras demarcadas pelo grupo. O segundo subgrupo, na mesma categoria, são os que se utilizam de logradouros públicos e espaços ociosos para pernoite. Utilizam-se de ruas, avenidas, marquises, para pernoite, geralmente, não levam nada consigo, porém, os que utilizam praças e largos, levam utensílios de cozinha e outros materiais para improvisar um abrigo.

Há, ainda, as pessoas com sofrimento mental que perambulam pelas ruas. Estas pessoas, na maioria das vezes, perambulam sozinhas, mantêm algum laço de sociabilidade com as pessoas dos lugares por onde caminham. São pessoas que portam a Síndrome de Diógenes, distúrbio psiquiátrico que leva ao descaso com a higiene pessoal e o asseio da própria moradia. Além disso, têm um comportamento de desconfiança de todos que queiram oferecer auxílio; são acumuladores, sofrem do colecionismo, trazendo consigo materiais tidos como inúteis e já descartados pela população. (LOVISI, 2000)¹¹.

Goffman (1978) menciona o processo de *mortificação do eu*, uma tensão psicológica aguda produzida sobre o indivíduo desiludido do mundo, devido à situação de rua em que se encontra, que lhe causa sentimentos de vergonha e humilhação, essa *mortificação* provoca nele um certo alívio psicológico.

Preconceito, discriminação e desassistência têm uma atuação direta nesse processo. Essas vivências somadas – na família, nos serviços e na sociedade – atuam na transformação do cidadão em “morto-vivo” ou na “mortificação do eu”, afetando a autoimagem e autoestima da PSR, provocando descaso no atendimento de pessoas justamente com as maiores necessidades sociais. (BRITO; SILVA, 2022, p. 8).

Ainda existem, os típicos moradores de rua, que são aqueles que possuem uma relação de permanência com as ruas. Caracterizam-se por *ser da rua*; mantêm com ela relações de sobrevivência, dela tiram seu sustento, mantêm relações pessoais.

¹¹ As cidades dispõem dos Centros de Apoio Psicossocial (CAP) para lidar com pessoas em sofrimento mental, classificadas como loucos de rua.

Nesta análise, destaca-se que para Sawaia (2004), há um sofrimento ético na expulsão gradativa do mercado de trabalho, que gera fragilidade, dependência e o aumento do grau de marginalização. Ademais, como consequência da modernização e do progresso econômico, Bauman (2005) aponta os seres humanos refugados, aqueles que não puderam ser reconhecidos pela sociedade, significariam a redundância da sociedade, os rejeitos, restos. Para o autor, existe uma categoria universal de marginalização/excluídos, estabelecendo um lugar de despejo dos que foram excluídos e considerados refugio humano, além de existir um espaço governado, o espaço da norma, que determina o que proíbe e o que exclui.

Essa população também é vista como destituída de afeto, de relações familiares, são sujeitos solitários, muitas vezes, abandonados. Avaliados como algozes de seus *próprios males*, tidos como desviantes, inadaptados para o trabalho, considerados uma ameaça à ordem pública. (LEMÕES DA SILVA, 2013).

Escorel (1999) analisa que a vida nas ruas pressupõe a desvinculação com a esfera familiar, o que denota uma perda do lugar social, posto que a família consiste em um universo de pertencimento e apoio.

A situação de rua discrimina e torna mais vulneráveis ainda aqueles que se encontram nela, por estarem, também, excluídos da parcela economicamente ativa (PEA) da sociedade, nos centros urbanos, necessitando de atenção das normas internas e internacionais de proteção aos direitos humanos dessa população. (VIEIRA; CARDIN, 2018).

Nesse íterim, a desfiliação, já mencionada em seções anteriores desta tese, acirra o universo de rupturas de vínculos dos sujeitos em situação de rua, posto que, além da ausência de vínculo com o mercado de trabalho, as relações familiares também são rompidas, acentuando ainda mais a vulnerabilidade destes sujeitos.

Goffman (2005) expõe sobre as características sociais que culminam com aceitação e integração social, refletindo que as pessoas em situação de rua não conseguem apresentar tais características, sendo por isso, negados como parte constitutiva da sociedade, considerados como ameaça à ordem social. O referido autor menciona, ainda, sobre as categorizações que os indivíduos sofrem que os tornam menos desejáveis, estigmatizados que são considerados *outsiders*. Becker (2008), por meio da sociologia do desvio, pondera sobre a *identidade desviante*, uma espécie de distinção nas sociedades entre aqueles que possuem um *status principal*

e aqueles que possuem *status auxiliares*. No estudo de Langa (2012, p. 13), este exemplifica bem essa situação.

No Brasil, as pessoas negras são atingidas por tais processos estigmatizantes e discriminatórios, o mesmo acontecendo com os imigrantes africanos, cuja maioria é de raça negra. No Ceará, os imigrantes africanos possuem uma identidade desviante: “são negros” antes de tudo, sendo-lhes, então, atribuído o status principal: “estrangeiro” e, finalmente, são-lhes atribuídos os status auxiliares: “estudante, professor, músico, enfermeiro, peão”. Estes processos de estigmatização são também vivenciados por sujeitos constituintes do meu campo investigativo: as pessoas que habitam as ruas.

Os sujeitos em situação de rua ao necessitarem de determinados serviços e recorrerem aos mesmos sofrem discriminação, assim como ao transitarem em determinados espaços, onde suas presenças não seriam convenientes, o que denota mais uma das inúmeras violações de direitos a que este segmento é submetido.

O contar de cada um destes homens e mulheres, em graus variados, expõe a fragmentação de sua vida, de suas vivências. São fatos e mais fatos, ditos de maneira desconexas entre si, sem passado nem futuro, um eterno presente. Suas memórias são pouco ou quase nada referenciadas a um mundo comum, furtando-lhes a possibilidade de inserir sua vida num fluxo de histórias comuns que diga respeito ao mundo social, à vida e à história coletivas, ao mundo dos homens (Arendt). Sua memória parece não constituir suporte temporal e nem espacial que lhes permita colocar em perspectiva aqueles fatos vividos que relatam (e outros que silenciam) e estabelecer um lugar a partir de onde possam narrar suas vidas e dar sentido, plausibilidade, a tantas perdas e dores. (BARROS, 2004, p. 11).

Além desta reflexão, vale frisar que aqui cabe muito bem o conceito de *sobrantes* (CASTEL, 1997), que são os indivíduos rejeitados, fora dos circuitos de uma utilidade social que pudesse lhes ser atribuída, não participando do mercado e não se inserindo no contexto da circulação de mercadorias, de consumo, eles sobram, sofrendo, assim, de todas as formas de violações de direitos, tendo que se utilizar de várias estratégias de sobrevivência.

Essas pessoas são rotuladas de incapazes e, por vezes, até de criminosas. Expressões como *mendigo*, *zumbi* (devido ao uso de substâncias psicoativas) são frequentemente relacionadas às pessoas em situação de rua, que acabam sendo expostas a atos de violência, extermínio, negação de direitos, expulsão de regiões específicas das grandes cidades.

As pessoas em situação de rua são expostas a diversos fatores que potencializam o risco de doença, como vulnerabilidade a violências, ingestão de alimentos e água contaminados, variações climáticas extremas e outros. Trata-se de um contexto muito particular e que merece uma abordagem específica das equipes de saúde. (BRASIL, 2012).

Da Matta (1991) nos instiga a analisar os significados da casa e da rua. Destarte, não são somente espaços geográficos, a casa se configura como um local íntimo, um abrigo, sinônimo de proteção; a rua já seria o inverso disso, um local perigoso, insalubre. A rua transmutada em moradia expõe os que nela se encontram a riscos, vulnerabilidades, a um processo de marginalização social, sem a proteção de uma casa e sem acesso à proteção social. (CASTEL, 1997; PAUGAM, 2003).

As trajetórias dessas pessoas podem revelar situações de pobreza. Muitas vezes, essa marca perpassa a vida das mesmas, da infância até a vida adulta. Começam a buscar alternativas de sobrevivência desde cedo e, quando não conseguem, por vários fatores, dentre estes uma formação escolar precarizada, que não contribui para que ocupem funções bem remuneradas, envolvem-se com o tráfico de drogas, com algumas situações ilícitas, que trazem ameaças para si e para seus familiares.

Bauman (2005) fala sobre os *sem-teto social*, pessoas destituídas de projetos de vida, de sentidos de viver, são extremamente afetados no que tange à sua dignidade humana; os habitantes das ruas recebem as refrações da sociabilidade do capital, a exclusão e, por sua vez, uma inclusão precária.

O processo de urbanização gerou efeitos desagregadores, com problemas no sistema de transportes, na questão da moradia, no saneamento básico. A cidade é concebida como um lugar de realização de projetos de vida, como a consecução de um emprego estável, a casa própria, o acesso a serviços, como saúde, educação, entretanto, há uma distância entre o que se espera da cidade¹² e o que ela realmente pode cumprir, devido à distribuição desigual de equipamentos, de recursos, e, assim, a pobreza urbana vai se manifestando.

Muitas vezes há uma *limpeza humana* nas áreas urbanas, sobretudo, em áreas que se configurem nas cidades como espaço turístico, áreas comerciais. Um exemplo disso foi a *limpeza* realizada pelo então Prefeito de São Paulo, João Dória, no ano de 2017, na região da Cracolândia, retirando de lá, praticamente à força, as pessoas em situação de rua, que eram dependentes químicas e usavam aquele espaço para consumir o crack e outras drogas ilícitas. A justificativa para tal ação foi a reurbanização da área, o encaminhamento dos psicod dependentes para tratamento e dos não dependentes, a sua reinserção em outros espaços de atendimento às suas

¹² A sociedade capitalista, desde a Revolução Industrial, exclui parcela da população do mercado de trabalho e, também, do acesso a direitos básicos, como o direito à cidade. (GUARESCHI, 2001).

necessidades, no entanto, a ação envolveu a Polícia, foi realizada com violência, embora alguns meios de comunicação tivessem divulgado que a operação transcorreu sem maiores problemas, o que houve foi uma ação polícialasca e várias violações de direitos das pessoas que lá se encontravam. (CRUZ, 2017).

As contradições do mundo contemporâneo se expressam na situação de rua, numa condição de pessoas que estão em *não-lugares*, buscando que necessidades básicas imediatas sejam satisfeitas, mas, muitas vezes, sem perspectivas de um futuro que seja reconstruído com dignidade e efetivação de direitos. Estas pessoas se inscrevem num contexto de desconfiança por parte das outras, relações humanas descartáveis, indiferentes, numa configuração da rua como um espaço de *viração*, onde os sujeitos nela inseridos sobrevivem na adversidade.

3 POLÍTICAS DIRECIONADAS AO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Neste capítulo, destacamos a Política de Assistência Social, a qual é destinada não só à PSR, mas também, a segmentos em situação de risco e vulnerabilizados¹³ pela pobreza e pela fragilização ou ruptura dos laços familiares e sociais e a PNIPSR, resultante do movimento de conquista de direitos a esta população, com princípios e diretrizes que propõem uma agenda mínima para este segmento, no que tange aos direitos humanos, desenvolvimento urbano/habitação, trabalho e renda, educação, etc. Dessa forma, a PNIPSR, aprovada em 2009, visa garantir, de forma articulada às outras políticas, direitos de cidadania a esta população marcada pela invisibilidade, no intuito de levar à superação dos processos de *rualização*.

Há uma rede de mobilizações sociais que vai se constituindo e desenvolvendo um importante debate em torno da questão, a partir de três sujeitos fundamentais: Estado, sociedade civil e a própria população em situação de rua. Essa população, no confronto e na luta social, procura constituir-se enquanto sujeito de direitos buscando influenciar na construção de políticas públicas voltadas para suas particularidades.

Historicamente, a relação da PSR com as políticas sociais “[...] é uma relação de cobertura ínfima, quase de exclusão.” (SILVA, 2009, p. 186), posto que há limites de abrangência e cobertura, determinadas pela seletividade característica das políticas focalizadas. E, ainda, têm-se as marcas históricas da Política de Assistência Social, política que mais possui programas voltados a essa população, como abrigos, albergues, repúblicas, etc. Em última instância, a tarefa de reinserção social¹⁴ dos sujeitos em situação de rua é de responsabilidade do Estado, visando garantir a essa população padrões mínimos de dignidade, combatendo a violência que afeta esses sujeitos e promovendo sua cidadania.

¹³ Vulnerabilidade geralmente envolve, além da precariedade da renda por um longo período de tempo, necessidades insatisfeitas em múltiplos âmbitos (escolaridade, alimentação, saúde, moradia, trabalho, transporte, etc.), relações sociais fragilizadas, baixa capacidade de mobilização de ativos e aspectos psicossociais negativos. Envolve a dupla dimensão da pobreza: privações materiais e privações de ordem subjetiva. (BRONZO, 2009).

¹⁴ Acerca da reinserção social, a PNIPSR trata da mesma como sendo a possibilidade de as pessoas em situação de rua retomarem seus vínculos familiares, sociais, reinserirem-se no mercado de trabalho com novas perspectivas de organização das suas vidas. (BRASIL, 2008).

3.1 A Política de Assistência Social a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as ações voltadas à população em situação de rua: particularidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Centro Pop) direcionado para a população em situação de rua

A Política de Assistência Social, como as demais políticas sociais, é permeada por concepções, interesses, contradições. Isso implica analisar o processo de construção dessa política como garantidora de direitos e resultado da ação pública do Estado, num percurso de embates e resistências. A implantação da PNAS e do Suas liberou forças políticas e disputas em torno da assistência social, na perspectiva da justiça e dos direitos, ocasionando alterações nas bases conceituais da política, na gestão e controle social das suas ações. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

A PNAS foi instituída pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), visando garantir o acesso aos direitos sociais básicos. Os princípios da Constituição Federal (CF) de 1988 e as diretrizes da LOAS são consubstanciados na PNAS, da seguinte forma:

A PNAS (2004) vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites – CIT e CIB). (COUTO *et al.*, 2010, p. 38).

Configurando-se como uma Política inovadora, a PNAS 2004 apresenta os seguintes aspectos: organiza a Assistência Social em níveis de proteção social com perspectiva socioterritorial; tem como base de referência a família; é executada nos territórios, possibilitando que grupos excluídos historicamente tenham acesso aos serviços socioassistenciais; estrutura uma rede de serviços com foco nas áreas de maior vulnerabilidade e risco¹⁵; ultrapassa a visão de atenção aos mais pobres. (BRASIL, 2010).

¹⁵ A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de formas distintas e requer análises e estudos específicos para o seu enfrentamento, o qual deve se dar por meio de ações intersetoriais. Vulnerabilidades não enfrentadas geram ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidades. Para Sposati (2009), os conceitos de vulnerabilidade social e risco pessoal e social permitem que haja prevenção e redução dos riscos, por meio das proteções organizadas no âmbito da assistência social.

A nova PNAS 2004 foi resultado de um longo processo de discussão que envolveu diversos sujeitos, dentre os quais: os Conselhos de Assistência Social, os gestores públicos nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, além da distrital; os representantes dos usuários da Assistência Social, dos trabalhadores; as Universidades e entidades da sociedade civil organizada, constituindo um amplo movimento que deflagrou uma nova PNAS que materializa o conteúdo da LOAS e, em 2005, o Suas é implantado em todo o país, de modo que,

Acreditamos que a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social. Note-se que, em face do seu redimensionamento e do agravamento da pobreza, a Assistência Social parece ter centralidade como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão social”. (MOTA, 2007, p. 28).

Nesse contexto, a PNAS 2004 classifica a proteção social como Básica e Especial, sendo esta proteção afiançada pelos três entes federativos. Propõe um pacto federativo que fortalece o poder local, quando busca efetivar a Assistência Social através dos municípios, embora, constata-se que “[...] o poder das cidades, o poder local é uma realidade ainda em construção nos países latino-americanos.” (SPOSATI, 2008, p. 4).

Fundamentado nos compromissos da PNAS 2004, o Suas constitui-se como um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo, que organiza a proteção social no Brasil, consolidando a gestão compartilhada entre os três entes federativos, além de regular no território nacional o sistema de serviços, benefícios, programas, projetos, ações socioassistenciais. Possui como eixos estruturantes, segundo a PNAS 2004 (BRASIL, 2004b):

Matricialidade Sociofamiliar.
Descentralização Político-Administrativa.
Novas Bases para a relação Estado/ sociedade civil.
Financiamento.
Controle Social.
O desafio da participação popular/ cidadão usuário.
A Política de Recursos Humanos.
A informação, o Monitoramento e a Avaliação.

A perspectiva do Suas exige uma nova relação entre serviços, benefícios, programas e projetos que, de maneira articulada, visa responder às demandas sociais da população usuária da Assistência Social. (BRASIL, 2008).

O Suas aponta a centralidade do Estado na garantia dos serviços socioassistenciais. Assim, os CRAS, responsáveis pela Proteção Social Básica, e os CREAS, pela proteção social especial, reforçam essa centralidade:

A centralidade do papel do Estado na condução da política pública tem o caráter de garantir que ela realmente atenda a “quem dela necessitar”, guardando os princípios da igualdade de acesso, da transparência administrativa e da probidade no uso do recurso público. A rede socioassistencial beneficente deve participar do atendimento às demandas, mas cabe ao Estado estruturar o sistema e resguardar o atendimento às necessidades sociais (COUTO; SILVA, 2009, p. 208).

Conforme aponta Sposati (2011), o Suas dá uma nova ordenação à gestão da Assistência Social como política pública. O contexto que se instaura em todo o território brasileiro é o de uma gestão da Política Brasileira de Assistência Social que visa responder à universalidade de um direito de cidadania.

Em relação à organização da Assistência Social no Brasil, a proteção social é dividida em proteção social básica e proteção social especial, com níveis de complexidade de acordo com os riscos nas pessoas e em sua família.

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco pessoal e social, através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e é realizada no âmbito dos CRAS. A população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário acesso aos serviços públicos, etc.) ou fragilidade de vínculos afetivos é a destinatária da Proteção Social Básica. (BRASIL, 2011b).

Já a PSE tem como objetivo a provisão social de pessoas e famílias que já perderam seus vínculos familiares e comunitários, devido a situações como abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, de trabalho infantil, dentre outras. Essa modalidade de proteção é realizada no âmbito dos CREAS. (BRASIL, 2011b). Abaixo, destacamos o Quadro 1, no âmbito do Suas.

Quadro 1 - Quadro-síntese dos Serviços de Proteção Social no Suas

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2014.

No caso da PSE, ainda há as diferenças nos níveis de complexidade, média e alta, sendo que em ambas, as famílias e indivíduos possuem seus direitos violados, mas na média complexidade ainda há vínculos familiares e comunitários, porém fragilizados, e na alta complexidade, os vínculos já foram rompidos.

Os CRAS obedecem a critérios espaciais e operacionais. São territorializados de acordo com o porte dos municípios, com capacidade mínima para 2.500 famílias referenciadas nos municípios de pequeno porte I, para até 3.500 famílias referenciadas nos municípios de pequeno porte II e nos demais municípios até 5.000 famílias referenciadas. (BRASIL, 2011b).

A unidade público-estatal de referência do Suas é o CRAS com a oferta de serviços, benefícios e atividades socioassistenciais que materializam direitos e colocam a Assistência Social como dever do Estado.

Os CRAS ofertam o PAIF, o qual concretiza o trabalho social com famílias, tendo um caráter continuado, integrando os serviços socioassistenciais, programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, que geram impactos junto às famílias nos territórios.

A implantação dos CRAS demarca a presença do Estado em áreas empobrecidas. Segundo Raichelis (2008), esse fato resulta em um novo protagonismo estatal, sendo responsável pela coordenação política, dando nova visibilidade à Assistência Social dentre as demais políticas públicas.

Entretanto, esse protagonismo esbarra nas dificuldades da execução das ações socioassistenciais, no pouco recurso financeiro que é destinado à realização dessas atividades, na contratação de trabalhadores temporários, e na ausência de espaços físicos adequados à oferta dos serviços. Desse modo, o que podia dar grande visibilidade à Assistência Social acentua a precarização dos serviços socioassistenciais.

Em relação aos CREAS, cabe frisar que são unidades públicas estatais que se propõem a prevenir o agravamento dos riscos sociais, articulando-se aos serviços especializados, por meio da referência¹⁶ e contrarreferência¹⁷ com a rede de serviços socioassistenciais.

Segundo Couto e outros (2010), a implementação dos CREAS constitui-se um dos grandes desafios para o Suas, pois é ainda recente a implantação no Brasil dos serviços de proteção social tanto básica quanto especial, apesar de que alguns municípios já realizavam serviços de PSE de média complexidade, mas de maneira desarticulada, e na maioria das vezes, sem planejar estrategicamente ações com uma rede de serviços socioassistenciais.

Além deste fato, unidades que atendem situações complexas como os CREAS, requerem equipes técnicas qualificadas para lidar com essas situações, devendo estas unidades realmente possuírem um atendimento especializado, com profissionais que saibam lidar e encaminhar para a rede os casos de violações de direitos.

Os serviços que compõem a PSE de média complexidade são: PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em

¹⁶ A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do Suas, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). (BRASIL, 2009a).

¹⁷ A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (BRASIL, 2009a).

Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA, e de PSC; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Estes serviços são ofertados no contexto dos CREAS e do Centro POP, propondo-se a contribuir para o processo de saída das pessoas das ruas. O CREAS trabalha com vários públicos e é responsável pelo PAEF¹⁸, mas o Centro Pop atua, especificamente, junto a pessoas em situação de rua.

No âmbito da PSE de alta complexidade, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua oferece o Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades Abrigo Institucional, Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

O CREAS e/ou o Centro Pop são responsáveis pelo trabalho social de *busca ativa* e abordagem nas ruas. Essas ações ocorrem em praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços de intensa circulação de pessoas, como terminais rodoviários, metrô e outros.

No que diz respeito ao Serviço Especializado de Abordagem às pessoas em situação de rua, compreendemos que visa contribuir para que estas retornem ao convívio familiar e comunitário, saindo das ruas, além de possibilitar seu acesso aos serviços socioassistenciais e demais políticas.

O Centro Pop foi previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Este Centro poderá, também, ofertar o Serviço de Abordagem Social, para os diversos segmentos que utilizam espaços públicos, como praças, viadutos, terminais de ônibus e entroncamento de estradas e identifica as pessoas em situação de rua para inseri-las no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, a fim de que sejam encaminhadas aos programas e benefícios socioassistenciais, para os quais tenham direito. (BRASIL, 2009b).

Além disso, os diagnósticos socioterritoriais elaborados no contexto dos Centros Pops favorecem a maior apreensão das pessoas em situação de rua, como

¹⁸ De acordo com a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, o PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, compreendendo ações voltadas à promoção dos direitos, no intuito de contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias. (BRASIL, 2014).

também possibilitam o conhecimento dos locais que mais transitam, os modos de vida dessa população, as redes sociais de apoio formais e informais, as demandas de acesso às políticas públicas, rede de articulação disponível para melhor atender à população em situação de rua. (BRASIL, 2011a).

O Centro Pop deve ser localizado em um espaço de fácil acesso, geralmente, nos centros das grandes cidades onde há uma grande circulação de pessoas em situação de rua. Assim, as atividades realizadas pelo Serviço Especializado para pessoas em situação de rua são voltadas para pessoas que utilizam a rua como espaço de sobrevivência e de moradia para construir ou fortalecer vínculos interpessoais e familiares, desenvolver as sociabilidades, promovendo o processo de saída das ruas.

A PSE de média complexidade oferta no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, por meio do Centro Pop, atenção especializada no Suas para pessoas em situação de rua. O Centro Pop também pode ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social. (BRASIL, 2011b). Desde 2009, a Política de Assistência Social oferta serviços à população em situação de rua, por meio dos Centros Pops.

O órgão gestor local deve planejar e organizar a implantação do Centro Pop, bem como capacitar os recursos humanos, além de reconhecer o território e suas especificidades.

O Centro Pop deverá funcionar para atendimento ao público em dias úteis, no mínimo, cinco dias por semana, durante oito horas diárias, com a equipe profissional atendendo durante esse período.

A equipe técnica atuante no Centro Pop deve ser, permanentemente, capacitada em legislações vigentes sobre a assistência social, direitos humanos, política para a população em situação de rua, relações familiares, violência, diversidade étnico-racial, etc. Esta equipe deve atender até 80 famílias/indivíduos, seguindo a disposição apresentada no quadro abaixo:

Quadro 2 - Equipe Técnica - Centro Pop

01 Coordenador
02 Assistentes Sociais
02 Psicólogos
01 Técnico de Nível Superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia, Arte-Educação, Terapia Ocupacional.
04 Profissionais de nível Superior ou médio para a realização da abordagem social, para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.
02 Auxiliares Administrativos
Nas unidades que ofereçam alimentação, deve-se prever o acréscimo/ suporte de outros profissionais específicos, tais como: Cozinheiro, Nutricionista, etc.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP): SUAS e População em Situação de Rua. Brasília, DF, 2011b. v. 3.

A equipe de referência pode ser ampliada, de acordo com as necessidades específicas do Centro Pop, inclusive, agregando outros profissionais, além do fato de que as pessoas que estão em processo de saída das ruas também podem contribuir, por meio de suas vivências, participando, por exemplo, como facilitadores de oficinas.

A articulação do Centro Pop com os demais serviços socioassistenciais é imprescindível, como: a Proteção Social Básica; a Proteção Social Especial; os Serviços Especializados em Abordagem Social; os Serviços de Acolhimento a pessoas em situação de rua e os serviços setoriais das demais políticas públicas.

O Centro Pop deve representar para as pessoas que o frequentam um espaço de convivência social, grupal, com o desenvolvimento de potencialidades dos usuários, estabelecendo-se relações de respeito, solidariedade, autonomia, estimulando, ainda, a organização e a participação social. (BRASIL, 2011b).

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve afiançar as seguintes seguranças: de acolhida, para que os usuários sejam acolhidos com dignidade e respeito e tenham minimizados os danos oriundos de abusos e violências; de convívio ou vivência familiar, comunitária ou social, com o intuito de resgatar ou construir o vínculo familiar e comunitário, além de possibilitar-lhes o acesso aos serviços socioassistenciais e demais políticas; de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social, por meio de vivências que possibilitem o respeito a si próprios e aos outros, bem como lhes permitam a construção de projetos pessoais de vida e a elevação de sua autoestima, permitindo, ainda, o acesso à documentação civil, informação sobre direitos, dentre outros. (BRASIL, 2011a).

Acerca dos Serviços de Acolhimento Institucional, destacamos a Casa de Passagem, a qual contempla abrigo imediato e emergencial, contando com uma equipe especializada que encaminha os usuários para o atendimento das demandas necessárias. Esta Casa “Acolhe pessoas ou famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito. Assim como o Abrigo Institucional, funciona ininterruptamente, 24 horas/dia”. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Há, ainda, o Serviço de Acolhimento em República para adultos em processo de saída das ruas, que funciona com base em um sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando uma autonomia gradual dos moradores, havendo, também, acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e demais políticas. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Sambu (2014) menciona sobre os sentimentos que permeiam os sujeitos em situação de rua, como a autorrejeição e a baixa autoestima, o que lhes leva a desacreditar que tenham os mesmos direitos daqueles que são domiciliados. “Os pré-conceitos e julgamentos impostos pela sociedade vão sendo incorporados e as pessoas acabam se menosprezando por aceitar o discurso de não merece”. (SAMBU, 2014, p. 85).

Cumprir enfatizar, nesse processo, que o Suas é um marco importante para o reconhecimento da Política de Assistência Social como política de proteção social ao buscar superar a fragmentação, o assistencialismo, característicos da assistência social ao longo dos anos. Trata-se de um reconhecimento construído por intensas lutas, resultante de uma construção sócio-histórica. No entanto, a Política de Assistência Social é permeada por avanços e retrocessos, mantendo marcas do conservadorismo que tensionam a Política, submetida, na correlação de forças, à constante disputa por projetos societários antagônicos.

Adentrando o processo em consideração, o Projeto de Lei (PL) nº 3077, de 2008, ou PL Suas, alterou a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que instituiu a LOAS, elaborado pelos diretores da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Nesse sentido, o Sistema Descentralizado e Participativo mencionado no art. 6º. da LOAS passa a se chamar Suas com serviços e ações tendo como foco a centralidade nas famílias. São, por conseguinte, estabelecidas as regras da gestão da

Política de Assistência Social, seu controle social, monitoramento e avaliação, ocorrendo também ajustes pontuais na LOAS.

O grande desafio que se coloca é romper com as práticas tradicionais e clientelistas no bojo dessa política, integrando-a, efetivamente, à Seguridade Social, fortalecendo-a como política de proteção social, articulada às demais políticas sociais (LAJÚS, 2009), a fim de que seja desconstruída:

[...] a noção da Política de Assistência Social pelo lado do “antidireito”, pois as pessoas que dela necessitam são estigmatizadas na figura do subalterno e do pobre incapaz. Ao mesmo tempo, pela dinâmica dialética, emergem e se fortalecem espaços com práticas e concepções de políticas públicas efetivas, ou seja, políticas de interesse do “público”, orientadas para materializar direitos firmados em lei, a partir de necessidades concretas da população. Amplia-se, assim, [...] a visão de assistência social, enquanto política pública, de proteção social, integrante do conjunto da Política de Seguridade Social. (MACHADO, 2012, p. 86).

Por conseguinte, a concepção da assistência social é percebida como política ponte, sendo a mesma capaz de contribuir com que os sujeitos atendidos sejam fortalecidos, mas em articulação com as outras políticas, como as econômicas, de emprego e renda, cultura, meio ambiente, intervindo no trato da questão social e de suas expressões, porém, esta Política acaba por se tornar permanente na vida das pessoas, não só em face das necessidades emergenciais que os sujeitos atendidos por ela apresentam, mas, também, por conta da dificuldade dos mesmos em acessar as demais políticas.

Nesse interim, convém frisar que o Suas atua de forma organizada em uma rede de proteção e promoção social. Nesse Sistema, o território assume relevância na definição, planejamento e execução dos serviços, que são ofertados de forma hierarquizada e complementar entre proteção social básica e especial, tendo como referência a família e o indivíduo.

A compreensão é que esta Política é reafirmadora dos direitos sociais, mediante disponibilização de serviços e benefícios socioassistenciais, de ações da PSB e da PSE. Todavia, é necessário problematizar as questões que tendem a evidenciá-la como não política.

O preconceito em relação à “dependência” que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado não raro da ideia associada a vagabundagem, displicência e falta de empenho. Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que por suas condições não conseguem sobreviver, atomizando-os e descolando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalistas. Não raro é possível ouvir argumentos da opção dos sujeitos pela pobreza, pela falta de condições. Recai sobre eles a culpa pela sua precária situação, da mesma forma que a sua redenção, bastando para isso esforço e dedicação. (COUTO, 2015, p. 5).

Coloca-se aqui a discussão que situa a relação entre assistência social e trabalho, entendendo não existir sentido entre o fato de a assistência social ser prestada àqueles que não trabalham, considerados vagabundos e dependentes totalmente desta Política, uma vez que o país possui um grande número de trabalhadores informais e, também, formais com salários baixos, que usufruem da Política.

Ademais, incorre-se no erro de que sejam ressaltadas as dificuldades individuais das pessoas e não as necessidades que devem ser atendidas, devido aos patamares de desigualdade impostos pela sociedade capitalista. A Política de Assistência Social construída fora do debate da classe social pode carregar sérios equívocos, como “[...] tratar as categorias como mera justificativa para atendimentos desvinculados da luta por melhores condições de vida da população que a ela recorre”. (COUTO, 2015, p. 7).

A população que necessita da Política de Assistência Social é parte integrante da classe trabalhadora, cabendo aqui considerar as lutas dessa população por condições dignas de vida, o que reafirma sua condição de classe e a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida. (COUTO, 2015).

Dessa forma, as ações voltadas à população em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social são fundamentais para este segmento e sua reinserção no contexto social, devendo ser capaz de desvendar a complexa trama das relações em que se insere esta população na luta pela efetivação dos seus direitos de cidadania, a fim de que não sejam mais invisibilizados, ainda, pelo sistema, subjugados na perversão da questão social. (CASTEL, 2009 *apud* SERAFINO; LUZ, 2015).

O processo de implementação do Suas, mesmo permeado por conflitos e disputas e dependente da interação de grande número de atores, dinâmicas políticas e territórios diversificados, tem sido capaz de operar expressivo volume de benefícios monetários e ampla rede de serviços, especialmente devido ao desenvolvimento de múltiplas dimensões de capacidades institucionais e normativas. (JACCOUD; BICHIR; MESQUITA, 2017, p. 49).

Estamos em um contexto que tem promovido uma agenda reformista que avança na perspectiva residual, incitando vários arranjos de solidariedade, com restrições à Previdência Social e uma pressão sobre a Política de Assistência Social, reforçando o modelo neoliberal, o qual acentua uma proteção social residual, com

tentativas de redução do papel do Estado e fragilização da sua capacidade interventiva. (JACCOUD; BICHIR; MESQUITA, 2017).

Acrescenta-se a essa realidade conjuntural, o golpe deflagrado em 2016¹⁹, orientado por um projeto conservador, de desmonte dos direitos sociais, da Seguridade Social, portanto, com repercussões na Política de Assistência Social. Essa situação é agravada com a implementação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 dezembro de 2016, impondo um limite de gastos para com as despesas primárias, reduzindo o orçamento público, fragilizando, assim, as políticas sociais.

Ademais, a pandemia da Covid-19 acentuou uma crise sanitária e humanitária, atingindo, sobretudo, os segmentos mais vulneráveis que sofreram os impactos da pandemia. Nesse contexto, a Política de Assistência Social, foi fortemente impactada pela adesão ao modelo ultraneoliberal, já no governo de Michel Temer “[...], aprofundado, a posteriori, por Bolsonaro [...], com o desfinanciamento das políticas sociais, por meio de medidas de ajuste fiscal”. (ARAÚJO, 2021, p. 12).

Cabe aqui mencionar os efeitos da pandemia sobre a população em situação de rua, que já tem um acesso limitado aos serviços de saúde e assistência social, o que se agravou com a pandemia, ainda mais, culminando com a definição e implementação de ações específicas, tanto por parte dos governos quanto da sociedade civil, acarretando em medidas emergenciais para atender a este segmento.

Além das orientações mais amplas em relação ao SUS e ao Suas, durante a pandemia, foram regulamentadas recomendações específicas para a população em situação de rua, tais como: medidas de acolhimento regular e provisório, mobilização das entidades da sociedade, atenção a situações específicas, como uso abusivo de álcool e outras drogas, migrantes, crianças e adolescentes, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência. (BRASIL, 2020).

Os principais limitantes desse período foram a dificuldade de testagem da população em situação de rua; a insuficiência das vagas para abrigamento; o acesso

¹⁹ Para que possamos conhecer a natureza essencial do golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016, temos que levar em consideração não apenas a processualidade imediata da conjuntura política nacional, com os bastidores do jogo de poder entre PT, PMDB e PSDB e as articulações sinistras entre Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF), Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) no seio do aparelho de Estado, ao lado da Operação Lava-Jato e a intensa manipulação da opinião pública pela grande imprensa, com destaque para a TV Globo. (ALVES, 2016). Um golpe deflagrado por uma maioria parlamentar conservadora, em defesa do capital, com a junção de médios e grandes empresários, meios de comunicação, além de atores internacionais, do judiciário, da PF. Um golpe que reforçou o discurso de ineficiência do Estado e o desmonte das políticas sociais.

à informação, à documentação, porém, em muitas cidades, foram disponibilizados espaços públicos como ginásios, para abrigar estas pessoas.

Em um país desigual, a pandemia afetou duramente o campo da proteção social, no exato momento em que a pobreza se reconfigurou, e por conta da pandemia, as demandas para a Política de Assistência Social se ampliaram ainda mais. (CARVALHO; CARNEIRO, 2021).

Devido às contingências diversas que estas pessoas atravessam, com vínculos fragilizados, drogadição, alcoolismo, desemprego, problemas físicos, mentais, estando, muitas vezes, no limiar da sobrevivência, e apresentando histórias com sucessivas perdas e rupturas, a Política de Assistência Social, por meio do espaço do Centro Pop, vem contribuir, significativamente, para que estes sujeitos reorganizem suas vidas e acessem seus direitos.

Os sujeitos que adentram o Centro Pop, muitas vezes, estão sujeitos, se configuram como andarilhos, trecheiros, possuem débitos com a justiça, e a equipe técnica precisa ser qualificada para acolhê-los, encaminhá-los aos serviços necessários. O cotidiano dessa intervenção é permeado, em algumas situações, por conflitos, que precisam ser mediados por esta equipe.

Lançadas às margens do desenvolvimento econômico e convívio social, sem acesso a bens e serviços, esta parcela da população brasileira passou a utilizar os logradouros públicos das cidades como forma de sobrevivência; e tem no Centro POP seu suporte para enfrentar o dia a dia nas ruas. Em suas dependências, os/as usuários/as almoçam, se banham, jogam, participam das oficinas, resolvem questões relacionadas à justiça, saúde e trabalho e recebem encaminhamentos para outros equipamentos públicos. (PINHEIRO; POSSAS, 2018, p. 41).

Mediante a conjuntura mencionada e devido ao agravamento das crises cíclicas do capitalismo contemporâneo, a Política de Assistência Social é fundamental para prover aos indivíduos e famílias empobrecidas, garantindo intervenções em face das mais variadas situações, como dificuldade de renda para sobreviver, abrigo para pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes. Mesmo diante de demandas crescentes, o congelamento dos recursos vem ocorrendo, ano a ano, com drástica redução no orçamento das políticas sociais, com especial destaque à Política de Assistência Social.

O quadro apontado acima pode ser explicado, já em 2013, quando Sposati (2013) aponta que a proteção social pública no Brasil atravessa uma incompletude, devido à omissão do Estado em consolidar direitos, registrando-se um desarranjo e

desconfiguração do Suas, com incertezas, respostas fragmentadas, que se acentuou ainda mais, em meio à pandemia do novo coronavírus.

Para além do que a autora afirma, têm-se o aprofundamento da mercantilização no campo da Política de Saúde e as contrarreformas da Previdência Social e da Política do Trabalho, restringindo o acesso a benefícios e serviços. Contraditoriamente, essa realidade impõe à Política de Assistência Social centralidade na Seguridade Social, apesar dos limites impostos com cortes orçamentários, tornando-a a principal política de proteção social aos mais pobres.

Nesse contexto, há que se atentar para a precarização dos serviços, devido à escassez de opções de encaminhamento a políticas mais amplas, que levem à problematização da situação de rua das pessoas atendidas. (SCHUCH; GEHLEN; SANTOS, 2017).

O desafio para as políticas que atendem à PSR, para além da efetivação de seus direitos e da perspectiva de saída desta das ruas, é desnaturalizar, no imaginário social, que estes sujeitos são *bandidos*, *vagabundos*, *criminosos*, e atentar para as múltiplas determinações que incidem sobre os mesmos, a fim de que as políticas atendam, integralmente, esta população e contribuam para que seus projetos de vida sejam construídos.

Ademais, a Política de Assistência Social e os serviços ofertados a essa população devem “[...] qualificar na práxis categorias, como protagonismos, emancipação e autonomia.” (COUTO, 2015, p. 673), a fim de evitar análises superficiais da realidade que envolve os usuários atendidos nos Abrigos, Centros Pops, culminando com um caráter transformador da política social, que possibilite o reconhecimento destes sujeitos como titulares de direitos sociais coletivos.

Na próxima seção, discutimos o processo de mobilização da população em situação de rua, em prol da construção de uma Política Nacional de Inclusão Social, que incorpore seus direitos, nas mais variadas áreas.

3.2 Lutas e mobilizações pela construção da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNIPSR) no Brasil

No âmbito da temática foco da presente tese, merece destaque abordar o processo de mobilização e organização política das pessoas em situação de rua para construção e implementação da PNIPSR, no Brasil.

Caracterizados pela privação, pela pobreza que lhes afeta, sem qualificação técnica, e dignidade, estes sujeitos compreendem a necessidade de se organizar para combater as violações de direitos que enfrentam, e, dessa forma, vão sendo produzidas representações identitárias, articulações desse segmento, que contribuíram para a criação de uma política específica.

3.2.1 Mobilização política da população em situação de rua na luta pelos seus direitos

A PSR, por encontrar-se em situação de pobreza extrema, configura-se como importante sujeito no processo das políticas públicas, sendo através de sua mobilização e pressão junto ao Estado, que seus direitos podem ser materializados na forma de políticas públicas.

Nesse sentido, as políticas públicas, enquanto formas de intervenção na sociedade articulam diferentes sujeitos, com expectativas diversas, estruturando-se através de interesses sociais organizados em torno de recursos que são produzidos socialmente. (SILVA, 2001). Assim, a PSR também se configura enquanto sujeito que demanda o atendimento de seus direitos.

Existem vínculos que são constituídos no universo das ruas, exatamente por conta da necessidade que estes sujeitos possuem em relação aos seus direitos, são mecanismos que mantêm a potência política e as diferentes articulações engendradas no espaço público, para que as demandas dos sujeitos em situação de rua tenham visibilidade e, dessa forma, sejam realizadas intervenções em suas vidas. (LEMÕES DA SILVA, 2014).

Históricamente en Brasil coexistieron dos tipos de políticas públicas hacia las personas que se encuentran en situación de calle. Un primer tipo de política, que remonta al origen de las calles, es la criminalización y represión de estas personas por agentes públicos. El uso de la violencia ha sido habitual para alejar a estas personas de los centros urbanos y ubicarlas en áreas lejanas o en otras localidades, "limpiando" así las ciudades de este "problema", con políticas claras de higienización social. El segundo tipo de política consiste en la omisión del Estado y, como consecuencia, la ínfima o inexistente

cobertura de las políticas sociales hacia este sector en los tres niveles de gobierno (municipal, estatal y federal), [...]. (FERRO, 2012, p. 14).

Nos primeiros anos da década de 1990 foi que a questão da PSR começou a ser incorporada na agenda de alguns governos municipais e emergiram as primeiras iniciativas de formulação de políticas públicas para inclusão social das pessoas em situação de rua, sobretudo, devido à intensificação do número de pessoas que habitavam os logradouros públicos das médias e grandes cidades brasileiras, por conta das mudanças no mundo do trabalho, aumento do desemprego, dentre outros. (FERRO, 2012).

Anterior à organização do segmento em situação de rua na forma de um movimento social, vale destacar que, em 1993, o Fórum Nacional de Estudos sobre a População em Situação de Rua, envolveu especialistas, militantes, trabalhadores das organizações que atendem essa população, promovendo uma ênfase às demandas do segmento no que tange à moradia, saúde e assistência social. (NASCIMENTO, 2020).

Vale frisar, também, que, em 1995, a Pastoral Social e as Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, junto a movimentos sociais e entidades da sociedade civil, organizaram o Grito dos Excluídos, que simbolizou a luta das pessoas em situação de rua por direitos e pela sua sobrevivência. (BRASIL, 2011a).

No ano de 1997, em São Paulo, foi aprovada a primeira Lei (nº 12.316, de 16 de abril), visando à promoção dos direitos das pessoas em situação de rua, mas que só foi regulamentada em 2001, durante o mandato Deputada Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT). A lei foi inovadora, naquele contexto, por estabelecer uma ação importante para o atendimento destas pessoas, que foi a necessidade de articulação da assistência social às outras políticas sociais, como saúde, educação, habitação, trabalho e renda, tendo sido a primeira grande referência de atuação intersetorial de políticas públicas. (ROSA; FERRO, 2011).

Ainda nos reportando à série histórica que ilustra a construção do movimento das pessoas em situação de rua, cumpre-nos destacar, no ano de 2001, como resultado dos Seminários organizados pelo Fórum Nacional de Estudos sobre a População em Situação de Rua, o *I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis* e a *1ª. Marcha do Povo da Rua*, em Brasília, o que, certamente, deu grande visibilidade às demandas e direitos reivindicados pelo segmento. (BRASIL, 2011a).

A partir dos anos 2000, “[...] aparecem novos contornos de movimentos organizados e articulados pelas pessoas em situação de rua como protagonistas” (MELO, 2016, p. 51). Em Belo Horizonte, se constituiu um movimento chamado *A Rua em Movimento*, almejando a auto-organização dos sujeitos em situação de rua para discussões e mobilizações políticas, no intuito de dialogar com o governo para a promoção de políticas públicas junto ao segmento.

Uma articulação que chamou a atenção e deu visibilidade pública e política a uma situação que, até então, era alvo de ações de cunho caritativo e filantrópico.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR) emerge de uma situação de comoção coletiva devido ao assassinato de sete pessoas em situação de rua, na Praça da Sé, em São Paulo/SP, no ano de 2004, sendo que oito ficaram gravemente feridas. Os noticiários da época, tanto nacionais quanto internacionais, compararam os assassinatos à chacina da Candelária²⁰. A partir de então, diferentes organizações sociais, pessoas em situação de rua, inclusive, os sobreviventes, articularam o MNPSR.

Com a crescente violência cometida com as pessoas em situação de rua, em São Paulo, foi organizado o *I Encontro Nacional da População em Situação de Rua*. Em setembro de 2005, foi organizado o *4º Festival Lixo e Cidadania* (

Foto 1), e a partir desse encontro dos catadores de materiais recicláveis, que envolveu, também, pessoas em situação de rua dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá, eclodiu o MNPSR, expressão da participação organizada das pessoas em situação de rua, em várias cidades brasileiras.

²⁰ A 23 de julho de 1993, na Avenida Presidente Vargas, na região central do Rio de Janeiro, que abarca a Igreja da Candelária, dois carros com placas ocultas circularam pela Praça Pio X e seus ocupantes efetuaram disparos contra pessoas em situação de rua, em sua maioria, crianças, que estavam em uma das marquises da área. Seis homicídios ocorreram na Praça Pio X e mais dois jovens foram capturados no Aterro do Flamengo junto com uma pessoa em situação de rua, que sobreviveu, tendo os dois jovens sido executados. Essa Chacina tornou-se “[...] símbolo da precária proteção estatal conferida aos direitos humanos da criança e do adolescente em situação de risco”. (GUMUCIO; SCHMIDT, 2018, p. 5).

Foto 1 - IV Festival Lixo e Cidadania



Fonte: MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECLICÁVEIS. **Galeria de Fotos:** Festival Lixo e Cidadania. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/multimedia/galeria-de-fotos/festival-lixo-cidadania>. Acesso em: 6 jan. 2023.

Vale frisar que este *I Encontro Nacional da População em Situação de Rua* promoveu um debate acerca da necessidade de construção de uma política pública específica para este segmento. O mesmo teve a participação de 55 pessoas, com 12 representantes dos governos dos municípios, 12 representantes de organizações não-governamentais (ONGs), 10 representantes de fóruns ou entidades da população em

situação de rua, além de 5 especialistas na temática, que assessoraram o Encontro e os representantes de Secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (ARAÚJO, 2012). A partir de então, houve todo um processo de mobilização social, reivindicação por direitos, justiça, políticas públicas voltadas ao segmento.

O MNPSR tem como objetivos “[...] combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida, direito de todo o cidadão”, buscando o resgate da cidadania, por meio do trabalho digno. (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2010, p. 25). A reivindicação por trabalho digno consta da Cartilha de formação política, com o intuito de que aquele que vive à margem da formalização do trabalho seja incluído. (PACHECO, 2017).

Em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, Lula, o MNPSR e seus representantes foram recebidos pelo então Presidente da República, numa *acolhida histórica*, em que o Presidente determinou que fosse formulada uma política específica para este segmento, o que resultou, a partir daí, numa série de diálogos e interlocuções com estes sujeitos, a fim de que a proposta da política pudesse atender às suas necessidades. (RICARDO, 2013 *apud* PACHECO, 2017).

Um campo de intervenção, de proposições e mobilização social passa a ser constituído, a partir de então, o que reverberou, dentre as conquistas históricas do movimento, em políticas públicas específicas, espaços nacionais e regionais de participação dos sujeitos em situação de rua para reivindicar seus direitos, além de programas voltados ao recebimento de denúncias acerca das violações de direitos destas pessoas; campanhas nacionais contra remoções e internações forçadas; projetos de pesquisa, extensão universitária discutindo e apresentando dados sobre a temática. A realização de Seminários, encontros, audiências públicas, reportagens, documentários, resultado das ações coletivas, pressões dos militantes do MNPSR, que colocaram na cena pública um grupo de pessoas, historicamente, invisibilizado perante os governos e a sociedade. (LEMÕES DA SILVA, 2019).

Vale ressaltar que, após cinco anos desse processo participativo, no Brasil, o Decreto Presidencial nº 7.053 instituiu, em 23 de dezembro de 2009, a PNIPSR, um marco na história da população em situação de rua no Brasil, resultante do processo participativo de um novo sujeito coletivo, o MNPSR, que se constitui como um dos poucos no mundo com esse segmento.

Foram várias as reivindicações para a participação da população em situação de rua na formulação, controle, monitoramento e avaliação de políticas públicas desde o *I Encontro Nacional da População em Situação de Rua*, em 2005, além de ser demarcada a necessidade de obtenção de dados e informações sobre esta população, no entanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) continua afirmando não ser possível realizar este levantamento no próximo Censo.

Este movimento não é impulsionado somente pela luta em torno da questão urbana, da pauta da moradia, porém, esta é uma pauta de relevância, especialmente após os casos de genocídio, chacinas, envolvendo as pessoas em situação de rua, há o direcionamento de que: “[...] esta população deve participar da construção desta política urbana.” (PACHECO, 2017, p. 266). Isto posto,

Existe também a falta de desejo político. Infelizmente as pessoas imaginam que a População em Situação de Rua se encontra nessa situação por desejo, como se fosse normal as pessoas desejarem estar nas ruas, no frio, no abandono, sofrendo assassinatos, espancamentos, sendo acordados com violência e truculência. Somos frutos e filhos de um sistema capitalista injusto e desumano. [...] Porém, nós vemos tantos prédios abandonados que poderiam ser moradias de interesse social. Para mim, além do déficit existente, se tivessem pessoas que realmente fossem comprometidas poderíamos não acabar com a falta de habitação, mas reduziríamos em muito a desigualdade. (PACHECO, 2017, p. 267).

Coelho e Favareto (2008) apontam que há estudos que sugerem que a participação social pode promover resultados positivos, tanto em termos de inclusão quanto em aspectos distributivos, no entanto, faz-se necessária uma sociedade civil mobilizada e organizada.

Torna-se difícil a articulação das pessoas em situação de rua por meio do movimento social, uma vez que este segmento apresenta demandas imediatas, respostas emergenciais e ao receberem essas respostas, na maioria das vezes, seguem seus trajetos de vida nas ruas. Outro elemento que dificulta essa mobilização é a própria dependência química em que muitos destes sujeitos se encontram e que acaba desmobilizando-os, pois não conseguem se inserir em uma atividade política que contribua para pressionar o Estado no que tange à garantia de seus direitos.

Ranciére (1996) afirma que a política é a reivindicação da parcela dos que não têm parcela, é reivindicação da fala, em um processo complexo, em se tratando da história da formação da sociedade brasileira, onde sofremos com a proibição da fala, a anulação da política, do dissenso, do desentendimento. Destarte, faz-se necessária a construção de uma consciência social, a qual não se produz automaticamente, em uma atividade determinada, mas pelas relações que se estabelecem entre estas

atividades e o cotidiano das pessoas, sendo que as redes sociais e os valores compartilhados pelas pessoas, são elementos fundamentais nesta construção. (VILLASANTE, 2002).

A existência de experiências de participação social em políticas públicas é recente, assim, os impactos dessa participação deverão ser vistos a médio e longo prazos. Por meio de estudos desenvolvidos, percebe-se que há uma expectativa de democratização das relações Estado e sociedade, e de incremento das políticas públicas, pela participação social, é uma possibilidade que tem se efetivado em algumas experiências participativas. (FERRO, 2012). Depreende-se, assim, que:

En consecuencia, la acción política abarca no sólo los hechos tradicionalmente dejados de lado, o bien relegados al campo de la patología social o de las “disfunciones” sociales. En este sentido [...] su perspectiva de los hechos y de sus actores reviste um carácter no sólo más amplio sino también más democrático. (D’ÁDAMO; GARCIA BEAUDOUX; MONTERO, 1995, p. 10).

O MNPSR já realizou dois congressos, um em 2012, em Salvador/BA e outro em 2014, em Curitiba/PR. O Movimento orienta-se pelos seguintes princípios:

[...] a escuta às bases, o apoio mútuo interno, o compromisso pessoal, a honestidade e transparência, a democracia, a não violência e a solidariedade com as causas sociais, bem como o exercício da igualdade, a justiça e o controle social. Sua luta se estende em nove estados e politicamente conquistou a participação no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no Comitê Técnico de Saúde da PSR, no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e no Conselho Nacional de Saúde (CNS). (BOVE; FIGUEIREDO, 2015, p. 24).

Os eventos ocorridos, a organização do coletivo de pessoas em situação de rua como um movimento social contribuiu, significativamente, para que estratégias, políticas, serviços fossem planejados para este segmento, ressaltando-se o fato de que esta população não tem tradição em mobilização e organização, até por sua própria situação de extrema vulnerabilidade social, o que faz com que a mobilização se torne desafiadora e, muitas vezes, voltada ao imediatismo das necessidades mais urgentes, o que remete a inferirmos que faz-se necessário o fortalecimento da dimensão política da luta das pessoas em situação de rua, alinhando-a ao processo de saída das ruas e à inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

Em novembro de 2018, aconteceu, em Brasília, o *Seminário Internacional sobre a Autonomia da População em situação de Rua*, uma conferência que apresentou várias falas de sujeitos com vivência das ruas e que estão articulados como ativistas na luta pelos direitos desta população. Muitas falas expressaram que a “Pop de rua

não poderia ser chamada de vulnerável, ela é vulnerabilizada”, posto que não é esse sujeito que contribui para a origem desta vulnerabilidade, assim, “[...] a vulnerabilidade consiste, então, no desrespeito aos direitos básicos adstritos a todos os cidadãos, impedindo-lhes de gozar de toda a estrutura dignificante fornecida pela vida em sociedade e colocando-lhes ainda em riscos eminentes [...]”. (SARMENTO, 2020, p. 35).

A *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*, realizada em 2007, a qual foi a primeira que traçou um perfil deste público, apontou que 95% destas pessoas não se encontravam inseridas em nenhum movimento social, o que nos infere a pensar na complexidade do processo de organização política deste segmento, historicamente tratado com ações punitivas, criminalizadoras, sujeito sem fala, invisibilizado, com dificuldades de construir um sujeito coletivo e protagonizar suas lutas.

Outra conquista oriunda do processo organizativo dos sujeitos em situação de rua é a proliferação nacional de cartilhas (governamentais e não-governamentais), manuais sobre a particularidade dos direitos humanos e sociais da população em situação de rua; a necessidade de políticas que atendam às suas especificidades, sensibilizando a sociedade sobre as situações a que estão expostos os que se encontram nas ruas. (SCHUCH, 2015).

As análises de Sandoval (1994) inferem que a consciência política pode emergir de uma ruptura cotidiana, uma vez que o cotidiano naturaliza as desigualdades e a dominação que contribuem para uma submissão política que tem fragmentado a consciência do indivíduo, tornando-o um conformista, à medida em que não tem racionalidade crítica para compreender o contexto em que se encontra, usando, muitas vezes, um pensamento imediatista e utilitário.

Lemões da Silva (2014) faz algumas críticas ao que denomina de constituição de moralidades e pedagogias no interior do movimento, para constituição de um *sujeito ideal* na luta por direitos. Assim, afirma que:

Nas ocasiões em que pessoas em situação de rua não se deixam levar pelas solenidades e protocolos de reuniões, seminários e audiências públicas, interrompendo constantemente os discursos de autoridades por meio de denúncias e inconformidades as mais diversas, é interessante constatar que a tentativa de transmissão pedagógica de um modo específico de falar, comportar-se e agir nestes espaços venha sempre dos trabalhadores dos serviços públicos e militantes. (LEMÕES DA SILVA, 2014, p. 16).

Depreende-se que o movimento é permeado por desafios, conflitos, fazendo-se necessário valorizar as práticas dos sujeitos que compõem o movimento, que já não conta, como exposto acima, com boa parte das pessoas em situação de rua. A participação precisa, sim, de outras dimensões que a qualifiquem, no entanto, o lugar de fala dos sujeitos, a forma como se expressam, sua linguagem, narrativas, revelam aquilo que representam, aquilo que as ruas significam para estes sujeitos.

Os instrumentos governamentais que garantem direitos e o enfrentamento às violações dos direitos significam para o MNPSR uma conquista histórica, além de trazer visibilidade a uma população bastante invisibilizada pelos governos e pela própria sociedade. Assim sendo, concordamos com Lemões da Silva (2019) quando este afirma que existem coisas que escapam à capacitação política, como a criatividade, a ação que transforma, inventa e refaz o jogo das correlações de força e isso foi possível perceber no processo de construção e efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua, por meio das articulações engendradas por estes, que fortaleceram seu espaço político.

Ademais, concordamos com Kowarick (1979) que admite que as necessidades sociais, forjadas historicamente, quando atendidas na forma de acesso a benefícios não amortecem o conflito de classes. O processo de espoliação urbana extorque as camadas populares, dentre estas, as pessoas em situação de rua (grifo nosso), do acesso a serviços de consumo coletivo, e as lutas sociais, a mobilização política, tornam-se urgentes para o exercício dos direitos e a construção de uma vida digna.

Na próxima seção, apresentamos o processo de instituição da PNIPSR e o quão relevante se configura esta política para os sujeitos em situação de rua, bem como os desafios à sua efetivação.

3.2.2 A Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNIPSR) no Brasil: caracterização e perspectivas de atendimento

O esforço para construção de políticas de inclusão voltadas à população em situação de rua, no âmbito federal, tem início a partir de 2005, com o MDS, promovendo um processo de discussão sobre o fenômeno social das pessoas em situação de rua, envolvendo, também, a sociedade civil na formulação de políticas destinadas a esta população, o que correspondeu a um projeto antagônico ao que

vinha sendo realizado, no sentido de que os *invisíveis* passariam a ser ouvidos e a ter suas necessidades atendidas por uma política específica. (FERRO, 2012).

Convém frisar que esse processo dinâmico também foi resultado das lutas desencadeadas pelo MNPR; pela Pastoral do Povo da Rua da Igreja Católica, além do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), que contribuíram para que fosse instituída a PNIPSR, materializada pelo Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua).

É mister mencionar que foram incitadas, no decorrer desse processo, discursividades múltiplas, articulações, manifestações sobre as pessoas em situação de rua na cena pública, materializando “[...] disputas sobre as representações em torno do fenômeno e estratégias de intervenção”. (MELO, 2016, p. 52), constituindo, assim, pessoas que, alijadas das condições dignas de vida, passam a protagonizar as lutas por seus direitos.

Esta política visa, pelo desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios, atender à população em situação de rua, no que concerne aos direitos humanos desta população, por meio da integralidade das diversas políticas públicas. Pode-se afirmar, ainda, que a construção dessa Política acompanhou o processo de desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro.

No cerne dessa questão, é importante que os gestores e a sociedade encontrem possibilidades de transformar o cotidiano das pessoas, em especial, dos que fazem da rua sua casa, sem marcos físicos, nem privacidade. (VIEIRA; CARDIN, 2018).

Nesse sentido, importa dizer que as políticas públicas, através de seus princípios e diretrizes, norteiam as ações do poder público, para satisfazer as demandas sociais.

Concordamos com Silva (2001), que as políticas públicas são formas de intervenção na sociedade, com racionalidades, sujeitos, interesses distintos, constituindo-se como ações ou omissões do Estado, não sendo uma mera intervenção do Estado, mas possuindo contradições, num processo que envolve movimentos não lineares, interdependentes, abrangendo, também, riscos, incertezas, controles.

No cerne desse debate sobre as políticas públicas, ressaltamos a relevância da construção da PNIPSR, onde consideramos como atinente a esse processo, a

realização do *II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua*, em Brasília, em maio de 2009, em que foram discutidas as propostas da PNIPSR, e a validação da proposição intersetorial desta Política, além de terem sido pautados os programas governamentais que eram restritos à população em situação de rua, por falta de endereço, como o Programa Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

Ao final deste Encontro, foi divulgada e, posteriormente, entregue ao então Presidente Luís Inácio Lula da Silva uma Carta Aberta, que apresentou a PNIPSR como um mecanismo de realização dos direitos sociais das pessoas em situação de rua. Entendemos, assim, que a elaboração da PNIPSR teve amplo envolvimento dos Fóruns de Entidades da sociedade civil, dos militantes do MNPSR, e outros sujeitos coletivos, com o intuito de que suas diretrizes, princípios, ações estratégicas, sejam efetivados pelos governos.

No ano de 2008, vinculada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foi aprovada a PNIPSR, que prevê ações integradas de várias áreas, saúde, assistência social, cultura, educação, registrando avanço ao definir o segmento focalizado como sendo aquele “[...] que faz das ruas seu espaço de sobrevivência e de ordenação de suas identidades”. (BRASIL, 2008). Além disso, pretende:

Estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, valse do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo. (BRASIL, 2008).

Uma política pública direcionada à PSR deve ser pensada, levando-se em consideração as complexas relações entre o Estado e a sociedade civil, haja vista a refuncionalização do Estado, a partir da égide neoliberal, que reforça que a sociedade civil se restringe à ideia de um *terceiro setor*, responsável pela proteção social aos mais pobres. Os liberais consideram a sociedade civil homogênea e com interesses universais, que visam romper com os antagonismos de classe, numa relação de colaboracionismo e parceria entre as classes.

Nesse íterim, em Gramsci, nos deparamos com a concepção de um Estado que se constitui como instância perpassada pela luta de classes, sendo as classes dominantes as que exercem o poder, por meio da coerção, para manter o controle das classes subalternas, mas, para além dessa coerção, que pode levar a uma crise de legitimidade, esse mesmo Estado utiliza os aparelhos privados de hegemonia – mídia,

escola, igrejas, organizações sociais, partidos políticos, etc., que podem contribuir para manter o status quo. Entretanto, na concepção de superestrutura, para a obtenção dos consensos, o Estado, espaço contraditório que é, incorpora, também, os interesses das classes subalternas. (GRAMSCI, 2000).

Assim, “Estado ‘propriamente dito’ e ‘sociedade civil’ são dois momentos distintos, não se identificam, mas estão em relação dialética, constituindo, em conjunto, o ‘Estado ampliado’”. (LIGUORI, 2006, p. 183).

A sociedade civil é, dessa forma, espaço de força política, que engloba diferentes segmentos sociais, não governamentais, tais como: associações, movimentos populares, organizações não governamentais ONGs, igrejas, sindicatos, etc. Foi através da articulação e mobilização dos sujeitos destes diferentes segmentos, que a participação cidadã foi sendo alicerçada, contribuindo para a construção de políticas públicas, fortalecendo a realização dos objetivos destes segmentos. (MACHADO, 2012).

Foi como um espaço de força política que o MNPSR se organizou diante da complexa realidade vivida pelos sujeitos que se encontram em situação de rua e visando ampliar sua cidadania. Por meio de sua luta e organização, emergiu a PNIPSR, conforme dito anteriormente.

Uma política inclusiva requer respostas coordenadas, convocando para uma maior integração as diferentes políticas, posto que os determinantes que levam uma pessoa a estar nas ruas são múltiplos e exigem a conexão das mais variadas políticas públicas. (VIEIRA; CARDIN, 2018).

Nesse intervalo, destacamos que a PNIPSR é estruturada em dois eixos: um pautado na verticalidade federativa com ações nos níveis federal, estadual e municipal e o eixo da interdisciplinaridade e intersetorialidade para melhor atender às demandas da população em situação de rua, no intuito de proporcionar o diálogo entre as diversas políticas e o planejamento em conjunto das ações voltadas a este segmento, visando à qualidade do atendimento. Isto posto:

A intersetorialidade que vem se configurando como um princípio orientador de ações integradas no âmbito da Política Social supõe atendimentos em rede para a população [...] a proposta de uma ação integrada e em rede está na base desse paradigma. Para a política pública constituir a rede é, antes de qualquer coisa, uma decisão política que exige estratégias processuais deliberadas, alianças [...] (YAZBEK, 2014, p. 98).

Concordamos com Bonalume (2011), que entende que a complexidade da condição de rua requer ações totalizantes, ações concretas, voltadas à garantia dos

direitos desse segmento, com a inserção de suas demandas em relação a trabalho, habitação, assistência social, saúde, cultura, dentre outros, na pauta governamental, sendo necessário superar estruturas fragmentadas, e assim promover a articulação em rede dessas ações no âmbito das políticas públicas.

Uma das diretrizes da PNIPSR trata da promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais, estabelecendo a articulação entre o poder público, a sociedade civil e os usuários, no intuito de fortalecer as ações da política. A participação da sociedade e dos usuários no controle social, acompanhamento e avaliação também se constitui como diretriz da política, cabendo frisar que os sujeitos das políticas devem fortalecer seu protagonismo, através de espaços viabilizadores da construção de seus direitos, como a constituição de Fóruns, de movimentos sociais articulados aos já existentes, onde possam ser discutidas suas demandas e elaboradas propostas, a fim de que as políticas implementadas incorporem o que é legítimo à população beneficiária.

Consoante às suas diretrizes, em seu art. 7º, a PNIPSR estabelece os seus Objetivos e, no inciso I, afirma que a política visa a assegurar integralmente o acesso à população em situação de rua aos serviços e projetos oferecidos através das “políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda”; no inciso VII legisla sobre a “implantação de centros de defesa dos direitos humanos” específicos para a população em situação de rua; o inciso XVII institui a implantação dos “centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social” e o inciso XVIII preceitua a “implementação de ações de segurança alimentar e nutricional para proporcionar acesso permanente à alimentação” de qualidade pela população em situação de rua. É, pois nos objetivos da PNPR que encontramos a demarcação que evidencia a relação desta com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. (NOGUEIRA, 2014, p. 38).

O Decreto que instituiu a PNIPSR determinou a criação do CIAMP-Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e seu respectivo suplente dos seguintes órgãos do poder público: SEDH da Presidência da República, responsável por coordená-lo; MDS; Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Educação (MEC); Ministério das Cidades (MCID); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério dos Esportes (MESP) e Ministério da Cultura (MinC).

As atribuições do CIAMP-Rua, descritas no art. 10º, são as seguintes: elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da PNIPSR; acompanhar e monitorar o desenvolvimento da política; desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e

avaliação das ações da PNIPSR; medidas que articulem as demais políticas públicas no que concerne ao atendimento à população em situação de rua, dentre outras. (BRASIL, 2008).

O art. 15 do Decreto nº 7.053/2009 demarca a criação de um Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da população em situação de rua, tendo as seguintes atribuições:

- I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;
- II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;
- III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnicorracial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;
- IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e
- V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua. (BRASIL, 2009b).

Cabe ressaltar, nesse processo, que no nosso país, alcançamos alguns avanços na luta pela garantia de direitos de cidadania ao segmento em situação de rua, no sentido de seu resgate social.

Reconhecer a heterogeneidade da PSR implica implementar políticas voltadas aos diversos grupos existentes, imigrantes, desempregados, dentre outros. As ações desenvolvidas para este público devem reconhecê-los como sujeitos ativos, protagonistas do seu vir a ser, além de incorporarem o novo saber adquirido na vivência das ruas, o olhar sobre a sociedade e sobre o mundo. (BOVE; FIGUEIREDO, 2015).

A PNIPSR propõe no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e habitação, a criação de alternativas de moradia, a partir dos programas de habitação financiados pelo Governo Federal. No entanto, a vulnerabilidade habitacional no país não vem sendo reduzida, Programas como Minha Casa, minha Vida (MCMV), devido às exigências de rendimento, acabam inviabilizando que populações vulneráveis, como as que estão nas ruas, acessem o programa.

Embora a moradia digna seja direito outorgado pela CF/1988, grupos vulnerabilizados não são contemplados pelos programas habitacionais. Na exposição de motivos da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, é apresentada a justificativa de que o maior déficit habitacional seria oriundo da população de baixa

renda, pela dificuldade de conseguir financiamento e outros meios de aquisição de moradias, haja vista a insuficiência de renda, sendo controverso que, exatamente, as pessoas em situação de rua, sejam as que necessitam, em caráter de urgência, de uma moradia e que, devido aos requisitos inviáveis que são solicitados, permaneça residindo nas ruas. (SARMENTO, 2020).

Farha (2015) aponta que a moradia é tratada como mercadoria e não como direito humano, o que rouba a conexão da casa com a comunidade, a dignidade e a noção de lar. Assim, a habitação possui tensões e paradoxos que trazem obstáculos ao acesso a direitos.

Ainda em relação à política de habitação, o avanço foi pouco, tendo a apresentação e aprovação no CIAMP-Rua, de uma proposta do governo federal do modelo de política pública para este segmento, baseado no *Housing First*²¹, o Programa Moradia Primeiro (PMP), que visa ao acesso imediato de uma pessoa em situação crônica de rua (mais de cinco anos na rua; uso abusivo de álcool e drogas), a uma moradia segura, individual, integrada a uma comunidade, e ao ingressar no projeto, a pessoa passa a ser acompanhada por uma equipe, capaz de atender e responder às demandas apresentadas por esta pessoa. Existem três projetos-piloto no Brasil, um em Curitiba/PR, o outro em Porto Alegre/RS e Franca/SP.

Há diversas dificuldades na implementação do PMP em Porto Alegre, por exemplo, a falta de interesse dos proprietários de imóveis em alugar para pessoas em situação de rua. Além disso, quando as pessoas se inscreviam no programa, apareciam outros empecilhos, como a falta de condições mínimas de habitabilidade da casa e a ausência de comprovação de titularidade do proprietário. Diante dessa realidade, a meta inicial de 70 pessoas com contrato vigente, que era para ser atingida em 2018, só foi alcançada um ano depois, em 2019. (TAVARES, 2021).

²¹ O modelo *Housing First* teve início nos EUA, na década de 1990, e se espalhou em algumas regiões da Europa, como Lisboa, em Portugal. Consiste na inversão da intervenção *em escada*, predominante em muitos países. A intervenção *em escada*, modelo ainda vigente no Brasil, pressupõe a existência de um continuum de estruturas e serviços, começando nos centros de alojamento, passando por programas residenciais de grupo com apoio intensivo e atividades muito estruturadas, por apartamentos de grupo supervisionados e culminando no acesso à habitação independente. A perspectiva de intervenção subjacente é que as pessoas necessitam desenvolver competências e aderirem a planos de tratamento até estarem aptas para viver de forma autônoma. À medida que vão desenvolvendo essas competências, as pessoas vão transitando para contextos habitacionais com menos suporte e supervisão. Contudo, a avaliação destes programas concluiu que, na maioria das vezes, as pessoas ficam retidas num ponto desse continuum. Muitas não chegam sequer a aceder a esses programas que requerem, como condição prévia, a adesão a planos de tratamento e a sobriedade. (BRASIL, 2019b).

Cumpra-se ressaltar que este programa tem uma proposta a ser questionada, pois como inserir uma pessoa em situação de rua primeiro numa moradia, sem que ele tenha acessado outros serviços, inclusive, tratamentos, se for o caso, para superar a dependência química? Inserir o sujeito em situação de rua em uma moradia não resolve todas as suas vulnerabilidades, nem tão pouco promove a sua reinserção comunitária e familiar.

No que concerne à garantia dos direitos humanos da PSR, citamos um resultado importante de ser demarcado, a partir da implementação da PNIPSR, que foi a criação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH). Instituído pelo Decreto nº 7.053/2009, constitui-se como um espaço de promoção e defesa dos direitos humanos, denunciando as situações de discriminação, preconceito e violência deflagradas contra esta população, além de contribuir para que o debate avance na perspectiva do direito.

Destacamos, ainda, a criação do Plano Operativo de Saúde, que inclui ações voltadas à população em situação de rua no âmbito da atenção à saúde desta, sendo pactuado entre os gestores estaduais e municipais, buscando garantir o acesso dessa população ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Ademais, o entendimento de que a luta é construída no cotidiano e de forma coletiva possibilitou a emergência de redes de apoiadores, tais como entidades da sociedade civil, as Universidades, em articulação à população em situação de rua que constituíram o Fórum da População em Situação de Rua, que vem se estruturando em nível nacional e estadual.

Acerca da redução de danos, enfatizamos que as equipes dos Consultórios de Rua²² são orientadas pelo Ministério da Saúde para não adotarem posturas extremas, nem impor o tratamento e a abstinência aos dependentes químicos, assim como também, não esperar que os pacientes tomem todas as decisões²³, pois ambas as posturas são consideradas improdutivas. (BRASIL, 2012).

Dentre as diretrizes da PNIPSR, destacam-se a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais, ambientais, tendo o poder público como responsável pela sua elaboração e financiamento, articulação das políticas públicas nos diferentes

²² Falaremos mais adiante destes Consultórios.

²³ Na lógica da redução de danos, os procedimentos são discutidos junto aos pacientes, posto que a participação deles é necessária, aumentando seu engajamento no processo.

níveis: federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, tudo isso atrelado à perspectiva de integração entre Estado e sociedade civil para executá-la.

O mesmo Decreto que instituiu a PNIPSR, também instituiu o CIAMP-Rua, visando à integralidade com as outras políticas públicas, para efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua, sendo um comitê composto por representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos federais, tais como: SEDH da Presidência da República, MDS, MJ, MS, MEC, MCID, MTE, MESP e MinC. (BRASIL, 2009a).

A Política de Assistência Social, por vezes, tem assumido a articulação da rede de atendimento e proteção social, no que se refere às pessoas em situação de rua. Borysow e Furtado (2013) evidenciam que a rede intersetorial de atendimento a estas pessoas, deve ser fortalecida. Os serviços de saúde mental, por exemplo, apresentam dificuldades para atender estas pessoas nas ruas, sendo necessário um diálogo nesse sentido, a fim de que maiores esforços sejam envidados e estratégias de atendimento sejam estabelecidas.

A partir da PNIPSR, houve alteração na LOAS, art. 23, & 2º, constando que “[...] na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros [...] às pessoas que vivem em situação de rua”. (BRASIL, 1993). O MS, também, editou a Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que previu a criação de Consultórios na Rua, que são compostos por profissionais de saúde, promovendo a atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua, cabendo destacar, com base em Sarmiento (2020), que os trabalhos das equipes dos Consultórios nas Ruas ainda são considerados pouco articulados, e estas equipes se encontram sobrecarregadas com responsabilidades clínicas.

No que tange aos programas de transferência de renda, a partir do Decreto nº 7.053/2009, a população em situação de rua passou a ser incluída em programas dessa natureza, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família (BF), contribuindo, assim, para amenizar os efeitos da extrema pobreza em que estas pessoas se encontram.

Para serem incluídos no BF²⁴, os sujeitos em situação de rua devem recorrer, voluntariamente, ou por meio de encaminhamentos, aos órgãos CRAS e CREAS ou aos Centros Pops.

O BPC²⁵ também passa a ser um benefício, a partir do Decreto supracitado, destinado às pessoas em situação de rua, no entanto, uma camada limitada consegue acessar o benefício. Sarmiento (2020) pondera que o BPC poderia ser um benefício importante para estas pessoas, mas devido a sua alta complexidade de ingresso e nenhuma articulação com outras políticas públicas necessárias a esta população, acaba tendo um baixo alcance.

Sarmiento (2020, p. 62) aponta, ainda, que:

[...] os beneficiários que conseguem fazer jus ao BPC possuem endereço fixo, mesmo que seja endereço institucional, como aquele fornecido pelos Centros Pops, o que causa severa confusão estatística no que tange à impossibilidade de diferenciação entre cidadãos domiciliados e não domiciliados. Ou seja, formalmente, os cidadãos em situação de rua que desfrutam do BPC são domiciliados.

Durante a pandemia da Covid-19, muitas pessoas em situação de rua tiveram acesso ao Auxílio Emergencial, se atendessem aos critérios, como: não possuir emprego formal e ter renda de até de até meio salário mínimo; só não podiam receber o Auxílio, as pessoas em situação de rua que recebessem BPC, ou benefício previdenciário, como auxílio-doença, seguro-desemprego. Quem recebesse Bolsa Família tinha direito de acessar o Auxílio Emergencial (AE) (que à época, foi no valor de R\$600,00), automaticamente, sendo que o mesmo substituiu o valor do Bolsa Família, caso o Auxílio fosse maior que este valor.

Faz-se necessário discutir sobre o acesso aos benefícios governamentais por parte deste segmento, a fim de que este acesso seja fortalecido. Devem ser criadas, por meio dos órgãos competentes, condições concretas para atender às demandas e

²⁴ Em relação ao BF, as regras são bastante complexas para quem está em situação de rua, como: carteiras de vacinação em dia; crianças até sete anos devem ter acompanhamento médico para promover seu crescimento e desenvolvimento; as gestantes devem ter acompanhamento pré-natal; crianças em situação de risco devem ter, no mínimo, 85% de frequência escolar, dentre outros requisitos, além de possuir os documentos pessoais (RG, CPF e título de eleitor), que, muitas vezes, as pessoas em situação de rua acabam perdendo ou tendo furtados estes documentos, até pela situação em que se encontram, vivendo nas ruas. (SARMENTO, 2020).

²⁵ O BPC garante um salário mínimo ao mês para pessoas idosas, a partir de 65 anos e pessoas com deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, cuja renda per capita familiar mensal seja igual ou inferior a ¼ do salário mínimo vigente, além disso, as pessoas com deficiência passam por uma avaliação médica e social e ambos, idosos e pessoas com deficiência, não podem receber benefício previdenciário.

necessidades desta população, para que a mesma não lhe tenha subtraído o que é de direito, no que concerne à sua dignidade e sobrevivência.

Acreditamos que, por meio de políticas públicas, com ações integradas, os sujeitos que se encontram em vulnerabilidade extrema, tenham suas potencialidades mobilizadas, a fim de superar a situação em que se encontram.

Frequentemente, as famílias nessas condições de intensa e extensa vulnerabilidade e pobreza desenvolvem atitudes e comportamentos de apatia, resignação, baixa autoestima, baixo protagonismo e autonomia, desesperança, subordinação e dependência, que acabam por aprisionar as famílias e os indivíduos nas armadilhas da pobreza. Essas dimensões relacionais, consideradas como aspectos menos tangíveis da pobreza, remetem a questões de natureza psicossocial e envolvem o tema das relações sociais e do empoderamento. Tem-se com isso a necessidade de uma ação intensa e sistemática sobre os elementos menos tangíveis da vida das pessoas considerando o âmbito das relações, sejam estas relações intrafamiliares ou sociais e comunitárias, que estabelecem as redes de sociabilidade e apoio e constituem definitivos alicerces da proteção social. (BRONZO, 2009, p. 175-176).

Importa frisar que grande parte desta população, visível nas cidades brasileiras, sofre os efeitos de uma agenda ultraconservadora neoliberal, que reverbera em crescentes taxas de desemprego, aumento da informalidade, da violência, drogadição, dentre outros, e que as políticas existentes foram tardias, carecem de ações intersetoriais, apesar de estas serem mencionadas no escopo da PNIPSR, há um lastro entre o que está disposto e o que realmente é efetivado no bojo da política.

A ausência de integração entre as políticas para atender à PSR, bem como as ações, muitas vezes, restritas que não ocasionam a autonomização dos sujeitos, aliados à precariedade nos atendimentos, tornam ainda mais desafiadora e complexa a realidade de promoção dos direitos deste segmento, o que pode provocar a perda do alcance e efetividade das ações realizadas no contexto das políticas voltadas para estes sujeitos.

Observamos que um dos grandes desafios no atendimento aos sujeitos em situação de rua é a retomada da atividade produtiva, que venha oportunizar a sua saída gradual das ruas, uma vez que tendo um emprego, auferindo renda, estas pessoas adquirem mais autonomia, mas, para tanto, fazem-se necessárias estratégias de inclusão produtiva para os mesmos.

Convém frisar que em relação às políticas de segurança pública para as pessoas em situação de rua, estas, geralmente, não são voltadas para a sua proteção, mas para criminalizá-las, o que é reforçado por Wacquant (2001) quando este mostra, ao estudar a temática, que, a partir do modelo norte-americano de política criminal, a

segurança é pautada em reprimir as atitudes e comportamentos dos sem-teto, numa perspectiva de punição da pobreza.

Isto posto, “[...] embora os serviços de segurança sejam eventualmente buscados, eles são vistos pela população em situação de rua com desconfiança, o que pode significar uma condição de conformidade ou ‘anestesia’ em relação à violência”. (COSTA, 2005, p. 11).

Podemos afirmar que a PNIPSR contribuiu, ao longo desses anos, com a implantação dos Centros POPs pelo país, tendo, em torno de 227 Centros Pops, além de contribuir com a implantação dos Consultórios de Rua, como dito acima.

No que diz respeito às áreas da cultura, educação e esporte, não destacamos projetos para a PSR, apesar de que são pastas que fazem parte do CIAMP-Rua. (NASCIMENTO, 2020).

A SEDH da Presidência da República, através da Portaria n. 693, no seu art. 1º, estabeleceu regras e critérios para a execução e monitoramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e incluiu, a partir de então, três novos públicos: as pessoas com deficiência, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e as pessoas em situação de rua.

O Decreto nº 7.053/2009 (que instituiu a PNIPSR) já previa a oferta de programas de qualificação profissional para pessoas em situação de rua, com o intuito de promover seu acesso ao mercado de trabalho. Na prática, estamos nos referindo aos serviços da rede socioassistencial do Suas, porém, todos os órgãos que ofertem serviços à PSR, devem observar os Termos de Adesão a serem celebrados com as Secretarias de Direitos Humanos locais. São Paulo possui uma experiência exitosa com o PRONATEC PopRua:

No período de março a dezembro de 2013, foram ofertadas 462 vagas, das quais foram efetivadas 403 matrículas, distribuídas em 22 turmas, nos cursos de Auxiliar de almoxarife, Almoxarife de obras, Aplicador de revestimento, Auxiliar Administrativo, Eletricista, Mecânico de motores, Padeiro, Pedreiro, Soldador. Os cursos profissionalizantes foram ofertados pela parceria SENAI/SP e SENAC/SP, e como forma de apoiar as pessoas matriculadas foram oferecidos vale transporte e alimentação, concessão de bolsa-presença (R\$ 2,00h/ aula), certificado de conclusão e parceria com empresas a fim de garantir o acesso ao emprego no final da formação. (NASCIMENTO, 2020, p. 141).

No que se refere à contagem da PSR, mencionamos, mais uma vez, o primeiro Censo da PSR, realizado, entre agosto de 2007 e março de 2008, pela Secretaria Nacional de Assistência Social e de Avaliação da Gestão da Informação (SAGICAD), vinculada ao MDS, depois deste Censo, temos as iniciativas do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA) em realizar estimativas da população em situação de rua no Brasil, sendo que a última traça um perfil do segmento entre os anos de 2012 a 2020.

Reiteramos que, apesar de várias reuniões para o IBGE realizar o censo da PSR, em 2020, mais uma vez este Censo não se realizou, com a justificativa de que a unidade de levantamento do Censo é o domicílio, e que as pessoas em situação de rua não são domiciliadas (veremos esta discussão, também, no capítulo seguinte desta tese).

Com base no que foi exposto, entendemos que a instituição da PNIPSR representou, sem dúvidas, um avanço no que concerne ao atendimento à PSR, dando, inclusive, maior visibilidade ao segmento, no entanto, concordamos com Silva (2009) que entende que os limites são inúmeros e o processo de superação destes é longo. Há uma baixa cobertura das ações propostas; uma inadequação administrativa e metodológica dos projetos. A relação com os servidores ainda é permeada por preconceitos, discriminações, e há a necessidade de que a mesma seja avaliada, para que, de fato, possamos visualizar e compreender os efeitos que têm produzido na vida dos usuários.

Como desafios para a PNIPSR, elencamos a necessidade de maior articulação com as políticas setoriais, adequando suas ações às demandas da PSR; a superação da cultura do preconceito, dos estigmas em relação ao segmento atendido; a escassa produção de informações sobre a população em situação de rua; capacitação permanente dos sujeitos institucionais que lidam com essa população, dentre outras questões, para que, assim, a PNIPSR contribua para uma maior autonomia dos sujeitos atendidos e para o seu processo de saída das ruas, bem como para o restabelecimento de seus vínculos familiares e comunitários.

No próximo capítulo, apresentamos a caracterização da PSR no Brasil e no Maranhão, destacando-se os espaços empíricos desta pesquisa, São Luís e Imperatriz, as duas maiores cidades do Estado.

4 PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL, EM SÃO LUÍS E IMPERATRIZ: espaços empíricos da pesquisa

Neste capítulo, é apresentada uma caracterização da PSR no Brasil, no Estado do Maranhão e nos dois municípios espaços empíricos da pesquisa considerada nessa tese. Por conseguinte, a caracterização, a seguir, se expressa pelo perfil das pessoas em situação de rua, em nível de Brasil, com ênfase no Estado do Maranhão e nos municípios de São Luís e Imperatriz.

As características e o perfil dessa população nos permitem compreender como a mesma se situa na contemporaneidade, considerando que a PSR faz parte da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, o que revela que os determinantes deste fenômeno se vinculam à estrutura da sociedade capitalista, tendo como consequências o aumento do desemprego e o crescimento da pobreza.

A heterogeneidade da PSR é um de seus traços mais marcantes e que recebe destaque em todas as pesquisas sobre a temática, onde são identificadas diferentes estratégias de subsistência que esse segmento utiliza, a relação que estabelece com o trabalho, e a forma como vivem nas ruas.

4.1 Caracterização da População em Situação de Rua no Brasil

A primeira Pesquisa Nacional sobre a PSR no Brasil foi realizada pelo MDS, em 2008, e revelou que existiam 31.922 pessoas em situação de rua, no conjunto das cidades pesquisadas, que foram 71, vivendo em calçadas, praças, viadutos, albergues, etc. (BRASIL, 2008).

Essa pesquisa ofereceu importantes informações para que fossem formuladas políticas públicas para a PSR, no entanto, os dados da pesquisa realizada, em 2008, não expressam mais a realidade atual do segmento.

Enfatizamos, entretanto, que a iniciativa de realizar este I Censo da população em situação de rua no Brasil foi relevante e desafiadora, tendo sido uma demanda das entidades que participaram do *I Encontro Nacional da População em Situação de Rua*, no Brasil, ocorrido em 2005 e, também, foi de interesse do MDS quantificar e conhecer o modo de vida, as condições socioeconômicas destas pessoas. O Censo Pop Rua foi realizado em 71 municípios brasileiros, sendo 23 capitais e 48 municípios, com mais de 300 mil habitantes.

O CIAMP-Rua, instituído em conjunto com a PNIPSR, via Decreto nº 7.053/2009, solicitou ao IBGE a inclusão da população em situação de rua no próximo Censo, mas o IBGE apontou dificuldades em realizar pesquisas com público sem domicílio fixo, o que requer metodologias específicas de abordagem e logística adequada.

De fato, os dados censitários são coletados tendo como referência os domicílios e tendem a captar mal populações que não se encontram em condições adequadas de habitação. (KOTHARI, 2005 *apud* SARMENTO, 2020). Nem o censo demográfico decenal, nem as contagens populacionais periódicas incluem nos seus objetivos contar a população não domiciliada, o que prejudica, certamente, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para este segmento.

O mapeamento desta população possibilita que estratégias e políticas de intervenção sejam elaboradas com base nas especificidades das condições em que estas pessoas vivem nas ruas.

Em 2015, o MDS compilou as informações do Censo Suas, elaborando uma estimativa da PSR, revelando que, no país, àquela época, havia 122.890 pessoas em situação de rua.

O Censo Suas²⁶ capta, através de um instrumento eletrônico nacional, informações institucionais das Secretarias e Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, e dos CRAS, CREAS e Centros Pops.

A maioria dos municípios brasileiros não possuía, no ano de 2015, estimativa de população em situação de rua e os que possuíam alguma informação eram os que têm o maior contingente populacional. (NATALINO, 2016).

O IPEA, em 2016, tendo por base os dados do Censo Suas, elaborou a Estimativa da PSR no Brasil, considerando variáveis como crescimento demográfico e dinamismo urbano, vulnerabilidade social, número de pessoas cadastradas no CadÚnico do Governo Federal. Baseando-se em uma estimativa de proporcionalidade, o IPEA apresentou o dado de 122.890 pessoas em situação de

²⁶ O Censo SUAS é o método utilizado pelo Suas, para monitorar todos os serviços, programas e projetos ofertados, conforme diretrizes da *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Essa ferramenta foi instituída pelo Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010. Os dados e informações coletados pelo Censo SUAS contribuem para a efetividade e transparência da PNAS, bem como para a melhoria da estrutura da rede socioassistencial e funcionamento do Suas. (MEDEIROS, 2022, p. 1).

rua, em 2016, o que se refere a levantamentos realizados em 1924 municípios. (SARMENTO, 2020).

A metodologia do estudo mostra que as estimativas tendem a ser falhas, pois não levaram em consideração o porte e o contingente populacional dos municípios, sendo que os municípios com menos habitantes, decerto, não terão a mesma quantidade de pessoas em situação de rua do que os que possuem mais habitantes e são mais populosos.

No entanto, no ano de 2020, outra nota técnica foi elaborada pelo IPEA, com a estimativa da população em situação de rua no Brasil, no período que vai de setembro de 2012 a março de 2020.

Essa nova estimativa elevou a precisão dos dados obtidos, devido ao esforço dos governos em incluir a PSR no CadÚnico²⁷, possibilitando que esta seja encaminhada para outros programas e serviços, dando-lhe maior visibilidade e contribuindo, assim, para que Estados e municípios contem com uma estimativa desta população, ao menos no que se refere aos que se encontram no CadÚnico.

Alguns dos dados que apresentamos são de 2020 e configuram-se como um prognóstico da população em situação de rua, no Brasil, e, provavelmente, o quantitativo de pessoas em situação de rua aumentou, haja vista os anos subsequentes de pandemia da Covid-19 e seus efeitos sobre este segmento. Outros dados foram retirados do VIS-DATA²⁸ e da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD).

No que diz respeito à perspectiva de crescimento da PSR, no Brasil, dos anos de 2012 a 2022, a partir do número de municípios respondentes ao Censo Suas, o quantitativo de pessoas em situação de rua cresceu, posto que, em 2013, havia 70.007 pessoas em situação de rua, e em 2019, havia 90.158. Esse quantitativo se baseia no número de atendimentos e pessoas cadastradas no CadÚnico, a partir da Política de Assistência Social.

O número de pessoas vivendo nas ruas vem crescendo, no entanto, em relação aos determinantes deste crescimento, não há estudos que analisem essa realidade,

²⁷ Instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, com a finalidade de incluí-las em programas sociais do governo federal.

²⁸ O VIS DATA é um sistema de gerenciamento e visualização dos diversos programas, ações e serviços do Ministério da Cidadania (MC). Por meio do VIS DATA, é possível acessar dados de um ou mais indicadores selecionados em um determinado período e local. Há diversas opções de recorte disponíveis: mês/ano, municípios, estados, regiões, Brasil ou áreas especiais. (BRASIL, [20-?]b).

mas, podemos inferir que está relacionado às questões estruturais do sistema global do capital, com os altos índices de desemprego, acirrando as desigualdades sociais, causando efeitos na produção e reprodução da vida.

Natalino (2020) afirma que, a partir da melhora da qualidade do CadÚnico, as estimativas tornar-se-ão mais dinâmicas, podendo, inclusive, serem atualizadas, ao longo dos meses, através das informações sobre as pessoas cadastradas.

A Tabela 1 nos mostra o quantitativo de pessoas em situação de rua, por região. Podemos perceber que há um maior número de pessoas em situação de rua no sudeste do país, onde mais da metade dessa população se encontra, num total de 124.698 pessoas só nessa região. Além disso, chama atenção o crescimento dessa população na Região Norte, numa possível motivação por questões fronteiriças. (NATALINO, 2020).

Tabela 1 - População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020)

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO - OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar./2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar./2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set./2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set./2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set./2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set./2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set./2019	7.706	35.396	117.248	31.763	15.577	206.691
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fonte: NATALINO, M. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. **Nota Técnica**, Brasília, n. 73, p. 7-13, jun. 2020. p. 11. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

Depreendemos, a partir dessa tabela, que o fenômeno da PSR é eminentemente urbano, pois é nos grandes municípios que se concentra o aumento dessa população. Não obstante, em 2020 ocorreu um crescimento dessa população nos municípios médios e de pequeno porte II, sendo a taxa de crescimento nos municípios de pequeno porte II equivalente a 83% e nos de médio porte, esta taxa foi de 147%. Faz-se necessário, nesse sentido, fortalecer as políticas públicas nessas

localidades, para atender ao segmento em situação de rua nelas existente. (NATALINO, 2020). Ademais,

[...] a escolha de morar nas ruas está se tornando cada vez mais frequente no cotidiano do povo. Transformar a via pública, onde transitam carros e que são cercadas de comércio, não pode ser considerada como um local de habitação, pois, não há nenhuma possibilidade de oferecer viabilidade às necessidades que o ser humano carece para o seu sustento. (VIEIRA; CARDIN, 2018, p. 97).

Todas as pessoas que vivem nas cidades deveriam usufruir de todos os bens e serviços públicos oferecidos, inclusive, a PSR. “Essa condição de vida digna deve ser estendida à população em situação de rua, uma vez que ela é parte integrante da sociedade urbana e humana”. (BOVE; FIGUEIREDO, 2015, p. 21).

Dentre as capitais do país, a cidade que possui mais pessoas em situação de rua é São Paulo/SP, no entanto, uma plataforma criada em 2022 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresentou um levantamento realizado, em agosto do mesmo ano, pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas para a Situação de Rua, que informa que a cada 100 mil habitantes de Belo Horizonte, 340 estão em situação de rua. No ranking nacional, Belo Horizonte só perde para Boa Vista/RR. (BOTTREL, 2022). Isso significa que, em números absolutos, a capital de São Paulo possui a maior PSR, mas em relação ao total estimado da população, Belo Horizonte tem mais pessoas em situação de rua do que São Paulo, pois possui 300 pessoas em situação de rua a cada 100 mil habitantes. (BOTTREL, 2022).

Segundo o Coordenador do Observatório acima citado, o Prof. Dr. André Dias, das capitais brasileiras, apenas sete têm uma atualização dos dados da PSR acima da média nacional (69,8%). São elas: Goiânia, São Luís, Aracaju, Teresina, Vitória, Campo Grande e Rio Branco. As demais, inclusive Belo Horizonte, estão abaixo desta média. (BOTTREL, 2022).

Podemos observar, a partir das informações da CECAD²⁹, os indicadores raça, sexo e faixa etária da população em situação de rua no Brasil. (BRASIL, 2023b).

Em relação à cor, há predominância entre os homens da cor branca, sendo que do total de 137.734 homens, 43.986 são da cor branca, o equivalente a 31,93% do total; já entre as mulheres, do total de 22.363 mulheres em situação de rua, 11.809 se declararam pardas, sendo a cor que prevalece, o que corresponde a 52,80% do total.

²⁹ Esta ferramenta permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no CadÚnico (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.) bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. Os dados disponíveis no CECAD apresentam defasagem temporal em relação ao Sistema do CadÚnico.

Os negros encontram-se no total de 21.833, em relação aos homens, sendo que equivalem a 67,36% do total dos homens, o que significa que a maioria dos homens em situação de rua são negros, e das mulheres, apenas 4.021 são negras, o que equivale a 17,98% do total de mulheres em situação de rua. (BRASIL, 2023b).

Podemos observar, a partir desta caracterização, a interseccionalidade presente na constituição da PSR. Davis (2016) aponta a consubstancialidade entre classe, gênero/sexo, raça/etnia, sendo estes elementos centrais para compreendermos a questão social. Assim, neste capítulo, consideramos as particularidades destes, para desvelar a realidade da PSR.

Do total geral de 160.097 pessoas em situação de rua, a cor parda prevalece, sendo 82.751 pessoas se declarando pardas, o que corresponde a 51,68%, e em segundo lugar, a cor branca, com 50.318 pessoas dessa cor, equivalendo a 31,42% do total das pessoas em situação de rua.

Podemos inferir que:

A história dos indivíduos sociais no mundo revela a construção sócio-histórica das relações de raça e etnia. As opressões cotidianas que impactam nas múltiplas dimensões da vida da população negra e dos povos indígenas são frutos do racismo estrutural presente nas relações sociais capitalistas, o qual acarreta no genocídio, na reprodução da lógica de subalternização e nas constantes violências e violações de direitos contra essas populações. Esse cenário repercute nas políticas voltadas para proteção social, ressaltando a necessidade de ampliar a discussão acerca das manifestações da questão étnico-racial que estão presentes na atual sociabilidade. (CORRÊA, 2022, p. 20).

Isto posto, afirmamos que a população negra se insere em uma vulnerabilidade histórica, sendo afetada pelo racismo, que acentua as desigualdades étnico-raciais, trazendo implicações sobre esta população.

De acordo com os dados da CECAD, do total de 160.197 pessoas em situação de rua no Brasil, 137.734 são do sexo masculino, o que equivale a 86,03% do total e 22.363, são do sexo feminino, sendo 13,97% do total das pessoas em situação de rua (BRASIL, 2023b). Podemos inferir que, muitas vezes, por ainda terem arraigada a identidade masculina de provedor da família e pelo fato de se encontrarem desempregados ou mesmo fazendo uso de substâncias psicoativas, sentem-se como um peso para suas famílias, buscando nas ruas um espaço para viver, rompendo, assim, com os vínculos familiares.

A expulsão de milhares de pessoas do mundo do trabalho, gerando os inimpregáveis, é consequência do sistema econômico global, o qual radicaliza as desigualdades, perpassando o cotidiano das pessoas que vivem nas ruas,

significando “[...] nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topo social, uma existência limitada à sobrevivência singular diária”. (OLIVEIRA, 2016, p. 70).

No que diz respeito ao gênero, há mais homens em situação de rua, no Brasil, do que mulheres. Embora as mulheres estejam em minoria, sua presença nas ruas requer atenção no que se refere às suas particularidades enquanto mulheres, necessitando de que as ações das políticas destinadas às pessoas em situação de rua tenham estratégias para atendê-las.

Em relação à faixa etária, os dados da CECAD mostraram que há uma predominância da faixa dos 18 aos 59 anos, num total de 139.997 pessoas, o que constitui 86,82% do total; sendo seguida pelos idosos, a partir de 60 anos, com 16.608 pessoas, equivalendo a 10,05% do total. (BRASIL, 2023b). Nas faixas etárias dos 7 aos 17 anos, existem 2.523 PSR, o que equivale a 1,58% do total e na faixa dos 0-6 anos, há 2.489 crianças em situação de rua, equivalendo a 1,56%.

É importante atribuir visibilidade, a partir dos dados apresentados, aos idosos que, apesar de não estarem como maioria no total de pessoas em situação de rua, demandam políticas específicas, que promovam e reconheçam seus direitos, assim como expusemos em relação a gênero.

Em relação aos atendimentos às pessoas em situação de rua pelos Centros Pops, em dezembro/2018, segundo informações do Monitoramento SAGI, os Centros Pops atenderam quase 30 mil pessoas. Destas, 49% eram usuárias de drogas, 29% eram migrantes e 6% tinham transtornos mentais. (BRASIL, 2019a).

De acordo com o Monitoramento SAGI, quase metade dos atendidos nos Centros Pops do país se declarou usuário de drogas, sendo a dependência química um dos fatores que contribui para a ida e permanência das pessoas nas ruas, configurando-se como uma questão de saúde pública. (BRASIL, 2019a). Essa questão deve ser tratada como tal, pois sabemos que o uso abusivo de psicotrópicos acarreta riscos e vulnerabilidades a quem os utiliza, tornando-se um desafio para as políticas de saúde - devido ao tratamento, aos cuidados que devem receber por parte desta política, e da assistência social - política que acolhe em Abrigos e nos Centros Pops.

A dependência de substâncias psicoativas fragiliza as relações sociais e familiares, promovendo, ainda, a dificuldade de permanência no trabalho, o que acirra as condições de vida dos indivíduos, que passam a viver nas ruas, além de acarretar-lhes um alto grau de vulnerabilidade psicossocial, que gera demandas para a saúde,

em termos de busca de tratamentos e cuidados físicos e psicológicos. (MENDES; FILLIPEHARR, 2014).

Até 2018, segundo o Monitoramento SAGI, cerca de 8.497 famílias migrantes foram atendidas nos Centros Pops do país. (BRASIL, 2019a). Em relação aos migrantes, uma característica das pessoas em situação de rua são os trecheiros, migrantes de outras regiões, estados da federação, que saem de suas localidades, com a expectativa de encontrar emprego, melhores condições de vida em outras cidades, ou, na maioria das vezes, são pessoas já em situação de rua, e que viajam pelo Brasil inteiro. Por isso, são chamados trecheiros, andarilhos. Trecheiros e pardais, como intitulados por Brognoli (1996, p. 93), rompem:

[...] os marcos referenciais que circunscrevem territórios relativamente estáveis na vida sedentária (um círculo que se expressa na tríade casa-família-trabalho), produzem uma territorialidade que se apoia na constância da desterritorialização e que, ao mesmo tempo, cria um compromisso com esta ao ponto de torná-la um fim em si mesma. Não estabelece novos territórios para deles partir novamente a qualquer momento, mas fixa-se na mobilidade.

Para Botti e outros (2009), a população migrante em situação de rua é perpassada pelo trinômio: expulsão, desenraizamento e privação, sem trabalho assalariado, encontra-se desprotegida. As habilidades que o migrante carrega ameaçam perder-se, posto que sua tradição pode ser atrofiada pela indústria cultural (FROCHTENGARTEN, 2005).

A partir dos dados apresentados acerca da realidade das pessoas em situação de rua no Brasil, verifica-se que é nas grandes cidades e metrópoles, onde o fenômeno é mais incidente. Concluímos que a pobreza urbana traz dificuldades à vida de indivíduos e famílias, não porque a maioria dos pobres viva na cidade ou nas zonas metropolitanas, mas, também, porque essa realidade desafia a governabilidade urbana, inscrevendo nas cidades as marcas das contradições e exigindo dos governos respostas a tais contradições. Ademais, porque as formas de regulação dessa pobreza são cada vez mais configuradas por compromissos instituídos no processo de construção de uma cidadania urbana. (LAVINAS, 2003 *apud* MEDEIROS, 2010).

Ressaltamos ainda, que, diante deste quadro, o fortalecimento das políticas existentes e a articulação entre estas é fundamental para que as pessoas em situação de rua acessem seus direitos, o que requer o reconhecimento da problemática que envolve este segmento, em sua complexidade.

Desse modo, podemos afirmar que o acúmulo de perdas, as frustrações, o desemprego, o acirramento das desigualdades socioeconômicas, levam as pessoas a romperem os vínculos com a família, com a comunidade, o que se revela nos números apresentados nesta seção. As estratégias de enfrentamento dessa realidade, as políticas públicas, precisam e devem ser efetivadas, a fim de provocarem alterações significativas na realidade das pessoas que se encontram em situação de rua.

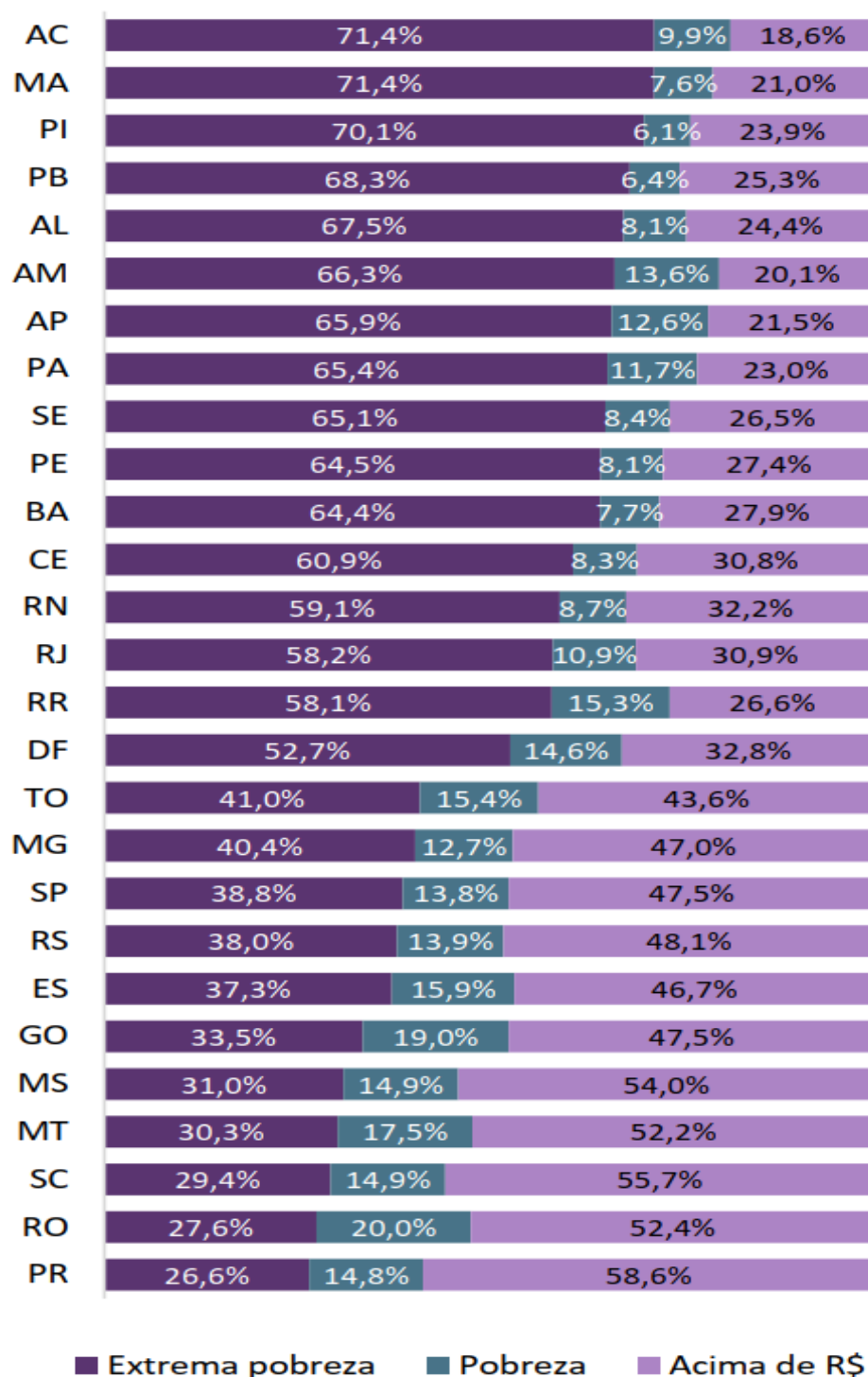
4.2 Caracterização da população em situação de rua no Estado do Maranhão

O Estado do Maranhão pertence à região Nordeste do Brasil; tem São Luís como sua capital; possui 217 municípios e, de acordo com o último censo do IBGE (2012), tem uma população estimada em 7.153.262 pessoas, com uma densidade demográfica de 19,81 hab/km². Divide-se em 7 (sete) mesorregiões: Norte, Metropolitana, Baixada, Litoral Ocidental, Centro Maranhense, Leste, Oeste e Sul.

O Estado do Maranhão é um dos mais pobres da federação. De acordo com a *Síntese de Indicadores Sociais* do IBGE (2021), possui a maior proporção de pessoas em extrema pobreza, de modo que 11,3% dos extremamente pobres, em 2021, moravam no Maranhão.

Pelo gráfico abaixo, podemos perceber a situação de pobreza e extrema pobreza em que se encontram as famílias inscritas no CadÚnico, com destaque ao Maranhão.

Gráfico 1 - Percentual de pessoas inscritas no CadÚnico em situação de extrema pobreza e pobreza por Unidades da Federação, em dezembro de 2020



Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria e Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **VIS DATA 3 beta**. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Os dados do gráfico demonstram que das pessoas inscritas no CadÚnico, em condição de extrema pobreza, as unidades da federação com maiores percentuais são: Acre (71,4%), Maranhão (71,4%), Piauí (70,1%) e Paraíba (68,3%). Em situação de pobreza, destacam-se Rondônia (20%) e Goiás (19%). (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2021).

O Estado do Maranhão, historicamente, tem se apresentado como um dos que possuem uma grande concentração de riquezas e concentração fundiária, o que acentua o quadro de pobreza e desigualdades sociais. O modelo sociopolítico do Estado e suas formas de desenvolvimento tem contribuído, ao longo dos anos, com o quadro social que reforça o Maranhão como um dos Estados mais pobres do país.

Em relação ao mercado de trabalho no Estado, destacamos a taxa de desocupação, sendo que 30% dos que estão desocupados se encontram na faixa etária dos 14 aos 29 anos de idade, sendo seguida pelos que estão entre 30 a 49 anos, 12, 5% e os com 50 anos ou mais, 7,6%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

Antunes (2009) já alertava acerca do aumento dos trabalhadores em condição de desemprego, como parte constitutiva do desemprego estrutural que afeta o mundo do trabalho, em função da lógica que preside o sistema do capital.

Farias (2007), ao se reportar à (possível) inclusão das pessoas em situação de rua no mundo do trabalho, afirma que este é um debate instigante e, no mínimo, corajoso, que desafia a lógica hegemônica do capital, que expurga imensas parcelas de trabalhadores dos empregos formais.

Entendemos que é relevante apontar esses dados sobre o nosso Estado, uma vez que as pessoas que se encontram em situação de rua no Maranhão são perpassadas por este contexto de pobreza, desigualdades, desemprego, além dos outros fatores que incidem sobre sua ida para as ruas, sendo que os econômicos possuem uma grande influência.

Cumpre-nos enfatizar em relação às pessoas em situação de rua no Maranhão, que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) realizou um levantamento, por meio de questionários aplicados junto às Secretarias Municipais de Assistência Social de vinte municípios maranhenses. Esse trabalho envolveu várias reuniões com os órgãos gestores, desde 2018 e culminou com a aprovação do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua no Maranhão, em novembro de 2022.

O critério para a escolha dos 32 municípios³⁰ para a realização de diagnóstico preliminar da PSR foi: possuírem Centro Pop; Restaurante Popular; e Serviços de Acolhimento. Além do envolvimento dos técnicos e gestores das Secretarias Municipais de Assistência Social. Também participaram do processo de discussão e elaboração de propostas para o Plano Estadual, os representantes de outras Secretarias de Estado, usuários e representantes dos usuários, e lideranças dos movimentos sociais.

Conforme os resultados do levantamento realizado, o Estado do Maranhão possuía 1.969 pessoas em situação de rua. Destas, 205 são imigrantes, distribuídas em 3 municípios³¹. Os dados foram levantados com base nos Serviços de Abordagem, prontuários, relatórios e atendimentos. (MARANHÃO, 2022).

O levantamento feito também revela que, dentre as principais demandas de atendimento a estas pessoas, nos municípios, a documentação pessoal aparece em primeiro lugar, com 795 pessoas requerendo documentação, o que equivale a 40,37% das pessoas em situação de rua; seguida do tratamento para álcool e drogas, 307 pessoas, correspondendo a 15,59%, e outros tratamentos de saúde, num total de 284, equivalendo a 14,42% do total das pessoas em situação de rua no Maranhão.

Em se tratando da demanda da documentação, cumpre-nos destacar que muitas pessoas em situação de rua perdem seus documentos ou estes são furtados. O envolvimento com álcool e drogas também acaba sendo, muitas vezes, um dos fatores que levam estas pessoas a romperem seus vínculos familiares, por isso, há uma intensa demanda para acesso a este tratamento por parte das pessoas em situação de rua.

No que concerne à faixa etária, no Maranhão, 52% das pessoas em situação de rua, a maioria, possuem idade entre 30 a 59 anos; 32% dos 18 aos 29 anos; 13%, a partir de 60 anos; 2%, de 0 a 11 anos; e 1%, de 12 a 17 anos. (MARANHÃO, 2022). Em relação a esses dados, é importante demarcar que o percentual de crianças em situação de rua no Estado é baixo, porém, faz-se necessário articular todas as políticas públicas que promovam seus direitos, posto que:

³⁰ Destes 32, somente 20 responderam ao questionário que foi enviado: 1. Açailândia; 2. Balsas; 3. Bom Jardim; 4. Caxias; 5. Codó; 6. Colinas; 7. Coroatá; 8. Grajaú; 9. Imperatriz; 10. P. do Lumiar; 11. Pastos Bons; 12. Pedreiras; 13. Pinheiro; 14. Santa Inês; 15. Santa Luzia; 16. São José de Ribamar; 17. São Luís; 18. Timon; 19. Vargem Grande; 20. Zé Doca.

³¹ O nome desses municípios não foi mencionado no Plano Estadual de Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua – 2022 a 2030.

No que se refere à criança e adolescente em situação de rua, os cuidados direcionados a elas, em protegê-las, principalmente quando não existem mais vínculos familiares e comunitários, devem ter prioridade nos serviços e programas destinados aos mesmos, pois não se encontram em condições e capacidades para prover suas necessidades. (PESSOA; FERREIRA, 2018, p. 9).

Em relação à etnia, 58% das pessoas em situação de rua, no Estado, se declararam pardas; 22%, negras; e 13%, brancas. A população do Maranhão é uma das mais miscigenadas do país. Segundo o IBGE (2012), 68% da população maranhense era constituída de pardos, devido ao processo de miscigenação, à mistura de diferentes composições étnicas.

O Maranhão foi o quarto maior recebedor de escravos no século XVIII; 41 mil escravos vieram para nosso Estado, oriundos da Costa do Marfim, da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, e vieram para trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar, arroz e algodão. Um quantitativo dessa população é expressivo até hoje, pois o Maranhão possui o maior número de população negra no país e o maior número de comunidades quilombolas³² no território brasileiro (PERINI, 2022).

No que diz respeito ao sexo, mais uma vez se confirma o que já fora apontado em relação ao quadro nacional das pessoas em situação de rua. Há mais homens em situação de rua do que mulheres, 92% são homens e 8%, mulheres.

Em relação ao estado civil, a grande maioria das pessoas em situação de rua, no Estado, são solteiras, 68%; 13%, casadas; 8% dizem ter união estável; 7% divorciadas; 3% viúvas e 1%, separadas. (MARANHÃO, 2022).

Devido à fragilidade de construção de vínculos relacionais, mediante o contexto das ruas, compreende-se este percentual de pessoas solteiras em situação de rua, posto que há uma degradação de apoios sociais relacionais, que promove na vida dos indivíduos uma fragilização de seus vínculos e relações interpessoais, conforme aponta Castel (1997) quando menciona sobre a desfiliação³³.

No que concerne aos principais motivos que levaram as pessoas à situação de rua, no Estado, 68% estão nessa situação, devido ao uso de drogas; 15% por conta de conflito familiar e 11% devido à situação financeira precária e ao desemprego. (MARANHÃO, 2022).

³² O Maranhão tem mais de 680 comunidades quilombolas reconhecidas. (Disponível em: http://www.cpisp.org.br/terras/asp/terras_mapa.aspx?UF=ma&VerTerras=r. Acesso em: 12 de agosto de 2023).

³³ Castel (1997) denomina de desfiliação o processo de vulnerabilização social, que é caracterizado pela ruptura com o mercado de trabalho e com as relações familiares.

Nesse sentido, acentua-se o estereótipo de pessoas que vivem nas ruas e fazem uso abusivo de drogas à figura do bandido, criminoso, que oferece perigo à sociedade. Ademais, “O estigma, o estereótipo construído em torno de pessoas que vivem nas ruas e fazem uso de drogas ilícitas, é concomitante a uma espécie de julgamento moral sobre seus modos de viver”. (MACERATA, 2014, p. 167).

O uso abusivo de drogas vincula-se à história da sociedade, mas, na atualidade, tem sido bastante associado aos quadros de desigualdades sociais, sendo objeto de políticas públicas. (SOUZA; KANTORSKI, 2007).

No que diz respeito à escolaridade, 49% das pessoas em situação de rua no Maranhão, possuem o Ensino Fundamental Incompleto; 11% são não alfabetizados; 10% possuem o Ensino Médio Incompleto; 9%, o Ensino Médio Completo; 5% apenas escrevem o nome; 3% possuem Ensino Superior Incompleto e 2%, o Ensino Superior Completo. (MARANHÃO, 2022).

Através destes dados, podemos apreender que a maior parte das pessoas em situação de rua, no Estado, possuem algum grau de escolaridade, ainda que incompleto. No entanto, esse grau de instrução não foi suficiente para impossibilitar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários dessas pessoas e sua ida e permanência nas ruas. Em um contexto em que o acesso a uma educação de qualidade torna-se ainda mais desafiador, tem se tornado cada vez mais difícil vislumbrar a educação como um mecanismo que proporcione melhores condições de vida às pessoas e com um cunho emancipatório, que contribua para superar a subalternidade dos segmentos populares.

A caracterização das pessoas em situação de rua no Maranhão nos leva a analisar que existem pessoas subjugadas pessoal e socialmente, e que há fatores diversos que incidem sobre essa problemática. Os macroestruturais possuem destaque nesse processo, por meio de um modelo econômico centrado no consumo que produz os *sobrantes*, pessoas inválidas pela conjuntura, devido às exigências de competitividade e redução das oportunidades no mercado de trabalho.

Essas pessoas que se encontram nas ruas possuem trajetórias envoltas em múltiplas rupturas. “Suas histórias revelam, de diferentes modos, por exemplo, que a ausência de redes de apoio e redes sociais de suporte, aliadas ao desemprego, culminam na exclusão abissal a que essas pessoas em situação de rua estão submetidas” (PINHO, 2020, p. 225).

Considerando que a população em foco é portadora de direitos, com histórias de vida, um grupo heterogêneo, de fato, com baixa escolaridade, a maioria homens, pardos, que estão nessa situação por várias razões, dentre estas, a mais apontada foi a dependência química. É com base nesse perfil que, no Estado, devem ser implementadas, efetivadas e fortalecidas ações estratégias no bojo das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, que promovam sua dignidade e seus direitos de cidadania.

4.3 Caracterização da População em Situação de Rua em São Luís

A cidade de São Luís é a capital do Estado do Maranhão. Encontra-se na Região Nordeste do Brasil; possui uma população estimada de 1.115.932 pessoas, segundo o último censo do IBGE (2012). Possui uma área de unidade territorial de 583,063km², pertencendo à mesorregião Norte Maranhense e à microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, junto aos seguintes municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Alcântara. Ocupa a maior parte da Ilha de Upaon-Açu, porção insular localizada no norte do Maranhão, que tem o Oceano Atlântico, ao seu norte, o Estreito dos Mosquitos, ao sul, e a Baía de São Marcos, a oeste e a Baía do Arraial, a leste.

Fundada pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasilly, em 8 de setembro de 1612, com a finalidade de estabelecer a França Equinocial, o nome São Luís presta uma homenagem ao então Rei da França, Luís XIII.

Em 1997, São Luís foi tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade. Seu acervo arquitetônico é de 3.500 prédios, distribuídos no Centro Histórico, sendo sobradões com mirantes e, muitos destes, revestidos de azulejos portugueses.

No que diz respeito a alguns aspectos socioeconômicos relevantes para compreendermos a realidade ludovicense, destacamos a questão do trabalho e rendimento. Em 2020, o salário médio mensal era de 3.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33,5%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 4 de 217 e 1 de 217, respectivamente. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023).

Cumpra-se mencionando que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de São Luís, em 2020, era de R\$29.823,95, sendo à época o 4º. maior do Nordeste e o 24º. maior do Brasil. A capital está entre os 25 municípios mais ricos do Brasil, com o valor do PIB representando 0,44% da produção da riqueza nacional. (SÃO..., 2020).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Luís, segundo dados das Nações Unidas, de 2010, é 0,768, estando acima da média brasileira, sendo o 3º. entre as capitais do Nordeste.

Em relação à educação, em São Luís, temos 314 escolas públicas, sendo 198 municipais, 112 são da rede estadual, 4 escolas da rede federal e 428 da rede privada. (QEDU, [2021]).

Acerca do Índice de Educação Básica (IDEB), em São Luís há uma evolução, posto que, em 2011, o IDEB era de 3,7 e dez anos depois, em 2021, São Luís chegou a alcançar 5,3. (QEDU, [2023b]). Os resultados do IDEB possibilitam que sejam traçadas ações de fortalecimento das políticas educacionais, a fim de incrementar a qualidade da educação pública oferecida pelo Estado.

A educação, como direito fundamental, contribui para o conhecimento da realidade, podendo contribuir para “[...] descortinar situações que possam subsidiar as lutas necessárias para a garantia de melhores condições dentro da ordem vigente”, ou mesmo, possibilitar que uma nova ordem social seja construída. (GARCIA; CARMO; SILVA, 2019, p. 41).

No que concerne à situação de pobreza, em São Luís, temos em torno de 133.694 famílias em situação de extrema pobreza no município, que estão inscritas no CadÚnico, o que equivale a 59%. Em situação de pobreza, temos 26.605, o que equivale a 12%. (BRASIL, [20--?]a).

Compreendemos a pobreza como um fenômeno complexo e multidimensional, que não se restringe à privação de necessidades materiais. Assim:

Com uma educação básica e serviços de saúde melhores há um aumento no potencial do indivíduo de auferir renda e de, assim, livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que, mesmo os potencialmente pobres, tenham uma chance maior de superar a penúria (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 6).

Para a caracterização das pessoas em situação de rua, em São Luís, utilizamos as informações contidas no Cead – tabulador do CadÚnico, que aponta, a partir das pessoas inscritas, que na capital maranhense há 1.130 pessoas em situação de rua,

até dez/2022, o que equivale a 0,10% da população de São Luís, a qual se encontra estimada em 2022, em 1.037.775 habitantes. (POPULAÇÃO..., 2023).

Em relação ao estado cadastral das pessoas em situação de rua, do total de 1.130 pessoas em situação de rua no município de São Luís, no ano de 2022, 4 destas não possuíam registro civil, o que corresponde a 0,35% do total de pessoas em situação de rua, em São Luís, e 1.126 possuíam este documento, o que equivale à maioria das pessoas em situação de rua, 99,64%. (BRASIL, 2023b).

Em relação à renda total das pessoas em situação de rua, em São Luís, segundo dados da Cecad, das 1.130 pessoas, 1.129 pessoas, o equivalente a 99 %, recebiam até 1 salário-mínimo (SM); 1 pessoa, 0,08% recebia entre 1 e 2 SM. (BRASIL, 2023b). Em relação à faixa da renda familiar per capita, 1.105 pessoas, correspondente a 97% das pessoas em situação de rua estão em situação de extrema pobreza; 8 em situação de pobreza, 0,7%; 5 possuíam baixa renda, 0,44%; e 12 recebiam acima de $\frac{1}{2}$ SM, equivalendo a 1,06%.

No que se refere ao recebimento de benefícios sociais, cumpre-nos destacar que do total das pessoas em situação de rua, em São Luís, 941 recebiam o Programa Auxílio Brasil (PAB), o que equivale a 83,27%, e apenas 189,16, 72% do total, não recebiam. Trata-se de um quantitativo considerável de pessoas em situação de rua recebendo PAB, uma vez que, como se encontram em situação de vulnerabilidades e riscos, o programa contribui para a sobrevivência destas pessoas (BRASIL, 2023b).

No que concerne à raça, a maioria das pessoas em situação de rua, em São Luís, são pardas, 868, equivalendo a 76,81% do total; seguidas das negras, 148, o que equivale a 13,09%; das brancas, 103, sendo 9,11%; amarelas, 10, o que equivale a 0,88% e 5 indígenas, correspondendo a 0,44%. Portanto, a maioria das pessoas em situação de rua, em São Luís, são pardas e negras.

Para Nogueira (2017), a raça constitui-se variável central na reprodução das desigualdades sociais, sobretudo, por conta do racismo que é um grave problema, em nossa sociedade, sendo necessário discuti-lo e fortalecer as já existentes políticas voltadas à questão étnico-racial.

O racismo identificado na sociedade brasileira perpassa o critério das aparências físicas, as relações de poder, a sociabilidade que confere prestígio ou desprestígio social, mobilidade social ascendente e descendente, obstáculos ao acesso a direitos sociais. (ROCHA, 2014, p. 52).

O conceito de raça é carregado de ideologia, inclusive, no que tange à reprodução das relações de poder e dominação.

No que tange à junção dos pretos e pardos dentro da categoria negra, tal como atualmente realizada em diversos estudos que versam sobre as assimetrias raciais, esta é realizada tendo por base: i) no fato das condições sociais de ambos os grupos serem na maioria das vezes semelhantes entre si, ou razoavelmente mais próximas entre si do que os indicadores sociais apresentado pelas pessoas brancas (c.f. VALLE SILVA, 1980); ii) pelo fato de que, quando dos estudos das desigualdades raciais, ser necessário levar em conta não apenas os efeitos das formas de auto-classificação de cada indivíduo, mas, também das possíveis formas de inserção de cada um no interior da sociedade circundante. (SILVA *et al.*, 2008, p. 49).

Do total de 1.130 pessoas em situação de rua, em São Luís, 295 se encontram na faixa dos 25 a 34 anos, o que equivale a 26,10 % do total; 200 estão entre os 40 a 44 anos, constituindo 17,70%; 127 entre 45 a 59 anos, equivalendo a 11,23%; 115 entre 18 e 24 anos, correspondendo a 10,17%; 114 entre 50 e 54 anos, sendo 10,08% do total; 62 entre 55 a 59 anos, 5,48%; 32 entre 60 a 64 anos, o que equivale e 2,83%; 8 possuem mais que 65 anos, correspondendo a 0,70%; 4 estão entre os 7 a 15 anos, sendo 0,35%; 3 entre 5 e 6 anos, 0,26% e 2 entre 0 e 4 anos, constituindo 0,17%.

Conforme observamos, a maioria das pessoas em situação de rua, em São Luís, se encontram na idade adulta. Dentre as características negativas da situação de rua, para além da discriminação, da estigmatização, “[...] é a sensação de estar vulnerável à violência em suas mais variadas formas”. (PIMENTA; TAVARES DOS SANTOS, 2017, p. 217). As experiências de humilhação, desconforto, insegurança pelas quais essas pessoas passam podem ser um elemento que explique o fato de termos mais homens do que mulheres em situação de rua.

Verificamos, a partir dos dados, que a maioria das pessoas em situação de rua, em São Luís, se encontra na idade adulta, registrando-se poucas pessoas idosas e poucas crianças. Estar em situação de rua requer desafios para todas as faixas etárias e cada uma delas possui suas peculiaridades. Na velhice, inclusive, há uma necessidade maior de cuidados para com estas pessoas, o que se torna ainda mais desafiador, devido ao contexto das ruas.

Estar em situação de rua após os 60 anos exige ainda mais habilidades do que antes de ser idoso. O aumento da vulnerabilidade da pessoa idosa em situação de rua fica evidente diante das condições de saúde alteradas pelo envelhecimento, já mencionadas, como a diminuição da capacidade funcional para buscar o sustento e a exposição social das suas fragilidades perante outros grupos. (MATTOS *et al.*, 2016, p. 215).

Cabe frisar, também, que as pessoas em situação de rua, em idade produtiva, se encontram fora do mercado de trabalho, compondo a superpopulação relativa/exército industrial de reserva, no contexto da sociedade capitalista.

As pessoas em situação de rua sobrevivem de atividades informais; utilizam-se de estratégias de sobrevivência (flanelinhas, catadores de materiais recicláveis), do total de PSR. Em São Luís, apenas 101 pessoas, equivalente a 8,93% tiveram, nos últimos doze meses, algum trabalho remunerado, segundo o Cecad (BRASIL, 2023b).

Estamos em um contexto marcado pela precarização estrutural do trabalho, numa conjuntura de desmonte das leis trabalhistas, acentuando o desemprego, e isso acarreta consequências sociais, políticas, econômicas, afetando a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser; a esfera da subjetividade, dos valores, ideologias, que forjam suas práticas concretas.

Em relação a sexo, em São Luís, há mais homens em situação de rua do que mulheres, sendo 966 homens, o equivalente a 85,48% e 172 mulheres, correspondendo a 15,22% do total das pessoas em situação de rua. Apoiamo-nos em Silva (2009) para analisar esta informação. A autora afirma que a história e cultura brasileiras têm o homem como chefe da família, provedor, e o cenário de desemprego compromete esta função, assim, os homens acabam rompendo seus vínculos relacionais, passando a ocupar as ruas, a depender de álcool e outras drogas, para sobreviver em uma sociedade onde não efetivou as funções que lhes foram destinadas. Dessa forma, “[...] saem de casa em decorrência das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprir as tarefas que lhes são atribuídas”. (SILVA, 2009, p. 148).

No que diz respeito ao grau de instrução, a maior parte das pessoas em situação de rua, 506 possuem ensino fundamental incompleto, o equivalente a 44,77%; 221 possuem ensino médio completo, sendo 19,55% do total; 159, ensino médio incompleto, correspondendo a 14,07%; 157 possuem ensino fundamental completo, 13,90%; 85 não têm instrução, equivalendo a 7,52% e 5 possuem ensino superior incompleto ou mais, sendo 0,44% do total das pessoas em situação de rua.

Brandão (1983 *apud* ESCOREL, 2000) aponta que o fato de as pessoas em situação de rua estarem com estudos incompletos, pode se dever à realidade de algumas dessas pessoas não terem conseguido conciliar o trabalho com os estudos, optando, assim, por abandonarem a escola.

Para Hasenbalg (2003), o tempo de permanência na escola é um elemento significativo no processo de reprodução da desigualdade. Para ele, quanto mais anos de estudo acumulados o indivíduo tiver, melhor pode ser sua posição no mercado, ao passo que, quanto mais cedo a escola for abandonada, menores serão as chances daquele na disputa pelas posições

e recursos distribuídos pela sociedade. (HASENBALG, 2003 *apud* NASCIMENTO, 2020, p. 71).

Diante da realidade exposta acerca das pessoas em situação de rua, em São Luís, é mister resgatar que o processo de urbanização no Brasil acarretou, de um lado, a concentração de pessoas e atividades nos centros urbanos, e de outro, a periferização e concentração da pobreza. (MARICATO, 2009). Imersas em um contexto de desenvolvimento histórico-geográfico desigual, as pessoas mais pobres enfrentam um cotidiano desafiador. (HARVEY, 1993). As mínimas condições de existência lhes são negadas, e estas passam a sobreviver nas e das ruas e, São Luís, por ser um grande centro urbano, uma capital, é perpassada pelo contexto apontado acima.

Ao nos referirmos às pessoas em situação de rua, que se encontram à margem dos seus direitos, reforçamos a necessidade de serem atendidas através de políticas específicas, que possibilitem escolarização, qualificação profissional, atendimento à saúde, dentre outras necessidades. Quanto mais estes sujeitos se distanciarem dos processos produtivos, mais as desigualdades serão acentuadas em suas vidas.

4.4 Caracterização da População em Situação de Rua em Imperatriz

O município de Imperatriz localiza-se na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense e sua população, de acordo com o último Censo, é de 273.110 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023), sendo o segundo mais populoso do Maranhão. Estende-se pela margem direita do Rio Tocantins; é atravessada pela Rodovia Belém Brasília, situando-se na divisa com o Estado do Tocantins.

Imperatriz foi fundada em 1852, por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, em uma expedição jesuíta comandada por Jerônimo Francisco Coelho. O objetivo era construir um presídio às margens do Rio Tocantins e melhorar a navegação do rio, que se encontrava com obstáculos que impediam o deslocamento por meio do curso d'água. (SOUZA, 2018).

A sua fundação foi uma medida administrativa adotada pelo governo do Estado do Pará. Assim, uma missão composta por religiosos, militares e civis foi formada com o intuito de fundar uma povoação na fronteira com o Maranhão, pois havia uma questão geopolítica entre os dois estados.

A nova povoação acabou sendo fundada em território maranhense e, mesmo pequena, ao longo dos anos adquiriu status de cidade, com pouca perspectiva de desenvolvimento, uma vez que era isolada da capital maranhense, São Luís. (SOUZA, 2018).

A 22 de abril de 1924, no governo de Godofredo Viana, Imperatriz foi elevada à categoria de cidade. Seu crescimento e transformação socioeconômica teve início em 1953, quando foi construída uma estrada que a ligava à cidade de Grajaú, passando a ter acesso à capital do estado, São Luís, e a outras cidades, posto que, anteriormente, vivia em um isolamento pela via terrestre.

A construção da Rodovia Belém-Brasília, que liga o Planalto Central à Região Norte do país, na década de 1950, atraiu para Imperatriz um grande número de migrantes e as taxas de crescimento demográfico da cidade aumentaram, significativamente, de 80 mil habitantes no início da década de 1970, chegou a 276 mil, em 1991. (SOUZA, 2018).

Configura-se como um município de entroncamento comercial, energético e econômico do Estado, encontrando-se num cruzamento entre a zona de soja, em Balsas, sul do estado, a extração de madeira, com o Pará, a siderurgia em Açailândia e agricultura familiar no resto do estado, com ênfase na produção de arroz e, também, de frutas.

Em termos econômicos, o PIB de Imperatriz é cerca de R\$ 27.880,96, em 2020 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). Ao lado de São Luís e Balsas, Imperatriz é uma das três cidades mais ricas do Estado, concentrando junto às demais, 45,3% de nossa riqueza. (NOVA..., 2020). O IDH do município é de 0,731, segundo o último Censo do IBGE (2012), considerado o segundo maior do Estado.

Em relação a emprego, o município possui 60,2 mil empregos com carteira assinada, sendo a ocupação predominante a de vendedor de comércio varejista (4.029); seguida de auxiliar de escritório (2.299); assistente administrativo (2001). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2,5 mil, valor abaixo da média do estado, que é de R\$2,7 mil.

Em Imperatriz, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2021, foram registradas 3.941 admissões e 3.912 desligamentos. Dessas admissões, a maioria, 1.619 ocorreram no setor de serviços. (BRASIL, 2021).

Ainda com base no CAGED, em 2022 Imperatriz gerou, de janeiro a julho, um total de 16.854 empregos formais, representando um aumento de 22,3% a mais do que no mesmo período em 2021. O saldo de empregos, em 2021, foi de 2.035 empregos formais, o que significa que houve uma variação de 106, 2% acima que o mesmo período em 2021. (CUNHA, 2022a).

O setor com maior saldo foi o de serviços com 1.019 empregos, representando 50,1% do que foi gerado no período, seguido pelo setor de comércio com 534 (26,2%) novos postos de trabalho, na indústria teve 263 (12,9%), e na construção com saldo de 230 (11,3%) empregos. (CUNHA, 2022b, p. 2).

Os dados revelam um aumento do emprego formal em Imperatriz, cabendo destacar que a formalização do emprego possui relação com a qualidade de vida das pessoas, uma vez que viver na informalidade, submeter-se a trabalhos precários, subverte direitos, comprometendo o bem-estar da população.

No que concerne à educação, em Imperatriz, de acordo com o último Censo Escolar, existem 158 escolas, sendo 134 municipais; 23 da rede estadual; uma federal e 55 escolas privadas.

Em relação às taxas de rendimento escolar, é mister destacar que o índice de aprovações em Imperatriz, dos anos iniciais ao ensino médio, chega a 96,7% nas séries iniciais; 92,3% nos anos finais e de 93,4% no ensino médio (QEDU, [2023a]).

Essa informação acerca das taxas de aprovação é bastante relevante, posto que discutir a qualidade da educação é um tema complexo, não há como tratar dessa questão sem inseri-la nas demais esferas da realidade social; sem refletir acerca das instituições de ensino, dos processos metodológicos e pedagógicos, buscando satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, investindo recursos na educação básica, como se encontra em alguns dos objetivos da Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em 1990. No entanto, 33 anos depois, ainda se pretende alcançar tais objetivos,

[...] o foco sobre a aprendizagem implica um conjunto de ações que impactam profundamente sobre a escola, mudam a forma como fazem a gestão e a organização do trabalho pedagógico, redefinem prioridades de ensino e, até mesmo, os conteúdos trabalhados. (MARQUES; SANTOS, 2017, p. 5).

No que concerne à saúde no município, tem-se que as ações da Vigilância em Saúde, em Imperatriz, atingiram 11 dos 14 indicadores estipulados pelo Ministério da

Saúde, em 2022. Trata-se do balanço dos indicadores³⁴ do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS). Este Programa busca o aperfeiçoamento das ações e serviços em Vigilância, bem como do SUS. (TARSSIA, 2022).

Em relação à pobreza, no município de Imperatriz, existem cerca de 9.916 famílias inscritas no CadÚnico em situação de pobreza (BRASIL, [2023]). E do total de famílias inscritas no CadÚnico, 9.561 se encontram em situação de extrema pobreza, num percentual de 96,4, recebendo, em 2022, o PAB. Portanto, há um elevado número de famílias em situação de extrema pobreza, em Imperatriz e, conforme dito, anteriormente, o Maranhão é o Estado com maior percentual de pessoas em situação de pobreza, segundo o IBGE. (MARANHÃO..., 2022).

Uma estratégia considerável de redução da pobreza passa pelo aumento da renda per capita ou pela distribuição mais igualitária da renda, mediante políticas que contribuam para a redução das desigualdades. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Segundo Martins e Kamimura (2012), o crescimento populacional desordenado e o crescimento econômico, para o qual não houve planejamento acarretaram diversos problemas na cidade, no que diz respeito à saúde, habitação, abastecimento de gêneros alimentícios não agrícolas, conflitos agrários e um contingente de pessoas que passam a ocupar as ruas de Imperatriz. O potencial econômico da cidade atraiu migrantes e os problemas urbanos aumentaram à proporção do crescimento demográfico.

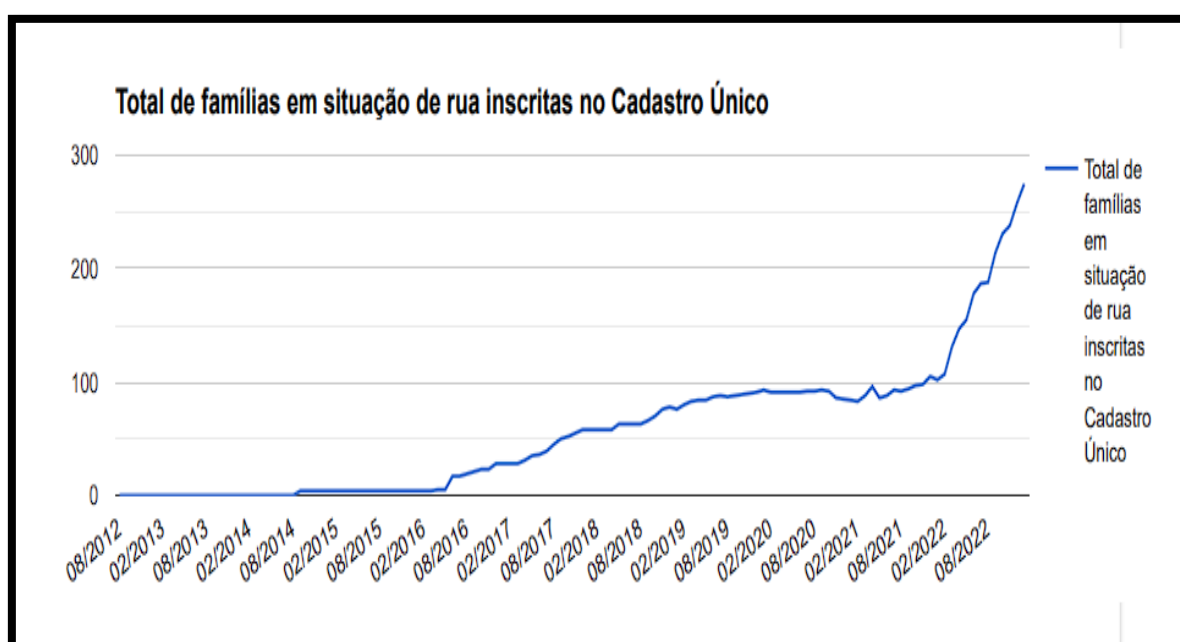
Em relação ao enfrentamento à pobreza, no município, vale ressaltar a contribuição significativa da Política de Assistência Social, que conta com o órgão gestor, a SEDES, responsável por organizar a rede socioassistencial, garantindo a proteção social aos cidadãos.

³⁴ Alguns desses Indicadores são: Proporção de registros de óbitos alimentados no SIM em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 (sessenta) dias após o final do mês de ocorrência; Proporção de registros de nascidos vivos alimentados no Sinasc em relação ao estimado, recebidos na base federal até 60 (sessenta) dias após o final do mês de ocorrência, Meta: 90%; Proporção de salas de vacinas ativas cadastradas no CNES informando mensalmente dados de vacinação, Meta: 80%; Proporção de vacinas selecionadas que compõem o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade (Pentavalente - 3ª dose, Poliomielite - 3ª dose, pneumocócica 10 valente - 2ª dose) e para crianças de 1 ano de idade (tríplice viral - 1ª dose) - com coberturas vacinais preconizadas, Meta: 75%, dentre outros. (BRASIL, 2023a).

Desde maio de 2014, as pessoas em situação de rua, em Imperatriz, contam com o Centro Pop³⁵, o qual atua na oferta de serviços e atendimento psicossocial, além de atividades que possam contribuir para que tenham sua autonomia de vida restituída e seus vínculos restabelecidos.

De acordo com o VIS DATA, as pessoas em situação de rua, em Imperatriz, são 275 pessoas, tendo como referência janeiro/2023 (BRASIL, [2023]). No gráfico abaixo, temos a série histórica dessa população nos últimos dez anos.

Gráfico 2 - Série Histórica da PSR, em Imperatriz



Fonte: Extraído do VIS DATA (BRASIL, [2023]).

Através desse gráfico, podemos perceber que, somente em 2014, o município de Imperatriz passou a ter pessoas em situação de rua, e que este quantitativo foi aumentando ano a ano. A SEDES de Imperatriz afirmou que 70% das pessoas em situação de rua, pertencem a outras cidades. Devido Imperatriz ser um entroncamento comercial, há muitos trecheiros, andarilhos que chegam até lá. (CUNHA, 2022c).

Para uma caracterização das pessoas em situação de rua, em Imperatriz, o CECAD destaca algumas variáveis que nos permitem identificá-las. Uma destas variáveis é a situação documental, que demarca que não há pessoas em situação de rua sem registro civil, dado relevante, uma vez que sem este documento pessoal, a consecução dos demais se torna inviável, além do fato de que com os demais

³⁵ Falamos mais sobre o Centro Pop – Imperatriz no próximo capítulo desta Tese.

documentos, as pessoas em situação de rua conseguem acessar os serviços e benefícios ofertados no âmbito da Política de Assistência Social, quais sejam, realização de cadastro no Programa Bolsa Família, encaminhamento, se estiver dentro dos critérios, ao recebimento do BPC, além de conseguirem encaminhamentos para outros programas.

Em relação à faixa da renda das pessoas em situação de rua, o CECAD aponta que das 258³⁶ que se encontram em situação de rua, 100% afirmaram receber até 1SM. (BRASIL, 2023b).

As pessoas em situação de rua desenvolvem atividades, estratégias de sobrevivência nas ruas, como vigiar carros, catar materiais recicláveis, além de receberem benefícios, como o PAB.

No que concerne ao recebimento do PAB, das 258 pessoas em situação de rua, 255 recebem o PAB, o que equivale a 98% das pessoas em situação de rua. Como mencionado, a maioria encontra-se recebendo o PAB³⁷ e dos que não recebem ainda, deve-se ao fato de que estão aguardando, posto que estão cadastrados. Os programas de transferência de renda dão uma importante contribuição às famílias em situação de pobreza. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 apontou que, ao longo de 2020, houve uma diminuição significativa na cobertura total de pagamentos do PBF e do BPC, mas em 2020, houve um aumento dessa cobertura para o PBF e um aumento da rede de proteção social, com a implantação do AE, por conta da pandemia. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Na variável cor/raça, das 258 pessoas em situação de rua, em Imperatriz, a maioria é parda, num total de 212, o que equivale a 82,17%; 24 são da cor preta, constituindo 9,30% do total e 20 são da cor branca, correspondendo a 0,77% do total.

A relação raça/classe é tema que constitui a sociologia das relações raciais, onde sempre prevaleceu a preocupação em analisar a variável raça na configuração das desigualdades sociais. A *raça* é uma variável significativa na distribuição desigual de recursos e oportunidades. (TELLES, 2003).

³⁶ Trabalhamos, nesta Tese, com o quantitativo estabelecido pela CECAD, que é de 258 pessoas em situação de rua.

³⁷ Em agosto de 2021, foi criado o PAB, provocando, à época, o fim do BF, de forma abrupta, sem realizar diálogo com a sociedade. Com isso, o governo Bolsonaro pretendeu emitir sua *marca social*, além de ter realizado uma estratégia eleitoreira, instituindo o PAB. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2022, o PBF foi retomado, com as condicionalidades e articulações às outras políticas para o enfrentamento à pobreza no país.

Observamos que a maioria das pessoas em situação de rua, em Imperatriz, são negras, o que também se relaciona ao quadro nacional e da capital do Estado:

[...] os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmacão do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores (sic), o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente (MOURA, 1983 *apud* MEDEIROS, 2019, p. 66).

No que diz respeito ao sexo, a maioria das pessoas em situação de rua, em Imperatriz, são do sexo masculino, 241, sendo 93,41% do total, e 17, do feminino, o que corresponde a 6,58%. Um quadro que reflete tanto o contexto nacional, quanto o estadual, que apontam que a maior parte das pessoas em situação de rua são homens, numa análise já realizada, anteriormente, onde destacamos que o papel de provedor da casa, uma vez não efetivado pelos homens, pode ser um fator que lhes impulsiona a viver nas ruas, além do envolvimento com substâncias psicoativas, que lhes levam à ruptura dos vínculos.

As mulheres, mesmo sendo em menor número, são bem mais vulneráveis à violência, ao preconceito, “[...] trazem consigo uma trajetória histórica de exclusão e desvalorização social e econômica que afetou, diretamente, suas vidas”. (CARVALHO, 2019, p. 2).

As mulheres em situação de rua experimentam de forma muito acentuada todas estas formas de exploração e opressão; enfrentam o sexismo no cenário público das ruas, o preconceito racial ainda mais forte, a exclusão pelo recorte de classe. (MARIA FIRMINA, 2017 *apud* MEDEIROS, 2019, p. 31).

Em relação ao grau de instrução, em Imperatriz, a maioria das pessoas em situação de rua, 115 possuem ensino fundamental incompleto, o que equivale a 44,57%; 57 não possuem instrução, sendo 22,10%; 40 possuem ensino fundamental completo, correspondendo a 15,50%; 26, ensino médio completo, sendo 10,07%; 18 ensino médio completo, o que equivale a 6,97% e 1 ensino superior incompleto, sendo 0,38%.

Nesse contexto, verificamos que a maioria das pessoas em situação de rua, não concluiu o ensino fundamental e, ainda, um número considerável, 57 pessoas, 22,10% do total de pessoas em situação de rua não possuem instrução. A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa e transformação da sua realidade, ensinando-a a como se tornar cidadã, sendo a pessoa humana o sujeito do ato de conhecer. (MORIN, 2000).

Patto (2005 *apud* PETRAGLIA; DIAS; ALMEIDA, 2020, p. 6) afiança que há um descrédito do ensino, frustrações que são causadas devido ao ensino que é oferecido aos mais pobres, “[...] posto que, muitas vezes, as expectativas de melhorar suas situações de vida por intermédio da formação escolar, se revelam falaciosas”.

Em relação à faixa etária, das 258 pessoas em situação de rua, em Imperatriz, 109 se encontram na faixa dos 25 aos 34 anos, o que corresponde a 42,24%; 47, dos 35 aos 39 anos, sendo 18,21%; 39, entre os 40 a 44 anos, constituindo 15,11%; 23, entre 18 a 24 anos, correspondendo a 8,94%; 18, entre 45 a 49 anos, equivalendo a 6,97%; 11, entre 55 a 59 anos, o que corresponde a 4,26%; 6 entre 50 a 54 anos, sendo 2,32%; 3, entre 60 a 64 anos, equivalendo a 1,16%; e 2, 65 anos ou mais, 0,77% do total das pessoas em situação de rua.

Importa frisar que a maioria das pessoas em situação de rua se encontram em idade adulta, assim como foi demonstrado no quadro nacional, estadual e, também, da capital do Maranhão.

Para Machado (2014), o fato de a sociedade não oferecer possibilidades de inserção no mercado de trabalho impacta na vida de algumas pessoas, que acabam procurando nas ruas um espaço para sobreviver. Questões como o desemprego, a crise estrutural; os reflexos do neoliberalismo; a crise social deflagrada pelo crime organizado, pelo tráfico de drogas afetam as pessoas que se encontram em situação de rua, tanto os adultos, quanto os que se encontram em outras faixas etárias, mas, sobretudo, os adultos são o maior quantitativo dos que vivem nas ruas, e esse contexto os leva à ruptura dos vínculos familiares e comunitários.

Ainda com base no CECAD, das 258 pessoas em situação de rua, em Imperatriz, apenas 5, das 258, declararam ter algum trabalho remunerado nos últimos doze meses, correspondendo a 1,93% do total, o que mais uma vez reforça que a questão do desemprego afeta a quase totalidade destas pessoas. (BRASIL, 2023b).

A dignidade do homem se vê aviltada não apenas quando este tem privadas suas liberdades fundamentais, mas também, quando não tem acesso à alimentação, saúde, moradia, emprego, quando suas necessidades básicas se encontram sob forte ameaça. (GUERRA; EMERIQUE, 2006).

Em face da realidade exposta, compreendemos que a questão das pessoas em situação de rua requer ações diversificadas por parte do poder público, com abordagens amplas que reconheçam as múltiplas necessidades desse segmento, posto que “[...] independente dos fatores que têm impulsionado a moradia em rua,

[estas pessoas] são cidadãos e merecem ter o seu direito preservado, considerando o seu bem-estar físico, psicológico e emocional”. (ARAÚJO, 2016 *apud* SOUZA, 2018, p. 18).

Todas as caracterizações das pessoas em situação de rua apresentadas neste capítulo, nos levam a considerar que estas pessoas, ao habitarem as ruas, quebram com um padrão instituído da casa como espaço de proteção, abrigo, passando a viver em um local de perigo, anonimato. São expostas às intempéries naturais, às violências físicas e outras, requerem acessar o sistema de proteção social, a fim de que seus direitos se efetivem por meio das políticas que lhes são destinadas. (LANGA, 2012). Nesse sentido,

Apesar de sofrerem várias formas de desqualificação social, as pessoas que habitam as ruas podem usar suas “estratégias e táticas”, reivindicar os seus direitos como cidadãos. Nesses processos, vai-se gestando e construindo a identidade do morador de rua. Vários habitantes das ruas têm consciência de seus direitos, e reivindicam o direito de ter seus os seus espaços nas ruas, viadutos e praças, de possuir a Carteira de Identidade, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou possuir o título de eleitor que lhe permita votar. (LANGA, 2012, p. 26).

As reflexões desenvolvidas revelam que esta população é plural, heterogênea; possui vários perfis e grande mobilidade. Concordamos com Escorel (1999) quando diz que: quando as dimensões familiar e ocupacional são afetadas, sendo duas esferas de sociabilidade importantes na vida dos indivíduos, estes recorrem a vivência das ruas, decidindo por habitar nelas.

O sujeito em situação de rua pode ser concebido como um sujeito indefinido, no entanto, há que se destacar que o espaço das ruas é um novo espaço e que lhe impõe novos relacionamentos e sociabilidades, novas formas de viver. Ademais,

Ser morador de rua não significa apenas estar submetido à condição de espoliação, enfrentando carências de toda sorte, mas significa, também, adquirir outros referenciais de vida social, diferentes dos anteriores baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 96).

No próximo capítulo, destacamos o espaço de atendimento das pessoas em situação de rua, no âmbito da Política de Assistência Social, a partir do espaço dos Centros Pops, em São Luís e Imperatriz, na perspectiva dos gestores, técnicos e dos sujeitos atendidos. Trata-se do resultado do estudo empírico desta pesquisa, que tem a finalidade de permitir compreender a complexa trama das relações que engendram a vida das pessoas em situação de rua, bem como, levar a refletir sobre de que forma as políticas públicas, nesse caso, a Política Assistência Social, vem contribuindo para

que esses sujeitos tenham seus direitos efetivados e consigam viver com um pouco de dignidade.

5 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS CENTROS POPS: uma análise das ações do Centro Pop em São Luís e Imperatriz

Neste capítulo, é apresentada a configuração dos Centros Pops de São Luís e Imperatriz, espaços empíricos da pesquisa, destacando a estrutura, equipe técnica, gestão da Política de Assistência Social nos respectivos municípios, desafios à intervenção junto à PSR, a partir dos sujeitos entrevistados e os que atuam no âmbito dos Centros Pops.

Os sujeitos em situação de rua atendidos nos Centros Pops também têm suas percepções e compreensão sobre as ruas, sobre o Centro Pop, apresentadas neste capítulo, uma vez que a realidade vivenciada por eles nas ruas possui múltiplas facetas e complexidades, aspectos que demandam uma análise para que se compreenda a busca do resgate da cidadania destes e a reconstrução de suas trajetórias de vida.

5.1 Os Centros Pops no Contexto da Política de Assistência Social: caracterização e atribuições

A implantação dos Centros Pops no Estado do Maranhão data de 2010, um ano após o seu reconhecimento legal, uma vez que fora previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, constituindo-se como unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Significou um grande avanço na construção e efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua, por ser um local de acolhida e de convívio social e comunitário. (NASCIMENTO, 2020).

Tabela 2 - Distribuição dos Centros Pops no Maranhão

Município	Quantidade
São Luís	2 (dois)
Bacabal	1 (um)
Caxias	1 (um)
Codó	1 (um)
Imperatriz	1 (um)
São José de Ribamar	1 (um)
Timon	1 (um)

Fonte: NASCIMENTO, M. F. S. **A política de assistência social e a população em situação de rua:** Centro POP/Centro em São Luís/MA - configuração, serviços e público atendido. 2020. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Serviço Social, São Luís, 2020.

Conforme consta na Tabela acima, só existem Centros Pops em 7 municípios no Estado do Maranhão, sendo que São Luís, a capital, dispõe de duas unidades.

Em relação ao enfrentamento da pobreza e ao atendimento à população em situação de rua, São Luís conta com a Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social (SEMCAS), como órgão gestor da Política de Assistência Social.

As mudanças ocasionadas pelo Suas levaram a SEMCAS a se reestruturar, a partir de 2005, para se adequar às exigências do Suas.

Naquele contexto, São Luís era, ainda, município de grande porte e as primeiras mudanças tiveram início, primeiramente, com a Fundação Criança Cidadão (FCC), que atendia somente os segmentos crianças e adolescentes, tendo, posteriormente, sua estrutura alterada e passando a se chamar FUMCAS, incluindo os segmentos instituídos pela LOAS e pela NOB/SUAS. (FRÓES, 2013, p. 93).

Em 2008, o órgão gestor passou a ser denominado SEMCAS, tendo sido instituída pelo Projeto de Lei nº 4853, de 3 de setembro de 2007. Está organizada em 06 Superintendências da área finalística - Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, Superintendência de Proteção Social Básica, Superintendência de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Superintendência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Superintendência de Transferência de Renda, Superintendência de Inclusão Produtiva – e 02 Superintendências de atividades meio - Superintendência Administrativa e Superintendência Financeira e Orçamentária. (SÃO LUÍS, [20--?]).

No que diz respeito à PSB, em São Luís, temos 11 CRAS, nos bairros de: Anil, Anjo da guarda, Bairro de Fátima, Bequimão, Cohab, Coroadinho, Cidade Olímpica,

Cidade Operária, Centro, Estiva, Janaína, João de Deus, Liberdade, Maracanã, São Francisco, São Raimundo, Turu, Vila Bacanga, Vila Nova, Vinhais.

Em relação aos CREAS, temos 3 em São Luís: CREAS Itaqui-Bacanga, CREAS Coroadinho, CREAS Sol e Mar.

O primeiro projeto voltado à população em situação de rua, em São Luís, data do ano de 2004. Foi realizado um mapeamento e contagem de jovens e adultos em situação de rua, no intuito de ampliar as atividades já existentes, tais como: a abordagem, o cadastramento e atendimento a esta população. (COSTA, 2021).

A partir deste levantamento, que identificou as pessoas em situação de rua, em São Luís, bem como os determinantes que as levaram a viver nas ruas, emerge o Programa de atendimento à PSR, com o intuito de intervir nessa realidade, tendo enfrentado, à época, vários limitantes, como: falta de pessoal, transporte, recursos e, em especial, acolhimento das pessoas atendidas.

O Centro Pop é um equipamento público que recebe demandas espontâneas, realiza encaminhamentos os mais diversos, para a rede de serviços socioassistenciais. Oferta, ainda, atendimento individual e em grupo, orientações, espaço para higiene pessoal, guarda de pertences, lavagem de roupas, alimentação, entre outros serviços que se façam necessários para reduzir danos provocados pelas violações de direitos. (BRASIL, 2011a).

Vale ressaltar que o endereço do Centro Pop pode ser usado pelos usuários para fins de inserção no CadÚnico e, também, para emissão de documentos pessoais.

Cada usuário possui uma especificidade de atendimento, uma história particular, as ações do Centro devem ser focadas na autonomia destes usuários, na defesa de seus direitos. Assim, as ações que podem ser desenvolvidas no âmbito do Centro Pop são: busca familiar; inserção no CadÚnico; encaminhamento para serviços de saúde, incluindo tratamentos do uso prejudicial de substâncias psicoativas; encaminhamento para as demais políticas, como: educação, trabalho e renda, cultura, habitação.

A equipe técnica deve sempre estimular os usuários no que diz respeito à construção de seu projeto de vida, identificando junto aos mesmos as possibilidades, os desafios, fazendo-os compreender que são protagonistas de suas histórias, são sujeitos de direitos. (BRASIL, 2011a).

Atualmente, o atendimento à PSR, em São Luís, é feito em dois Centros Pops, sendo um localizado no centro da cidade e o outro, no bairro da Forquilha. Estes

Centros Pops foram os espaços empíricos de realização desta pesquisa, onde realizamos entrevistas junto aos técnicos, Coordenadores, junto às Superintendentes de Proteção Social Especial de Média Complexidade e, também foram realizados, grupos focais com os sujeitos atendidos nestes espaços.

5.2 A Realidade Empírica do Centro Pop em São Luís

O atendimento às pessoas que se encontram em situação de rua demanda um conjunto articulado de serviços públicos, que ofereçam respostas apropriadas, mediante o entendimento das necessidades apresentadas, da subjetividade das demandas sociais, o que pode implicar em atendimentos que sejam, de fato, abrangentes. (PIMENTA; SILVA, 2010).

Nesse sentido, o presente capítulo busca analisar o atendimento realizado nos Centros Pops de nosso Estado, pretendendo analisar, ainda, os desafios, a percepção dos sujeitos atendidos, dos gestores acerca da Política de Assistência Social, da atuação do Centro Pop, as possibilidades de saída das ruas e construção de novas trajetórias de vida por parte dos usuários, tendo como espaços empíricos, conforme já dito, os municípios de São Luís e Imperatriz.

O Centro Pop que fica no bairro do centro, em São Luís, tem como endereço a Rua da Saavedra, n. 147. Em relação à estrutura física do prédio, onde se situa este Centro Pop, cumpre-nos informar que o mesmo possui 15 cômodos internos, sendo uma recepção/sala de espera; dois banheiros, um para os usuários e o outro para a equipe técnica; uma sala de reuniões, para a realização de atividades com os usuários; 01 banheiro para pessoas com deficiência (PCD); uma cozinha; uma sala de atendimento, onde ficam os técnicos; 01 sala da Coordenação; 01 banheiro social; 01 dispensa. O Centro Pop funciona de segunda à sexta, das 8h às 17h, com a peculiaridade de abrir aos sábados para o fornecimento de alimentação, no horário do almoço, às 12h, para os usuários dos dois Centros Pops, sendo que os que são atendidos pelo Centro Pop Forquilha, recebem a alimentação no centro³⁸.

Para o efetivo funcionamento da Unidade e alcance dos objetivos do (s) Serviço (s) ofertado (s), deve-se assegurar a provisão de espaço físico adequado e materiais necessários à execução das ações a serem desenvolvidas. O Centro POP deve ser implantado em edificação com

³⁸ Existe uma parceria com uma Entidade que fornece quentinhas para os usuários dos dois Centros Pops, só que o recebimento destas quentinhas ocorre no Centro Pop do bairro centro.

espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, não devendo, portanto, ser improvisado em qualquer espaço. (BRASIL, 2011a).

Em relação à equipe técnica, o Centro Pop do bairro centro possui: 02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogos; 03 educadores Sociais; 01 articulador de Rua; 01 Oficineiro; 02 Técnicos-Administrativos; 01 Auxiliar de Serviços Gerais; 04 vigilantes; 01 Coordenador.

Para o desenvolvimento do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, faz-se necessária uma equipe técnica qualificada, que tem como atribuições analisar a demanda dos usuários, realizar atendimentos individuais, encaminhar para os demais serviços socioassistenciais e para as demais políticas públicas. Este Serviço é ofertado no Centro Pop, consiste em uma atenção especializada no Suas às pessoas em situação de rua. (BRASIL, 2011a).

O outro Centro Pop que se configurou como espaço desta pesquisa fica localizado no Bairro da Forquilha, Estrada de Ribamar. Possui 16 cômodos internos: 01 hall na entrada; 01 banheiro feminino; 01 Mini Biblioteca; 01 sala de atendimento para as PCD; 01 dispensa; 02 pequenos cômodos, onde ficam alguns armários; 01 sala de espera; 01 banheiro para os seguranças. No piso superior, temos: 01 salão para as atividades com os usuários, reunião da equipe do Centro Pop, onde também são realizados atendimentos individuais com os usuários; 01 sala de atendimento, onde também ficam os armários com dossiês dos usuários; 01 sala da coordenação; 01 cozinha. Na parte externa, temos: 02 banheiros masculinos; 01 lavanderia; 01 área coberta.

No que diz respeito à equipe técnica, no Centro Pop Forquilha, esta é composta por: 03 Assistentes Sociais; 01 Psicóloga; 03 Educadores Sociais; 04 vigilantes; 01 articulador de Rua; 01 Oficineiro; 02 Técnicos-Administrativos; 01 Auxiliar de Serviços Gerais; 04 vigilantes; 01 Coordenador.

A previsão de atendimento no Suas para as pessoas em situação de rua parte do pressuposto de que estas pessoas possuem demandas específicas, não se constituindo como um grupo homogêneo, sendo fundamental promover o seu processo de saída das ruas.

O Centro Pop é uma unidade de referência da PSE de média complexidade, é de natureza pública e estatal e volta-se, especificamente, ao atendimento

especializado à PSR, podendo ofertar, também, o Serviço de Abordagem Social³⁹, desde que não acarrete em prejuízos à realização do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e, ao mesmo tempo, precisa ser a unidade local mais adequada para desenvolver esta Abordagem nos espaços públicos.

Em relação à equipe técnica para atuar no Centro Pop, as Orientações Técnicas designam para o atendimento de até 80 famílias e indivíduos, uma equipe composta por: 01 Coordenador (a); 02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogos (as); 01 Técnico de nível superior, preferencialmente, com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional; 04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro Pop), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades; 02 Auxiliares Administrativos. Cabe ressaltar que pessoas em processo de saída das ruas também podem contribuir com suas experiências e vivências, inclusive, como facilitadores/as de oficinas. (BRASIL, 2011a).

A PSR necessita de todo um aparato constituidor de uma vida digna, que se encontre numa posição de fragilidade em relação ao corpo social. “É incontestável a vulnerabilidade acentuada desse grupo que, privado dos direitos fundamentais dos quais são titulares, tem subtraído, por via reflexa, seu direito à cidadania em manifesta exclusão social e política”. (SARMENTO, 2020, p. 34).

Ao nos referirmos aos programas, projetos e serviços socioassistenciais oferecidos à população adulta em situação de rua, no âmbito dos Centros Pops, em São Luís, as técnicas⁴⁰ Assistentes Sociais e as Psicólogas afirmaram que são ofertados: alimentação cotidiana, atendimento psicossocial, viabilização de documentação civil; encaminhamentos às demais políticas (em articulação com a rede), como, saúde, saúde mental; oferta de Aluguel Social, quando se observa que o indivíduo possui alguma autonomia para gerir sua vida. Também é efetuada a inserção dos usuários no CadÚnico por dois técnicos⁴¹ qualificados para viabilizar os cadastros dos usuários.

³⁹ Este Serviço deve ser ofertado a diversos segmentos, que utilizam o espaço das praças, logradouros, entroncamentos, terminais de ônibus, como espaço de moradia e sobrevivência. Se ofertado no âmbito do Centro Pop, deve haver uma complementaridade com os demais serviços e, também, a capacitação da equipe técnica para uma oferta dos serviços com qualidade.

⁴⁰ No município de São Luís, nos Centros Pops, só existem técnicas, não há homens exercendo essa função, no momento.

⁴¹ Cada Centro Pop da capital possui técnicos, em média, dois, para realização do cadastro dos usuários no CadÚnico.

O Centro deveria ser um local para propiciar a superação da situação de rua. Institucionalmente, a Prefeitura de São Luís não possui um projeto próprio, realiza parcerias com Instituições externas, sendo apenas coadjuvante, não é ator ativo dos projetos, principalmente, em se tratando de inclusão produtiva, geração de renda. (Informação verbal)⁴².

Os projetos realizados são os mesmos preconizados pela PNAS. Não há projetos específicos, há projetos em parceria com outras instituições, como com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE), por exemplo. O que existe são projetos pontuais, executados de forma precária. (Informação verbal)⁴³.

Não há possibilidade de realização de um projeto de intervenção com uma equipe técnica reduzida, agora que estamos com um quadro completo de técnicos, além do fato de o recurso ser reduzido. Nossa infraestrutura predial é bem precária [...] A equipe é muito comprometida, com o pouco que se tem para fazer as atividades. (Informação verbal)⁴⁴.

Os serviços ofertados no Centro Pop são de média complexidade e voltados às pessoas em situação de rua. Aqui se faz a lavagem das roupas, a higiene pessoal, o café da manhã. Em relação ao almoço e jantar, eles recebem uma pulseira que lhes dá acesso ao Restaurante Popular. Também realizamos encaminhamentos para o sistema de saúde. (Informação verbal)⁴⁵.

Não há programas que sejam ofertados no Centro Pop, só o leque dos serviços socioassistenciais, que estão na Tipificação, os projetos que existem são em parceria, como, por exemplo, um projeto de aprimoramento técnico que a DPE ofereceu aos usuários, em articulação com o SENAC. Não há nada que a Política Pública de Assistência Social aqui, em São Luís, vá pensar, de acordo com um estudo ou pesquisa da Vigilância Socioassistencial, com a demanda dos usuários para criar um programa temporário ou projeto que seja executado com esse público-alvo, o que tem é o que está preconizado na Política, em nível nacional, e que é ofertado de forma bem precária. A Política de Assistência Social pede socorro. (Informação verbal)⁴⁶.

Dentre o que é ofertado no Centro Pop, as técnicas destacaram o Acolhimento Institucional. Assim que os usuários chegam ao Centro Pop, buscam informações sobre os Abrigos, os quais sempre se encontram superlotados. O Serviço de Acolhimento Institucional pertence à PSE de alta complexidade e é voltado a famílias e indivíduos em situação de rua.

Nos Centros Pops, há muita demanda de encaminhamento aos Abrigos, pois as pessoas em situação de rua, muitas vezes, apesar de viverem nas ruas, sentem a necessidade de um lugar para dormir, pernoitar, e os Abrigos constituem-se como este espaço. “Aqui é gestão plena, minimamente, como metrópole, deveria ter um Albergue. Às vezes, os usuários reclamam, os que vêm de outras cidades, como Rio

⁴² Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2022.

⁴³ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2022.

⁴⁴ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2022.

⁴⁵ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2022.

⁴⁶ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2022.

de Janeiro, São Paulo, dizem que, em outros lugares têm Albergue”. (Informação verbal)⁴⁷. Compreendemos como um desafio possibilitar aos usuários o encaminhamento para os Abrigos existentes na cidade, que acabam não comportando a demanda que chega aos mesmos. Cumpre-nos destacar que:

Os serviços de Alta Complexidade direcionados à população em situação de rua são: Serviço de Acolhimento Institucional, desenvolvido em unidade institucional semelhante a uma residência e/ou em unidade institucional de passagem, com o objetivo de oferta de acolhimento imediato e emergencial e Serviço de Acolhimento em Repúblicas, destinado a jovens a partir dos 18 anos e pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. (BRASIL, 2011a).

Um fato recorrente em relação aos Centros Pops, que foi apontado pelas técnicas, é que, na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, há a demarcação de 80 indivíduos atendidos por Centro Pop, como já demonstrado anteriormente, mas em um dos Centros onde realizamos a pesquisa, há mais de 700 usuários cadastrados e que já passaram por atendimentos, encaminhamentos e outros serviços; trata-se de uma demanda imensa. No entanto, a equipe técnica não apresenta o quantitativo de profissionais, o qual foi mencionado anteriormente, conforme consta nas Orientações Técnicas do Centro Pop, para atender esta demanda, por inúmeros fatores, dentre estes, o próprio recurso que é destinado ao Serviço, que é escasso.

Em relação à articulação com a rede intersetorial de políticas públicas, como uma das ações ofertadas no Centro Pop, os Técnicos relataram sobre os encaminhamentos para a saúde, pois a maioria dos usuários são dependentes de substâncias psicoativas, fazendo-se necessário esse encaminhamento.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a dependência das drogas como um conjunto de fenômenos cognitivos, comportamentais e fisiológicos que se desenvolvem após o uso recorrente de substâncias psicoativas e a incapacidade de reduzir, ou mesmo, eliminar o consumo das drogas, apesar das consequências que essa dependência causa na vida das pessoas. Encontra-se na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e, *II e III Terceiro Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas na População Brasileira*, numa parceria entre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), “[...] que entrevistou cerca de 17 mil pessoas entre 12 e 65 anos, em todo

⁴⁷ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2022.

o Brasil, 3,2% da população usou substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores ao estudo, o equivalente a 4,9 milhões de pessoas”. (BASTOS *et al.*, 2017, p. 133).

Uma das técnicas do Centro Pop afirmou: “80% dos nossos usuários são dependentes químicos⁴⁸”. (Informação verbal)⁴⁹.

Segundo Snow e Anderson (1998), o consumo de bebidas alcoólicas é um dos traços definidores da subcultura dos homens em situação de rua. Aqui os autores se reportam aos homens que viviam nas zonas marginais das cidades britânicas e americanas, enfatizando, ainda, que há diferenças quanto ao uso do álcool e, também, das outras drogas, variando desde o uso experimental ao uso crônico.

O Estado, nas suas diferentes esferas, enfrenta, muitas vezes, a questão das drogas por meio da *limpeza social*, *higienização* dos indesejáveis, com ações repressivas, que são divulgadas nos meios de comunicação⁵⁰, denotando um reflexo da pobreza urbana no Brasil.

Depreende-se do relato das técnicas sobre a oferta dos serviços do Centro Pop, que estes são ofertados de forma precária, não há projetos específicos; quando ocorrem, são pontuais e, geralmente, em parceria/articulação com outra instituição, como, por exemplo, a DPE, que foi bastante mencionada, como instituição que desenvolve ações voltadas às pessoas em situação de rua, inclusive, tendo ocorrido no dia 19/08/2022, *Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua*, um grande evento com culminância na Praça Deodoro, no Centro de São Luís, conforme mostram as imagens abaixo. Foi realizado um grande mutirão denominado *Ação de Cidadania e Direito à Cidade*, com a PSR, das 8h às 13h, onde houve atendimentos jurídico, social, na área da saúde, beleza e cuidados, espiritualidade e outros, encerrando-se com um Ato Público, às 15h.

⁴⁸ Ainda retomaremos essa discussão sobre dependência química em outros momentos deste capítulo.

⁴⁹ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2022.

⁵⁰ Rosa (2005) apontou que, nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, o poder público desenvolveu ações de despejo e perseguição a esta população, o que nomeou de arquitetura da exclusão. Além disso, recentes fatos noticiados pela mídia, mostraram que o Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), maior cidade do Brasil, mandou as pessoas em situação de rua desarmarem suas barracas durante o dia, afirmando estar ampliando os acolhimentos, a médio e longo prazos, ação que exemplifica o que Rosa (2005) chamou de arquitetura da exclusão. (PREFEITURA..., 2023).

Foto 2 - Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua



Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Reiteramos aqui a importância do trabalho em rede, das parcerias com órgãos de defesa dos direitos, de gestão de outras políticas públicas, para a promoção dos direitos das pessoas em situação de rua, “[...] a concretização desses direitos impende uma atuação atenciosa e eficaz dos poderes e órgãos dos estados, bem como do trabalho eficiente do governo”. (SARMENTO, 2020, p. 53).

Cabe ressaltar que, em eventos como este e em outros relativos à PSR, há a presença e atuação dos representantes maranhenses do MNPSR, o qual já fora mencionado em capítulos anteriores desta tese, e que demarca um importante espaço de organização coletiva e luta por direitos, por parte das pessoas em situação de rua.⁵¹

Em relação ao perfil dos usuários atendidos nos Centros Pops da capital, as técnicas afirmaram que a maioria dos atendidos são homens, na faixa etária de 18 a 40 anos, jovens e adultos, são pobres, em sua maioria, são pardos, tiveram vínculos familiares fragilizados, alguns foram rompidos. Esses vínculos, em sua maioria, são rompidos devido ao consumo de substâncias psicoativas, as ilícitas e as lícitas, como a dependência do álcool, “[...] há muitos usuários com dependência do álcool, mais do que em relação ao consumo de outras drogas. Há alguns que dizem: eu uso tudo.” (Informação verbal)⁵².

40% têm família, mas o vínculo está rompido. Alguns têm processo em aberto, estão devendo a justiça. Os homens têm mais facilidade de se proteger, as mulheres são mais frágeis, elas têm como moeda de troca, o sexo. Algumas usuárias (bem poucas) disseram que são prostitutas. Alguns homens estão nas ruas por questões de desemprego, outros são andarilhos, pedem recâmbio, andam pelo Brasil inteiro. (Informação verbal)⁵³.

⁵¹ Esse comentário é baseado em um rápido diálogo que tivemos com um sujeito representativo do MNPSR, em nosso Estado e, também, membro do Fórum Estadual da PSR.

⁵² Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁵³ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17/08/2022.

Teve um jovem do Curso de Direito de uma determinada Instituição da capital, que fez uma caracterização dessas pessoas atendidas aqui. Alguns usuários já disseram que são formados, contadores, administradores [...]. A maioria são homens, negros, autodenominam-se evangélicos, há uma ligação muito forte entre as Igrejas Evangélicas e esse público, devido às doações que lhes são feitas, sopões, orações [...]. Poucos são católicos, mais, por tradição, não por frequentarem regularmente. Temos 40 mulheres cadastradas, mas que frequentam, regularmente, umas dez, a maioria delas estão com seus companheiros, vivem em situação de rua com eles, por não quererem se separar. As que não têm companheiro, dificilmente ficam nas ruas, até porque se sentem mais vulneráveis. (Informação verbal)⁵⁴.

Às vezes, os usuários são muito mais acometidos pela dependência do álcool (o álcool faz um estrago grande), do que por outras drogas. Tem um usuário que vem tomar banho toda tarde, ele me disse que só usa tudo, ou seja, todo tipo de droga. Eles são muito abertos para falar conosco. (Informação verbal)⁵⁵.

A maioria são desempregados. Às vezes, vêm para a capital com proposta de emprego e não dá certo, chegam aqui, não conseguem, mas não querem retornar para casa, para voltarem a serem sustentados pela família, porque já são homens, adultos; 80% possuem ensino fundamental incompleto; a maioria são negros; 40% possuem família; em sua grande maioria, são de São Luís e municípios vizinhos. É muito peculiar chegarem ao Centro Pop sem documentos, os documentos se tornam moedas de troca nas bocas de fumo. (Informação verbal)⁵⁶.

Ainda tem os venezuelanos, mas são poucos. A maioria deles são os que ficam vinculados a São José de Ribamar, esses são os que ficam nas rotatórias, não são vinculados a São Luís. Para eles, é cultural estar em situação de rua, e lá, eles estão com as crianças. (Informação verbal)⁵⁷.

Aqui a população ocupa tanto as ruas, quanto os locais públicos improvisados, os casarões da cidade. Aqui no Centro, os que têm condições de habitabilidade estão cheios, ocupados por famílias, estão em vários quartos. Isso já virou até moeda de renda, as pessoas ocupam os casarões, alugam por 200, 250 reais. (Informação verbal)⁵⁸.

Segundo Tiene (2004), a mulher em situação de rua, constitui-se como minoria, quando comparada à população masculina, devido à sua limitação, histórica e cultural, ao espaço doméstico, além do tratamento desigual no que diz respeito ao mercado de trabalho, o que acaba por se repetir no espaço da rua. O relato de uma das técnicas entrevistadas aponta isso, quando reitera o aspecto de fragilidade das mulheres como um dificultador de sua permanência nas ruas.

Observamos uma conformação dos papéis sociais de homens e mulheres até no espaço das ruas, quando o homem, por ser maioria, tem sua permanência nas

⁵⁴ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁵⁵ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁵⁶ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁵⁷ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁵⁸ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

ruas associada à ausência da provisão na família, ao desemprego, e por ser homem, rompe os vínculos familiares, vai para as ruas e consegue resistir às agruras de viver nessa situação, enquanto que a mulher, se permanecer, precisa lançar mão de estratégias, para que obtenha defesa e proteção em situações que lhe ameacem, vivendo nas ruas.

Silva (2009) aponta os fatores culturais como os que influenciam na prevalência do sexo masculino na configuração da PSR. Para a autora, inclusive, aos jovens a partir de 18 anos, lhes é atribuída a função de autossustento, no entanto, com o acirramento do desemprego, as responsabilidades que poderiam assumir são impossibilitadas de serem supridas, daí porque muitos homens se encontram em situação de rua.

A condição de pobreza foi outro aspecto desse perfil demarcado pelas técnicas. Compreendendo-se que uma das dimensões da pobreza é a dimensão política, para além da econômica, da insuficiência de renda, pobreza também significa, nesse contexto, a ausência de direitos, agregando-se a este conceito, os problemas relativos à saúde, educação, moradia, desemprego, culminando, dessa forma, com a dificuldade da promoção dos direitos. (SILVA, 2002).

Chamou-nos bastante atenção o relato de uma das técnicas acerca de os usuários chegarem ao Centro Pop sem documentação civil. Ao questionar alguns usuários, os mesmos respondiam que eram furtados, por dormirem nas ruas, e que isso é muito comum, mas outro usuário relatou que é frequente que vendam seus documentos para os traficantes utilizarem como documentos falsos. Geralmente, os usuários devem às bocas de fumo e acabam pagando com seus documentos pessoais, tornando-os, realmente, uma moeda de troca.

Existe um mercado de compra de Carteiras de Identidade para falsificarem. Já teve usuário que veio solicitar documentação 4 vezes. Tal situação já levou o Instituto de Identificação a cobrar para emissão de novos documentos, a Certidão de Nascimento original. Quando não há Certidão, são encaminhados ao Cartório local, se não, são encaminhados à Defensoria Pública. (Informação verbal)⁵⁹.

Outro aspecto relevante apontado nas falas das técnicas, em relação ao perfil da PSR, foi a questão da religião, tendo sido afirmado que a maior parte dos usuários se autodefinem protestantes, valendo aqui frisar a influência da religiosidade na subjetividade das pessoas que estão em situação de rua, podendo contribuir para o

⁵⁹ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

processo de construção de sentido na vida dessas pessoas. AmatuZZi (2001) afirma que há no homem senso religioso, uma religiosidade latente, uma dimensão espiritual que pode se configurar como característica essencial do humano. “Pelo trabalho que é realizado por elas (as Igrejas), muitos desses usuários, vêm se definindo como evangélicos. Há um sentimento de gratidão e, ao mesmo tempo, de se sentirem bem com os momentos de oração.” (Informação verbal)⁶⁰.

No que concerne ao quantitativo de atendimentos realizados pelo Centro Pop Forquilha, as técnicas relataram que, em média, são realizados 4 atendimentos, por turno, totalizando 8 por dia, em um dos Centros Pops. Vale ressaltar que isso se refere aos atendimentos realizados pelas Assistentes Sociais e Psicólogas. Além disso, são entregues, diariamente, cerca de 130 pulseiras para refeições nos Restaurantes Populares.⁶¹ “Na nossa organização interna, temos três dias para realizar atendimentos, um dia para fazer visitas e um dia para elaboração de Relatório.” (Informação verbal)⁶².

No outro Centro Pop, as técnicas relataram que fazem, em média, de três a cinco atendimentos por dia, em suas salas, realizando entrevista inicial, encaminhamentos às demais políticas públicas. Um aspecto ponderado pelas mesmas foi que nem todo usuário que adentra o Centro Pop requisita atendimento psicossocial, muitos buscam somente a higienização pessoal e a alimentação. “Nem todos os atendimentos passam por nós. Alguns vêm, tomam banho, buscam a pulseira de acesso ao Restaurante Popular; outros, nem banham, só vêm buscar mesmo a pulseira.” (Informação verbal)⁶³.

A atenção ofertada pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve dispor de registros próprios dos dados de pessoais para possibilitar que a família ou algum parente possa localizá-los e, também, para que o trabalho social seja melhor realizado, a partir dos dados informados pelos usuários. (BRASIL, 2011a). É esse registro próprio mencionado nas *Orientações Técnicas para o Centro Pop*, que

⁶⁰ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁶¹ Os Restaurantes populares são estabelecimentos administrados pelo poder público, que se caracterizam pela comercialização de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, preponderantemente com produtos regionais, a preços acessíveis, servidas em locais apropriados e confortáveis, de forma a garantir a dignidade ao ato de se alimentar. (BRASIL, 2004c).

⁶² Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁶³ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 17/08/2022.

é realizado, também, durante os atendimentos, além de escuta qualificada, por parte das técnicas e acompanhamento psicossocial.

Foi constante na fala das técnicas a questão dos Abrigos, a grande demanda das pessoas em situação de rua em busca de uma vaga, porém, o déficit de vagas desestimula os usuários.

Tem horas que precisamos nos desprender um pouco do nosso emocional, já trabalhei no CREAS, lá também tem essa carga, mas aqui [...] é gigantesca essa carga. Aqui temos uma sobrecarga emocional muito grande, como são usuários de drogas, em sua maioria, eles potencializam isso, já chegam aqui, muitas vezes alterados, se zangam quando não são atendidos em alguma demanda. (Informação verbal)⁶⁴.

Em relação ao que as técnicas comentaram acerca da sobrecarga emocional, concorda-se com as reflexões de Maciel (2000), quando afirma que os técnicos de uma organização social e seus usuários expressam o subuniverso de significações, que são estruturados socialmente, de acordo com critérios, como: sexo, ocupação, tendência religiosa e outros. Nessa relação, técnicos e usuários levam consigo esse subuniverso, pois cada um desses sujeitos “[...] produz os significados em questão e validam o espaço onde têm objetividade real.” (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 23).

Daí, apreende-se que o estado emocional das técnicas e os usuários se reflete no espaço institucional, a tensão das técnicas na relação com os usuários e estes na sua relação com as técnicas, esboçando sentimentos, reações que, muitas vezes, causam indignação nos usuários, por não verem atendidas suas demandas, e a preocupação ou medo que as técnicas apresentam, devido a essas reações.

Observamos, em relação à questão da insuficiência de vagas nos Abrigos da capital, a não resolutividade desta problemática por parte do órgão gestor da Política de Assistência Social, em São Luís, a SEMCAS, pois como dito pelas técnicas, uma cidade que é metrópole deveria ter mais Abrigos. Muitos usuários reclamam de não poderem pernoitar nos Abrigos e entendem como um direito seu que é violado pelo Estado.

No que diz respeito aos motivos que promoveram a ida das pessoas para as ruas, destacamos, a partir das técnicas: o desemprego; os vínculos fragilizados com a família; alguns se encontram foragidos da justiça; outros estão nas ruas, devido à drogadição e, também, por escolha própria. Chamou-nos a atenção afirmar ser *uma escolha própria*, porque quando uma pessoa decide permanecer nas ruas, até a

⁶⁴ Depoimento retirado da entrevista realizada no dia 20/09/2022.

decisão de ficar nelas, advém dos outros determinantes acima apontados, posto que a drogadição, por exemplo, faz com que as pessoas optem estar nas ruas pela *liberdade* de consumir as drogas; o próprio desemprego dessas pessoas faz com que não tenham coragem de retornar às suas famílias de origem, por vergonha, como ouvimos de uma das técnicas: “O usuário disse que não ia mais voltar pra casa, estava desempregado, já era um homem barbado, não ia voltar, para ser humilhado”. (Informação verbal)⁶⁵. Em outro relato, a técnica disse: “Não voltam para casa por vergonha, por se sentirem incapazes, acham que dão muito trabalho para a família”. (Informação verbal)⁶⁶.

Às vezes, não querem ser acolhidos, devido às regras. Antes de chegar ao Centro Pop, tinham suas formas de sobrevivência. Teve um senhor que me disse uma vez: eu como ali, num Restaurante, O Dono ajuda alguns moradores, e tem um senhor na Padaria, que me dá seis pães, eu tomo café lá. Ou seja, eles possuem suas estratégias. (Informação verbal)⁶⁷.

Outra vez, um usuário falou: olha, eu consegui uma barraca de praia, eu tô dormindo lá com uma amiga, a gente olha o pôr do sol [...] quer dizer, tem seus encantos (fala da técnica). Mas quando o senhor sentir falta de um acolhimento, pode vir aqui, nós lhe encaminhamos. (Informação verbal)⁶⁸.

Outra vez eu atendi um senhor de 82 anos, que recebe BPC. Ele mora no Terminal da Integração da Praia Grande, alguém lava roupa pra ele. Quando ele se sente um pouco mais debilitado, ele vai, aluga um quarto, ele quer estar ao ar livre. Aparentemente, com as limitações da idade, possui certa autonomia, mas quando se fala em acolhimento, ele corta [...]. Senhora, eu não quero, vamos encerrar, falar de outra coisa. Ele tem família no interior, fica um tempo em São Luís, outro tempo no interior, possui uma família cujas pessoas, também, já são idosas. Não quer ter raízes (Informação verbal)⁶⁹.

Um que já atendi perguntou: e aí? Quando eu vou saber se recebi a casa, aí respondi: dia 06. Ele disse, dia 06 vou estar em Teresina. Aí perguntei: o senhor tem alguém em Teresina? Ele respondeu: não [...]. Já viajou por várias capitais, disse que ia passar 15 dias em Brasília, ia dormir na Rodoviária, tem o passe-livre interestadual dos Idosos. (Informação verbal)⁷⁰.

Observamos nos relatos das técnicas expressões que nos levam a refletir que a rua, para alguns dos que estão nela, tem um significado de liberdade, embora envolta em complexidades, contradições, pois na rua, nos tornamos alvos fáceis no que concerne às agressões, violência, furtos, roubos, drogadição. Em algumas narrativas, a liberdade aparece como elemento que possui centralidade, levando-os a compreenderem que estão livres, nas ruas, de restrições externas, de coações. Mas

⁶⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁶⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁶⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁶⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁶⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁷⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

que isenção de restrições seria essa que passa pelo imaginário destas pessoas, uma vez que convivem com os moradores da cidade, como um todo, e com as outras pessoas em situação de rua? Ainda assim, entendem que é melhor estar *livres* nas ruas do que procurar um Abrigo, onde, certamente, terão que cumprir regras.

Nesse sentido, é interessante o que Berger e Luckmann (1995) afirma sobre ser impossível a institucionalização total das condutas, assim como o contrário, ou seja, a falta de institucionalização também não é possível. Assim, “[...] podemos dizer que ninguém vive fora da sociedade, assim, como podemos afirmar que ninguém vive total e irrestritamente controlado por essa mesma sociedade” (MACIEL, 2000).

Uma característica das pessoas em situação de rua apontada nas falas das técnicas, e que se refere, ainda, à discussão sobre a *liberdade* de estar, viver nas ruas, é que estas pessoas são andarilhas, saem de uma cidade para outra, muitas vezes, somente para conhecê-las e nestas cidades acabam, também, recorrendo aos Centros Pops, Abrigos que estas possuem ou pernoitam nos logradouros públicos, Terminais Rodoviários.

Este fenômeno é compreendido como desterritorialização do sujeito, constitui-se como os deslocamentos constantes, movimentações de um lugar para outro, é o que se observa no caso dos andarilhos de estrada. Estes perambulam, a pé, pelos acostamentos das rodovias, com um saco nas costas, carregando todos os seus pertences. Porém, nas falas das técnicas observamos que mencionaram sobre pessoas que se caracterizam como trecheiras. Snow e Anderson (1998, p. 286-287) afirmam que:

Os moradores de rua, frequentemente, ficam desiludidos com suas experiências numa cidade e começam buscar maneiras de mudar sua situação. Uma parcela considerável da conversa de rua envolve a troca de informações e a especulação sobre oportunidades em outras cidades [...] O alto grau de instabilidade geográfica resultante entre alguns moradores de rua torna, portanto, difícil, para eles, formar relações duradouras.

Assim, a cidade é marcada por uma instabilidade, e a cultura urbana seria permeada por um intercâmbio, por experiências, mediante tensões e forças em jogo, com uma pluralidade de mundos urbanos. (COSTA, 2007).

Quanto aos que se encontram com problemas com a justiça, as técnicas afirmaram que é difícil detectar que estão foragidos da justiça, posto que, nos atendimentos, isso não é revelado, “[...] com raras exceções, um ou outro usuário menciona que está em débito com a justiça e que, por isso, saiu fugido da cidade em

que morava.” (Informação verbal)⁷¹. “A Política [de Assistência Social] diz que se estiver foragida da justiça, a pessoa não pode ser acolhida, mas o simples fato de ter um processo na justiça, não impede o acolhimento da pessoa em situação de rua.” (Informação verbal)⁷².

Um aspecto apontado pelas técnicas sobre os motivos de ida para as ruas, que fragiliza e leva à ruptura dos vínculos familiares é a questão do uso de substâncias psicoativas.

Mesmo quando têm uma certa condição, não são pobres em situação de extrema pobreza, como se preconiza lá no CadÚnico, a questão do uso de substâncias psicoativas tem um peso, uma parcela muito significativa é atingida, a família não mantém esse vínculo, não consegue manter a proteção daquele membro, a existência de políticas resolveria isso. Eu considero que a rede de saúde mental, que seria responsável pelo resgate, inclusive, precoce dessas pessoas não funciona, efetivamente, ela existe, pode ser que foi efetiva para alguns, mas não conseguimos ver essa efetividade aqui. A gente visualiza que chegou a esse ponto da situação de rua, mas poderia se ter apoiado essa família com essa luta, desse uso de substâncias lá mesmo (na família), enquanto existiam esses vínculos, mas isso não foi feito, chegou-se num extremo de uso compulsivo, descontrolado e que rompeu, fragilizou demais esse vínculo familiar. (Informação verbal)⁷³.

Nesse sentido, cabe aqui refletir acerca da institucionalidade via políticas públicas, como o acesso aos direitos sociais das pessoas que dependem do álcool e de outras drogas e estão em situação de rua, vem sendo viabilizado, se há, de fato, uma preocupação em consolidar um atendimento em saúde mental articulado a outras políticas, que possibilite que essas pessoas saiam dessa situação ou se a alternativa permanece sendo a *guerra às drogas*, nos moldes contemporâneos de reedição da limpeza dos indesejáveis na cidade.

Botti e outros (2009, p. 175) afirmam que “[...] o álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua”. O indivíduo não consegue romper sozinho com a sua situação de drogadição, necessitando ter atendido o seu direito à saúde.

As pessoas em situação de rua estão mais propensas ao desenvolvimento de transtornos mentais, ao envolvimento com substâncias psicoativas, dentre outros problemas relacionados à falta de alimentação adequada, desnutrição, violência. Faz-se necessário que ações de prevenção de riscos sejam efetivadas pelos profissionais

⁷¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁷² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁷³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

da saúde, articulados aos da assistência social, em se tratando das questões afetas à saúde mental. Ações que sejam coletivas, intersetoriais, que envolvam a promoção e adoção de estilos de vida saudáveis; a implantação e implementação de políticas voltadas à qualidade de vida e aos serviços de saúde.

Quando as técnicas mencionam a não efetividade da saúde em São Luís, no que tange ao atendimento da PSR, deparamo-nos com uma realidade desafiadora, posto que é bastante complexo proporcionar qualidade de vida estando nas condições de rua, onde se vive, constantemente, sob tensão, insegurança, incertezas, num ambiente que causa impactos na saúde mental.

Concordamos com Cambaúva e Silva Junior (2005) quando afirmam que o indivíduo se constitui a partir das relações sociais que mantém e no cerne desse debate, o homem contemporâneo encontra-se desamparado, envolto em uma estrutura social e econômica que preconiza que o indivíduo se faz por si próprio, não necessitando de mais nada para a sua constituição. O modelo político-econômico vigente traz implicações não só histórico-sociais às nossas vidas, mas também, psicanalíticas, podendo levar os indivíduos à busca de um suposto prazer que não conseguem adquirir em outras áreas de suas vidas, uma vez que se encontram desempregados, sem moradia, e, através do uso de substâncias psicoativas, é como se encontrassem esse prazer.

No que concerne à compreensão acerca de como as ações implementadas contribuem para o processo de saída das ruas e para a construção de novas trajetórias de vida dos usuários, atendidos nos Centros Pops, as técnicas responderam que a Política de Assistência Social é ampla, mas acaba contribuindo para que haja permanência das pessoas na condição de estar nas ruas, “aqui eu tenho café da manhã, aqui faço minha higiene, consigo um Abrigo [...]”. (Informação verbal)⁷⁴.

A superação é uma condição de cada um deles, é muito subjetivo. O que seria essa superação para ele? Ele ser respeitado, ter uma casa, ter condições de se sustentar? A superação é uma concepção deles, alguns não consideram mais isso, a rua já é o pólo de sobrevivência diária deles. (Informação verbal)⁷⁵.

Essa pergunta é nossa conversa diária, o Centro Pop foi criado para isso, a Política é ampla, mas pela forma de implementação, por ter diferentes controles e configurações, aqui, em São Luís, o Centro Pop ao invés de ser esse espaço que vai promover essa superação, funciona como um dado de uma condição para você se manter, aqui tenho o café da manhã, tiro a identidade, aqui tenho determinadas coisas que vão me dar o mínimo para

⁷⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁷⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

sobrevivência, isso revitimiza, e acentua uma prática de violência institucionalizada para com o usuário, não promove dignidade de vida. Alguns já não consideram essa possibilidade de superar, assim como o espaço da minha casa é o meu habitat, para eles, a rua já é um habitat, a sobrevivência diária deles. Não vejo que a Política consiga superar essa condição, não vejo que essa Política esteja preparada para ser esse norte de superação. (Informação verbal)⁷⁶.

Essa pergunta é difícil porque as ações implementadas foram pensadas para isso. Não é só o que se oferece, é o que ele enquanto sujeito pretende seguir, dependemos do que o sujeito quer para a vida dele e, dependemos, também, da rede de políticas públicas. (Informação verbal)⁷⁷.

Em vários momentos, as técnicas afirmaram que a Política de Assistência Social, por si só, não dá conta de contribuir para a retirada dos usuários que estão em situação de rua, por compreenderem que essa é uma decisão que deve ser tomada, principalmente, pelo usuário, à medida em que vislumbra a possibilidade de retornar à sua família de origem, ou construir novos vínculos, podendo acessar seus direitos para ter uma vida digna. Para que os usuários sejam protagonistas dessa decisão, devem ser estimulados a ter autonomia, porém, não é só uma questão de estímulo, devem ser buscadas possibilidades concretas de não precisarem mais voltar às ruas.

Para Schuch, Gehlen e Santos (2017), esses indivíduos possuem uma condição comum de escassez de recursos financeiros, de falta de moradia, de laços sociais e familiares fragilizados, precariedade da rede de proteção social por parte do Estado, além dos infortúnios da vida, e, para superar tais situações, é preciso que estas demandas legítimas sejam supridas, oportunizando que suas histórias sejam refeitas.

Enfatizamos, ainda, que no percurso de realização das entrevistas com as técnicas e grupos focais com os usuários dos Centros Pops de São Luís, a SEMCAS encontrava-se, inclusive, sem um/uma gestor/a à frente do órgão, o que, certamente, dificulta ainda mais que as ações implementadas nestes espaços alcancem os resultados esperados, efetivando os direitos das pessoas em situação de rua, visto que planejamento e gestão são fundamentais ao processo das políticas públicas.

Outro aspecto abordado pelas técnicas, é que sob o efeito de álcool ou drogas ilícitas, esses usuários não têm condições de tomar nenhuma decisão que contribua para refazerem suas vidas. Na promoção da saúde mental dessas pessoas e no âmbito das ações da Política de Assistência Social, é possível fazer com que seja

⁷⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

⁷⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 17/08/2022.

resgatada sua autoestima, além de ser estimulada a reconstrução de vida dessas pessoas, e que possam reavaliar suas condutas, retomar princípios e valores importantes.

No entanto, também, foi relatado pelas técnicas que os espaços de saúde mental, em São Luís, não promovem mudanças efetivas na vida dos sujeitos em situação de rua que acessam esses serviços.

Primeiro precisam passar por um tratamento para ter um projeto de vida. Os usuários vêm aqui, solicitam atendimento, o CAPs é porta aberta, não tem um local específico para esse tratamento, além do Caps, tomam medicações que têm vários efeitos, a medicação é geral, a mesma para todos, entram às 8h e saem às 17h. Aí eles vão lá e todos ficam juntos, quem tem transtorno mental, tem as pessoas do sistema prisional que vão e contam seus crimes. Deveria ser diferente, cada sujeito deveria ter considerada sua especificidade, sua necessidade. Para ele iniciar um tratamento no Caps, ele precisa ser acolhido na Assistência Social, aí você está fazendo alta complexidade, acolheu um usuário, só para ele ter onde ficar para ser aceito na saúde mental, aí você pegou a atribuição da saúde mental, um paciente que tem que tratar da saúde mental, que tem seu direito violado e coloca junto com um que tem abstinência, há uma precarização das duas políticas. Os usuários não têm apoio para se deslocar de um espaço para outro. (Informação verbal)⁷⁸.

Verificamos, com essa fala, que a saúde mental no que tange ao atendimento não só às pessoas em situação de rua, mas, no geral, tem desenvolvido ações que não promovem mudanças efetivas na vida dos pacientes que são atendidos nos CAPs, posto que todos os que buscam o CAPs são tratados, atendidos da mesma forma, sem um enfoque em suas particularidades, de modo a contribuir com a cidadania daqueles que estão em sofrimento psíquico. Assim, sua função estratégica não ocorre:

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) deverão assumir seu papel estratégico na articulação e no tecimento dessas redes [de saúde mental], tanto cumprindo suas funções na assistência direta e na regulação da rede de serviços de saúde, trabalhando em conjunto com as equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, quanto na promoção da vida comunitária e da autonomia dos usuários, articulando os recursos existentes em outras redes: sóciosanitárias, jurídicas, cooperativas de trabalho, escolas, empresas etc. (BRASIL, 2004a).

Os CAPs devem organizar a rede comunitária de cuidados, direcionando os sujeitos para os programas de saúde mental (BRASIL, 2004a), no entanto, como observado na fala de uma das técnicas, esse direcionamento acaba não ocorrendo, porque não há atendimento específico que leve em consideração o que cada paciente apresenta em relação à sua necessidade de atendimento. Concordamos com Leite

⁷⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/08/2022.

(2002), quando afirma que não houve preocupação, mesmo tendo a Reforma Psiquiátrica no Brasil, com a materialidade da vida dos usuários de saúde mental, não há uma perspectiva de atendimento para além da lógica de mercado, “[...] e persiste o tratamento dos dependentes químicos baseado no modelo de atenção hospitalar, pelo qual se dava nos moldes da internação em hospitais psiquiátricos, mantendo a lógica mercadológica no trato das políticas sociais”. (PERGENTINO, 2014, p. 46).

Em se tratando de um novo projeto de vida, quando nos reportamos aos vínculos familiares, ponderamos que retornar às famílias de origem, talvez não seja a melhor opção. Segundo Pereira (2006), a família é uma instituição social forte e fraca, ao mesmo tempo, é forte porque nela se dá a reprodução humana, a socialização, o repasse de ensinamentos, valores, entretanto, também é fraca porque nela acontecem violências, rupturas. Essas rupturas geram inseguranças, em especial, em indivíduos historicamente marcados pela opressão, como mulheres, crianças, idosos. Assim, as novas trajetórias de vida apontadas, nesse estudo, podem ser construídas, a partir de novos vínculos e não dos vínculos anteriores, uma vez que seja complexo e demasiadamente difícil retomar os relacionamentos já rompidos pelos sujeitos em situação de rua com seus familiares, por conta dos traumas, violações de direitos, pelos quais estes sujeitos passaram.

Atendemos um caso extremo aqui no Centro Pop. Um idoso, de 72 anos, com nível elevado de artrose, pouca mobilidade, dificuldade de locomoção, surdo, cego de um olho. Foi encontrado pelo Busca Ativa, no Terminal do São Cristóvão. O que o idoso relatou foi que tinha saído de casa há quatro dias, por conta de conflitos familiares, tentativa de agressão, estava sujo, sem se alimentar, sem documentos, não sabia dizer aonde morava. O que pensamos de imediato? Levamos esse usuário para um Abrigo, para ele se alimentar, para se restabelecer, e aí realizamos um atendimento e tentamos localizar sua família, se tivesse que fazer um encaminhamento se faria, alguma denúncia se faria. A primeira pergunta feita após o e-mail encaminhado foi: já tentaram localizar a família desse usuário? Já encaminharam para Defensoria para tirar os documentos? O usuário não foi acolhido, ele voltou para rua, o mesmo carro que trouxe o usuário, levou- de volta para a rua. (Informação verbal)⁷⁹.

Todas as vezes que vamos atender alguém, precisamos nos colocar no lugar daquela pessoa, sempre penso que podia ser um parente meu, pois qualquer pessoa pode ficar em situação de rua. Se você faz uma viagem para outra cidade, perde seus documentos, dinheiro, cartão, porque foi roubado, você está sem celular, sem nada, você não tem aonde ficar, você está em situação de rua. Aí tenho que saber primeiro se você não está foragido da Polícia, mandar tirar seus documentos em algum lugar. Qualquer pessoa que se encontra em vulnerabilidade, não é raro ficar com limitações, esquecimentos, tem dificuldade de fazer projeções, parar e planejar alguma coisa e isso piora quando você é um analfabeto funcional. Primeiro eu preciso me lembrar de

⁷⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/08/2022.

onde eu moro, como vou lembrar, se estou há dias sem comer, fragilizado, além de ser idoso, com várias deficiências? (Informação verbal)⁸⁰.

Não estamos favorecendo a situação de superação de rua. Não há um local que consiga dar conta da demanda que o Centro Pop atende. Eu não possibilito isso, quando eu reforço a permanência da pessoa na rua. Quando você tá na rua, não tem preocupação com uma conta para pagar, não há as responsabilidades de uma casa. E aqui não se proporciona nem a experiência de a pessoa sentar numa mesa para ela tomar café da manhã, não damos condições, que condições são essas? Nenhuma condição. Vai muito do movimento individual da pessoa pensar assim: não, isso daqui não dá mais pra mim, vou procurar outros meios, vou fazer outras coisas. Até pra ele permanecer na rua está difícil, até a emissão de documentação tá difícil, não sei se pelo aumento da demanda, o Instituto não aceita mais o encaminhamento sem a Certidão de Nascimento e quem está nas ruas não tem documentação, ocorrem muitos furtos, eles perdem. Primeiro, ele vai à DPE dar entrada na Certidão, para depois solicitar o RG, enquanto isso, se ele tiver que receber algum benefício social, isso fica lá parado, porque ele ainda não tem documentação. (Informação verbal)⁸¹.

Em relação à questão do idoso, apreendemos com esse relato, a total falta de articulação dentro da própria estrutura da proteção social especial de média e alta complexidade na SEMCAS. A complexidade desse caso requeria uma intervenção imediata, para, em seguida, serem realizadas as mediações, os encaminhamentos, a tentativa de restabelecimento dos vínculos familiares. A situação em si foi negligenciada pelo órgão que deveria viabilizar o atendimento, o acesso daquele idoso aos seus direitos.

A urgência social está, então, no centro da atenção pública graças aos artigos e reportagens jornalísticas. A nação mobiliza-se para evitar que pessoas não morram nas ruas; é preciso “colocá-las em abrigo” para que elas não sofram com o frio, mesmo que seja com a construção de habitações muito precárias. A urgência é reduzida aqui a uma “mere policy” (mera política), uma política de vida nua, que segue um ritmo cíclico descontínuo, a despeito das promessas dos governantes. (GARDELLA, 2016, p. 147).

Ao serem indagados sobre a mesma questão acerca do processo de saída das ruas, os gestores da Política de Assistência Social ressaltaram que o Centro Pop tem sua parcela de contribuição para essa saída. Uma gestora relatou sobre o benefício do Aluguel Social, que possibilita que as pessoas em situação de rua tenham uma moradia, pelo menos provisória, para morar, e mencionou que há uma falta de acompanhamento desses usuários, que, muitas vezes, recebem o valor do benefício e não ocupam a casa, sendo que, para ser encaminhado ao Aluguel Social, o usuário precisa permitir este acompanhamento.

Um usuário com dependência não recebe casa pelo aluguel Social, pois precisa estar em superação dessa situação para gerir sua vida com

⁸⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/08/2022.

⁸¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 19/08/2022.

autonomia. Temos, também, o caso de um casal que foi acolhido por nós, receberam um apartamento e superaram a situação de rua, moram hoje na Vila Embratel. (Informação verbal).⁸²

Tivemos uns três cursos de qualificação profissional ofertados para esse público: gastronomia, pedreiro de alvenaria e mais um que não lembro, os usuários estão com três Certificados. Mas nosso trabalho é para além. Não temos conseguido encaminhamentos para o mundo do trabalho com esse público, para ele superar essa situação, conseguimos encaminhá-los ao mundo do trabalho, através de algumas articulações, por meio do Sindicato da Construção Civil, e por meio de Entidades Espíritas, da Igreja Católica, empresários ligados a essas instituições, que fazem um trabalho assistencialista, oportunizam emprego a algumas das pessoas em situação de rua, como possibilidade de superarem a condição em que se encontram, três egressos dos cursos conseguiram emprego dessa forma. Os empresários querem que sua empresa esteja atrelada a imagens positivas, àquilo que é belo, o Grupo Mateus, por exemplo, é taxativo em dizer que não recebe pessoas que já viveram nas ruas, ou vieram das ruas, não recebem adolescente em conflito com a lei, as empresas possuem suas quotas sociais, mas escolhem o perfil que lhes cabe, colocam adolescentes retirados do trabalho infantil e outras vulnerabilidades. (Informação verbal)⁸³.

Pelo que apreendemos, para alguns gestores, essa superação passa pela possibilidade de estes sujeitos terem uma moradia, autonomia para gerirem suas vidas, sem dependência de álcool ou outras drogas.

Houve um projeto da Defensoria Pública do Estado (DPE), Ministério Público do Trabalho (MPT), SENAI. O MPT aplica multas nas empresas, elas têm uma quota social a cumprir. Então, foi realizado um projeto para encaminhar pessoas em situação de rua para um Curso de Pedreiro de alvenaria, em 2022, foram encaminhados 25 usuários, 20 do Centro Pop e 5 do CAPs, desses, 17 conseguiram concluir o Curso e 3 já estão no mundo do trabalho, por conta deste Curso, através das articulações, por meio de Sindicatos, Entidades, as estratégias de enfrentamento são efetivadas via articulação intersetorial, pois não é competência desta política encaminhá-los para o mundo do trabalho, bem como ofertar capacitação profissional, mas encaminhamos e articulamos com quem tem expertise. (Informação verbal)⁸⁴.

Nesse sentido, a afirmação de Snow e Anderson (1998, p. 186) é muito pertinente:

Essa noção, aparentemente popular, de que os moradores de rua são desempregados porque são preguiçosos incorre em três petições básicas de princípio. Primeiro, quais são os níveis de qualificação dos moradores de rua? Segundo, há suficientes empregos que pagam decentemente para os quais os moradores de rua se qualificam? Terceiro, os moradores de rua realmente deixam de ir atrás desses empregos e, em caso afirmativo, por quê?

Quando os sujeitos em situação de rua conseguem acessar somente trabalhos de baixa remuneração, subempregos, acabam permanecendo na dependência das instituições que atendem às pessoas em situação de rua. Para que consigam acessar

⁸² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 19/08/2022.

⁸³ Depoimento retirado de Entrevista realizada no dia 25/01/2023.

⁸⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

um emprego que lhes dê uma qualidade de vida, necessitam de qualificação e, na maioria das vezes, não possuem, sendo necessário como afirmou a gestora, que a rede intersetorial promova atividades, cursos que lhes capacitem para o trabalho.

As transformações econômicas e do trabalho que levaram à ampliação do desemprego estrutural possibilitaram com que o trabalho definisse as situações de vulnerabilidade social, de desigualdade, tornando-se ele próprio uma expressão dessa vulnerabilidade, deixando de ter virtualidades para gerar redistribuição, passando a ser uma forma precária de inserção, de pertença pela integração, torna-se pertença pela exclusão. (SANTOS, 1999).

Em relação à integralidade das ações dos Centros Pops com as demais políticas públicas locais, as técnicas afirmaram que existe uma certa articulação,

Porque integralidade é quando o sujeito é atendido em todas as suas necessidades pelas políticas, é quando você recebe tudo que tem direito, de maneira integral, um conceito que vem lá do SUS. Na saúde mental, é mais fácil aceitarem pacientes em situação de rua para tratamento nos CAPs do que os Abrigos acolherem essas pessoas, por conta da falta de vagas, da superlotação nos Abrigos. Para suprir as necessidades dos usuários, enquanto cidadãos, essa integralidade não existe, o que existe é uma certa articulação. A Defensoria é nossa parceira, mas são projetos muito pontuais, tudo muito difícil. Houve um Curso em parceria com o Senac, aí faltando dois dias para começar o Curso, o Senac disse que os usuários não poderiam adentrar o espaço de bermuda, e aí, o usuário não tem camisa, sapato e calça social. Na verdade, esse Curso era voltado para aqueles que já estavam em Aluguel Social, em saída das ruas, os proponentes partiram do princípio de que essas pessoas já teriam essas condições, de usar roupa, bermuda, só que elas não tinham, aí tivemos esse empecilho, são essas algumas das dificuldades que encontramos para encaminhar o usuário a um curso de qualificação, onde ele é barrado por não ter uma vestimenta adequada. (Informação verbal)⁸⁵.

A integralidade, para além de uma diretriz do SUS definida constitucionalmente, é um conceito que identifica os sujeitos como totalidades, considerando todas as dimensões dos indivíduos, que sejam passíveis de intervenção e cujo acesso seja permitido pelos próprios sujeitos, constituindo ações que não sejam desarticuladas e fragmentadas, mas que permitam desvelar a realidade destes sujeitos, levando-os a uma maior autonomia e transformação de suas vidas. (MACHADO *et al.*, 2007).

Assim, é mister destacar que “[...] o agravamento da questão social e a correspondente necessidade de integração das diversas áreas de políticas públicas e sociais impõem novos desafios para os estudiosos, gestores e profissionais que atuam na área social.” (MONNERAT; ALMEIDA; SOUZA, 2014, p. 51). Observamos que há uma tradição em fragmentar as ações no campo social, um problema complexo

⁸⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 19/08/2022.

como é a situação de rua exige cada vez mais integração das políticas públicas, faz-se necessário se contrapor a essas velhas práticas que tornam as intervenções pontuais, atentando para o cuidado das ações que sejam mera sobreposição ou “justaposição setorial”. (MONNERAT; ALMEIDA; SOUZA, 2014, p. 50).

Aqui no Centro Pop existe uma devolutiva em tempo hábil, o Lacem, os Cartórios, a Defensoria, são órgãos parceiros. Eu vejo aqui no Centro Pop uma rapidez, em outros lugares que já trabalhei, as respostas são bem mais demoradas, aqui os demais órgãos atendem com mais rapidez nossas demandas. A resposta demora 24 horas, mas os usuários querem tudo pra ontem. Agora temos um Mutirão que vai acontecer todo ano, o usuário sai de lá com BPC aprovado, em menos de 24 horas, é atendido em várias demandas. Agora se a equipe estivesse toda completa, salas, uma infraestrutura, que não interferisse no atendimento do outro. Eu achava que quando viesse trabalhar aqui, as coisas seriam mais soltas, jogadas, mas percebi que o sistema de garantia de direitos funciona. Mas faltam muitas coisas, não está tendo o banho, por questões de infraestrutura, eles perguntam pelos cursos também, alguns são artistas e gostariam de expor seus materiais, se tivéssemos um local para expor [...] algumas coisas precisariam ser articuladas. (Informação verbal)⁸⁶.

Conforme apontado acima, as ações realizadas de forma intersetorial são pontuais, por meio de campanhas, que sempre envolvem outros órgãos públicos e entidades parceiras. Há uma ambiguidade no depoimento, uma vez que, ao mesmo tempo que a técnica destaca a agilidade das respostas das outras instituições em atender às demandas dos usuários, enfatiza os problemas de infraestrutura no espaço do Centro Pop, a demanda destes por cursos de qualificação profissional, que nem sempre são ofertados e que, para serem ofertados, dependem das entidades parceiras, até porque essa não é uma atribuição da Política de Assistência Social.

Em relação, ainda, à integralidade das ações, os gestores dos Centros Pops de São Luís afirmaram que uma das grandes dificuldades é o acesso à saúde. Para os usuários terem acesso a tratamento nos CAP e no Hospital Nina Rodrigues (HNR) é exigida a presença de acompanhante e, na grande maioria das vezes, essas pessoas não possuem, pois estão com seus vínculos familiares rompidos, o que dificulta seu acesso a um tratamento nestes locais, pelo fato de não terem alguém de suas famílias que lhes acompanhem.

As drogas lícitas e ilícitas proporcionam à pessoa em situação de rua uma fuga da realidade e uma espécie de prazer, que é momentâneo, logo passa. (RAIZER; BRÊTAS, 2007). Para que a PSR rompa com esse círculo vicioso, precisa de encaminhamento e atendimento nos espaços de saúde mental, e a particularidade de

⁸⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

estar nas ruas sozinho, sem família, deve ser levada em consideração pelos profissionais que atuam nessa política.

Heckert e Silva (2002 *apud* SANTANA; ROSA, 2016), ao abordarem a saúde mental da população em situação de rua, afirmam que os que possuem diagnóstico de psicose esquizofrênica⁸⁷ constituem um subgrupo entre essas pessoas, há uma carência de recursos assistenciais e cuidados especiais para com esse público.

Não é atribuição da Política de Assistência Social acolher os usuários que estão em uso abusivo de substâncias psicoativas, é atribuição da saúde acolher os usuários que estão em tratamento no SUS. O que acontece é que o usuário, se entrar em surto, espera ser atendido, pelo HNR, em média, umas 72 horas, ao sair de lá deveria ser encaminhado para uma Unidade de Acolhimento Temporário (UA), que em São Luís, só tem uma para uma cidade que é metrópole, deviam ser pactuadas umas 50 vagas. É um absurdo, possuir somente dez vagas, um espaço como esse, para pessoas com alto comprometimento de substâncias psicoativas. Os usuários que conseguem essa vaga, ficam lá por trinta dias, mas deveriam sair somente quando se desintoxicassem, mas eles saem sem se desintoxicar, aí se voltam para as ruas, voltam a usar drogas. O abuso dessas substâncias tem gatilhos, alguns usuários são compulsivos, está inerente à rotina deles esse uso, a substância entra no funcionamento da pessoa como forma de aliviar alguma tensão, algum fator de stress, ansiedade, a própria situação de rua em que a pessoa se encontra já é um gatilho, você se vê sem perspectiva, e aí faz uso dessas substâncias. O trabalho com esse público deve ir além do farmacológico, em se tratando de CAPs também. O CAPs tem várias dificuldades e limitações com esse trabalho. (Informação verbal)⁸⁸.

Percebemos, assim, que os dispositivos institucionais que promovem o diálogo, o planejamento intersetorial, ainda são bastante frágeis, o que afeta as camadas pobres e, nesse caso, a PSR, que, na maioria das vezes, não acessa as políticas, pela via da articulação intersetorial. “O SUS não dispõe de um espaço formalizado de pactuação do setor saúde com outros setores de governo para implementação das ações numa ótica integrada”. (BURLANDY, 2014, p. 109).

As questões afetas à saúde mental, ao uso abusivo de drogas, juntamente aos outros problemas que essa população enfrenta, requerem políticas com intervenções qualificadas, com a inclusão social dessas pessoas, de modo a promover a reconstrução de suas vidas.

Em relação aos desafios para a oferta da atenção especializada para os usuários do Centro Pop, as técnicas afirmaram que a estrutura atual se configura como um grande desafio, sendo necessário que reformas sejam efetivadas no prédio,

⁸⁷ Bleuler (1993 *apud* TENÓRIO, 2016) define como esquizofrenia um grupo de psicoses que promovem alterações no pensamento, nas relações com o mundo exterior, além de provocar alucinações e fazer com que os conceitos percam sua integridade e a personalidade perde sua unidade.

⁸⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/08/2022.

que os banheiros funcionem, assegurando aos usuários o direito à higienização pessoal, posto que uma estrutura física adequada é fundamental para a promoção dos direitos desse segmento.

Conseguimos mudar de endereço, ter uma casa maior, mas não adianta só mudar de endereço, a casa, o prédio, precisam passar por manutenção. Outro desafio é completar a equipe técnica, ela tem que ficar completa, só temos uma Psicóloga, precisa de mais uma. O veículo só é disponibilizado dois dias da semana, deveria ter, pelo menos, por quatro dias. A segurança é outro fator desafiante, enquanto mulheres que são técnicas que atendem, ficamos vulneráveis, a segurança precisava ser reforçada. (Informação verbal)⁸⁹.

Em relação aos trabalhadores do Suas, há concursados que ainda não foram chamados, que deveriam assumir os espaços, isso fortaleceria a equipe. Não temos adicional de periculosidade, falamos tanto dos direitos dos usuários e os nossos direitos (dos Assistentes Sociais/ trabalhadores do Suas) ficam como? Os que ainda permanecem atuando no Suas é porque gostam de estar aqui. Os concursados quando chegam e observam como é o trabalho saem, vivem estudando, vão fazer outros concursos, não aguentam ficar aqui. Outro ponto importante é que não temos atendimento psicológico para a equipe, quando trabalhei com situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nós tínhamos. Todos os trabalhadores da assistência social deveriam ter atendimento psicológico. Conheci uma profissional que teve seu quadro de saúde agravado por trabalhar na alta complexidade. Não temos como ficar no Centro Pop por muito tempo, há uma alta rotatividade da equipe técnica, exatamente por essas questões. (Informação verbal)⁹⁰.

Os desafios são tanto internos, de funcionamento, nossa estrutura melhorou um pouco, mas para eles (os usuários) não melhorou. Existe uma carência de melhores condições de atendimento, uma desqualificação técnica de quem comanda, os recursos diminuíram quase 60%, quanto ao tesouro municipal, estamos sem Secretário/ a. O comando do serviço briga por coisas pequenas, temos que brigar pelo recurso que vem de cima, chegar junto ao Prefeito e lutar pela política e não por coisas mínimas, não reclamar para a cozinheira que pede para o usuário lavar seu prato, essas são ações que desqualificam o trabalho. (Informação verbal)⁹¹.

Existem determinações, dimensões e situações a que estamos submetidos, no âmbito de uma atuação profissional em uma instituição e nos deparar com a precariedade das condições concretas de trabalho, torna-se um desafio, “[...] essas condições de trabalho promovem ou obstaculizam, no tempo presente, o desenvolvimento da individualidade e a formação do sujeito profissional, em sua expressão individual e coletiva.” (SANTOS, 2010, p. 696).

Acerca das condições de trabalho, com ênfase na remuneração dos trabalhadores do SUAS, cabe aqui destacar que muitos são os profissionais que, mesmo sendo efetivos, abandonam suas funções na Política de Assistência Social,

⁸⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁹⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 20/09/2022.

⁹¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 19/08/2022.

haja vista a baixa remuneração que recebem, que não lhes serve de estímulo para a permanência nos espaços da Política. Isso é um desafio no âmbito da Política, afetando, diretamente, os usuários que ficam, muitas vezes, atendidos por uma equipe técnica reduzida. Ressaltamos, ainda, que no final de 2022, quase 100 funcionários da SEMCAS, em sua maioria, técnicos foram exonerados, sem nenhum esclarecimento formal, o que prejudicou ainda mais a execução dos serviços por parte do órgão gestor, o que denota um descaso e desrespeito tanto para com os profissionais, quanto para com os usuários, não só dos Centros Pops, mas de toda a rede de proteção social do município.

Chamou-nos a atenção a expressão *gostar de estar aqui* o trabalho na Política de Assistência Social não pode ser relegado a um sentimento, a emoções, trata-se de um trabalho remunerado, o trabalhador precisa ter condições objetivas e subjetivas para desenvolver um trabalho que atenda aos usuários no que concerne à garantia dos seus direitos, mas os direitos dos trabalhadores do Suas também devem ser efetivados.

A equipe técnica precisa ter “[...] perfil e habilidades para o desenvolvimento do trabalho social com pessoas em situação de rua. [...] que tenham uma postura ética e atitude acolhedora, proporcionando aos usuários um ambiente de acolhida e respeito.” (BRASIL, 2011a).

Além disso, existem situações envolvendo usuários que, às vezes, demonstram agressividade, não compreendem quando algum benefício solicitado ainda não foi concedido, torna-se desafiante lidar com essas pessoas.

Encaminhamos um senhor com câncer de pele para recebimento do BPC, mas este não foi concedido, nós sabemos que essas pessoas com câncer, vírus HIV só recebem o BPC, infelizmente, se estiverem à beira da morte. Quando este usuário soube que não iria receber o BPC, tratou a equipe muito mal, disse que era culpa da equipe ele não receber o BPC. Ele era sempre agressivo no tratamento com a equipe técnica. É preciso saber conduzir a conversa, um atendimento. Os usuários entram com arma, com faca, a equipe técnica fica assustada. (Informação verbal)⁹².

Alguns reclamam porque não recebem o Aluguel Social, só que muitos não querem ser acompanhados pela equipe técnica. Vão todos os dias tomar café, recebem a pulseira para as refeições, mas para gerar um acompanhamento dessas pessoas, elas precisam ser atendidas pela equipe técnica, que vai dialogar sobre de onde vieram, se tem família, se não tem, por que estão nas ruas. Desse acompanhamento são gerados outros encaminhamentos para outras políticas. Em lugar nenhum, a Política de Assistência Social tem muitos recursos para ofertar o Aluguel Social, por isso, é necessária a intervenção, não é um mero atendimento, é um

⁹² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

acompanhamento, que gera tentativas de reinserção do usuário na sua família, a fim de que saia das ruas. (Informação verbal)⁹³.

A gestão também apontou os desafios que encontra no âmbito da Política de Assistência Social, em relação aos Centros Pops. Um deles foi a dificuldade de efetivar uma política, que é pública, com poucos recursos, sem uma infraestrutura adequada, “[...] as consequências estão ligadas às prejudiciais restrições à ampliação da abrangência dos benefícios e beneficiários das ações sociais do Estado”. (CASTRO, 2009, p. 124), isso propicia uma oferta que é limitada e serviços públicos com uma qualidade questionável.

Há uma escassez no cofinanciamento, até na época do governo Dilma, os repasses eram feitos mensalmente, aí veio o governo Temer congelou por vinte anos e Bolsonaro contingenciou, os repasses não foram mais feitos de forma regular e nem o valor que era para ser repassado aos municípios para o funcionamento daquele serviço e sem orçamento, sem financiamento não se faz política pública, não dá para executar os serviços, ainda mais dentro de uma metrópole. Quando as outras políticas públicas falham, os usuários vêm para nós, os implementadores das outras políticas não lembram que a pessoa em situação de rua tem que ser atendida pela saúde, habitação, trabalho e renda, ele é um indivíduo de todas as políticas públicas. Na cabeça das pessoas, tem que se fazer a higienização, tem que retirar esse indivíduo das ruas, levá-lo para um Abrigo, de qualquer forma. Esquecem que esses indivíduos têm demandas, tem múltiplas necessidades, as mesmas que eu e você também temos (Informação verbal)⁹⁴.

Bulla, Mendes e Prates (2004) relatam sobre a importância que as instituições têm na vida das pessoas em situação de rua, contribuindo, inclusive, com sua função acolhedora, para a construção de projetos individuais e coletivos. Destarte:

[...] não é possível dissociar a cruel realidade da ausência de políticas públicas e humanizadas para a População em Situação de Rua, a falta de orçamento ou a não aplicação deste em direitos sociais fundamentais, as ações higienistas e de limpeza social, de retirada compulsória, do grave número de homicídios [...]. (LEITE, 2020, p. 33).

No decorrer desta seção, inúmeros foram os desafios apontados pelos técnicos e gestores. Ao estarem nas ruas, o valor supremo que é a dignidade humana não é resguardado como direito junto a estas pessoas. A população empobrecida sofre os efeitos aviltantes do sistema, fazendo-nos entender que, nos limites da condição de vida, encontram-se os subalternizados da sociedade.

Concordamos com Schuch, Gehlen e Santos (2017) que a segregação espacial resulta da exclusão gerada pelo capitalismo periférico, e, muitas vezes, tal segregação

⁹³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

⁹⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

ainda é fortalecida pelas políticas do Estado, que dificultam que a população acesse, no espaço urbano, os serviços e infraestrutura básicos para a sua sobrevivência.

No que diz respeito ao entendimento dos gestores sobre a Política de Assistência Social, estes afirmaram que é de suma importância, pelos serviços que oferta, tanto na PSB, quanto na PSE, de média e alta complexidade. “O atendimento desta Política à população em situação de rua é fundamental, garante os direitos a este público.” (Informação verbal)⁹⁵.

Eu compreendo a Política Pública de Assistência Social como política garantidora de direitos, como bem diz a LOAS, é política pública, direito do cidadão, de quem dela necessita, dever do Estado. É uma Política que vem realizar a proteção social daqueles que estão desprotegidos, é uma política de articulação com outras políticas públicas, trabalha a intersetorialidade, porque não tem a pretensão de dar conta das demandas que os indivíduos nos apresentam de forma isolada, não pretende isso e não vai dar conta nunca disso, até porque nosso trabalho visa uma articulação com as políticas públicas. Mas, particularmente, ela visa mesmo a garantia de direitos daqueles que estão em situação de vulnerabilidade, risco social, violação de direitos, vínculos familiares fragilizados ou rompidos. (Informação verbal)⁹⁶.

Uma Política tão importante e necessária, mas com pouquíssimos recursos. 60% dos recursos para a Assistência Social foram cortados, o governo do Estado não cofinancia, e isso emperra tudo. O Plano Estadual não prevê o orçamento para o ano de 2023. Esperamos que haja um comprometimento maior com esta Política, pois milhões de pessoas necessitam dela. (Informação verbal)⁹⁷.

Percebemos que os gestores demonstraram compreender a Política de Assistência Social, da sua institucionalidade, dos seus usuários, o que, para nós, tem um grande significado, haja vista que, historicamente, esta Política é marcada na sua gestão por sujeitos com entendimentos equivocados, envoltos em vieses assistencialistas, residuais, paternalistas, e encontrar gestores que refletem sobre os percalços desta Política, sobre a qualidade dos serviços que esta deve prestar à população, aponta que o caminho de rupturas, da construção de uma proteção social aos cidadãos, de uma política com potencialidades, é possível.

Em relação à compreensão do Suas, na especificidade da gestão do Centro Pop, os gestores afirmaram que o Centro Pop é um espaço de referência para as pessoas em situação de rua, pois os serviços que são prestados a esta população fortalecem sua autoestima e sua dignidade, enquanto pessoas humanas.

O Centro Pop é uma unidade de referência para pessoas em situação de rua, é uma necessidade da Política de Assistência Social. Está vinculado ao Serviço Especializado para a População em Situação de rua. Esse Serviço

⁹⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 19/08/2022.

⁹⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

⁹⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 19/08/2022.

tem toda uma particularidade, uma equipe técnica que tenha habilidade, desenvoltura, equilíbrio para trabalhar com essa população, porque não é fácil, não é simples, é uma situação bastante complexa, por isso, nós precisamos ter bons perfis, tanto para quem coordena as unidades, quanto para quem compõe a equipe técnica, lá se lida com pessoas usuárias de álcool, outras drogas, com comprometimento com o sistema prisional, foragidas da Polícia, com transtorno mental, são situações bastante complexas, precisamos de uma equipe técnica e administrativa que saiba lidar com esse público, saiba escutar, realizar um atendimento humanizado, não fazer juízo de valor, pois eles vêm com uma carga de complexidades, vínculos familiares rompidos, abandono familiar. É uma unidade que é extremamente necessária, que precisa ter uma estrutura para o seu funcionamento, desde a estrutura física, com acessibilidade para esse público, que tenha uma particularidade no atendimento para questão de gênero, orientação sexual, hoje temos muitas pessoas da população LGBTQIAP+ em situação de rua, principalmente, por conflitos familiares, muitas vezes, é o pai, a mãe que não aceita a orientação sexual do seu filho, mas não só por isso, também pela questão do desemprego, questões socioeconômicas. O Centro Pop é uma unidade necessária dentro de uma metrópole, de uma cidade de grande porte e de médio porte, percebemos que esse público vem crescendo a cada dia no Brasil, e com a pandemia, esse público aumentou ainda mais. E, nesse momento pós-pandemia, com a questão do desemprego, o público aumentou. Vemos nos nossos atendimentos pessoas de nível superior e que estão em situação de rua. Há uma necessidade, sim, de termos esse espaço de referência. As pessoas que desconhecem esse serviço falam assim: tem várias pessoas em situação de rua ali, por que o município não via lá e atua? Essas pessoas desconhecem o fluxo, não sabem que essas pessoas vêm até a nós, procura o nosso serviço quem quer, nós temos Unidades de Acolhimento, temos serviços específicos a essa população, não podemos pegá-los pelo braço, à força, de uma forma repressora e colocá-los em um Abrigo. Temos várias pessoas em situação de rua que estão na Fonte das Pedras, mas não querem ir para as Unidades de Acolhimento, porque o Abrigo tem regras, normas, regulamentos, quem está em situação de rua quer quebrar todas as regras. A Constituição é bem clara quanto ao direito de ir e vir de todo cidadão, quem está em situação de rua pode fazer da rua seu espaço de moradia e/ ou sobrevivência, por exemplo, eu moro em um prédio e tem uma marquise e as pessoas em situação de rua ficam lá dormindo, não incomodam ninguém, as pessoas podem escolher estar em situação de rua. A partir do momento que eles violam o nosso direito, roubam, depredam o patrimônio público, cometem atentado ao pudor, aí podemos acionar o Busca Ativa ou a Polícia, dependendo da situação. (Informação verbal)⁹⁸.

Temos casos de migrantes e refugiados. Teve uma situação de acionamento da Abordagem Social por conta de um senhor da Guiné-Bissau ou da Guiana, não lembro, que estava nos arredores do Aeroporto com suas coisas, montando uma barraca para morar lá. Após verificar a situação, acionando o Abrigo Pop Rua, a equipe de Abordagem viu o Prontuário Suas dele, ele já tinha passado pelo Abrigo, mas desacatava a equipe técnica, entrava armado, ele mesmo saiu do Abrigo. Acabou voltando por conta da recomendação do Ministério Público para que fosse abrigado, mas passados dois, três dias, saiu de novo, porque não quer cumprir as regras do Acolhimento. Os Promotores, Juízes, não compreendem esse contexto do usuário, que ele não quer ficar no Abrigo. Temos os venezuelanos, que não são indígenas, e temos a comunidade indígena, os Warao, eles têm um dialeto específico, mas quem fala espanhol consegue falar com eles. Temos um Núcleo chamado Núcleo de Atendimento a Migrantes e Refugiados (NAMIR), tem uma articulação com a Polícia Federal, para verificar questões

⁹⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

de documentos, esse núcleo é vinculado à Superintendência de Articulação Institucional da SEMCAS, um projeto financiado pelo Ministério da Cidadania, agora de Desenvolvimento Social. na Coordenação de Direitos Humanos e Ações Afirmativas e dentro dessa Coordenação tem o NAMIR, o projeto está em funcionamento a seis meses, está atendendo 122 migrantes venezuelanos, desses, 77 são índios da Comunidade Warao, 45 são urbanos e estão na Vila Itamar em quitinetes e desses, 15 são famílias. Eles que pagam, não aceitam ficar nas nossas Unidades de Acolhimento, não se adaptam, não aceitam ficar nos Abrigos, têm uma outra realidade, quando saem para as ruas, pedem dinheiro para comer e pagar o aluguel deles. Tudo o que a Política de Assistência Social pode fazer, dentro dos nossos serviços socioassistenciais, está fazendo, estão no CadÚnico, recebem benefícios eventuais, como Aluguel Social, cesta básica. Neste momento, percebemos o limite da Política de Assistência Social, se eles querem trabalho e renda, não compete à Política de Assistência Social ofertar trabalho para ninguém, o que fazemos são as articulações com a Política de Trabalho e Renda. Temos a Agência Municipal de Desenvolvimento Social (AMDES), que não tem muita atuação e a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária (SETRES), estes espaços que qualificam essas pessoas, podem encaminhá-las ao mercado de trabalho. (Informação verbal)⁹⁹.

A média complexidade tem muitas situações, é a Superintendência com maior volume de trabalho, de demanda, de problemas. A alta complexidade se dá pela circunstância em que o indivíduo se encontra, com vínculos rompidos, aí ele vai para a alta, mas a média é a mais complexa, porque ela reúne desde crianças e adolescentes em situação de abuso sexual, exploração sexual, trabalho infantil, pessoas em situação de rua, violência contra a mulher, contra a pessoa idosa, todo esse público com violações de direitos vem para a média complexidade. (Informação verbal)¹⁰⁰.

Quando a gestora nos mostra que há uma escolha das pessoas em permanecerem nas ruas, não recorrendo, sequer, aos abrigos, lembra-nos do sentido de apropriar-se em Lefebvre (1978, p. 298), que foi quem primeiro formulou a relação entre habitar e apropriação, “[...] habitar, para o indivíduo, o grupo, significa apropriar-se de alguma coisa. Não dele ter a propriedade, mas fazer dele sua obra, colocar nele sua marca, modelá-lo”. Os sujeitos em situação de rua impregnam as ruas de suas marcas, suas histórias, embora vivam inúmeras situações de riscos, vicissitudes, fazem da rua o seu espaço, a sua liberdade, apropriam-se dela e não se veem, muitas vezes, institucionalizados em um Abrigo, onde não terão a mesma liberdade, onde terão que cumprir regras. Segundo Fisher (1980, p. 172 *apud* KASPER, 2006, p. 25), “[...] a apropriação é a projeção da conduta humana sobre o espaço”.

A estratégia biopolítica exige de cada sujeito a interiorização de normas de conduta, de vida. A institucionalização dos sujeitos, pela via do Acolhimento/Abrigo, conforme relatado anteriormente, representa para os usuários um mecanismo de

⁹⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

¹⁰⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 25/01/2023.

controle e vigilância de seus corpos, de seus atos, condutas que não se adequam são repelidas, demarcando os espaços de poder sobre os corpos. (FOUCAULT, 1998).

Isto posto, os usuários retornam às ruas porque lá não há regras, normas a serem cumpridas. O processo institucionalizador, uma vez não assimilado por aqueles que recorrem à instituição, promove, nestes sujeitos, a ruptura dos atendimentos, dos serviços que lhes são prestados, devido à normalização de suas condutas.

Portanto, o processo institucionalizador que forma, constrói e mantém uma organização ou um grupo social, enquanto processo estruturado e estruturante, tende a ser absorvido pelos atores da institucionalização como fato objetivo e inegável. E como tal, via de regra, como algo exterior aos atores de sua formação e manutenção. (MACIEL, 2000, p. 7).

Observamos, com isso, que há, em muitos casos, a própria vontade dos usuários em permanecer numa condição de pessoa em situação de rua. Em alguns depoimentos, percebemos até que a atuação do Centro Pop pode gerar, nesse público, uma espécie de acomodação à condição em que se encontram. Em outro depoimento, devido às questões dos cortes nos recursos para a Política de Assistência Social, deparamo-nos com o fato de que até permanecer nessa situação está difícil, haja vista que os direitos destes sujeitos não vêm sendo garantidos como deveriam.

Assim, compreendemos que o Centro Pop e toda a rede de atendimento às pessoas em situação de rua, no município de São Luís, contribuem para a manutenção de modos de vida destes sujeitos, além de ofertarem, muitas vezes, ações e serviços deficitários, que não lhes garantem mudanças de vida, protagonismo. Observamos, também, as lacunas na execução por parte da SEMCAS, os percalços e dificuldades na gestão do órgão, no orçamento da Política, o que acaba repercutindo em falhas e limites quanto à promoção dos direitos da PSR, em São Luís.

As situações que levam essas pessoas às ruas são as mais variadas possíveis, como pudemos observar, desemprego, dependência de álcool e outras drogas, distúrbios mentais, conflitos familiares, sendo que estas trajetórias não são lineares, são resultantes de determinações históricas, econômicas, sociais, políticas, posto que consciência e subjetividade estão relacionadas dialeticamente a essas determinações. (KASPER, 2006).

A possibilidade de reconstrução das trajetórias desses indivíduos faz parte do processo de atendimentos e intervenções no contexto do Centro Pop, mas as condições objetivas para essa reconstrução, muitas vezes, estão aquém daquilo que

a Política de Assistência Social pode oferecer, até porque, conforme já mencionado, as outras políticas também precisam estar articuladas à Assistência Social, para atender às demandas das pessoas em situação de rua.

Temos políticas fortemente marcadas pela fragmentação institucional e o grande desafio do diálogo entre estas, de uma articulação intersetorial. (BURLANDY, 2014). Yazbek (2010) aponta, ao tratar da intersectorialidade na Política de Assistência Social, para uma gestão integrada das ações, a padronização da qualidade dos serviços, ampliação do financiamento, a qualificação dos recursos humanos, mecanismos de participação, recusa ao conservadorismo. Inúmeros são os desafios, lidar com diferentes violações de direitos, promover a autonomização dos sujeitos, numa sociedade cada vez mais excludente social e economicamente, requer, também, fortalecer a articulação política entre a sociedade civil e os setores do governo.

Inegavelmente, há esforços por parte da equipe técnica, da gestão do Centro Pop, há uma compreensão do que é a Política Pública de Assistência Social, existe comprometimento com o trabalho, no entanto, os condicionantes da situação de rua são estruturais, as marcas indeléveis estão na ordem capitalista, nas desigualdades por ele engendradas e, assim, as pessoas permanecem usando os logradouros públicos como moradia, local de sustento, veem o Centro Pop como um espaço, de fato, de referência, mas as complexidades da condição em que se encontram, tornam esta Política e seus equipamentos, um campo de disputas constantes, onde tutela e controle, muitas vezes, têm se cruzado com a perspectiva dos direitos.

5.3 A Realidade Empírica do Centro Pop em Imperatriz

Como segunda maior cidade do Estado do Maranhão, Imperatriz apresenta um cenário de crescimento nos últimos anos, e como grande cidade, apresenta os problemas e situações que os grandes centros enfrentam e a população em situação de rua ocupa este território e busca no Centro Pop acessar seus direitos, enquanto cidadãos, além da sua inclusão no Serviço Especializado para a PSR e nas demais políticas públicas.

O Centro Pop foi inaugurado na cidade de Imperatriz no dia 8 de julho de 2014, com base no Decreto nº 7.053/2009. Localiza-se na Rua Coronel Manoel Bandeira, nº 1.049, no bairro da Beira Rio. Funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 18h.

Quanto à infraestrutura do Centro Pop, o mesmo possui: 01 sala de recepção; 02 salas de atendimentos; 02 salas de atividades; 01 área para atividades; 01 sala de Coordenação; 01 cozinha; 04 banheiros; 01 lavanderia; 01 quintal; 01 sala dos servidores. Esta estrutura contempla as demandas que são apresentadas pelos usuários, bem como as atividades que lhes são ofertadas neste espaço.

A equipe técnica é composta por: 01 Assistente Social; 01 Pedagogo; 01 Psicólogo; 01 Coordenadora, que é Assistente Social; 02 técnicos administrativos; 02 Estagiárias em Serviço Social; 01 cozinheira; 02 vigilantes.

Destacamos que, em relação aos programas, projetos, serviços socioassistenciais e benefícios ofertados no âmbito do Centro Pop, em Imperatriz, que os técnicos informaram que o Centro Pop não trabalha sozinho; existem várias instituições que atuam junto, como os Centros de Recuperação, Defensoria Pública, Ministério Público.

Recentemente fizemos uma atividade com a Diocese de Imperatriz, um projeto chamado “Um dia sem morador de rua”, onde foram oferecidos atendimentos, como emissão de documentos, foram entregues cestas básicas, roupas, kits de higiene pessoal. Os projetos são bem voláteis, não são fixos, não acontecem todos os meses, mas, esporadicamente, para atender esse público, em específico. (Informação verbal)¹⁰¹.

O que mais chama a atenção da população em situação de rua é questão da inserção no mercado de trabalho, essa necessidade que elas têm. Após passarem pelos Centros de Recuperação, que são vários, e permanecerem seis meses sem fazerem uso de substâncias psicoativas, nós encaminhamos essas pessoas para o mercado, porque as empresas sempre nos procuram para saber se temos pessoas para encaminhar. Inclusive, agora vai haver um Curso de Panificação e, ao final, quem sabe, não tenhamos possibilidades de trabalho para quem fizer esse curso. (Informação verbal)¹⁰².

Não temos projetos contínuos, realizamos parcerias com o SENAI, SENAC, para a oferta de cursos profissionalizantes aos usuários. O que lhes impede de permanecer nos cursos é a dependência química. Uma vez capacitados, fazemos contato com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), para que se cadastrem lá e tenham a possibilidade de serem chamados para uma vaga de emprego. Recentemente, um projeto elaborado pela Empresa VLI ofertou vagas para esse público, em específico, porém, um rapaz que foi encaminhado e estava em tratamento da dependência do álcool foi pego fazendo uso de álcool e, assim, foi demitido por justa causa. (Informação verbal)¹⁰³.

Aqui elaboramos o Plano de Acompanhamento Individual, em conjunto com os usuários; referenciamento para serviços socioassistenciais: órgãos de defesa de direitos (Ministério Público, Defensoria Pública); saúde, apoio para obtenção de documentação pessoal; busca ativa; visitas domiciliares; entrevistas; acolhida; oferta de cursos profissionalizantes e encaminhamento

¹⁰¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁰² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁰³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

para o mercado de trabalho; inclusão em programas e benefícios sociais, conforme perfil. (Informação verbal)¹⁰⁴.

Depreendemos desses relatos, que o Centro Pop de Imperatriz oferta aos usuários os serviços socioassistenciais, realizando atendimentos, inserindo-os no CadÚnico, para recebimento dos benefícios sociais, caso possuam perfil, além de encaminhá-los para cursos profissionalizantes. Assim, o Centro Pop cumpre suas atribuições:

O serviço ocorre por meio de trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015, p. 19).

A redução dos gastos e investimentos governamentais na área social é um dos reflexos do neoliberalismo, do modelo econômico implantado no país. Assim, para que sejam realizados projetos de intervenção junto aos usuários, para além do que já é ofertado pela rede socioassistencial, faz-se necessário que parcerias e articulações com outros órgãos governamentais ou não, sejam efetivadas.

Chamou-nos a atenção, ainda, o uso da terminologia *morador de rua*, no projeto realizado pela Diocese de Imperatriz, uma vez que se a equipe técnica se envolveu no projeto, poderia ter alertado que a expressão que melhor caracteriza quem vive nas ruas é *pessoa em situação de rua* e não *morador de rua*, uma vez que, conforme já mencionado no Capítulo 2 desta, essas pessoas tiveram a condição de estar nas ruas imposta a elas, e não por uma escolha ou opção própria, haja vista os condicionantes sócio-históricos e estruturais, que elevam os níveis de pobreza no âmbito do sistema capitalista. Trata-se, conforme Snow e Anderson (1998), de um mundo social em que estas pessoas partilham de um destino singular, o de sobreviver nas ruas, tendo ido para as ruas, em razão de circunstâncias que lhes fogem do controle.

Em relação ao perfil dos usuários atendidos no Centro Pop Imperatriz, os técnicos afirmaram que a maioria das pessoas em situação de rua, em Imperatriz, não são imperatrizenses, são pessoas itinerantes, migrantes, preponderantemente homens, trabalhadores que se utilizam de estratégias para sobreviver, trabalhando, muitas vezes como vigia de carros, flanelinhas. “Quando não conseguem realizar os

¹⁰⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

famosos bicos, eles vão mangupear.” (Informação verbal)¹⁰⁵, expressão que eles usam para se referir a outras formas de conseguir dinheiro, alimento, quer dizer que utilizam de engodos, mentiras para conseguir o que precisam. “Não há garantias de que o que facilitou a sobrevivência hoje, funcionará amanhã. Conseqüentemente, os moradores de rua com frequência têm de porfiar tudo de novo, a cada dia, de modo a ficar à tona”. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 78).

Não é possível determinar um perfil sem um recorte temporal específico dadas as características de sazonalidade e o fato de Imperatriz ser uma região de grande fluxo migratório, o único perfil que se mantém durante todo o ano é que, aproximadamente, 30% do público atendido se compõe de pessoas do sexo masculino, da faixa etária de 28 a 37 anos. (Informação verbal)¹⁰⁶.

Além de serem pessoas empobrecidas, a maioria são usuários de substâncias psicoativas, esse é o perfil maior, junta a pobreza extrema e a dependência química. A dependência química os leva a perderem seus empregos, romperem com as famílias. Quando eles vêm até aqui, já vêm tentando resgatar as últimas oportunidades que a vida vai dar para eles. Inserimos esses usuários nos benefícios, fazemos entrevista com eles, aí inserimos em programas do Governo Federal. Muitos dizem: viemos fazer nosso Bolsa família, aí respondemos que não é tão fácil, explicamos os procedimentos para que entendam. São mais homens e poucas mulheres, têm mais adultos. A faixa etária de 18 a 20 anos é a menor. Aumentou muito a quantidade de pessoas em situação de rua, já estou aqui a dois anos, e o aumento desse público é grande. Às vezes, os colegas dizem: se eles não estivessem aqui, não teríamos emprego. Aí eu respondo, nós iríamos para outros lugares, outros espaços, intervir em outras realidades. (Informação verbal)¹⁰⁷.

Percebemos que o perfil da PSR, em Imperatriz, a partir da visão dos técnicos não difere do que apresentamos, inclusive, no Capítulo 4. A maioria são homens, numa faixa etária adulta, são pessoas em situação de pobreza. Fazem uso de substâncias psicoativas, estão desempregadas. Nessa condição, as pessoas em situação de rua, em suas trajetórias peculiares, vão apresentando características diversas, heterogeneidade, nomadismo, o que vai constituindo suas identidades e modos de ser e de viver.

Em relação à demanda de atendimentos no Centro Pop, as respostas dos técnicos foram variadas, um técnico afirmou que atendem de 30 a 40 pessoas semanalmente, já outra técnica afirmou que atendem uma média de 25 pessoas por semana, tendo observado que a procura pelo Centro Pop tem aumentado bastante, devido ao crescente número de pessoas em situação de rua, especialmente pós-

¹⁰⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹⁰⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁰⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

pandemia. As demandas para esses atendimentos são as mais variadas também, desde a inserção no CadÚnico, para recebimento de benefício social, até o recâmbio, solicitação de inserção em cursos, Aluguel Social. “No último bimestre, temos atendido uma média de 30 pessoas. Mas essa pergunta também requer um recorte temporal, devido às características sazonais já descritas.” (Informação verbal)¹⁰⁸.

Atendemos de 30 a 40 pessoas, rotativamente. Às vezes, atendimentos que nem são demandas daqui, aí fazemos o encaminhamento para o órgão onde deve ser atendida. Esses nem vão para o nosso Relatório. O senhor que esteve aqui, há pouco, foi nosso público, já tem o Aluguel dele, precisava de uma Declaração de que foi atendido por aqui, precisava do NIS dele. Olha como nosso serviço é amplo, bem extenso. (Informação verbal)¹⁰⁹.

A finalidade do Centro Pop é oferecer atendimento e atividades que desenvolvam as sociabilidades dos usuários, oportunizando a sua inserção social, sua autonomia e fortalecimento das relações interpessoais e comunitárias. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Sousa (2012) aponta que há uma intensa mobilidade socioespacial dessas pessoas, o que possibilita que, em determinados períodos do ano, seu número aumente, e em outros, há um decréscimo.

Conforme mencionado, também, nos relatos, há muitas pessoas atendidas no Centro Pop Imperatriz que não são da cidade, são os denominados andarilhos, pessoas com uma alta capacidade de migração, que além de realizarem viagens padronizadas, têm, ainda, senso de independência e autocontrole. (SNOW; ANDERSON, 1998).

No que concerne aos motivos que promoveram a ida para as ruas, os técnicos relataram que o desemprego, a dependência química são os principais motivos que levam essas pessoas a irem para as ruas, promovendo a ruptura de seus vínculos familiares e comunitários.

Alguns que já atendi sentem vergonha de retornar às suas casas, por se sentirem incapazes, por acharem que dão muito trabalho para a família. Saem em busca de trabalho, mas acabam ficando nas ruas, sem emprego. Cometeram delitos em sua cidade, tornam-se foragidos e, muitas vezes, só se descobre que está foragido após um tempo, aí se solicita que vá até à Defensoria Pública do Estado (DPE) se apresentar e explicar sua situação com a justiça.

Outras pessoas que vêm até aqui, possuem problema com drogas, estão devendo dinheiro na boca de fumo e saem fugidas de seus locais de origem. Aqui chegam pessoas com esquizofrenia, sociopatias, depois de muita conversa você descobre que são homicidas, feminicidas. Outros possuem problema com facções criminosas. Aqui lidamos com pessoas muito

¹⁰⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁰⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

perigosas. Além disso, são pessoas que podem apresentar doenças infecto-contagiosas. (Informação verbal)¹¹⁰.

Aqui fazemos questão de afirmar que eles precisam trabalhar, que o benefício social que recebem é um complemento às suas rendas, dizemos para eles: você vai pagar seu aluguel e vai trabalhar para comprar o seu alimento. Quando chegam aqui e solicitam alguma coisa, nós falamos: você já tem o seu benefício, o que você está fazendo com o benefício? Se solicitam vaga no Abrigo, nós respondemos: você não precisa de Abrigo, pois recebe o Auxílio Brasil, então, você pode pagar um lugar para morar, o Abrigo não comporta mais o seu perfil. (Informação verbal)¹¹¹.

As estatísticas variam levando em conta os mesmos fatores já descritos, no primeiro semestre do ano, o fluxo de pessoas atendidas costuma ser, em sua maioria, de migrantes, se dirigindo às regiões Centro-Oeste e Sul do país, em busca de trabalho ou que ficaram em situação de rua, devido a conflitos familiares paralelos ou produzidos pelo uso de substâncias psicoativas. Já no segundo semestre costuma ocorrer o fluxo oposto, com variações de acordo com as características específicas da economia do país. (Informação verbal)¹¹².

Assim, a PSR é definida como bastante móvel, significa que se desloca tanto geograficamente quanto economicamente, ganhando pouco com seus trabalhos esporádicos ou nada, são estigmatizados socialmente. “A junção destes dois fatores (geográfico e econômico), tornaria difícil precisar o número de pessoas que se encontram nas ruas de uma determinada cidade, em uma dada época”. (POUSA JUNIOR, 2012, p. 21-22).

Em relação às pendências com a justiça que estas pessoas têm, vale frisar que a criminalidade é um dos elementos que permeiam o cotidiano das pessoas em situação de rua. A rua se torna um espaço de violência constante, de todas as formas de violência, desde a física até a psicológica, passando pela institucional, e, algumas dessas pessoas, também saem de seus locais de origem por já terem se envolvido em algum delito e, como foragidos, recorrem ao Centro Pop, para atendê-los, solicitar vaga em Abrigos, e só posteriormente é que se detecta a real situação daquele usuário, no que tange às suas pendências com a justiça.

Percebemos nas falas que, mais uma vez, a questão do desemprego aparece como motivo da ida para as ruas, gerando o constrangimento a essas pessoas, de não quererem voltar às suas famílias sem dinheiro e ainda sem emprego.

O número de desocupados no Brasil, segundo Lameiras e outros (2023, p. 1), vem desacelerando devido ao crescimento no ritmo de criação de empregos,

¹¹⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹¹¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹¹² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

Por certo, enquanto a ocupação formal registrou crescimento médio interanual de 3,2%, no último trimestre, encerrado em abril, a população ocupada informal apresentou retração de 0,6% na mesma base de comparação. Em termos setoriais, observa-se que o crescimento da ocupação vem ocorrendo de forma generalizada, ainda que com intensidades distintas. Segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), nos últimos doze meses, período encerrado em abril, todos os setores mostram criação líquida de empregos.

Podemos depreender em relação ao exposto que, para ocupar empregos formais, com níveis mais elevados, bem remunerados, é necessária a qualificação das pessoas, que tenham escolaridade, e as pessoas que se encontram nas ruas, em sua maioria, não conseguiram concluir seus estudos, embora o quadro nacional esteja sofrendo alterações, estas repercutem positivamente retratando um crescimento da ocupação formal do país, porém, “[...] as pessoas com menor qualificação só têm acesso aos postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração”. (SILVA, 2009, p. 227).

Devemos enfatizar, outrossim, que muitas pessoas que são qualificadas, se encontram em situação de rua. Acessar uma boa formação educacional, em nossa sociedade, não significa acesso ao mercado de trabalho. Inquieta-nos que essa seja uma realidade da estrutura capitalista desigual, que promove insegurança na vida das pessoas, mas que também pode se configurar como motivação para processos de resistência e luta política da classe trabalhadora em prol, não só de seus interesses, como também de um projeto de sociedade que promova a igualdade de condições de vida.

A necessidade de que estas pessoas trabalhem e o reforço a isso é observado em uma das falas, ao afirmar que o benefício social significa um complemento à renda. Aqueles que estão inseridos em programas de transferência de renda devem acessar as políticas universais estruturantes, como saúde, educação, trabalho e renda, e, dessa forma, os programas contribuem para a redução da pobreza dessas pessoas, além de oportunizar, também, condições para sua autonomização.

Quando nos reportamos à compreensão acerca de como as ações implementadas contribuem para o processo de saída das ruas e para a construção de novas trajetórias de vida dos usuários atendidos nos Centros Pops, um técnico relatou que apenas com as ações ofertadas pelo Centro Pop, essas pessoas não conseguem sair das ruas, posto que os serviços deveriam ser mais específicos, a fim de possibilitar-lhes a reconstrução de suas vidas, a restauração dos vínculos.

Medir efetividade das ações é mais complexo que apenas aferir fatores como saída das ruas da cidade em que foi atendido ou retorno ao convívio familiar, e tal análise, vai depender do público ao qual se analisa, uma vez que o perfil da população em situação de rua, não é homogêneo, portanto, considerar que alguém que, por exemplo, tem um perfil de andarilho e que conseguiu seguir viagem para o destino pretendido foi um atendimento efetivo no que se refere a demandas apresentadas pela pessoa atendida, não leva em conta que tal ação não, necessariamente, contribuiu para sua saída das ruas no contexto geral, mas apenas daquela cidade, uma vez que adotou tal estilo de vida e não costuma permanecer longos períodos de tempo em uma mesma região. Assim como considerar o retorno ao convívio familiar como algo sempre positivo, não traduz a realidade, pois, muitas vezes, esse contexto é abusivo, violento e com vários gatilhos para o uso abusivo de substâncias psicoativas (SPAS), por exemplo, e em alguns casos, a construção de novas trajetórias passa a ser a estratégia mais efetiva para aquela pessoa. (Informação verbal)¹¹³.

Contribui sim e muito. O que mais batemos na tecla é pra conseguirem isso, terem a independência deles, e logo após terem seu atendimento no Centro Pop, conseguirem o que querem daqui, terem a autonomia deles, sempre dizemos: vão para o trabalho, para o Mercadinho, catar materiais (recicláveis). Agora, por exemplo, está tendo o Curso, procuramos sempre os que estão por aqui, os que estão sem usar substâncias psicoativas e encaminhamos para os cursos, para que possam obter uma renda e sair das ruas. (Informação verbal)¹¹⁴.

Deduzimos com os depoimentos, mais uma vez, que as possibilidades de trabalho que as pessoas em situação de rua dispõem para a sobrevivência são trabalhos em feiras, mercados, com materiais recicláveis, as estratégias que podem utilizar para alcançar algum rendimento, considerando-se a sua pouca qualificação profissional, faltando-lhes recursos para a obtenção de empregos melhor remunerados. Portanto:

O cotidiano da vida nas ruas é preenchido por um conjunto de estratégias de sobrevivência que vão desde a escolha do local onde dormir, onde tomar banho, onde comer até as artimanhas que serão necessárias para ter acesso a esses meios de subsistência. Na maioria das vezes, essas necessidades são alcançadas a partir da renda advinda de “bicos”, de forma de trabalho extremamente precárias. (NOGUEIRA, 2014, p. 22).

Interessante enfatizar que, nem sempre o retorno à vida familiar de outrora, para estas pessoas, significa que estarão protegidas, em um ambiente saudável, uma vez que, se as relações familiares eram abusivas, será mais oportuno que novos vínculos e projetos de vida sejam construídos por este segmento, do que retornar aos vínculos anteriores à situação de rua.

Aqui mais uma vez resgatamos a categoria *refugo humano*, em Bauman (2005), que se caracteriza pelos que são indesejáveis socialmente, os habitantes das ruas

¹¹³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹¹⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

estão fadados a uma coletividade de despojados, são os impossibilitados a acessarem os direitos econômicos e sociais, incluindo, nesse sentido, a utilização de trabalhos precários (grifos nossos).

Também conseguimos identificar posturas diferenciadas nos técnicos, quanto à contribuição do Centro Pop para a saída das ruas das pessoas, por ele atendidas. Em um depoimento, o técnico não vislumbra essa possibilidade, haja vista que compreende que as ações deste espaço deveriam ser mais específicas para promover tal saída. Já outro técnico afirmou que o Centro Pop contribui bastante para a superação da condição de rua desses sujeitos, pois possibilita que tenham autonomia de vida, encaminhando-os para cursos, formações, que lhes possibilitem garantia de trabalho e renda.

Concordamos com Martinelli, Silva e Santos (2015) que afirmam que a rede socioassistencial necessita, no que tange aos dados produzidos, a partir dos serviços e dos usuários, de análises mais profundas sobre as vulnerabilidades dos territórios, para que a intervenção junto a este público leve em consideração essas vulnerabilidades, em seu cotidiano, e produza resultados capazes de construir novas sociabilidades.

No que concerne à gestão, sobre o processo de saída das ruas dos usuários atendidos no Centro Pop, uma gestora expressou que as atividades como, Palestras e os Cursos realizados, despertam o potencial dos usuários, e contribuem para esse processo de sair das ruas e construir seus projetos de vida, destacando que é relevante potencializar as habilidades desses usuários, por meio dos Cursos que são ofertados. Outras gestoras afirmaram que:

Para promover o acesso de pessoas que vivem em situação de rua aos serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, o Centro Pop encaminha os usuários para a rede socioassistencial, de acordo com a demanda de cada usuário. O Centro Pop conseguiu, no decorrer dos anos, inserir os usuários em cursos profissionalizantes, de acordo com o seu interesse, e alguns conseguiram ingressar no mercado de trabalho, como forma de saída das ruas. Além dos cursos, os usuários, quando possuem familiar na cidade, são encaminhados para os CRAS, para o fortalecimento dos vínculos familiares, que estão fragilizados e, muitas vezes, rompidos. Desde 2021, os usuários estão sendo inseridos no Auxílio Brasil e isso, também, contribui, de forma significativa, para o processo de saída das ruas. (Informação verbal)¹¹⁵.

As ações aqui são contínuas e todas têm um só objetivo, estar falando para eles sobre a potencialidade deles, que estamos aqui para contribuir com o que for preciso, que eles estão numa condição, reiteramos que é uma condição, que precisam reconstruir suas histórias de vida, resgatá-las. Uma

¹¹⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

coisa que acho muito relevante são as rodas de conversa, e lá expõem suas angústias, é muito bom para eles. Eles falam que querem ir para o CAPs, que estão com problema com a justiça, pedem para encaminhar para a Defensoria. O sigilo é fundamental, não podemos sair comentando o que eles fizeram na vida, e quem guarda esse sigilo somos nós, os técnicos, a gestão. Nossa política aqui é diferenciada dos outros municípios, dos outros Centros Pops. O Centro Pop é para funcionar de 8h às 12h e fechar; voltar às 14h, mas aqui não fechamos, eles chegam e almoçam a qualquer hora, foi uma estratégia que adotei e é permanente. (Informação verbal)¹¹⁶.

Podemos inferir que, para quem se encontra na gestão da Política de Assistência Social do Centro Pop, as ações realizadas promovem, de fato, a saída das ruas destes sujeitos, assim, não conseguem analisar os limites e dificuldades de execução da Política, do atendimento a esta população.

As histórias, trajetórias dessas pessoas precisam ser valorizadas, reconstruídas, a partir de estratégias que promovam esse resgate, por meio de um espaço coletivo que instrumentalize atividades que desenvolvam suas relações interpessoais, afetividades, e a sua cidadania. E o Centro Pop se configura como este espaço.

[...] com o objetivo de ressignificar a história de vida dos moradores de rua. Era feito através de oficinas socioeducativas, de rodas de conversa (uma vez por semana), onde se centravam os trabalhos a partir da fala destes sujeitos, acerca do seu cotidiano na rua e no CAPR. Também se ofertavam oficinas de artesanato, de arte manual com peça de papel, com dobradura, com origami e confecção de cartões. (NOGUEIRA, 2014, p. 50).

Acerca da integralidade das ações do Centro Pop com as demais políticas públicas locais, os técnicos afirmaram que, para a promoção dos direitos desse segmento, toda a rede é acionada, uma rede que envolve desde a DPE, os CAP AD, Centros Terapêuticos, Unidades Básicas de Saúde (UBS), CRAS, CREAS. “O Centro Pop ITZ é diferenciado, aqui o tratamento é humanizado, eles rodam, rodam o Brasil (os andarilhos) e voltam aqui em busca de atendimento, para resolver suas questões.” (Informação verbal)¹¹⁷. “Destarte, a integralidade requer o alargamento da práxis, a partir de processos interdisciplinares e a realização de diagnósticos, planos e ações intersetoriais, com vistas ao estabelecimento de interfaces e definição de estratégias.” (NUNES; SILVA; ALMEIDA, 2016, p. 3).

Nessa perspectiva, uma precarização das ofertas de proteção social aos indivíduos em situação de rua tende a acontecer, se não houver ações integrais,

¹¹⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹¹⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

universalizantes, se os atendimentos não gerarem respostas às necessidades dos usuários, o que os tornaria como cidadãos lesados no que concerne aos seus direitos.

A integralidade das ações depende de constantes articulações intersetoriais, nem sempre efetivas, uma vez que, de tempos em tempos, as equipes das instituições mudam e surgem aspectos que tornam alguns atendimentos mais burocráticos e demorados do que deveriam ser, tornando lenta a garantia de direitos mínimos. (Informação verbal)¹¹⁸.

Essa integralidade acontece muito. Temos muitos parceiros, a saúde, por exemplo, atende bastante com o Consultório de Rua, quando necessitamos, eles vêm para cá, para o Centro Pop. Os usuários fazem testes, têm Dentistas que lhes examinam. Nesse período de pandemia, pouquíssimos tiveram Covid-19. Muitos ficam em situação deplorável, por conta da dependência química, você faz um teste num usuário, ele não tem sífilis, não tem Aids, nem hepatite, só a dependência química, que lhes leva a definir, não por outras doenças. A Defensoria atua muito com a gente, em termos de documentos, os que mais precisamos é a Defensoria que oportuniza, entra em ação, para conseguir os Registros desses usuários. E os Centros de Recuperação são nosso pilar principal para encaminharmos os usuários e eles se socializarem, se reinventarem, e retornarem à sociedade, sem vícios. Alguns ficam em fazendas, uns na zona rural e outros aqui na cidade mesmo. (Informação verbal)¹¹⁹.

Os depoimentos retratam que o que o Centro Pop tem junto aos demais órgãos públicos é uma articulação, que não chega a gerar uma atuação integralizada, onde estes órgãos planejem, realizem projetos que não sejam somente ações pontuais, mas que produzam efeitos na vida das pessoas em situação de rua.

Quantos às gestoras entrevistadas, acerca da integralidade das ações, houve a afirmação de que a rede de atendimento está consciente da sua atuação, do que precisa fazer e de que o trabalho não pode ser isolado, mas em conjunto, em parceria.

É importante conhecer a rede de proteção socioassistencial e as demais políticas públicas para fazer os encaminhamentos necessários. Desse modo, aponta-se a necessidade do trabalho em rede que pressupõe uma atuação integrada, por meio de ofertas que, articuladas, poderão conduzir a respostas mais efetivas, tendo em vista a complexidade das situações de riscos e violações de direitos vivenciadas pela população em situação de rua. O Centro Pop atua em rede contando sempre com o trabalho do Viva Cidadão, Defensoria Pública, Consultório na Rua, Hospital Municipal de Imperatriz, Hospital Macro Regional, Saúde mental (CAPS AD e CAPS III), Centros Terapêuticos, SEDES (CAD ÚNICO, Abrigo Superação, Equipe Especializada em Abordagem Social, CRAS, CREAS), dentre outros. (Informação verbal)¹²⁰.

Temos o Consultório na Rua, CAPs AD, CAPs III e Ambulatório, DPE, Hospital HMI – Socorrão, as UPAS, Hospitais Macrorregionais, Ministério Público, Fórum. Temos o Senac que oferta cursos para os usuários, além da empresa Terraço, de engenharia, insere os homens lá com carteira assinada, empresa de construção civil, trabalho formal, eles nos procuram para empregar essas pessoas. Temos a SEDES, a Abordagem Social, os Centros

¹¹⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹¹⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹²⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

Terapêuticos, as Igrejas, que nos ajudam com doações de roupas e alimentos. Uma Panificadora que doa pães e bolos, 2 a 3 dias por semana, para o café da manhã. E temos a sociedade civil, que tem a sensibilidade de vir aqui e doar resma de papel e outros materiais. Para eles, é interessante contribuir para que saiam das ruas, porque quando estão sob efeito de drogas, podem usurpar, cometer furtos. (Informação verbal)¹²¹.

A rede e todos os sujeitos implicados nesse processo de fortalecimento das políticas, através da articulação intersetorial, devem construir alternativas que eliminem as barreiras de seletividade, possibilitando a estes o acesso às políticas sociais.

Não é mais um problema de assistência social única e, exclusivamente, a população em situação de rua. Não é mais um problema único. A assistência social não tem como e não deve segurar essa bucha sozinha. [...] porque nós ficamos num espaço que precisa que outras secretarias assumam seus compromissos. Secretaria de Habitação, Secretaria de Trabalho e da Saúde, Ministérios, têm que assumir o compromisso. (BRASIL, 2006).

Os desafios apontados pelos técnicos quanto à oferta de atenção especializada aos usuários do Centro Pop foram:

As questões estruturais, físicas. Carecemos de recursos materiais, recentemente, ganhamos uma copiadora. Os recursos são escassos. Outro desafio é o trabalho em rede, a agilidade no atendimento não acontece. Na saúde, por exemplo, na questão dos tratamentos, há muita demora, é como se as pessoas em situação de rua não tivessem valor, é tudo muito diferente do que está previsto no Manual de Orientações Técnicas do Centro Pop. O que eu observo é que existem outros espaços da política que são mais equipados, possuem excelência no atendimento, porque o público atendido lá dá voto. A PSR não dá voto, são pessoas que, muitas vezes, nem são daqui da cidade, são de outros estados, não dão voto. (Informação verbal)¹²².

A burocratização desnecessária de órgãos parceiros se constitui como um dos principais desafios para a oferta de serviços de um Centro Pop, pois quando, por exemplo, um indivíduo que emitiu todos os seus documentos no Estado do Maranhão e precisa de uma segunda via destes para acesso a recursos de transferência de renda, que visam superação da situação de vulnerabilidade em que se encontra, descobre que a Secretaria de Segurança Pública, mesmo possuindo todos os seus dados de identificação biométrica (digitais dos dez dedos das mãos e fotografia), não aceita a sua Certidão de Nascimento apenas por ser antiga e exige a emissão de uma segunda via, para que possa ter acesso a um novo RG, isto acaba por desmotivar o usuário, neste processo, de resgate de sua cidadania. (Informação verbal)¹²³.

O maior desafio mesmo é o público. É muito volátil. Sinto como um trabalho de enxugar gelo, hoje estão bem, amanhã se recebem um dinheiro, caem e voltam para a dependência, queremos vê-los bem, mas por uma situação ou outra, voltam para as ruas. Eu vim da secretaria de Educação, vim do fazer pedagógico prático, atuava como Assessor Pedagógico de Escola, quando vim para a SEDES, me deparei com uma outra pedagogia, outro olhar, outra dimensão. Lá na Escola, a Gestora, a Coordenadora tinha que colocar em prática o que eu lhes dizia, que era o que estava na LDB, nas normas, e no

¹²¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹²² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹²³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

final do ano, conseguíamos subir o IDEB. Aqui quando fazemos algo, achamos que está crescendo, que está a mil maravilhas, aí muda tudo, tudo desmorona. São dois olhares totalmente diferentes, sofreu? Sofri muito, no início, pensava assim: não vou ficar aqui, isso não vai dar pra mim. Eu tenho minha formação em Paulo Freire, Darcy Ribeiro, partir para o social, não vou dar conta. Mas agora, após dois anos, passei a ter um olhar mais cuidadoso, mais humanizado do outro. (Informação verbal)¹²⁴.

Burocratização do acesso aos direitos, fragilidade do trabalho em rede, retorno à dependência química, por parte dos usuários, e regresso às ruas, foram alguns dos desafios elencados pela equipe técnica do Centro Pop Imperatriz. São situações, desafios, que complexificam o atendimento aos direitos sociais dessa população, “[...] a normatização e regras existentes na rede de serviços, muitas vezes, acabam sendo critérios de exclusão ou impeditivos para o ingresso nos mesmos.” (SCHUCH; GEHLEN; SANTOS, 2017, p. 119).

É interessante notar que o que o técnico da Pedagogia apresenta um depoimento de quem vem de outra área, com toda uma dimensão prático-pedagógica de Escola, o que, já se constitui em um desafio profissional para ele, que migrou da Política de Educação para a de Assistência Social, uma vez que precisou se apropriar das normativas do Suas, da compreensão da Política de Assistência Social e, a partir disso, relatou a sua mudança no que diz respeito à forma de acolher esses usuários, com todas as vicissitudes que possuem, fragilidades, numa atuação que buscou identificar os limites da Política, mas que também, tem buscado intervenções mais humanizadas, com enfoque nos direitos desses usuários.

Os gestores relataram, quanto aos desafios à gestão, que o espaço físico do Centro Pop é relativamente pequeno para ampliar as atividades ofertadas. Se dispusessem de um prédio maior, fariam uma horta cultivada pelos usuários e outras atividades, como a realização de terapias, para uma maior qualidade de vida desses usuários.

Acerca da realização de terapias no espaço do Centro Pop ou de outros equipamentos do Suas, cumpre-nos enfatizar que o que faz parte do escopo de intervenção destes equipamentos é a formação de grupos de convivência, no âmbito dos SCFV, nos CRAS, e nos Centros Pops, o grupo constituído pelos próprios usuários, posto que atividades terapêuticas são realizadas nos Centros Terapêuticos, nos Hospitais, CAP, não na Política de Assistência Social. Isso mostra um equívoco

¹²⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

no entendimento do que é e do que não é atribuição desta Política, por parte de uma gestora.

Ainda sobre os desafios, foi pontuado que:

O trabalho desenvolvido com a população em situação de rua possui grandes desafios, pois os usuários, muitas vezes, se recusam a receber os atendimentos necessários. Um grande desafio também encontrado, é a inserção no mercado de trabalho, infelizmente, alguns empresários não aceitam empregar as pessoas em situação de rua. Com a recusa do usuário, a dificuldade de inserção ao mercado de trabalho e a hesitação em reaver os vínculos familiares, traz grandes dificuldades da saída das ruas dos usuários. (Informação verbal)¹²⁵.

O maior desafio é quando o usuário chega lá fora sob efeito de drogas, não tem como entrar, ele começa a te xingar, mas aí você tem que entender como ele está, não tem como acolhê-lo, chamamos o SAMU, o Corpo de Bombeiros, se tiver em surto, leva para o HMI, lá tem uma ala para eles, quando estão estabilizados, vão para os CAPs. Não podemos ficar com a pessoa em surto. É toda uma rede, temos reuniões para discutir isso. Outro desafio é que o uso abusivo de substâncias psicoativas leva o usuário a uma tendência à esquizofrenia, e essa doença faz com que a pessoa ouça vozes, mande matar, depois que voltam ao equilíbrio se arrependem, mas aí já ameaçaram quem estava ao seu redor. E o desafio maior é manter um Centro Pop com equilíbrio, porque precisamos estar bem de nossa saúde mental, já ouvi dizerem: ah, esse aí não tem jeito. Lógico que sabemos que alguém em abstinência fica ansioso, já relataram que sentem mais prazer com a droga do que com a atividade sexual. É necessário que eles participem das terapias, temos a musicoterapia, eles escolhem a música, ouvem Amado Batista, ativam memórias, choram. A coordenação é um pilar para gerir a equipe, os usuários. Imperatriz cresceu muito, mas dizem que estamos de parabéns, pelas poucas pessoas que estão nas ruas, devido ao nosso trabalho. Aqui falamos nas rodas que eles devem formar uma comunidade, não podem matar uns aos outros, por causa de droga, por outras questões, assim, tem havido uma diminuição dessas situações. (Informação verbal)¹²⁶.

Avanços que conseguimos: ter um profissional que insira os usuários no CadÚnico, atualizamos seus cadastros, persistimos para que sejam contemplados com o Auxílio Brasil. De 18 a 29 anos, tem direito ao ID Jovem (é só baixar o aplicativo), a ir para o cinema, isentar-se de inscrições em vestibulares. Foi uma política feita para evitar o acesso ao benefício eventual de viagens. Viajam de graça, mas só para fora do Estado do Maranhão, não é permitido viajarem para dentro do Estado. Voltando à questão do recurso, com ele, alugam uma quitinete, continuamos assistindo esses usuários, com alimentação, roupa lavada, conseguimos uma máquina de lavar com a Secretária. Agora, a roupa é lavada e centrifugada, antes ficava mal lavada, porque ainda estavam da ressaca do dia anterior, do uso de drogas. Outros pontos positivos que destacamos é a equipe técnica, é uma equipe muito boa. (Informação verbal)¹²⁷.

Geralmente, quem se encontra na gestão observa os aspectos positivos da política, do próprio Centro Pop, mais do que os limites, dificuldades, e isso fica notório

¹²⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹²⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹²⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

em alguns depoimentos, as contradições desse processo, não são apresentadas, sequer são mencionadas.

Sabemos que, no bojo das políticas sociais há embates, disputas políticas, de poder, e no decorrer das falas, não observamos reflexões quanto a isso. Nesse sentido, um dos grandes desafios, a nosso ver, para quem está na gestão é essa compreensão da política pública de assistência social, de suas contradições, continuidades, rupturas.

O que ratifica ainda mais essa observação foi a compreensão das gestoras entrevistadas sobre a Política de Assistência Social, quando mostraram que sabem a definição da Política, mas continuaram sem analisar os percalços de sua execução. “É uma Política voltada para pessoas em vulnerabilidade social, em situação de risco pessoal e social, promove a garantia de direitos e é para quem dela necessita.” (Informação verbal)¹²⁸.

É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, almejando à garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. A Assistência Social, que é um direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, é realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. (Informação verbal)¹²⁹.

A Política de Assistência Social é bem relevante, mas a vejo em alguns pontos como uma política fragmentada, porque as pessoas que estão em vulnerabilidade ao serem inseridas em algum programa, como, por exemplo, uma pessoa que é inserida no CadÚnico, não sabe que tem direito ao ID Jovem, e outros direitos, ela pode acessar vários outros, quem tem que falar para essa pessoa somos nós, que atuamos com a Política, a equipe técnica. Vários programas atendem pessoas que estão em vulnerabilidade social, em risco social. Como essas pessoas seriam atendidas sem essa Política? O Centro Pop veio para agregar quem está em situação de rua, atender essas pessoas que estão à margem da sociedade, que a sociedade lhes vê como marginais, não com um olhar de uma pessoa que já teve uma vida, que já fez parte de uma sociedade, para além de morar nas ruas. (Informação verbal)¹³⁰.

A garantia dos direitos preconizada pela Política de Assistência Social, que atende quem dela necessita, aparece em todas as falas. É a Política voltada para os que estão enfrentando vulnerabilidades e riscos, e necessitam de proteção social,

¹²⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹²⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹³⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

possuindo toda uma rede de serviços socioassistenciais, sendo que as pessoas em situação de rua são um dos segmentos para o qual esta Política se volta.

Cabe, assim, frisar que a necessidade de resposta a um problema que é público, a uma expressão radical da questão social, deve partir de análises multifocais, da realização de diagnósticos da realidade desse segmento, visando sempre à eficácia e efetividade das ações ofertadas às pessoas em situação de rua, por meio das políticas públicas pelas quais estes sujeitos demandam acesso, que são amplas e variadas, não se restringindo a uma atuação exclusiva da Assistência Social.

Em relação à compreensão sobre a gestão do Suas, na especificidade da gestão do Centro Pop, as gestoras afirmaram que o trabalho do Centro Pop é de suma importância para as pessoas que se encontram nas ruas e as mazelas sociais.

Morei em São Paulo e me deparei com as pessoas em situação de rua de lá. É claro que lá tem muito mais pessoas vivendo nas ruas do que aqui, em Imperatriz, porém os desafios e dificuldades perpassam tanto o contexto de lá quanto o daqui. Precisamos de mais recursos para a realização de um trabalho mais significativo junto a este público. (Informação verbal)¹³¹.

Para coordenar um Centro Pop é preciso saber lidar com esse público, são pessoas que estão nas ruas e as ruas não têm regras, impor essas regras aos adultos é muito difícil. Tudo foi um desafio para a gestão e para a equipe. Aí fomos inovando e hoje somos um Centro de Referência em acolhimento, em humanização. Aqui não vamos às ruas falar do Centro Pop, é busca espontânea, eles vêm até aqui. Aqui falamos para eles que eles têm potencial, que podem retornar à sociedade, serem cidadãos, conseguirem um trabalho, que podem sair das ruas, ter uma vida digna. Quando eles chegam aqui, a primeira coisa ofertada é o banho, a lavagem das roupas. Não é só o alimento que lhes faz vir para cá, é a acolhida. Estão em Macapá, vêm para Imperatriz resolverem seus problemas. Eles falam que puxo a orelha, eu os chamo para a sala, converso não só como Coordenadora, mas como Assistente Social, que eu sou. A pessoa chega aqui abatida, não vou dizer que ele não tem potencial, só reafirmo que são pessoas com direitos, que eles têm muitas habilidades. Aqui eles têm habilidade para a construção civil, já passou engenheiro, piloto de avião, pessoas que abandonaram Faculdade de Engenharia Elétrica. Quando a pessoa procura o Centro Pop, ela quer sair das ruas. Mas o que lhes impede? É a dependência, a droga, eles choram em abstinência, se arrependem do que dizem. (Informação verbal)¹³².

A Gestão do Suas é a responsável pelo aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social, planejando, articulando, monitorando e avaliando as ações propostas, assessorando tecnicamente as ações propostas pelos municípios. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, geralmente chamado de Centro POP, é uma unidade socioassistencial municipal, que oferta serviços para pessoas em situação de rua. Ela faz parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade e seu principal serviço é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O Centro POP está voltado ao atendimento especializado a pessoas em situação de rua, seja ele coletivo ou individual, com atividades e/ou oficinas

¹³¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

¹³² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

de socialização, além de incentivar o protagonismo da participação social dessas pessoas. (Informação verbal)¹³³.

Além dessas reflexões acerca do Centro Pop, uma gestora ainda explicou que este Centro tem o dever de representar um espaço de referência para o convívio grupal e social, desenvolvendo relações de respeito, solidariedade e afetividade, oferecendo um hábito de vida para alcance da autonomia das pessoas que lá são atendidas, estimulando a organização, mobilização e participação social.

Por conseguinte, percebemos que as gestoras possuem clareza do que representa o Centro Pop, no âmbito do Suas e o seu significado para as pessoas em situação de rua.

A concentração da PSR nos centros urbanos exige atendimentos e intervenções cada vez mais complexas. Conforme os relatos, observamos questões envolvendo a saúde mental deste público, desde a esquizofrenia provocada pelo uso abusivo de substância psicoativas, as consequências deste uso, como a agressividade dos usuários, a irritabilidade em períodos de abstinência. Trata-se de um público com especificidades que devem ser consideradas nos atendimentos, encaminhamentos, e que, apesar dos limites e dificuldades dos processos interventivos das políticas públicas, possuem maior visibilidade frente às suas demandas.

O trabalho da equipe técnica “[...] exige um elevado grau de equilíbrio emocional”. (SARMENTO, 2020, p. 87). Como foi mencionado pela Coordenadora, toda a equipe e quem está na gestão, precisam lidar com diversas realidades destes sujeitos, o que aponta para várias questões em torno da saúde e bem-estar dos trabalhadores em seu espaço de trabalho.

As condições e a qualidade do trabalho podem ser afetadas por diversos aspectos que interferem na relação entre o trabalhador e o ambiente onde executa as suas funções. A falta de segurança, a locomoção (trânsito, transporte público, acesso aos meios de transporte), a precarização do trabalho; o excesso de demandas; a pressão por resultados e o cumprimento de tarefas que exigem muito esforço físico e mental podem ser destacados como fatores que geram o adoecimento do trabalhador e interferem na sua qualidade de vida. Desta forma, a sensação de sofrimento e insatisfação se amplia quando a doença se instala, desencadeando um desequilíbrio físico e mental ainda maior. (PEREIRA; TASSIGNY; BIZARRIA, 2017 *apud* FERNANDES; BERETTA, 2021, p. 183).

A PNAS enfatiza a ausência de um enfoque ampliado no debate sobre os recursos humanos do Suas, posto que as relações de trabalho afetam a vida do

¹³³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 03/08/2022.

trabalhador do Suas, sua saúde física e mental repercutem nos atendimentos aos segmentos vulnerabilizados e impactam nas suas próprias famílias. (BRASIL, 2004b).

Acerca das relações de poder estabelecidas entre técnicos, gestores e a população atendida no Centro Pop, as regras que devem cumprir, o estudo da microfísica do poder supõe que

[...] o poder exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, [...] seus efeitos de dominação são atribuídos a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos, numa rede de relações sempre tensas, esse poder é um efeito de um conjunto de ações estratégicas. (FOUCAULT, 1998, p. 13).

Portanto, é uma relação de acolhida, de escuta, mas também de normas, de respeito, implica uma relação de poder, os usuários sabem que podem utilizar o espaço, lavar suas roupas, se alimentar, mas não podem ser agressivos, desrespeitosos, estar em surto dentro do Centro Pop. São trocas estabelecidas para uma boa convivência grupal e com os técnicos do Centro Pop.

Depreendemos com o que observamos no Centro Pop Imperatriz, que, de fato, este é um Centro de referência para a PSR. Lá sentem-se acolhidos, têm suas demandas encaminhadas a outros órgãos, realizam atendimentos, participam de atividades, de cursos. Nas rodas de conversa, têm seu cotidiano e subjetividades expressos, revelando as questões complexas de suas vidas, as perspectivas de novas trajetórias e, quem sabe, restauração de vínculos familiares, com respeito à sua dignidade de pessoas humanas.

Ponderamos que não só no Centro Pop Imperatriz, mas no de São Luís, menciona-se muito sobre a questão dos cursos que qualificam a PSR, para que, uma vez capacitados, acessem o mercado de trabalho, o que nos remete ao *workfare*. Expressão que emergiu na política norte-americana nos anos 1970, mas se fortaleceu nos anos 1990, e que significa que os beneficiários, ao receberem um auxílio monetário, “[...] são condicionados a participarem de estratégias orientadas para o trabalho (aceitar designação de posto de trabalho ou treinamento para qualificação laborativa)”. (BARBOSA, 2014, p. 132).

É o trabalho se associando às políticas sociais, no entanto, muito mais voltado à procura de formas, estratégias de trabalho, do que voltado, propriamente, à inserção em empregos qualificados e bem remunerados, induzindo os sujeitos das políticas sociais ao trabalho flexível de baixos salários, tentando reduzir o problema da dinâmica capitalista do mercado de trabalho.

Observamos, também, que a ida e permanência nas ruas está bastante atrelada à dependência química, a ruptura dos vínculos familiares se dá a partir do momento em que estes sujeitos assumem essa dependência, o que torna as relações familiares insustentáveis e, por isso, acabam indo viver nas ruas.

Chamou-nos a atenção, também, o fato de Imperatriz receber muitos trecheiros, andarilhos que, inclusive, retornam à cidade, como relatado por uma gestora, para resolver questões relativas ao seu acesso às políticas e programas, o que, em outras cidades não conseguiriam com tanta agilidade, como conseguem via Centro Pop de Imperatriz, o que denota que, para esse público, que anda por todo o país, a acolhida, atendimento e encaminhamentos deste Centro produzem resultados concretos em suas vidas.

Assim:

[...] a vida na rua passa por um momento de “adentrar a rua”, tornar-se “morador de rua”, ou mesmo em sua linguagem politizada, tornar-se integrante da “População em Situação de Rua”. Percebo, então, esta constante: as pessoas vivem uma situação estabelecida antes, nascem e tem experiências familiares, estudam, trabalham, seguem suas vidas até o momento de uma ruptura, marcada pelo acúmulo de processos desestabilizadores que proporciona a vida na rua. Os motivos desta ruptura são muitos. (MELO, 2011, p. 51).

Existe uma rede institucional de atendimento às pessoas em situação de rua, o que significa que não é atribuição única e exclusiva da Política de Assistência Social, porque estas pessoas possuem inúmeras demandas e necessidades, para além da Assistência Social. “Os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais.” (TELLES, 2006, p. 38). Nesse sentido, existem conflitos na operacionalização das políticas públicas, bem como contradições, sujeitos que entram e saem da cena pública, correlações de forças, cabendo a ressalva de que as garantias formais instituem uma cultura política, que implanta a cidadania no cotidiano da população.

5.4 Percepções e perspectivas dos sujeitos em situação de rua - a rua como espaço de significações e vivências: território de liberdade x território de medo

A concepção dos espoliados urbanos como aqueles que não têm o direito de participar dos benefícios da urbanização, reflete as desigualdades do espaço que condicionam o acesso à habitação e o uso da cidade. (KOWARICK, 1979).

As cidades revelam o modelo de desigualdade social instituído pelo capital, com repercussões nos padrões de habitabilidade, nos territórios, o que exige que o

modo de gestão das políticas públicas leve em consideração a dinâmica espacial, territorial, enfatizando a importância do debate em torno das particularidades locais, dos lugares onde as pessoas vivem e como estes refletem em suas vidas, em seu acesso ou não aos direitos de cidadania.

Destarte,

As imbricações entre as exclusões sociais e a dinâmica territorial podem ser apreendidas por variados caminhos, desde aquelas que tratam de definir os diferentes lugares onde se materializam situações específicas de exclusão, até aquelas que buscam na própria produção do território as condições objetivas e subjetivas de suas trajetórias. Devem ser elucidadas tais imbricações, portanto, buscando os vínculos entre território e desigualdades ou, colocado de uma maneira mais direta, reconhecendo que a produção territorial é também produção social. (MELAZZO, 2015, p. 21).

Partimos da relação entre território e história, podendo ser o mesmo um conceito amplo, generalizável, alcançando toda a história humana, compondo, assim, a reprodução dos grupos sociais, constatando-se que as relações sociais são espacialmente mediadas. (HAESBAERT, 2007).

O Suas organiza seus serviços e programas tendo como princípio a territorialização, devendo atender à *lógica da proximidade*, da *oferta nos territórios vulneráveis*, lugares onde os usuários da Política de Assistência Social se encontram e residem.

Em se tratando da PSR, a discussão se torna ainda mais complexa. A rua é o território, a transitoriedade, muitas vezes, de um lugar ao outro, demarca especificidades regionais, culturais, econômicas, sociais, de diferentes lugares que perpassam e são perpassados pela vida dessas pessoas.

Há que se levar em conta a disseminação dos direitos como produção dos territórios. (COUTO *et al.*, 2010). Santos (2004) vai conceituar o território a partir do seu uso, resultante de um sistema de ações de diferentes agentes nas suas relações sociais, reproduzindo-o como espaço de suas vidas, e tendo como contraponto projetos de dominação que são antagônicos, que também se utilizam desse espaço com fins econômicos. Já para Bourdieu (1997, p. 160): “não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais [...]”.

Maricato (2008) afirma que a mídia, os veículos de publicidade, de maneira geral, insistem na representação da construção ideológica de uma *cidade da elite*, fortalecendo uma segregação, que resulta na mistificação de que esta cidade toma o lugar do todo. Há, nesse contexto, uma cidade invisibilizada, na aparente e natural

configuração dos espaços que precisam de uma valorização imobiliária, e, com ela, os excluídos da cidade hegemônica são vistos como minoria e não como maioria, que, de fato, são em muitos lugares.

Debord (2003) pontua que a sociedade do espetáculo é uma fábrica de alienação, constituindo-se como um monólogo. “É uma sociedade que suprime a distância geográfica, na forma de uma separação espetacular”. (DEBORD, 2003, p. 131).

Em se tratando das políticas públicas e, em específico, do Suas, a construção de uma territorialidade deve levar em conta uma área de referência que se torna unidade geográfica, para análise da realidade e planejamento de ações que intervenham na vida das pessoas situadas naquele território.

Há uma reconfiguração dos espaços urbanos, com o acirramento da questão social, a precarização do trabalho, o desemprego, novas formas de segregação e violência urbana e, em meio a esse cenário, as pessoas que fazem das ruas sua moradia e espaço de sobrevivência ocupam um território que lhes traz insegurança, mas também liberdade, vida e, também, a morte, num paradoxo de contradições e busca de intervenções que lhes possibilitem refazerem suas vidas.

Nesse contexto, os usuários dos Centros Pops de São Luís e Imperatriz, nos relataram algumas de suas experiências nos territórios de liberdade e de medo, que perpassam suas histórias e trajetórias. Um estudo como este nos permitiu uma série de elucubrações sobre a forma como estas pessoas vivem, sobre como se sentem nessa sociedade, como compreendem a atuação do Centro Pop em suas vidas, e se possuem pretensões quanto a novos projetos de vida, restauração de vínculos familiares, ou mesmo, a construção de novos vínculos.

No que diz respeito às principais motivações que promoveram a ida dessas pessoas para as ruas, estes responderam as mais variadas situações, desde questões referentes à saúde, trabalho, ruptura de vínculos com a família, devido a muitos conflitos, dentre outros. Um usuário relatou que: “Eu estava com a costela quebrada. Fiquei sem trabalhar. Ainda falo com a minha irmã. Não trabalho, estou doente.” (Informação verbal)¹³⁴.

¹³⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

Outro relatou que: “Eu saí porque não estava suportando mais a minha família, saí por causa disso. Eu sou do Pará. Faz dois anos que larguei minha família.” (Informação verbal)¹³⁵.

Eu mesma não sei nem qual foi o motivo, acho que foi desgosto, eu sou sincera. Eu sou goiana, já tem um tempo que moro aqui. Fiquei dos 6 aos 12 anos em casa, aí com 12 anos ganhei o mundão, já passei por altos e baixos, eu vim de Goiás. Fui casada, morava numa casa, separei, tenho 3 filhos, um está no Tocantins e 2 moram aqui. De vez em quando, meu menino vem me procurar na rua, eu vou lá na minha mãe. (Informação verbal)¹³⁶.

Eu sou sem-terra, e vim trabalhar num projeto. Vim vender uns produtos (aí ele mostrou os produtos), existem pessoas que não têm noção da sua área dimensional, para começarem a ter um domínio próprio, estão com falta de reflexo, atenção, então, esses produtos que eu vendo ajudam essas pessoas. As pessoas que me dão o preço, quanto que você me dar nesse produto, são as pessoas que dão o preço. (Informação verbal)¹³⁷.

Eu, foi por causa da droga, as atitudes incertas, as más companhias, a família não aceitava, aí já de maior, segue teu rumo. Só não aceita as atitudes erradas que a gente toma, pessoal gosta de mim, só não das atitudes. Eu sou de Minas, mas tenho parentes em vários lugares. (Informação verbal)¹³⁸.

Eu tô na rua por causa da droga, más companhias, aí usei por curiosidade, aí comecei a gostar dela, e é isso. Não foi minha família que me ensinou a usar drogas, foi eu que quis, eu tô na rua há três anos. Às vezes, eu saio das ruas, arrumo emprego pra trabalhar, volto pra minha família, aí tenho a recaída. Mas aí bate a vontade de sair das ruas, aí eu vou lá. Minha família disse que as portas estão abertas pra mim. Ter casa é muito é bom, mas, também, tem as consequências. (Informação verbal)¹³⁹.

Eu não fui criado pela minha mãe, a família que me adotou me dava umas tacas grandes, eu era muito pequeno, acho que era muito danado, aí chegou o momento de eu sair, fiquei com medo de apanhar, fui com 9 anos, mas perdi o medo de estar nas ruas. Minha mãe me devolveu pra mãe biológica, que também queria me bater muito, aí fui pra rua de novo. De lá pra cá, não falo mais com ninguém da família, soube que minha mãe biológica morreu, não conheço mais ninguém que era da outra família (a adotiva). (Informação verbal)¹⁴⁰.

Neste grupo focal, em específico, os usuários eram mais sintéticos ao tratarem de suas histórias. Percebemos que alguns conseguiram mencionar a questão da dependência de substâncias psicoativas como motivo da ida para as ruas. Outros deram respostas mais evasivas, mas que nos remetem a visualizar nelas a questão dos conflitos com a família. Em algumas falas, constatamos que “A situação de rua, na atualidade, tende a estabelecer-se já na adolescência e juventude, em grupos

¹³⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹³⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹³⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹³⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹³⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁴⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

sociais em situação de pobreza e que apresentam altos índices de vulnerabilidade social". (FIORATI *et al.*, 2016, p. 2).

A dependência química também apareceu nos relatos, segundo Costa (2015 *apud* VIEIRA; CARDIN, 2018). A utilização das drogas está associada à tentativa de satisfação de necessidades, distanciamento da realidade, mudança de estado de espírito, a ponto de as pessoas ficarem alheias à realidade em que se encontram.

Também pudemos observar as rupturas intensas com os familiares, por conta de situações de violência física, foi preferível estar nas ruas desde a infância a ter que se submeter aos castigos e sofrimentos causados pelas *surras*, tanto da mãe adotiva quanto da biológica.

A situação de seres humanos levados a encarar de frente o significado de sua existência por estruturas sociais sufocantes, reviravoltas inesperadas de acontecimentos, condições de vida desumanizadoras, ou o espectro da morte [...] a busca de sentido, enquanto um desafio corrente na vida cotidiana, é particularmente urgente no caso daqueles indivíduos cujas rotinas e expectativas foram dilaceradas; e o fardo de encontrar sentido nesses momentos recai sobre os ombros do indivíduo. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 328).

Outro grupo de usuários respondeu quanto aos motivos de sua ida para as ruas:

Conflito familiar, uso de drogas, falta de oportunidade do sistema público, não tive uma boa formação, não pode galgar mais espaços na vida. Apesar de terminar o ensino médio, eu esbarrei no sistema, não tive oportunidade de fazer uma Faculdade, aí eu parei tudo. (Informação verbal)¹⁴¹.

Minha mãe arrumou um marido, meu Padrasto, não me dou bem com ele. Toda vez uma confusão, pega pedra pra me jogar quando eu vou lá. Toda vez que vou lá me chamam de ladrão, miserável, só vem pra comer. Me tratam melhor na rua do que em casa, aqui na rua eu tenho uma família. (Informação verbal)¹⁴².

Perdi minha mãe com 17 anos. Aí foi escolha minha ficar nas ruas, escolhi o lado mais fácil porque na rua, quem tá na mesma caminhada que você, um tá ali pra ajudar o outro, em casa te julgam. Estou com 22 anos, 22 anos passando por altos e baixos. (Informação verbal)¹⁴³.

Interessante o comentário do usuário em afirmar que na rua tratam-no melhor do que em sua casa; outro também disse que escolheu o mais fácil que é estar nas ruas. Ambos não conseguem visualizar a insegurança causada a quem vive nas ruas, os conflitos que também existem, envolvendo as pessoas em situação de rua. Para eles, a rua tem um significado de acolhida, de vida mais fácil, porém, sabemos que a

¹⁴¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁴² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁴³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

realidade, não é vista dessa forma por quem pesquisa acerca da situação. As ruas são lugares de violência, onde não há limites, onde muitos morrem por motivos banais, muitas vezes, por estarem dormindo nas calçadas, marquises.

Aqui verificamos os sentidos da rua como um território de vida, onde estes sujeitos relatam que se sentem acolhidos por um grupo de pessoas que consideram assemelharem-se às mesmas condições em que se encontram. São novas relações que se estabelecem com a cidade, com as ruas, estando destituídos como sujeitos sociais e políticos dessa cidade e dessas ruas.

Ainda sobre os motivos de ida para as ruas, relataram: “Problemas com meu irmão, não voltei nunca mais, aqui é que está minha família. Aí alguém disse: sintase abraçado.” (Informação verbal)¹⁴⁴. “Com sete meses de nascido, fui parar num Abrigo. Com 8 anos fugi de lá, tenho 19 anos.” (Informação verbal)¹⁴⁵.

Problema com a família, a família vira as costas. Se eu sair das ruas, eu vou pra onde? Na família, tem uns que gosta, mas tem outros que não gosta da gente. A cada dia conheço mais essas pessoas, gosto muito. Não tenho outro lugar para ir. Nós somos a ovelha negra da família. (Informação verbal)¹⁴⁶.

Observamos que estes sempre se reportam aos problemas com a família, mas nem sempre dizem os motivos desses problemas, relatam sobre a convivência difícil, mas sem adentrar nos determinantes dos conflitos, que podem ser os mais variados, desde a dependência química, a situações de violência, desemprego.

Mais uma vez observamos a questão dos vínculos que são construídos nas ruas, por alguns dos que estão nelas, chegam a se sentir como vivendo numa *grande família*, em meio à precarização e ruptura dos laços sociais, veem-se em um *não lugar* que, para eles, assume o viés de coletivo, de convivência.

Para os usuários do Centro Pop, a rua possui vários significados. Para um usuário, ela representa o seu lazer. Já para outro constitui-se como um *lugar muito ruim*.

A rua não é lugar pra ninguém, o inverno não é bom, o papelão molha. Só Deus no comando de quem está nas ruas. A rua é horrível, é chapa, é stressante. As pessoas pensam que somos ladrões, nem todo mundo que tá na rua é ladrão, tem muito trabalhador. (Informação verbal)¹⁴⁷.

Lugar de trabalho, fico vigiando carro, pedindo, magueando. É onde eu me encontro, no meio da galera, começo a rir, dou risada, quando tô sozinha,

¹⁴⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁴⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁴⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

¹⁴⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

vem coisas ruins na minha mente, já procuro caçar meio de tá no grupo, pra esquecer aquela maldade. (Informação verbal)¹⁴⁸.

A rua é um refúgio, saí da casa da minha família, é onde eu tô dormindo, tá bom pra mim. Já fui preso. Isso eu não quero pra minha vida, já me bateram, tô resolvendo esse problema na justiça. (Informação verbal)¹⁴⁹.

A rua pra mim é conversar com as pessoas, colher informações e, principalmente, ensinar, desenvolver, eu converso com as pessoas e elas me ensinam. É um aprendizado. As pessoas dão conselhos bons pra gente, às vezes, a gente nem escuta, quer fazer o que quer, é isso mesmo (Informação verbal)¹⁵⁰.

Eu aprendi muitas coisas nas ruas, a partir do momento que passei a conviver nela. Mas a rua pra mim ensina a ter força pra alcançar o meu objetivo, que é sair dela. A gente encontra sim, não é fácil viver nas ruas. Na rua tem que batalhar pra conseguir um alimento, a gente tem um Centro Pop, mas tem que correr, eu pretendo ter minha família. A rua vem em ensinar a viver. A rua é uma boa escola pra quem não sabe viver, só os fortes sobrevivem. (Informação verbal)¹⁵¹.

Muita gente acha que a rua é um parque de diversão, aí quer viver na rua, às vezes, têm a vergonha de pedir, não sabe viver, quer safadeza, agir de pilantragem, como aconteceu com um brother nosso, um cara bacana, não tinha nada contra ele não, mas ele foi por um caminho, aí morreu. Hoje em dia não tem mais amor não, amor só de Deus, é mãe matando filho, filho matando mãe. (Informação verbal)¹⁵².

Outro usuário corrobora com esse entendimento sobre as ruas se constituírem como um lugar onde passam muitas dificuldades. “A rua é sofrimento, é bom e tem coisa ruim na rua. A pessoa está sujeita a acordar debaixo de água gelada, o policial acorda a gente debaixo de água gelada. Na rua não tem segurança não”. (Informação verbal)¹⁵³.

Observamos, a partir dessas falas, que as pessoas em situação de rua sofrem com o preconceito, os estigmas, conforme já mencionado em capítulo anterior. Percebemos a atuação policial numa perspectiva de agressão, repressão, por meio de um conjunto de procedimentos que viola os direitos humanos dessa população, o que reitera a perspectiva de *limpeza social* que esses agentes realizam junto a estas populações e que, muitas vezes, é esperada pela maioria dos moradores dos centros urbanos, que estas pessoas sejam retiradas de seus locais de passagem, nem que seja à força.

¹⁴⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁴⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁵⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁵¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁵² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁵³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

A noção de *self made man* aparece nessas situações. Observamos isso, não só através do relato sobre a truculência de alguns Policiais, mas pela forma como a própria sociedade enxerga estas pessoas, com hostilidade, considerando-as vagabundas, que estão ali por não buscarem trabalho. Há uma dessensibilização no que se refere à sua condição (sub) humana, inclusive, chegando a cometer contra estas pessoas atitudes violentas, como xingá-las, queimá-las, acordá-las com água, conforme relatado acima. (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Também aparece nas falas, a rua como espaço de luta pela sobrevivência, local de trabalho. “A apropriação dessas áreas configura um duplo uso: espaço de moradia e de trabalho. Pode-se dizer que ocorre um reorganizar, um reinventar do espaço público e comum, tornando-o quarto/cozinha/oficina, onde a concepção tradicional da casa cede lugar à outra [...]”. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 103).

O comentário sobre a morte do companheiro que estava nas ruas e “[...] foi por outro caminho e morreu” parece justificar o ocorrido com esse usuário morto, como num senso de moral, de quem foi punido com a própria vida. A rua é território de medo, morte e vida, contraditoriamente. O debate sobre os direitos humanos fica pormenorizado, assim “[...] a imagem moderna da morte caracterizada pela brancura silenciosa da morte pacífica, a ‘morte morrida’ da linguagem popular, foi contraposta à violência intencional e não acidental da ‘morte matada’”. (RUI; MARTINEZ; FELTRAN, 2016, p. 38).

O depoimento acerca da periculosidade das pessoas em situação de rua chama a atenção, pelo fato de que estes são discriminados, por viverem nas ruas, sendo classificados, muitas vezes, pela sociedade, como ladrões, bandidos. Ademais, algumas ponderações:

[...] conduzem-nos a pensar que a tendência à essencialização que a vida nas ruas instiga sintetiza duas perspectivas básicas sobre a questão: a primeira está marcada pela individualização da situação de rua e legítimas intervenções e práticas de governo sedentas a suprimir tal fenômeno pelo desaparecimento destes sujeitos do espaço urbano; a segunda perspectiva localiza o fenômeno em causalidades macroestruturais que representam pessoas em situação de rua como sujeitos da “falta”. (SCHUCH; GEHLEN *apud* LEMÕES DA SILVA, 2013, p. 22).

E, mais uma vez, emergem reflexões paradoxais quanto ao significado das ruas. Para um usuário representa lazer, para outros, constitui-se como um lugar ruim. Observamos os vínculos que são constituídos nas ruas, relativizando o suposto abandono que as ruas representam, e aqui compreendemos que há as situações de *viração*, por parte destes sujeitos.

Esta categoria cunhada por Gregori (2000, p. 31) é definida como “[...] comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens”. A *viração* permite-nos entender como homens e mulheres conseguem estabelecer vínculos relacionais nesse processo de estar nas ruas, como conseguem se utilizar deste espaço, que é público. Devem saber a quem vincular-se, para reduzir possíveis embates, intrigas, perigos, uma vez que a rua é, também, *guerra de lugares*. (ARANTES, 1994).

Ainda sobre o significado das ruas, temos:

A rua pra mim significa preencher um vazio que eu tenho, eu me sinto melhor, mais confortável, não me sinto preso, abafado, nem teleguiado pela família. Tem um lado bom, porque a gente procura ir pra Igreja, eles querem ajudar a gente, o lado ruim é porque a pessoa se envolve muito com a droga, com álcool, com coisas que não se deve fazer. (Informação verbal)¹⁵⁴.

Noventa por cento que tá na rua, pra poder dormir tem que fazer uso dum álcool, duma droga. No inverno, na rua é puxado, então, no inverno pra dormir tem que tá muito bêbado, drogado, e isso gera um vício, um círculo vicioso e quando vemos, já estamos presos (nesse círculo). Se você perguntar pra dez moradores de rua se eles querem sair da rua, todos dez vão dizer que sim, mas as oportunidades não aparecem. Graças a Deus, tem umas pessoas que trazem uma palavra de conforto pra gente, trazem alimento, roupa, isso vai preenchendo o espaço que a família deixou. (Informação verbal)¹⁵⁵.

Eu posso dar um exemplo aqui. O Centro Pop dá uma ajuda muito boa pra gente em termos de alimentação, só que se der um imóvel de dez mil reais pra um morador de rua, não se firma, mas se dez meses antes, der uma oportunidade pra ele trabalhar, com acompanhamento psicológico, aí sim, mas sem isso, pra mim é suicídio, não adianta dar um apartamento pra uma pessoa dessa, ninguém come parede, precisa de alimento, de condição. (Informação verbal)¹⁵⁶.

Às vezes, durmo na Pousada, aí a saudade da rua é tão grande, que a gente volta pra rua, a hora que a dor bate mais, a tristeza, aí a gente diz: será que vem alguém da minha família aqui, será que pensa se eu ainda tô vivo, será se tem alguém me procurando, da família. (Informação verbal)¹⁵⁷.

A hora que a solidão bate mais é à noite. Tu senta no papelão, bota a cabeça e pergunta: o que foi que eu fiz da minha vida hoje. Aí você lembra da sua família, que viu há dez anos atrás. O pensamento vai lá atrás, quando tu sentava na sala pra ver TV com teu pai, tua mãe. É sobrevivendo cada dia a dia. (Informação verbal)¹⁵⁸.

Uma vez uma pessoa disse pra mim: A vida da gente é que nem um restaurante, ninguém sai sem pagar, cada um paga um preço alto. Todo mundo paga, uns perdem a família, cada um tem um pecado. O que sofre na rua, tá pagando o preço dele. Vai pagando aqui na terra. (Informação verbal)¹⁵⁹.

¹⁵⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁵⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁵⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁵⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁵⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁵⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

O uso do álcool demarcado em um depoimento nos remete à compreensão de que este uso lhes traz uma sensação de *conforto*, esquecimento da dor, da fome, do frio. Não só o uso do álcool, mas das drogas ilícitas, lhes causam essa sensação. Não conseguem vislumbrar a questão da dependência como nociva e prejudicial à sua saúde.

Na verdade, a cachaça revela uma história de perdas sucessivas: laços familiares, emprego, condição física; aliada a uma autoavaliação severa do desempenho, cria a imagem do caído, [...] que produzem a figura do indigente, do carente. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 102).

A outra ponderação do usuário sobre estar nas ruas sofrendo, como consequência de pecado, como uma punição por ter feito coisas erradas, nos remete a compreender a dinâmica religiosa na vida dessas pessoas, como estes enxergam a religião. As Igrejas são representadas, para eles, através das doações que recebem, das palavras de ânimo, e, também, da reflexão feita pelo usuário sobre estar nas ruas, e estas serem um lugar ruim, um local onde estão pagando seus pecados.

A desvinculação com a esfera sociofamiliar também é frequente nas falas, o que faz com que busquem novas sociabilidades e formas de se protegerem.

Por seu turno, a narrativa primordial, que acalenta e dá sentido à inserção no conjunto de práticas e valores próprios à vida das ruas, envolve um discurso que sempre remete ao núcleo familiar e, na maioria das vezes, apresenta um conflito, uma perda, uma reorganização de papéis mal sucedida ou a frustração pelo descompasso entre “campo de possibilidades” e expectativas sociais. (LEMÕES DA SILVA, 2013, p. 51).

Acerca das motivações para buscar o Centro Pop e quais atividades que o Centro oferece, os usuários enfatizaram que é um espaço que se configura como de acolhida, de refúgio, onde conseguem benefícios, alimento, documentação. “É nossa nova casa. Aqui encontramos apoio. É o acolhimento do lugar, na rua a gente vive só. D. Fulana (a Coordenadora do Centro Pop) é como uma mãe, dá conselho, puxa a orelha, o aconchego que não tem na rua, tem aqui.” (Informação verbal)¹⁶⁰.

D. Fulana (Coordenadora) me deu quinze dias de suspensão, fiz uma besteira, aí eu puxei a faca pra um lá e ela foi chegando, ela me viu com a faca, dei a faca para ela (isso quando ele estava no Abrigo e ela era Coordenadora do Abrigo). Quem tava sendo errado era eu. Lá fora, na rua, a gente passou uns venenos. De lá pra cá, eu tô bem. A gente tá aqui, no Centro Pop, é muito bom, ela ajeita a vida da gente aqui, dá o Auxílio Brasil, alimento, roupa, Abrigo pra gente dormir debaixo, dá uns puxões de orelha (rsrsrs de todos). Tudo tem regra. (Informação verbal)¹⁶¹.

¹⁶⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁶¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

Não adianta ter um lugar pra trabalhar com as pessoas, se não tem aquele suporte, não ter as pessoas que sabem fazer realmente aquilo, porque lidar com o ser humano, tem que gostar. Tem que gostar, ter amor pelo que faz, é isso que a gente encontra aqui. Tudo tem regra, se não tiver, não vai, mano. (Informação verbal)¹⁶².

Não todos, mas tem gente que quando tá aqui quer ser valente, quando vai preso, não tem essa valentia toda, se não, o chicote estala, lá tem regra e tudo, aí não tem valentia. Na rua, também, tem regra. (Informação verbal)¹⁶³.

Tem várias atividades, musicoterapia. Teve um professor de ginástica. Tem médico, dentista, quem tá precisando de uma operação, a gente pode marcar. Ainda tem as festas, teve o São João, Festa de Natal. Aquela Ação na praça, (nessa hora, a Coordenadora falou que é o projeto “um dia sem morador de rua”, promovido pela Diocese de Imperatriz). Tem Palestras. A TV fica ligada pra gente assistir também. (Informação verbal)¹⁶⁴.

Interessante demarcar o sentimento de gratidão dos usuários pela acolhida que o Centro Pop lhes dá, pelos encaminhamentos, atividades, no entanto, não conseguem dissociar tudo o que recebem da figura da Coordenação do Centro, e nem compreendem que estão inseridos em uma Política Pública, que se constitui como direito dos cidadãos e dever do Estado. A proteção social que recebem não é benesse, nem dádiva, é direito conquistado e adquirido, uma política que ainda tem muito a realizar no seu escopo, mas que não é favor. Embora haja toda uma perspectiva de retração dos investimentos públicos nas políticas sociais, e sua subordinação aos ajustes da economia, estas avançaram na sua forma de organização, tipificação, sofrem disputas, embates, mas são afiançadoras de direitos.

O Centro Pop deve realizar atividades que promovam o protagonismo destes sujeitos que estão nas ruas, que os levem à reflexão, ampliem seus conhecimentos, desenvolvam suas habilidades, oportunizando que, com isso, percebam a necessidade de reconstruir suas trajetórias.

Outro aspecto importante foi a questão das regras, limites, embora o exemplo tenha sido dado quanto ao período do usuário em um Abrigo, mas no Centro Pop também há regras, e foi falado que até nas ruas há regras, as regras de convívio dos grupos que se constituem nelas.

Há uma relação de reciprocidade entre a instituição e os usuários atendidos, o que pressupõe a compreensão das especificidades de cada um. “É por isso que, ‘quanto mais a conduta é institucionalizada, tanto mais se torna predizível e controlada’”. (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 89).

¹⁶² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁶³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁶⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

Ainda sobre os motivos para procurar o Centro Pop, foi ressaltado que:

O Centro Pop é um órgão da Prefeitura que providencia o café, o banho, tem a pulseira pra almoçar, tem Assistente Social, tem as Psicólogas, a gerente. Graças a Deus que tem o Centro Pop, porque se não tivesse ia ser complicado. Lá no centro são os moradores de rua que não zelam mesmo. (Informação verbal)¹⁶⁵.

Lá no centro tem um bandeco dia de sábado e domingo. Lá tem muita gente que nem mora na rua e vai receber. Isso é errado, o bandeco devia vir pra cá também. Lá tem muita gente, tem gente ali que tem casa, a mãe pega os filhos e leva pra fila, vão pra casa, se deitar. Se a Secretaria é um órgão público pra cuidar das pessoas que está nas ruas, então é pra essas pessoas. O governo tá devolvendo pra nós o nosso direito, estão priorizando um povo que não é dessa Secretaria. Quando a gente chega, já acabou. A demanda lá é alta. A gente não quer brigar com eles, a gente quer o nosso direito. (Informação verbal)¹⁶⁶.

Aqui tem banho, corte de cabelo, tem café, mingau, doação de roupas, às vezes, uns kits de higiene, de vez em quando, tá até faltando, né fulano? (pergunta para o Coordenador). Tem os cursos profissionalizantes, de vez em quando, aparecem uns cursos. Tem o dentista que atende. Tem umas atividades da Igreja. (Informação verbal)¹⁶⁷.

Os usuários demonstraram conhecer as atividades realizadas pelo Centro Pop. Entendem que o espaço que possuem de acolhida é o Centro, e neste grupo, em específico, conseguimos visualizar, a partir de algumas falas, que sabem que o que lhes é ofertado é um direito e que precisam, inclusive, reivindicar por aquilo que não está sendo ofertado da maneira que entendem como sendo a correta. Em relação aos *bandecos* que mencionaram, trata-se de uma parceria entre a SEMCAS e uma entidade da sociedade civil, que presta esse serviço às pessoas em situação de rua, os que são atendidos no Centro Pop, do bairro da Forquilha, precisam se dirigir ao Centro Pop Centro, em São Luís, para receberem essa alimentação e, muitas vezes, não conseguem recebê-la, como foi relatado.

Outro grupo de usuários relatou que:

Aqui me sinto acolhido, mas, às vezes. Por que não pode banhar? Aí não tem banho, a gente chega na rua, com aquele cheiro forte e dizem: esse aí é morador de rua. Pra quê que serve o Centro Pop? Não é pra isso? Não é pra banhar e lavar as roupas? (Informação verbal)¹⁶⁸.

Eu sempre fui bem tratado aqui nesse lugar. Os funcionários não têm culpa, não fui eu, nem os irmãos que tão aqui, foram outros que entupiram o banheiro, quebraram o vaso, tem situações que acontecem aqui dentro, não é culpa de quem trabalha aqui. A realidade é essa, essa é a realidade. (Informação verbal)¹⁶⁹.

¹⁶⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁶⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁶⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁶⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

¹⁶⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

Eu busco mudança, um dia que quero sair das ruas, ofereceram um curso pra mim, eu fiz, eu quero conseguir um trabalho. Precisava ter um convênio com Empresas, para arrumar um emprego pra gente, aí eles (as Empresas) dizem: ah, esses aí são moradores de rua. (Informação verbal)¹⁷⁰.

Alguns atendimentos não estão sendo realizados por problemas, como, por exemplo, o banho, que não está tendo, devido a entupimentos, que, segundo relato, foi causado pelos próprios usuários. Quando este direito não é acessado, um usuário especificou que não se sente acolhido.

É preciso que estes sujeitos tenham visibilidade, a segregação espacial dificulta seu acesso a determinados serviços, mas o Centro Pop pode e deve se constituir como um local que busque a inserção social destes nos modos de produção da vida social, no trabalho e nas relações interpessoais cotidianas.

Em alguns depoimentos, nos deparamos com a perspectiva de saída das ruas por parte dos usuários, inclusive, um chega a afirmar que o Centro Pop é o local que prepara os que estão nas ruas, para sair delas e buscar novas formas de vida.

Agamben (2010, p. 10) nos fala do conceito de vida nua, como sendo a “[...] simples vida natural [...] como mera vida reprodutiva”. A politização da vida nua ocorre pela animalização do homem. Assim, Agamben (2006, p. 135) pondera que:

Aquilo que chamo vida nua é uma produção específica do poder e não um dado natural. Enquanto nos movimentarmos no espaço e retrocedermos no tempo, jamais encontraremos – nem sequer nas condições mais primitivas – um homem sem linguagem e sem cultura. Nem sequer a criança é vida nua: ao contrário, vive em uma espécie de corte bizantina na qual cada ato está sempre já revestido de suas formas cerimoniais. Podemos, por outro lado, produzir artificialmente condições nas quais algo assim como uma vida nua se separa de seu contexto: o muçulmano em Auschwitz, a pessoa em estado de coma etc.

Apreendemos com essa discussão acerca da vida nua, que as pessoas que se encontram em situação de rua se inserem nessa concepção. O poder do soberano se estende à vida nua, decidindo sobre qual vida tem mais valor, tendo o poder de decidir em que medida uma vida deixa de ser politicamente relevante, aí reside a gestão sobre vida e morte. (AGAMBEN, 2010).

Um ser que fosse radicalmente privado de toda identidade representável seria para o Estado absolutamente irrelevante. É isso que, na nossa cultura, o dogma hipócrita da sacralidade da vida nua e as declarações vazias sobre os direitos do homem têm a tarefa de esconder. Sagrado, aqui não poder ter outro sentido senão aquele que o termo tem no direito romano: sacer é aquele que foi excluído do mundo dos homens e que, embora não podendo ser sacrificado, é lícito matar sem cometer homicídio. (AGAMBEN, 2013, p. 79).

¹⁷⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

A vida nua pode ser associada à vida precária, inicialmente pensada por Judite Butler, em 2004, em que a autora indaga sobre o que diferencia uma vida que vale, das que nada valem, as que estão protegidas das vulnerabilidades comuns e as que estão submetidas a essas vulnerabilidades e a uma série de outras violências e violações. Precariedade que é caracterizada pela finitude da vida, daí ser “[...] a vida precária [...] condição de estar condicionado” (BUTLER, 2006, p. 43.); se “[...] não há vida, sem a necessidade de abrigo e alimento”, logo, “não há vida sem redes sociais mais amplas de sociabilidade e trabalho”. (BUTLER, 2006, p. 45).

Através do Centro Pop, percebemos que estes usuários têm a possibilidade de reviver o que é um espaço doméstico, pois lá podem sentar-se, alimentar-se, assistem TV, encontram-se, novamente, embaixo de um teto, ainda que seja por poucos instantes. Alguns se utilizam mais do espaço, outros menos, mas vale ressaltar que o Centro Pop permite que estes sujeitos sejam visibilizados, no que concerne aos seus direitos. Faz-se necessário que a atenção a este segmento por parte do Suas seja cada vez mais qualificada.

Sobre a possibilidade de restabelecimento dos vínculos familiares e saída das ruas, os usuários responderam que já tiveram a possibilidade de se reaproximar de suas famílias, mas que foi bem difícil essa reaproximação, e acabaram retornando às ruas; outros, não querem nem ouvir falar nessa possibilidade, levando-nos a inferir que a ruptura familiar foi bem intensa.

A história familiar desses sujeitos é marcada pela vulnerabilidade social, que perpassa várias gerações, chegando até a deles; são famílias de baixa renda, que sempre fizeram uso de atividades laborais informais, com vínculos sociais e familiares que foram se fragilizando até se romperem.

Eu não perdi meus vínculos com a família. Eu não consigo ficar, eu quero mudar. Mas minha mãe fica jogando as coisas do meu passado na minha cara. Quando você quer que a pessoa mude, não jogue na cara dela coisas do passado. (Informação verbal)¹⁷¹.

Depois que eu criar vergonha na cara, tomar posse da vida, mas enquanto isso, eu mesmo não quero tá dando trabalho pra ninguém. Falo, de vez em quando, com uns parentes de São Francisco de Brejão, tem uns por aqui, perguntam por mim, falam da minha mãe, que ela pergunta por mim direto. Tenho uma tia que me dá umas ideias boas, quero ir lá semana que vem, vai ter uma festa boa de vaquejada. Dez anos que não vou lá. (Informação verbal)¹⁷².

¹⁷¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁷² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

Eu tava internado na Fazenda Esperança, eu falei pro responsável lá ligar pra minha mãe, minha avó eu chamo de mãe, ela é mãe, pai. Aí pedi pra ligar, disse que ia falar com o secretário, mas não resolveu foi nada, não ligaram. Só faz piorar minha situação, se eles me ajudarem [...]. (Informação verbal)¹⁷³.

Família é muito bom, nos acolhe. Mas eu tô na rua por opção, perdi minha mãe aos 11 anos de idade e fiquei com meu pai, aí entrei no mundo das drogas. Comecei a passar esse sufoco aqui, e não quis ficar levando esse sofrimento pra família não, então, foi opção minha mesmo, eu passo por isso aqui sozinho. (Informação verbal)¹⁷⁴.

Sobre o fato de o usuário escolher estar nas ruas, é preciso atentar para a especificidade desse depoimento e das circunstâncias que o levaram às ruas. Ao romper com sua família, por conta do uso abusivo de drogas, a sua vulnerabilidade se acentuou e as ausências que essa pessoa tem na vida também se acirraram e, foi nesse momento, que a droga se tornou uma condição para que ele prosseguisse na sua vida cotidiana. O usuário não vislumbra como uma questão vinculada à sua saúde, não foi uma simples opção a ruptura dos vínculos, mas uma alternativa encontrada por este sujeito, para amenizar os conflitos que passaram a existir no agregado familiar, por conta da dependência química.

Outra usuária especificou “Eu tenho vontade de recuperar minha família. Eu conheci uma pessoa nesses caminhos aí. Eu tô namorando”. (Informação verbal)¹⁷⁵. Nesse caso, em específico, a usuária havia relatado que ainda mantém vínculo com a família, mas não consegue aceitar o que falam sobre seu *passado*. Aqui observamos um caso de construção de novos vínculos, pois, a partir do relacionamento em que está inserida, quem sabe, consiga instituir uma nova família.

Tratar do tema família pode envolver vivências carregadas de representações, significados, opiniões, juízos ou experiências as mais diversas. Podem ser incluídas as lembranças boas e ruins, afetos, desafetos, perdas e tantos outros componentes que, no conjunto, escrevem a história de vida de cada ser humano. (NERY, 2010, p. 190).

Outro grupo de usuários afirmou: “Sim, eu tenho um vínculo muito bom com minha família. Eu vou lá, converso com eles. Converso com meu pai normal, tem um terreno lá.” (Informação verbal)¹⁷⁶. Outro afirmou: “o meu vínculo tá só fragilizado.” (Informação verbal)¹⁷⁷. “Eu só vou quando minha mãe largar meu Padrasto. O cara é

¹⁷³ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁷⁴ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁷⁵ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁷⁶ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁷⁷ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

um barril de pólvora, só uma coisinha pra explodir.” (Informação verbal)¹⁷⁸. Ainda sobre o restabelecimento dos vínculos familiares:

Sobre isso aí é o seguinte: nossas famílias e nós precisamos ser trabalhados, nossa saúde mental foi afetada, a nossa e a deles. Afinal de contas são nossos parentes. Não é só: eu vou devolver seu filho, eu vou devolver seu marido. Tem que haver um acompanhamento das duas partes, pra derrubar esse muro que foi construído pela barreira da rua, todo mundo era direitinho, tinha um bom comportamento, mas com o tempo, a aruá te ensina isso, é a autodefesa do morador de rua, ser um cara agressivo, ser malicioso. Às vezes, você não é nem ruim, mas só escuta te xingarem, só escuta aquilo ali, e aí? (Informação verbal)¹⁷⁹.

Muito interessante o usuário demarcar que a situação de rua promove alterações no estado emocional das pessoas, tanto dos usuários quanto de seus familiares, e que, para que haja o restabelecimento dos vínculos familiares, ambos, usuários e suas famílias, necessitam de acompanhamento psicossocial, precisam desenvolver as habilidades sociais, buscar o fortalecimento dos vínculos de pertencimento à família. Também pode ocorrer que a tentativa de restauração dos vínculos não ocorra, haja vista as situações, problemas enfrentados por aquele usuário e que foram, muitas vezes, desgastando as relações familiares. Nesse caso, pode também acontecer que o usuário construa novos vínculos, com outras pessoas, e instaure uma nova composição familiar. Isto posto:

O contato familiar é um fato importante e particularmente delicado, pois nem todas as pessoas estão preparadas ou mesmo interessadas em restabelecer estes vínculos. Existem aqueles que conseguiram sair da rua e que mesmo assim, não retornaram para casa, assim como pessoas que retomaram um contato a distância, se resumindo a fazer ligações ou visitas à família. Outros preferiram não retomar contato algum, ou mesmo não têm mais parentes vivos ou perdeu seu paradeiro. É importante ressaltar os casos em que a família aparece como o próprio motivo que fez a pessoa passar a morar na rua, não havendo qualquer interesse em retomar este contato. (MELO, 2011, p. 48).

Segundo Kaloustian (2002), é na família que os aportes afetivos, necessários ao desenvolvimento dos membros, são construídos, além de a se constituir como um espaço onde se absorvem valores éticos, de solidariedade.

As dificuldades de cumprimento das famílias, no que concerne às suas funções de proteção básica, socialização e mediação, contribuíram para fragilizar o grupo familiar, e seus vínculos tornaram-se, com isso, mais vulneráveis. A Política de Assistência Social deve compreender essas dinâmicas e mudanças nas relações

¹⁷⁸ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 02/08/2022.

¹⁷⁹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

familiares e fornecer serviços que possibilitem que as famílias acessem seus direitos. (BRASIL, 2004a).

Em relação aos projetos de vida que pretendem realizar, ao saírem das ruas, os usuários relataram que desejam voltar às atividades que realizavam antes, como, por exemplo, retornar ao trabalho; outros afirmaram que querem ter uma casa. Outros enfatizaram que não querem mais fazer uso de álcool, de outras drogas. “Eu, praticamente, quero sair das ruas, arrumar uma família. Tudo na vida cansa, eu já estou me sentindo cansado disso aqui já”. (Informação verbal)¹⁸⁰. Outro afirmou: “Eu tenho dois objetivos: ter minha própria casa e fazer minha Faculdade”. (Informação verbal)¹⁸¹.

Quero sair das ruas. Eu tenho minha profissão, sou mecânico. Mas meu sonho é poder voltar lá na minha Comunidade e ver quem jogava pedra em mim, dizer: poxa, ele mudou realmente. Mudou com a mãe dele, com a família dele, é um bom pai pro filho dele, um bom marido pra esposa dele. Isso vale muito pra mim. É só isso que eu quero e nada mais. (Informação verbal)¹⁸².

Todos os usuários apresentaram respostas referentes à pretensão de mudar de vida, de sair da situação de rua, no entanto, não foi possível vislumbrar nos depoimentos, ações concretas e objetivas que promovam a sua saída das ruas e a efetivação de seus projetos de vida.

A vida nas ruas pode ocasionar uma paralisia, que leva os sujeitos a uma maior identificação com a permanência nelas. Com o tempo, essas pessoas podem se acostumar com o espaço da rua, pois conseguem estabelecer estratégias para sobreviver, para a sua autodefesa. Os fatores cognitivos podem levá-los a uma “[...] incapacidade de planejar concretamente e senso de falta de esperança, que podem atrapalhar suas chances de escapar das ruas”. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 470).

A situação de desabrigo torna mais difícil o retorno ao mundo dos domiciliados, ao cumprimento de horários que, nas ruas, a pessoa não precisava cumprir ou se preocupar. Assim, “[...] libertar-se da vida de rua, portanto, pode ser um processo difícil e doloroso, especialmente para os moradores de rua crônicos. Só de pensar nisso pode gerar medo e resistência”. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 472). Estes se constituem como dilemas cognitivos, que supõem ultrapassar essa experiência vivida.

A casa e a rua, para Da Matta (1991), constituem-se, para além de espaços geográficos, são campos de ação social, domínios culturais institucionalizados. Ao

¹⁸⁰ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022,

¹⁸¹ Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 22/08/2022.

¹⁸² Depoimento retirado de entrevista realizada no dia 24/08/2022.

estarem nas ruas, sem contar com a proteção que uma casa oferece a quem nela reside, as pessoas em situação de rua estão expostas a riscos, vulnerabilidades, inseguranças.

Compreendemos, com esta pesquisa, que grande parte dos sujeitos em situação de rua atendidos nos Centros Pops são trabalhadores, desenvolvem atividades informais; uns romperam vínculos com as famílias, outros estão com os vínculos fragilizados, fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e percebem que este uso lhes impede de estabelecer metas para uma mudança significativa em suas vidas.

Estes sujeitos veem o Centro Pop como local de acolhida, onde conseguem acessar serviços e direitos, recebendo proteção social que visa à garantia de suas vidas. É decerto que a Política de Assistência Social possibilita que estas pessoas tenham seus direitos individuais e sociais garantidos, mas, também possui limites na execução de suas ações, sendo necessário destacarmos, mais uma vez, a necessidade da atuação intersetorial, do trabalho em rede, para que estes usuários recebam atenção integralizada no que tange às suas necessidades.

Os sujeitos com os quais nos deparamos nos revelaram histórias de vida marcadas pela pobreza, por diversas rupturas relacionais, por estigmas; são cidadãos, que se encontram nas periferias das cidades, manguendo, não conseguindo um padrão mínimo de qualidade de vida. Segundo Langa (2012), são pessoas sobrantes, cujo lugar que ocupam no tecido social da cidade, são as periferias e franjas.

Nesse sentido, a cidade atua como polo de oposições, ora um lugar de realizações, por conta do que uma cidade grande pode proporcionar às vidas das pessoas, ora um lugar de vulnerabilidades e perigos. Assim:

[...] pesquisas sobre aglomerados urbanos no Brasil mostram que a cidade é vista como o lugar de realização de um projeto de vida básico, por meio da possibilidade de um emprego estável, da aquisição da casa própria, do acesso à escola e aos serviços de saúde. Entretanto, existe uma distância entre o que se espera da cidade e, o que ela realmente oferece. Essa distância é percebida não apenas sob forma de carências, mas também de distribuição desigual dos recursos e equipamentos, entre ricos e pobres, fracos e fortes, vilas pobres e bairros ricos. (MAGNANI, 1998 *apud* LANGA, 2012, p. 35).

A ausência de uma casa traz consequências para o habitar. A pessoa em situação de rua é um ser sem lugar, sem lugar reconhecido, nesse contexto. Não ter casa significa um estado permanente de exposição. É não ter como acumular objetos; é estar o tempo todo correndo o risco de ser furtado em seus poucos pertences. A rua

como território de vida e território vivido desencadeia situações complexas ao cotidiano de quem nela habita, com condições adversas, inóspitas, deflagradas junto às pessoas em situação de rua. (KASPER, 2006).

A estrutura basilar da sociedade capitalista atrelada às perdas, infortúnios que acometeram as pessoas em situação de rua, ampliaram os níveis de pobreza, desigualdades em que estas se encontram. É importante enfatizar que são pessoas titulares de direitos, e que, muitas vezes, os espaços que ocupam nas ruas vêm sendo aniquilados, sem oferta de novos espaços por aqueles que, institucionalmente, deveriam proteger socialmente estas pessoas.

As políticas sociais podem e devem ser formuladas e implementadas de modo a contribuir para que a realidade em que estas pessoas se inserem seja modificada e que tenham, de fato, condições de traçar novas metas, projetos de vida, construção e/ou reconstrução de vínculos sociorrelacionais, de modo que possam dispor de condições econômicas e materiais para alterar a condição de rua e possibilitar que novos processos identitários sejam construídos, no intuito de romper com visões estigmatizadoras, que as colocam em lugares inferiores e desqualificados.

6 CONCLUSÃO

As múltiplas trajetórias e configurações relacionais dos sujeitos em situação de rua com a rua nos proporcionaram, através da pesquisa desenvolvida, uma aproximação e compreensão da forma como estes vivem e utilizam-na como espaço de sobrevivência e moradia, haja vista as desigualdades sociais que marcam suas vidas e a precariedade de suas inserções no mundo do trabalho.

Para fins de conclusão e com o intuito de realizar uma análise das ações dos Centros Pops, em nosso Estado, junto à PSR, vale a pena, mais uma vez, enfatizar a relação que esta questão possui com o modo capitalista de produção, muito embora, a sua gênese, como bem demarcado no segundo capítulo, anteceda o mesmo, entretanto, é no bojo de processos sociais e históricos, de multicausalidades, que podemos desvelar a complexidade da PSR.

Além disso, para compreender o fenômeno da PSR na realidade brasileira, também nos remetemos ao processo de formação sócio-histórica do Brasil, país que se constituiu como colônia de exploração, escravizando povos africanos, tendo traços de patriarcado, machismo, racismo, os quais são elementos determinantes para refletirmos acerca da questão social em nosso país, a partir da interseccionalidade classe, gênero/ sexo, raça/etnia.

O capitalismo possui particularidades históricas em cada território e, no caso do Brasil, em face de uma estrutura colonial, num contexto de reprodução do racismo, as expressões da questão social se acentuaram ainda mais.

As desigualdades sociais que, assim, particularizaram a sociedade brasileira, agravaram as condições de vida da população, o desemprego, e o Estado, por meio de políticas sociais, passou a desenvolver ações, visando ao enfrentamento de questões relativas à pobreza.

Na realidade brasileira, enfatizamos a Política de Assistência Social no atendimento aos segmentos vulnerabilizados pela pobreza, incluindo a PSR, que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco.

É mister destacar que a Política de Assistência Social, após a sua regulamentação, com a LOAS, e, mais ainda, com a institucionalização do SUAS, avançou, ao longo desses anos, embora permeada pelas contradições do sistema, da vertente neoliberal, que reduz os direitos sociais. Trata-se de uma Política afirmadora

de direitos e as pessoas em situação de rua recorrem a esta, pela via dos Centros Pops, espaços de realização desta pesquisa.

Verificamos que o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua, através do Centro Pop, promove atividades, realiza atendimentos, encaminhamentos que se constituem como fundamentais à vida dos sujeitos em situação de rua. Contudo, estas pessoas necessitam acessar as demais políticas públicas, as quais no contexto de São Luís e Imperatriz, foi possível perceber que atuam junto a este segmento com muitos limites.

A Política de Saúde, sobretudo a Saúde Mental, foi bastante frisada como uma Política necessária, principalmente no que tange à questão do uso abusivo de substâncias psicoativas, que, aliás, foi apontado como o principal motivo de ida para as ruas e ruptura dos vínculos familiares, por parte dos entrevistados. Há diversas falhas no atendimento e encaminhamento destas pessoas aos CAPs para tratamento da dependência química, além do fato de que o que é realizado no âmbito dos CAPs, muitas vezes, não contribui para que o público atendido abandone a dependência química.

Oriundos, na grande maioria das vezes, de um universo sociofamiliar que fora rompido, estas pessoas se veem sem um lugar de pertencimento e apoio. São pessoas marcadas por sucessivas rupturas, provocadas pela questão das drogas.

Durante a pesquisa, foi demonstrado que alguns ainda falam, raramente, com familiares; outros não pretendem sequer cogitar a possibilidade de retorno à convivência familiar, justificando que as relações se tornaram insustentáveis. Embora sintam falta de vínculos relacionais fortalecidos, é mais provável que construam esses vínculos com outras pessoas, do que com suas famílias de origem.

A mensuração dessas pessoas foi um dos grandes desafios para a realização desta pesquisa. Utilizamos, para tal, os dados da CECAD, um tabulador do CadÚnico, que atualiza dados referentes à pobreza, programas de transferência de renda, e lá encontramos algumas informações sobre a PSR.

Pudemos depreender que as pessoas em situação de rua estabelecem com a rua, uma relação que já não se constitui como ameaçadora. Convivem com as outras pessoas que lá também residem, realizam atividades para obtenção de algum rendimento e isso foi perceptível em nosso estudo.

Na vinculação com a cidade e seus habitantes, a rua como território de medo é, também, contraditoriamente, de liberdade, sendo um espaço reconhecido pelos que

nela se encontram, como um lugar de estigma social, onde são vistos pela sociedade como desordeiros, bandidos, preguiçosos.

Nesse território, estão envoltos pela solidão, pelo sofrimento mental, por situações de violência, ausência de higienização pessoal, de alimentação, sem um teto. A liberdade que enxergam nas ruas não lhes traz uma vida com sentido, com dignidade; nelas se encontram vulneráveis a várias situações, como as mencionadas acima.

Acerca do que o Centro Pop realiza na vida dos usuários, cumpre-nos destacar que possui relevância em suas vidas, propõe-se a promover seus direitos, mas não se configuram como ações suficientes para garantir que as pessoas em situação de rua saiam das ruas e construam novas trajetórias de vida. É fundamental que as ações sejam intersetoriais, inclusive, chamando-se a responsabilidade para os órgãos competentes, para o fortalecimento da PNIPSR, que em momento algum fora citada pelos entrevistados, embora não tenha sido foco desta pesquisa, mas como Política regulamentada para garantir a inclusão social da PSR, sentimos falta de sua menção, pelos gestores, técnicos, o que nos leva a inferir que não têm alcançado efetividade na vida das pessoas em situação de rua.

A PNIPSR, inclusive, deve articular-se à Política de Assistência Social, e demais políticas, na garantia dos direitos das pessoas em situação de rua, assegurando acesso amplo à saúde, educação, previdência social, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda, devendo, ainda, articular o SUAS e o SUS, para uma oferta de serviços com qualidade, dentre outras atribuições.

Observamos que quem busca organizar de alguma forma essa articulação é a Política de Assistência Social, mas que também não consegue, por si só, fortalecer essa articulação. Deveria existir um mecanismo legal que regulamentasse o cumprimento das atribuições de cada política pública junto à PSR.

Ressaltamos que, inclusive, em relação ao CIAMP-Rua, tivemos a impressão de que o mesmo enquanto comitê intersetorial existe, mas não desenvolve ações intersetoriais para a PSR, nem em São Luís, nem em Imperatriz, o que revela uma lacuna no que concerne ao fato de que este comitê deveria mobilizar outros sujeitos, tanto governamentais quanto não governamentais, acompanhando o desenvolvimento da PNIPSR, em cada território.

O protagonismo das pessoas em situação de rua também deve ser demarcado no processo de construção da PNIPSR e de ações no âmbito das políticas sociais, a fim de lhes garantirem direitos. O MNPSR teve um papel fundamental nesse processo, além do que, existem, também, espaços em nível local, que integram estas pessoas, por meio de Fóruns municipais, estaduais e nacional, onde estes sujeitos se articulam, se mobilizam, em prol de suas demandas sociais.

O processo de participação social destes sujeitos reconfigura sua relação com o Estado, fazendo com que se construam diálogos acerca das políticas públicas que lhes são direcionadas e pressionando para que mais ações sejam implementadas para a garantia de seus direitos.

Interessa-nos, também, mencionar que os sujeitos entrevistados não relataram suas condições de pobreza, de forma direta, como motivo da ida para as ruas, o que nos chamou a atenção, haja vista ser a pobreza um determinante estrutural da constituição da PSR, sendo os indivíduos em situação de rua diretamente afetados por esta. No entanto, o enfoque dado foi sempre em relação aos vínculos familiares rompidos, ao envolvimento com substâncias psicoativas, sem que compreendessem que sua condição de vida desigual contribui, significativamente, para estarem vivendo nas ruas.

Observamos que as relações familiares não são restabelecidas, na grande maioria das vezes, sendo necessário entendermos que essa fragilidade e ruptura de vínculos não pode ser vista fora das relações sociais, em que a família é responsabilizada pela reprodução de seus membros, tendo sua situação agravada em meio à sua não absorção pelo mercado de trabalho.

Apontamos, ainda, em relação aos órgãos gestores da Política de Assistência Social, tanto em São Luís quanto em Imperatriz, que estes apresentam limites, fragilidades na execução dos serviços ofertados nos Centros Pops. Há limites de cobertura e abrangência no bojo dessa Política, mas há, também, possibilidades, encaminhamentos que são efetivados e provocam mudanças na vida das pessoas atendidas.

A relação estabelecida entre as pessoas em situação de rua e as políticas sociais, de maneira geral, não somente com a Assistência Social, deve ser de mobilização, no sentido de fortalecimento do seu processo organizativo, a fim de que não se limitem a uma luta política com enfoque na resolutividade de seus interesses imediatos por proteção social, mas que se vinculem à luta pela emancipação humana.

A ampliação do acesso da PSR aos seus direitos sociais deve estar na agenda pública. Os direitos, que são públicos, envolvem interesses coletivos, exigindo participação, controle dos sujeitos diretamente afetados pela materialização destes direitos. A atomização das políticas sociais, a restrição do atendimento de um segmento tão atingido pela pobreza, como é a PSR, por uma única política, deve ser desmistificada, desconstruída. A intersectorialidade se constitui como um desafio nesse sentido, como elemento fundamental na gestão pública.

A mobilização coletiva ainda é o marco potencializador de novas estratégias de enfrentamento das vicissitudes provocadas à vida dos sujeitos que se encontram em situação de rua, tornando-se um instrumento político, que estimula a participação social e a cidadania da PSR.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Tradução Claudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Trad. Nilcéia Valdati. Santa Maria: Palloti, 2006.

ALVES, G. Crise estrutural do capital, maquinofatura, e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013.

ALVES, G. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. **Blog Boitempo**, São Paulo, jun. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 7 jul. 2018.

AMATUZZI, M. M. Esboço de teoria do desenvolvimento religioso. *In*: PAIVA, G. J. (org.). **Entre necessidade e desejo: diálogos da psicologia com a religião**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 25-51.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, n.23, p 191- 203, 1994.

ARAÚJO, M. S. S. Golpe 2016, bolsonarismo e a Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo (2016-2020): expressões peculiares em São Luís do Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, ano 8, n. 3, p. 3-41, 2021.

ARAÚJO, V. F. C. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: breve análise**. 2012. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BARBOSA, R. N. C. O lugar da Economia Solidária na nova gestão da pobreza e do trabalho. *In*: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. **A intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 125-163.

BARROS, J. S. **Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza: retrato de uma estabilidade inaceitável. **RBCS**, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcso/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BASTOS, F. I. P. M. *et al.* (ogs.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de Drogas pela População Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BIZERRA, F. de A. **Estado e capital: uma coexistência necessária**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersectorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/782>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 33-50, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/9hS93srJcFSHxk8bYs5SLvc/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BOTTI, N. C. L. *et al.* Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v.1, n. 2, p. 162-176, out./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68482>. Acesso em: 1 maio 2023.

BOTTREL, F. Belo Horizonte tem a maior proporção de pessoas em situação de rua entre capitais do Sudeste. **G1**, Belo Horizonte, ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/08/19/belo-horizonte-tem-a-maior-proporcao-de-pessoas-em-situacao-de-rua-entre-capitais-do-sudeste.ghtml>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOVE, C.; FIGUEIREDO, G. **População em Situação de Rua**. Brasília, DF: SDH/PR; Flacso Brasil, 2015. (Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos).

BRANCO, R. C. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Governo Federal. **Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **População em Situação de Rua no Brasil: o que os dados revelam?** Brasília, DF, 2019a. (Monitoramento SAGI: Série Relatos de Caso, n. 2).

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **É possível Housing First no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil**. Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Nota técnica nº 5/2020/CGRIS/DEPEDH/SNPG/MMFDH**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/mdh-notatecnica2020.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 122, de 25 de janeiro de 2011. Define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt122_25_01_2012.html. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Caderno de Indicadores PQA-VS 2023: anexos I e II da Portaria nº 233, de 09 de março de 2023**. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pqa-vs/publicacoes-tecnicas/caderno-de-indicadores-programa-de-qualificacao-das-acoes-de-vigilancia-em-saude-2023>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil: Cadastro Único**. Brasília, DF, [20--?]a. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria e Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **VIS DATA 3 beta**. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP): SUAS e População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2011a. v. 3.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual Programa Restaurante Popular**. Brasília, 2004c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência. **Relatório Final do primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado pelo Governo Federal**. Brasília, DF, 2006. Mimeo.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de gestão e Avaliação da Informação. **Perguntas Frequentes sobre Dados do Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília, DF, [20--?]b. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/noticias/arquivos/files/perguntas_frequentes_dados_cadastro_unico_programas_sociais.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Suas e População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2011b. v. 2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Informação. **Capacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Capacitacao_para_controle_social_nos_municipios.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria de Trabalho. **Nota Técnica - Tratamentos aplicados nos dados do Novo Caged a partir de ajustes na captação dos dados pelo eSocial**. Brasília, DF, nov. 2021. Disponível em:

http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Out2021/Nota_T%C3%A9cnica_Novo_Caged_11-2021.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Serviços de Informações do Brasil. **Assistência Social: Demais serviços - Acessar dados e informações do Cadastro Único (CECAD 2.0)**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-dados-e-informacoes-do-cadastro-unico>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BRITO, C.; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 151-160, 2022.

BROGNOLI, F. F. **Trecheiros e Pardais**: estudo etnográfico de nômades urbanos. 1996. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/76494/110457.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: MDS/UNESCO, 2009. p. 171-201. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

BURLANDY, L. Um olhar sobre a intersectorialidade a partir da experiência de construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *In*: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. **A intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 105-120.

BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUTLER, J. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CAMBAÚVA, L. G.; SILVA JUNIOR, M. C. Depressão e neoliberalismo: Constituição da Saúde Mental na Atualidade. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 525-535, jan. 2005.

CARVALHO, A. M. P.; CARNEIRO, A. M. F. A Política de Assistência Social no contexto da pandemia da Covid-19 no Maranhão: entre o desmonte e a essencialidade. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 2, p. 815-833, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v25n2p815-833>.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, P. R. **Mulheres em situação de rua**: fatores que contribuem para esta vivência. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019. São Luís. **Anais** [...]. São Luís: PPGGP/UFMA, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_19_195c86cad9dc8be.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

CASTEL, R. **A Insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. *In*: WANDERLEY, M.; BÒGUS, L.; YAZBEK, M. C. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 17-47.

CASTEL, R. **Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, J. A. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: MDS/UNESCO, 2009. p. 87-132.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Lisboa, n. 16, v. 2, p. 221-236, 2003.

COELHO, V. S., FAVARETTO, A. Dilemas da participação e do desenvolvimento territorial. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano X, n. 18, p. 15-26, dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/1034/812>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de Atuação Ministerial**: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília, DF, 2015. (Coleção: Guia de Atuação Ministerial e Ação Nacional em defesa dos Direitos Fundamentais). Disponível em:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CNMP_WEB_2015.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

CORRÊA, B. F. **A questão étnico-racial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** o reconhecimento dos quilombos no Estado do Rio Grande do Sul. 2022. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **Unirevista**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/70213936/corsetti-2006-analise-documental-no-contexto-da-metodologia-qualitativa>. Acesso em: 1 jul. 2023.

COSTA, A. C. S. **As pedras de cantaria como travesseiros da noite:** a realidade dos moradores de rua do centro comercial de São Luís. 2021. Monografia (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís, 2021.

COSTA, A. P. M. População em Situação de Rua: contextualização e caracterização. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-15, dez. 2005. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993>. Acesso em: 1 jul. 2023.

COSTA, D. L. R. **A rua em movimento:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/publico/TESE_DANIEL_LUCCA_REIS_COSTA.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

COSTA, G. **Serviço Social em debate:** ser social, trabalho e ideologia. Maceió: Ed. Edufal, 2011.

COUTO, B. R. Assistência Social: direito ou benesse? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

COUTO, B. R. *et al.* (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R.; SILVA, M. B. A política de assistência social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. *In:* MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. **O sistema único de assistência social:** as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação/organizadoras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 31-44.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In:* COUTO, B. R. *et al.* (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CRUZ, E. Governo de São Paulo e Prefeitura fazem operação na Cracolândia. **Agência Brasil**, São Paulo, maio 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/governo-de-sao-paulo-e-prefeitura-fazem-operacao-na-cracolandia>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CUNHA, K. Empregos formais em Imperatriz crescem 106,2% em relação a 2021. **Prefeitura de Imperatriz**, Imperatriz, ago. 2022a. Economia. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/noticias-economia/empregos-formais-em-imperatriz-crescem-1062-em-relacao-2021.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CUNHA, K. Imperatriz registra crescimento na geração de emprego. **Prefeitura de Imperatriz**, Imperatriz, abr. 2022b. Economia. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/noticias-economia/imperatriz-registra-crescimento-na-geracao-de-emprego.html#:~:text=Em%202021%20foram%20registradas%203.941,aumento%20de%20310%2C%20totalizando%204.251&text=O%20Cadastro%20Geral%20de%20Empregados,for%C3%A7a%20na%20economia%20de%20Imperatriz>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CUNHA, K. Prefeitura participa de ação social para pessoas em situação de rua. **Prefeitura de Imperatriz**, Imperatriz, jun. 2022c. Economia. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/governo/prefeitura-participa-de-acao-social-para-pessoas-em-situacao-de-rua-em-imperatriz.html>. Acesso em: 13/03/2023.

D'ÁDAMO, O.; GARCIA BEAUDOUX, V. G.; MONTERO, M. (comp.). **Psicologia de la acción política**. Buenos Aires: Paidós, 1995.

DA MATTA, R. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Bitempo, 2016.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. [S. l.]: Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

SCOREL, S. Vivendo de teimosos: Moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. *In*: BURSZTYN, M. (org). **No meio da Rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139-171.

FARHA, L. **Relatório Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

FARIA, C. A. P.; MACHADO, M. F. Hipersocialização e Eclipse do Sujeito na Provisão Pública de Bens e Serviços para a População de Rua. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 33-47, nov. 2004.

FARIAS, V. C. C. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre**. 2007. 140f. Dissertação. (Mestrado em Assistência Social) - Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, T. A.; BERETTA, R. C. S. Saúde mental e trabalho: a realidade dos trabalhadores do SUAS. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, Patos de Minas, v. 7, n. 1, p. 181-194, set. 2021.

FERRO, M. C. T. **Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la política nacional para la población en situación de calle en Brasil**. 2012. 228 f. Tesis (Máster) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2012.

FIORATI, R. C. *et al.* As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. esp., p. 1-8, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000500427&lng=en. Acesso em: 5 ago. 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Rb7HCMSwdfR5rZYbcWnHwWc/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

FRÓES, A. L. A. O. **O controle social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): análise do Conselho Municipal de Assistência Social de São Luís (MA)**. 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/861>. Acesso em: 1 jul. 2023.

GARCIA, A. V.; CARMO, A. V. S.; SILVA, R. M. Perfil dos/as cursistas EPDS comparado: EPDS/UFSC e EPDS/ UNB. In: PILATI, A. *et al.* **Educação, Pobreza e Desigualdade Social: a iniciativa EPDS na universidade de Brasília (2017-2018)**. Brasília, DF: Editora UnB, 2020. p. 40-84.

GARDELLA, É. A urgência como cronopolítica: o abrigo para pessoas em situação de rua. *In*: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUfSCar, 2016. p. 141-174.

GEREMEK, B. **A Piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Tradução de: Maria de Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GEREMEK, B. **Poverty**: a history. Oxford, Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

GEREMEK, B. **The Margins of Society in Late Medieval Paris**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões, conventos**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GREGORI, M. F. **Viração**: experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUARESCHI, N. M. F. Pesquisa em Psicologia Social: de onde viemos para onde vamos. *In*: RIVERO, N. E. (Org.). **Psicologia social**: estratégias, políticas e implicações. Santa Maria: ABRAPSO SUL, 2001. p. 119-130.

GUERRA, S.; EMERIQUE, L. M. B. O princípio da dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial. **Revista da Faculdade de direito de Campos**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 9, p. 379-397, dez. 2006. Disponível em: <http://fdc.br/arquivos/mestrado/revistas/revista09/artigos/sidney.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

GUMUCIO, G.; SCHMIDT, C. Descaso e deterioração do lugar de memória no Caso da Chacina da Candelária, no Rio de Janeiro. **Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 64-79, jun. 2018.

HAESBAERT, R. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. (orgs.) **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. São Paulo: Lamparina, 2007. p. 43-70.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. *In*: HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 135-162.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 1985.

IAMAMOTO, M. V. A Formação Acadêmico-Profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano II, n. 3, p. 9-32, 2004.

IANNI, O. A dialética da globalização. *In*: IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 135-162.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19: principais resultados**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Imperatriz - Panorama**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/MA/imperatriz/panorama>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais – 2021: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2021. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Caracterização da população e dos domicílios maranhenses inscritos no CadÚnico. **Boletim Social do Maranhão**, São Luís, v. 3, n. 4, out/dez. 2021.

JACCOUD, L.; BICHR, R. M.; MESQUITA, A. C. O SUAS na proteção social brasileira. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 108, p. 3753, jul. 2017.

KALLOUSTIAN, S. M. (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KASPER, C. P. **Habitar a rua**. 2006. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAJÚS, M. L. A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Revista Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 22, n. 30, p. 165-178, 2009. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/456>. Acesso em: 1 jul. 2023.

LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 59, p.1-16, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/06/230707_cc_59_nota_27.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

LANGA, E. N. B. **Pessoas que habitam as ruas em Fortaleza nos circuitos da vulnerabilidade e exclusão**: identidades em construção nas trajetórias e percursos. 2012. 184f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LAVORATTI, L. **Muito mais que um simples teto**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEITE, B. R. **A condição da população em situação de rua**. Curitiba: CRV, 2020.

LEITE, I. C. **Desconhecimento, piedade e distância**: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza. 2002. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2002.

LEMÕES DA SILVA, T. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. Porto Alegre (RS): Novas Edições Acadêmicas, 2013.

LEMÕES DA SILVA, T. Hierarquia, contestação e desigualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 123-141, jan.-abr. 2019.

LEMÕES DA SILVA, T. População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFCR, 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402020400_ARQUIVO_PopulacaoDeruaeDireitos_Tiago_Lemoes.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho**: porque o Serviço Social não é trabalho. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIGUORI, G. Estado e Sociedade Civil: de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**, ano 21, n. 46, p. 4-10, 2006.

LOVISI, Giovanni Marcos. **Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. 2000. 167 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

LÖWY, M. **Rédemption et utopie: le judaïsme libertaire en Europe centrale**. Paris: PUF, 1988.

MACERATA, I. Vulnerabilidades do usuário e vulnerabilidades da atenção: Apontamentos iniciais para uma clínica de território na Atenção Básica. *In*: RAMMINGER, T.; SILVA, M. (orgs.). **Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas**. Porto Alegre, RS: Rede Unida, 2014. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). p. 165-180.

MACHADO, L. M. O. **Controle Social da Política de Assistência Social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MACHADO, M. F. A. S. *et al.* Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200009> Acesso em 10 jun. 2023.

MACHADO, T. **População em Situação de Rua e Sociedade: uma relação marcada por preconceito e estigma**. 2014. 77 f. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MACIEL, C. A. B. A dança do poder nas Instituições Sociais: refletindo o atendimento aos meninos em situação de rua. **Revista o Centro Socioeconômico**, Belém, v. 5, p. 77-102, 2000.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

MARANHÃO é o Estado com o maior número de pessoas extremamente pobres do Brasil, aponta IBGE. **TV Mirante**, São Luís, dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/12/03/maranhao-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-pessoas-extremamente-pobres-do-brasil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Plano Estadual de Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua 2022 a 2030**. São Luís, 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Territórios**, Bogotá, n. 18-19, p. 183-205, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/357/35711626008.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARICATO, E. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada (Posfácio). *In*: EVANGELISTA, A. C.; WANDERLEY, L. E.; RAICHELIS, R. (eds.). **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. São Paulo: EDUC, 2009. p. 269-293.

MARQUES, H. J.; SANTOS, F. A. A qualidade da educação como prioridade da agenda pós-2015: Mais do mesmo? *In*: REUNIÃO NACIONAL – ANPED, 39.. 2017, São Luís. **Trabalhos [...]**. São Luís: ANPED, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT05_1261.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 14, n. 43, p. 136-141, dez. 1993.

MARTINELLI, T.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 104-112, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00104.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARTINS, F. R. S.; KAMIMURA, Q. P. Análise da Ocupação Territorial do Município de Imperatriz – MA. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY-INDUSTRY COOPERATION, 4., 2012, Taubaté (SP). **Anais [...]**. Taubaté: UNINDU, 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/analise-da-ocupacao-do-espao-territorial-do-municipio-de-imperatriz-ma>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Goetha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. I, tomo 1.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I e II. (Série Os Economistas).

MARX, K. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I, v. I.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994. L. 1, v. I e II.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. L.1, vol II.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARX, K. Prefácio. *In*: MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 23-27.

MATTOS, C. M. Z. *et al.* O envelhecimento das pessoas idosas que vivem em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 205-224, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/33014>. Acesso em: 8 fev. 2023.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/r6rMZrKqN9VR8jxhKGVSDDq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2023.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, A. **Pessoas em situação de rua: a saída para a saída – um estudo sobre pessoas que saíram da rua**. 2010. 187 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17482/1/Alessandra%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MEDEIROS, J. O Censo SUAS para a Política de Assistência Social. **Blog GeSuas**, Viçosa, 2022. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/censo-suas/> Acesso em: 8 fev. 2023.

MEDEIROS, L. I. S. **População em Situação de Rua no Brasil: expressão racial da Questão Social ou expressão radical da Questão Racial?** 2019. 79 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MELAZZO, E. S. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o Programa Minha Casa, Minha Vida em cidades médias brasileiras. *In*: BELLET, C. *et al.* (eds.). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente, SP: Unesp/Lleida, 2015. p. 373-396.

MELO, T. “Da Rua pra Rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). *In*: RUI, T.; MARTINEZ, M; FELTRAN, G. (orgs.). **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: EduFSCar, 2016. p. 45-66.

MELO, T. H. A. G. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MENDES, C. R. P.; FILLIPEHORR, J. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, jan./jun. 2014.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. **A intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOTA, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda política recorrente e desafiante. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 20, p.127-140, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164/189>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar: cartilha para formação política**. [S. l.], 2010. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 5 ago. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECLICÁVEIS. **Galeria de Fotos: Festival Lixo e Cidadania**. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/multimedia/galeria-de-fotos/festival-lixo-cidadania>. Acesso em: 6 jan. 2023.

NASCIMENTO, M. F. S. **A política de assistência social e a população em situação de rua: Centro POP/Centro em São Luís/MA - configuração, serviços e público atendido**. 2020. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Serviço Social, São Luís, 2020.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2016. (Texto para Discussão, n. 2246).

NATALINO, M. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. **Nota Técnica**, Brasília, DF, n. 73, p. 7-13, jun. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

NERY, M. A. A Convivência Familiar e Comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser pensada pela Escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 30, n. 81, p. 189-207, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/mmhBZMbJZ4XbKjfgkzSLVPJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NOGUEIRA, F. G. P. **Hóspedes incômodos: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviços

Social, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13094/13094_1.PDF. Acesso em: 8 ago. 2023.

NOGUEIRA, F. Governo Temer como restauração colonialista. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Rio de Janeiro, n. 114, p. 4-5, jan. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/governo-temer-como-restauracao-colonialista/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NOGUEIRA, V. **A Política Nacional para a População em Situação de Rua implementada no Centro Pop de Fortaleza**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2014.

NOVA pesquisa do IBGE aponta São Luís, Imperatriz e Balsas como as cidades mais ricas do Maranhão. **G1 Maranhão**, São Luís, dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/12/17/nova-pesquisa-do-ibge-aponta-sao-luis-imperatriz-e-balsas-como-as-cidades-mais-ricas-do-maranhao.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

NUNES, R. S.; SILVA, P. K.; ALMEIDA, V. B. Intersetorialidade: uma estratégia a partir do processo de consultoria e assessoria? *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 2.; SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA: crise, conservadorismo e resistência, 1., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 165-182. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/serpinf/2016/#!/trabalhos>. Acesso em: 1jun/2023.

OLIVEIRA, L. F. A construção das populações-alvo” nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua em São Carlos/ SP. *In*: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (orgs.). **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: EduFSCar, 2016. p. 67-88.

PACHECO, M. R. A rua e a casa: estratégias e táticas do movimento nacional de população de rua e seus impactos sobre a implementação da política de habitação social. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 30, p. 255-284, jul./dez. 2017.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a pobreza. São Paulo: Educ e Cortez, 2003.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PAULO NETTO, J. P. A ordem social contemporânea é o desafio central. *In*: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 33., Santiago do Chile, 2006. **[Textos]**... Santiago do Chile: FITS, 2006.

PEREIRA, P. A. Formação em Serviço Social, Política Social e Envelhecimento Populacional. **Ser Social**, Brasília, DF, n. 21, p. 241–257, 2007. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12742. Acesso em: 5 ago. 2020.

PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. *In*: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-42.

PEREIRA, V. S. Expressões da Questão Social no Brasil e População de rua: notas para uma reflexão. **Libertas**, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 179-205, jul./dez. 2009.

PERGENTINO, P. R. L. M. “**Suave**” guerra às drogas: usuários em situação de rua. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11961>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PERINI, Janine Alessandra. O Maranhão e suas relações étnico-raciais. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 08, nº 02, maio-ago., 2022, artigo nº 2270.

PESSOA, M. B. B.; FERREIRA, A. P. R. L. Crianças e adolescentes em situação de rua: os desafios das políticas públicas na garantia da proteção social integral. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2018, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: PPGPP/UFPI, 2018. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/MzMz.pdf?021126>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PETRAGLIA, I.; DIAS, E. T. D. M.; ALMEIDA, C. Educação e transformação da realidade planetária: esperança e utopia. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-14, ene./dic. 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16831/209209213827>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PIMENTA, C. A. M.; SILVA, C. L. Moradores de rua e realidade social contemporânea: subsídios para intervenções no município de Taubaté (SP). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 3, p. 136-158, 2010. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/297/210>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PIMENTA, M. M.; TAVARES DOS SANTOS, J. V. T. Violência contra a População em Situação de Rua em Porto Alegre: considerações sobre as Formas Institucionais e simbólicas de Opressão Cotidiana. *In*: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. R. (orgs.). **População de rua**: Porto Alegre: CirKula, 2017. p. 213-227.

PIMENTEL, E. **Uma “Nova Questão Social”?: raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. 2. ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PINHEIRO, Z. A. C.; POSSAS, L. M. V. Centro Pop: quando uma política pública incomoda. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.4, n.1, p. 35-54, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8128>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PINHO, R. J. **População em Situação de Rua e o mundo do trabalho: (im) possibilidades de transposição da linha abissal?** 2020. 304 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

POPULAÇÃO em São Luís (MA) é de 1.037.775 pessoas em 2022; houve crescimento 2,21% em relação a 2010. **G1 Maranhão**, São Luís, jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/06/28/populacao-em-sao-luis-ma-e-de-1037775-pessoas-em-2022-houve-crescimento-645percent-em-relacao-a-2010.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

POUSA JUNIOR, E. F. **População em situação de rua: perspectivas atuais no resgate da cidadania e reinserção social.** 2012. 253 f. Dissertação (Pós-Graduação stricto-sensu em Direito Político e Econômico) – Faculdade de Direito, Setor de Pós-Graduação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JÚNIOR, C. **Esboço de fundamentos da teoria econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1957.

PREFEITURA de SP começa a retirar barracas de pessoas em situação de rua durante o dia, nesta segunda. **CNN Brasil**, São Paulo, abr. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prefeitura-de-sp-comeca-a-retirar-barracas-de-pessoas-em-situacao-de-rua-durante-o-dia-nesta-segunda/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

QEDU. **Maranhão: Censo Escolar - São Luís.** [S. l.], [2021]. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2111300-sao-luis/distorcao-idade-serie>. Acesso em: 1 jul. 2023.

QEDU. **Maranhão: Imperatriz.** [S. l.], [2023a]. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2105302-imperatriz/taxas-rendimento>. Acesso em: 1 jul. 2023.

QEDU. **Maranhão: São Luís.** [S. l.], [2023b]. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2105302-imperatriz/taxas-rendimento>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAIZER, M. V.; BRÊTAS, A. C. P. **O álcool como uma estratégia de sobrevivência na rua.** 2007. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento.** São Paulo: Editora 34, 1996.

ROCHA, L. G. **Desigualdades sociais, raciais e de gênero:** estudos sobre as especificidades das expressões da questão social no Brasil contemporâneo. 2014. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, C. M. M. **Vidas de Rua.** São Paulo: Editora Hucitec: Associação Rede de Rua, 2005.

ROSA, P. C.; FERRO, M. C. T. **Reproducción de la desigualdad:** Las políticas sociales dirigidas a las personas en situación de calle en Buenos Aires y San Pablo. *In:* XXVIII CONGRESO INTERNACIONAL DE ALAS, 28., 2011, Recife. **Anais [...].** Recife: UFPE/ALAS, 2011.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social:** repensando o Estado Providência. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (orgs.). **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUFSCar, 2016.

SAMBU, A. **De volta para a casa:** Análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa – 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/169>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. *In:* SPINK, M. J. (org.). **A cidadania em construção:** uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-74.

SANTANA, C. L.; ROSA, A. S. **Saúde mental das pessoas em situação de rua:** conceitos e práticas para profissionais da assistência social. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016.

SANTOS, B. S. A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. **Oficina do CES,** Coimbra, n. 135, p. 1-61, 1999 Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/135.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, S. M. M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nPRx8MCdCyH4sHY8zbm9gQp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SÃO Luís tem o 4º. maior PIB do nordeste e o 24º. maior do Brasil. **G1 Maranhão**, São Luís, dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/12/17/sao-luis-tem-o-4o-maior-pib-do-nordeste-e-o-24o-maior-do-brasil.ghtml.17/12/2020.11h00>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social. **Institucional**. São Luís, [20--?]. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/semcas/institucional>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SARMENTO, I. V. M. **A Ineficácia das Políticas Públicas destinadas à População em Situação de Rua**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SARMENTO, R. S. de M. **A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC**. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/ inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. Cap. 6, p. 96-118.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. *In*: FONSECA, C.; MACHADO, H. (orgs.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 121-145.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, R. (orgs.). **População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015.

SILVA, I. M. F. da. **Questão Social no Brasil: fundamentos sócio históricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. O. S. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos. *In*: SILVA, M. O. S. e. (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001. p. 37-93.

SILVA, M. O. S. **O debate sobre a pobreza**: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002.

SILVA, W. G. *et al.* **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008.

SINGER, P. **A Formação da classe operária**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Atual, 1994.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUSA, A. G. L. **“Eu sou de rua, mas também sou gente”**: intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11303>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SOUZA, A. F. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Imperatriz (MA)**: uma análise das ações desenvolvidas na efetivação da assistência social no período de 2014-2017. 2018. 78 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Direito, Imperatriz, 2018. Disponível em:
<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2532/1/Ad%c3%a3oSouza.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P. Embasamento político das concepções e práticas referentes às drogas no Brasil. SMAD. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2017. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-69762007000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 1 jul. 2023.

SPOSATI, A. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. p. 13-56.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

SPOSATI, A. Tendências Latino-Americanas da Política Social Pública no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, p. 104-115, 2011.

SPOSATI, A. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva**: o caso da Assistência Social no Brasil. São Paulo: Paper, 2008.

STOFFELS, M. **Os mendigos na cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

TARSSIA, P. Imperatriz alcança quase 80% de indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde em 2022. **Prefeitura de Imperatriz**, Imperatriz, ago. 2022. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/saude/imperatriz-alcanca-quase-80-de-indicadores-estabelecidos-pelo-ministerio-da-saude-para-2022.html>. Acesso em: 11 mar. 2023.

TAVARES, S. C. **Moradia para quem?**: análise sobre a construção social da população em situação de rua no Programa Moradia Primeiro. 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fund. Ford, 2003.

TELLES, V. S. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 37-45, abr./jun. 1990.

TELLES, V. S. **Direitos Sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TENÓRIO, F. Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 941-963, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016005000018>. Acesso em: 11 mar. 2023.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

VIEIRA, M.; BEZERRA, M.; ROSA, C. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

VIEIRA, T. R.; CARDIN, V. S. G. (orgs.). **Pessoas em situação de rua**: invisibilidade, preconceitos e direitos. Brasília, DF: Zakarewicz Editora, 2018.

VILLASANTE, T. R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis: Vozes, 2002.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e Pobreza. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 153-154, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/1481>. Acesso em: 1 ago. 2023.

YAZBEK, M. C. Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **A**

Intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 77-103.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA JUNTO AOS
COORDENADORES DOS CENTROS POPS E
SUPERINTENDENTES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)
DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

1. Compreensão sobre a Política de Assistência Social.
2. Compreensão sobre a gestão do Suas, na especificidade da gestão do Centro Pop.
3. Compreensão acerca de como as ações implementadas contribuem para o processo de saída das ruas e para a construção de novas trajetórias de vida dos usuários atendidos nos Centros Pops.
4. Integralidade das ações dos Centros Pops com as demais políticas públicas locais.
5. Identificação dos desafios à gestão, para a oferta de atenção especializada aos usuários dos Centros Pops.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA JUNTO AOS TÉCNICOS DOS CENTROS POPS

1. Programas, projetos e serviços socioassistenciais oferecidos à população adulta em situação de rua, no âmbito dos Centros Pops, em São Luís e Imperatriz.
2. Perfil dos usuários atendidos nos Centros Pops.
3. Demanda (Quantitativo) de atendimentos por dia nos Centros Pops.
4. Motivos que promoveram a ida para as ruas.
5. Compreensão acerca de como as ações implementadas contribuem para o processo de saída das ruas e para a construção de novas trajetórias de vida dos usuários atendidos nos Centros Pops.
6. Integralidade das ações dos Centros Pops com as demais políticas públicas locais.
7. Identificação dos desafios para a oferta de atenção especializada aos usuários dos Centros Pops.

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA OS GRUPOS FOCAIS COM OS USUÁRIOS DOS CENTROS POPS

1. Principais motivos que promoveram a ida para as ruas.
2. Significado das ruas para os usuários dos Centros Pops.
3. Motivações para buscar o Centro Pop.
4. Atividades que realizam nos Centros Pops.
5. Possibilidades de restabelecimento de vínculos familiares e saída das ruas.

APÊNDICE D - GRUPOS FOCAIS REALIZADOS NOS CENTROS POPs – SÃO LUÍS



Fonte: Arquivo Pessoal (2022).